

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2022/23

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO



ANISTIA
INTERNACIONAL



ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional é um movimento de 10 milhões de pessoas que mobiliza a humanidade em cada um de nós e faz campanhas por mudanças para que possamos todos usufruir de nossos direitos humanos. Nossa visão é de um mundo em que as pessoas no poder cumpram suas promessas, respeitem as leis internacionais e sejam responsabilizadas. Somos independentes de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões. O movimento é financiado, sobretudo, por nossos membros e por doações individuais. Acreditamos que agir com solidariedade e compaixão pelas pessoas em todos os lugares pode mudar nossa sociedade para melhor.

A Anistia Internacional é imparcial. Não nos posicionamos sobre questões relacionadas a soberania, disputas territoriais e acordos políticos e jurídicos internacionais que possam ser adotados para implementar o direito à autodeterminação. Este relatório foi organizado de acordo com os países que monitoramos durante o ano. Em geral, são Estados independentes responsáveis pela situação de direitos humanos em seus territórios.

Publicado originalmente em 2023

Amnesty International Ltd, Peter Benenson House, 1 Easton Street, Londres WC1X 0DW, Reino Unido

© Amnesty International 2023

Índice: POL 10/5670/2023

ISBN: 978-0-86210-502-0

Idioma original: Inglês

A menos que indicado em contrário, o conteúdo deste documento é disponibilizado de acordo com uma licença Creative Commons (Atribuição-NãoComercial-SemDerivação 4.0 Internacional). <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Para mais informações, visite a página de permissões em nosso site: www.amnesty.org

Este relatório documenta o trabalho e as preocupações da Anistia Internacional no ano de 2022. A ausência de uma seção sobre algum país ou território neste relatório não significa que nesse local não tenham ocorrido violações de direitos humanos que preocupem a Anistia Internacional. Tampouco a extensão de uma determinada seção deve servir de base para que se compare a dimensão e a gravidade das preocupações da Anistia Internacional em algum país. A identificação de chefes de Estado e chefes de governo em uma seção de país não implica de modo algum afirmação de legitimidade da entidade governante.

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2022/23

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO



ÍNDICE

INFORME ANUAL 2022/23

Abreviaturas vi
Prefácio viii
Análise global 14
Panorama Regional: África 22
Panorama Regional: Américas 31
Panorama Regional: Ásia Pacífico 40
Panorama Regional: Europa e Ásia Central 49
Panorama Regional: Oriente Médio e Norte da África 59
Países 69
Afeganistão 70
Argentina 74
Bolívia 76
Brasil 77
Catar 82
Chile 85
China 87
Colômbia 94
Equador 99
Estados Unidos da América 101
Haiti 106
Honduras 107
Índia 108
Irã 113
Israel e Territórios Palestinos Ocupados 119
México 124
Moçambique 128
Nicarágua 130
Nigéria 132
Paquistão 137
Palestina 141
Paraguai 144
Peru 146
Rússia 148
Síria 153
Ucrânia 158
Uruguai 163
Venezuela 165

ABREVIATURAS

ACNUDH

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

Acordo de Escazú

Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe

ASEAN

Associação das Nações do Sudeste Asiático

CEDAW

Convenção da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CEDEAO

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CERD

Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

CIA

Agência Central de Informações dos EUA

CICV

Comitê Internacional da Cruz Vermelha

Comitê CEDAW

Comitê da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Comitê CERD

Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial

Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura

Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e dos Tratamentos ou Penas Desumanos ou Degradantes

Convenção da ONU contra a Tortura

Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes

Convenção da ONU sobre Refugiados

Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados

Convenção Europeia de Direitos Humanos

Convenção (Europeia) para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais

Convenção internacional contra os desaparecimentos forçados

Convenção Internacional sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados

COP27

27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

EUA

Estados Unidos da América

LGBTI

Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais

NDC

Contribuição Nacionalmente Determinada

OCHA

Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU

OEAS

Organização dos Estados Americanos

OIT

Organização Internacional do Trabalho

OMS

Organização Mundial da Saúde

ONG

Organização não-governamental

ONU

Organização das Nações Unidas

OSCE

Organização para a Segurança e a
Cooperação na Europa

OTAN

Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB

Produto Interno Bruto

PIDCP

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e
Políticos

PIDESC

Pacto Internacional sobre Direitos
Econômicos, Sociais e Culturais

**Relator Especial da ONU sobre a liberdade
de expressão**

Relator Especial da ONU sobre a promoção e
a proteção do direito à liberdade de opinião e
de expressão

**Relator Especial da ONU sobre a pobreza
extrema**

Relator Especial da ONU sobre a pobreza
extrema e os direitos humanos

Relator especial da ONU sobre a tortura

Relator Especial sobre a tortura e outros
tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou
degradantes

**Relator especial da ONU sobre a violência
contra as mulheres**

Relator especial sobre a violência contra as
mulheres, suas causas e consequências

**Relator especial da ONU sobre execuções
extrajudiciais**

Relator Especial da ONU sobre execuções
sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais

Relator Especial da ONU sobre o racismo

Relator Especial sobre formas
contemporâneas de racismo, discriminação
racial, xenofobia e intolerância relacionada

RPU

Revisão Periódica Universal da ONU

TPI

Tribunal Penal Internacional

UA

União Africana

UE

União Europeia

UNICEF

Fundo das Nações Unidas para a Infância

PREFÁCIO

Há mais de uma década, as organizações de direitos humanos vêm alertando para o contínuo declínio do respeito aos direitos humanos e ao Estado de direito que estava em curso. Nessa trajetória descendente, onde o ano de 2022 se encaixa? Foi mais um ano desastroso para os direitos humanos? Será que a ruptura das normas internacionais alcançou o fundo do poço mais uma vez? Se for assim, o que a comunidade global deve fazer a respeito?

Em fevereiro de 2022, a Rússia invadiu a Ucrânia levando a destruição militar a um povo e a um país que estavam em paz. Em poucos meses, a infraestrutura civil foi arruinada, milhares foram mortos e muitos mais ficaram feridos. A ação da Rússia acelerou a crise mundial de energia e ajudou a enfraquecer os sistemas de produção e distribuição de alimentos, resultando em uma crise alimentar mundial que continua a atingir de forma desproporcional as nações mais pobres e as pessoas racializadas.

Menos de uma semana após a invasão, o Procurador Geral do Tribunal Penal Internacional (TPI) anunciou uma investigação sobre os crimes de guerra cometidos na Ucrânia. Em 2 de março, a esmagadora maioria dos países na Assembleia Geral da ONU votou para condenar a invasão da Rússia como um ato de agressão. Enquanto isso, países europeus que há muito rejeitavam refugiados abriram suas fronteiras aos ucranianos que buscavam segurança.

Ao longo de 2022, os apelos internacionais por justiça e o apoio às investigações sobre crimes de guerra foram estridentes. Possivelmente para aproveitar o momento, os Estados membros da ONU, em sua Assembleia Geral, adotaram uma resolução que se opunha ao poder de veto no Conselho de Segurança, uma das principais fontes de sua fraqueza sistêmica.

Poderia a agressão da Rússia contra a Ucrânia ser também um sinal de alerta mais amplo? Poderia servir para unir o mundo em torno dos direitos humanos e dos valores universais?

MAIS CONFLITOS, MAIS LETAIS

A guerra na Etiópia prosseguiu em 2022, ceifando centenas de milhares de vidas, segundo algumas estimativas, e tornando-se um dos conflitos mais mortíferos da história recente. Esse massacre, porém, foi em grande parte encoberto por uma campanha quase invisível de limpeza étnica contra os tigrés no Tigré ocidental.

O ano de 2022 foi o mais letal da última década para os palestinos na Cisjordânia, onde pelo menos 151 pessoas, incluindo dezenas de crianças, foram mortas pelas forças israelenses, a maioria no contexto de operações militares de busca e detenção cada vez mais frequentes. A punição sistemática dos civis karen pelos militares de Mianmar deixou centenas de pessoas mortas e pelo menos 150.000 deslocadas. A população de países como Haiti, Mali, Venezuela, Iêmen e muitos outros também foi atormentada por conflitos armados ou pela violência sistêmica, assim como pelas violações de direitos humanos decorrentes.

MAIS CATÁSTROFES CLIMÁTICAS, MAIS PETRÓLEO, MENOS REPARAÇÕES

Os custos devastadores de uma crise climática não controlada ficaram bastante evidentes em 2022. Inundações, secas, ondas de calor e incêndios causaram mortes, perda de moradia, perda de meios de subsistência e insegurança alimentar crescente.

Ainda assim, diante desses desastres, quando os líderes mundiais se reuniram para a COP27 no Egito, eles não tomaram as medidas necessárias para manter a temperatura global abaixo do limiar de 1,5°C. Além disso, os Estados se recusaram a enfrentar o fator número um do aquecimento global – a produção e o uso de combustíveis fósseis.

A cooperação global para conter esse aumento de temperatura foi ineficaz e as negociações não asseguraram compromissos cruciais para a eliminação gradual de todos os combustíveis fósseis. Houve um avanço com relação ao financiamento para os países mais atingidos por desastres climáticos: a criação do Fundo de Perdas e Danos é uma ponta de esperança para as pessoas que vivem na linha de frente da crise climática. No entanto, ainda falta muito para o fundo estar operante, e os USD 100 bilhões anuais de financiamento para questões do clima, que os países ricos vêm prometendo às nações em desenvolvimento desde 2009, ainda não foram entregues.

Enquanto isso, as seis maiores petroleiras ocidentais alcançaram lucros recordes antes dos impostos de mais de USD 200 bilhões em 2022. Esse acúmulo extraordinário não é apenas um produto da agressão da Rússia contra a Ucrânia, que fez subir os preços da energia. Reflete o menosprezo da indústria de combustíveis fósseis pelos danos que seus negócios causam ao clima e ao meio ambiente no mundo, e sua insistência em não compensar ou corrigir os estragos que causam.

DUPLICIDADE DE CRITÉRIOS

A pandemia de Covid-19, e agora a guerra da Ucrânia, intensificaram o uso de dois pesos e duas medidas. As nações ricas acumularam vacinas para a Covid-19 e enfraqueceram os sistemas multilaterais de redistribuição, contribuindo para o aprofundamento da desigualdade global. Em 2022, havia poucos sinais de reversão desse quadro. Os países ricos não tomaram medidas para aliviar o peso esmagador das dívidas dos países em desenvolvimento.

A agressão russa contra a Ucrânia também é uma guerra contra os valores universais e os sistemas multilaterais projetados para defendê-los. Para vencer essa guerra, o mundo ocidental não pode tolerar agressões semelhantes em outros países só porque seus interesses estão em jogo. A duplicidade de critérios do Ocidente foi claramente evidenciada por seu silêncio ensurdecedor frente às violações de direitos humanos cometidas na Arábia Saudita e no Egito, assim como por suas reações contraditórias diante dos graves impactos de outros conflitos sobre os direitos humanos, inclusive de crimes contra a humanidade, e diante da responsabilidade de proteger os refugiados que fogem dessas situações.

Em Israel e nos Territórios Ocupados, o sistema de apartheid se consolidou em 2022. Sucessivos governos israelenses executaram medidas para forçar mais palestinos a abandonar suas casas, expandindo os assentamentos ilegais e legalizando os assentamentos e postos avançados de colonato já

existentes em toda a Cisjordânia ocupada. Ao invés de exigir o fim desse sistema de opressão, muitos governos ocidentais preferiram atacar quem denuncia o sistema de apartheid de Israel. As portas abertas da UE para os refugiados ucranianos que fogem da agressão russa permaneceram fechadas para os que fogem da guerra e da repressão no Afeganistão e na Síria. Entre setembro de 2021 e maio de 2022, os EUA expulsaram mais de 25.000 haitianos, detendo e submetendo muitos deles a tortura e outros maus-tratos, práticas assentadas no racismo contra pessoas negras.

Esses exemplos confirmaram para o resto do mundo que o apoio do Ocidente aos direitos humanos é seletivo e interesseiro, comprometendo o apoio do mundo à Ucrânia. Essa duplicidade de critérios não beneficia apenas as potências ocidentais. A China continuou a se livrar da condenação internacional da Assembleia Geral e do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas apesar das violações massivas de direitos humanos que configuram crimes contra a humanidade cometidos contra os uigures e outras minorias muçulmanas.

PROTEGENDO OS DIREITOS NO ÂMBITO NACIONAL

Qualquer tentativa de argumentar que a resposta do mundo à agressão russa possa marcar uma nova era para um sistema internacional baseado em valores e no Estado de direito será comprometida pela evidente deterioração da proteção aos direitos humanos em nível nacional.

Os direitos dos povos indígenas foram violados quando os Estados não os protegeram da expropriação de suas terras por empresas ou por Estados em países como o Brasil, o Canadá, a Suécia, a Tanzânia e o Vietnã, entre outros. A Suprema Corte dos EUA derrubou uma antiga garantia constitucional de acesso ao aborto, ameaçando com isso o exercício de direitos fundamentais, como o direito à vida, à segurança e à não discriminação, para milhões de mulheres, meninas e outras pessoas. No Afeganistão, o Talibã impôs restrições draconianas que negaram às mulheres e às meninas os direitos à educação, ao trabalho e à autonomia, enquanto proclamava publicamente a subserviência das mulheres aos homens. No Irã, a "polícia da moralidade" assassinou Mahsa Amini por ela usar de maneira errada o lenço para cobrir a cabeça, provocando protestos por todo o país, quando mais mulheres e meninas foram feridas, presas ou mortas.

Em 2022, a erosão de nossas liberdades de protestar e se expressar tornou-se uma verdadeira avalanche. Meios de comunicação russos foram levados aos tribunais e fechados simplesmente por mencionarem a guerra na Ucrânia. Jornalistas foram presos no Afeganistão, na Etiópia, em Mianmar, na Rússia e em dezenas de outros países em todo o mundo. A tecnologia foi usada como arma contra muitas pessoas, para silenciá-las, impedir reuniões públicas ou desinformar. Manifestantes pacíficos enfrentaram um arsenal cada vez maior de armas, desde bastões, gás lacrimogêneo e balas de borracha até munições reais, como vimos no Irã, no Peru e no Sri Lanka. A legislação corrosiva do Reino Unido aumentou o poder da polícia e diminuiu o direito de protestar pacificamente.

Testemunhamos atos icônicos de rebeldia, como as mulheres afegãs que saíram às ruas para protestar contra o domínio do Talibã e as mulheres iranianas postando vídeos de si mesmas cortando os cabelos em protesto contra as leis abusivas do país que obrigam ao uso do lenço islâmico.

Podemos nos confortar em saber que, diante de tanta repressão, milhares de pessoas ainda se reuniram para escrever cartas, assinar petições e sair às ruas. Que isso sirva de aviso a quem está no poder: nossos direitos de exigir mudanças e nos reunirmos de forma livre e coletiva não podem ser tirados.

EM CONCLUSÃO

2022 pode ter sido um ponto de inflexão para a ordem internacional. Certamente ocorreu uma renovação da aliança Atlântica, com um nível de cooperação entre os EUA e outras potências ocidentais que um ano atrás, após a caótica retirada do Afeganistão em 2021, teria sido difícil imaginar.

Mas não houve nenhuma inflexão no campo dos direitos humanos. Ao invés disso, a trajetória continuou descendente. A agressão da Rússia serviu para desestabilizar ainda mais um sistema internacional multilateral já enfraquecido por décadas de desrespeito impune dos Estados poderosos ao direito internacional. A guerra desviou recursos e atenção da crise climática, de outros conflitos de longa data e do sofrimento humano em todo o mundo.

A resposta do Ocidente à invasão russa da Ucrânia também ressaltou sua própria duplicidade de critérios e suas reações incompatíveis frente a tantas outras violações da Carta das Nações Unidas. Tais posturas serviram para alimentar ainda mais a instabilidade e a impunidade.

Se a guerra de agressão da Rússia tem algo a mostrar para o futuro do mundo, é a importância de uma ordem internacional baseada em regras que seja eficaz e aplicada de forma coerente. Os líderes da coalizão em apoio à Ucrânia devem intensificar seus esforços e buscar parceiros para renovar seu compromisso com um sistema internacional que beneficie a maioria da população mundial.

Em 2023, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um documento criado a partir das cinzas de uma guerra mundial, completa 75 anos. Não vamos esperar que o mundo esteja mais uma vez em chamas para fazer valer as liberdades e princípios que foram estabelecidos à custa de milhões de vidas. Que 2023 seja um ano de virada para a defesa dos direitos humanos. Se os líderes mundiais não fizerem no mínimo isso, essa traição poderá levar o mundo a um abismo.

Agnès Callamard,
Secretária-Geral da Anistia Internacional

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2022/23

ANÁLISE GLOBAL E PANORAMAS REGIONAIS



ANÁLISE GLOBAL

Em 2022, vimos surgirem conflitos novos ou renovados, enquanto outros insistiam em se perpetuar. Sobre o terreno, violações do direito internacional humanitário provocaram grandes tragédias humanas. As respostas internacionais foram contraditórias em relação a diferentes conflitos que tiveram um impacto brutal sobre os direitos humanos, assim como em relação à proteção das pessoas que fugiam desses conflitos. Foram também discrepantes frente a outros padrões de violações flagrantes, algumas das quais constituíram crimes contra a humanidade. As violações incluíam, ainda, a repressão brutal às liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica, inclusive de protestar. As pessoas que defendem os direitos humanos muitas vezes foram alvo dessa repressão.

Enquanto isso, a violência de gênero contra mulheres, meninas e pessoas LGBTI continuou sendo um problema global, apesar de algumas ações para melhorar as garantias legais. Com relação aos direitos ao aborto, houve fortes retrocessos, mas também avanços. Embora muitos países tenham começado a emergir do período sombrio da Covid-19, outros ainda enfrentavam seus efeitos. Crises econômicas associadas ao impacto da pandemia, dívidas insustentáveis, conflitos e mudanças climáticas levaram a um aumento vertiginoso do custo de vida e à insegurança alimentar. Os desafios afetaram de forma desproporcional as pessoas mais marginalizadas, com aumento exponencial da desigualdade.

Foram estes os temas que mais se destacaram nas pesquisas da Anistia Internacional sobre 156 países em 2022 e que estão profundamente interligados. A repressão às divergências preparou o terreno para o conflito. Os conflitos armados e os golpes de Estado de 2021 abriram o caminho para a repressão da sociedade civil. A violência sexual contra mulheres e meninas foi uma característica abominável dos conflitos armados. A guerra, as crises políticas, o aumento do custo de vida, as restrições ao direito ao aborto, a violência contra as mulheres e a discriminação foram importantes instigadores de protestos. A partir de alguns desses padrões de violações, a pesquisa da Anistia Internacional revelou evidências dos danos cada vez mais nocivos causados pelo modelo de negócios das grandes empresas de tecnologia e ressaltou a necessidade urgente de ações mais ousadas para enfrentar a crise climática e a degradação ambiental.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM TRÂNSITO

Em todo o mundo, conflitos novos ou renovados eclodiram e conflitos antigos persistiram. Forças governamentais e grupos armados foram responsáveis por violações do direito internacional humanitário e por abusos dos direitos humanos, em alguns casos configurando crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

Na Europa, as forças russas invadiram a Ucrânia em um ato de agressão, cometendo execuções extrajudiciais e lançando ataques indiscriminados contra a população civil, além de atingir a infraestrutura energética do país durante o inverno. Na África, forças dos governos e grupos armados que combatiam na Etiópia, na República Democrática do Congo (RDC) e na região do Sahel, entre outros lugares, causaram a morte de milhares de civis, às vezes cometendo massacres. No Oriente Médio e no Norte da África, os prolongados conflitos na Líbia, na Síria e no Iêmen, bem como a irrupção de hostilidades armadas entre Israel e um grupo armado palestino em agosto, foram marcados por ataques aéreos indiscriminados ou

outros ataques ilegais que mataram e feriram civis. Crimes de guerra também foram cometidos no Afeganistão, onde o Talibã continuou suas ações de represália assassinando membros da antiga administração e das forças de segurança.

A violência sexual foi cometida em conflitos de diferentes regiões, sendo inclusive empregada como arma de guerra. Tanto na República Centro-Africana quanto no Sudão do Sul, dezenas de mulheres e meninas relataram ter sido estupradas no contexto dos confrontos entre as forças governamentais e grupos armados ou durante os ataques de grupos armados. Na Etiópia, as forças tigrés consumaram vários episódios de estupro e outras violências sexuais relacionadas ao conflito. Na Ucrânia, além das denúncias de violência sexual por parte das forças russas, as mulheres enfrentaram outras ameaças específicas de gênero, uma vez que os ataques a centros de saúde contribuíram para reduzir consideravelmente os serviços de saúde materna.

Em uma iniciativa positiva, a maioria dos Estados da Assembleia Geral da ONU denunciou a agressão da Rússia contra a Ucrânia e o Conselho de Direitos Humanos da organização agiu com rapidez para criar uma comissão de inquérito após a invasão. Diante do fracasso do Conselho de Segurança da ONU para agir em muitos conflitos, a Assembleia Geral elevou o custo político para que os membros permanentes do Conselho de Segurança usassem seu veto. Em abril, foi adotada uma resolução exigindo que a Assembleia Geral se reunisse automaticamente toda vez que um veto fosse usado no Conselho.¹ Ato contínuo, a Assembleia Geral se reuniu depois que a Rússia abusou de seu poder de veto para bloquear uma resolução do Conselho de Segurança exigindo a reversão da decisão russa de anexar em setembro quatro regiões parcialmente ocupadas da Ucrânia. A Assembleia Geral condenou a ação e a considerou inválida e ilegal. Entretanto, a medida tomada pela Rússia para servir seus próprios interesses não foi a única abordagem seletiva com relação às violações em situações de conflito.

Os Estados ocidentais apoiaram com veemência as iniciativas do Tribunal Penal Internacional (TPI) para investigar as denúncias de crimes de guerra na Ucrânia, apesar de alguns deles não terem feito o mesmo em várias outras situações. O Reino Unido destinou assistência adicional ao TPI, enquanto os EUA forneceram seu apoio político ao Tribunal apesar de o país não ter ele mesmo ratificado o Estatuto de Roma e se opor às investigações que envolvem seus aliados políticos, como Israel, ou seus próprios cidadãos no Afeganistão e no Iraque. No ano de seu 20º aniversário, as ações do TPI deixaram uma questão em aberto: se seus princípios se aplicam igualmente às vítimas de crimes previstos no direito internacional em qualquer situação ou região. Enquanto promovia publicamente sua investigação de grande envergadura, absolutamente vital, sobre a situação na Ucrânia, o tribunal destinou muito menos recursos para outras investigações, como as das situações da Nigéria e da Palestina.² Em outro exemplo de incoerência, o Conselho de Direitos Humanos da ONU, ainda que tendo corretamente condenado as violações na Ucrânia, não abordou de forma significativa o conflito no Iêmen, criando uma enorme lacuna com relação à prestação de contas.

Várias empresas facilitaram violações em situações de conflito, embora defensores e organizações de direitos humanos, bem como alguns governos, tenham tomado medidas para confrontar as condutas corporativas. A Anistia Internacional documentou o papel que algumas empresas tiveram na importação e distribuição de combustível de aviação que poderia ser utilizado pelos militares de Mianmar em ataques aéreos contra civis. Posteriormente, algumas das empresas implicadas anunciaram que encerrariam ou suspenderiam suas operações comerciais no país. A Anistia Internacional também constatou que os algoritmos e as práticas comerciais da Meta (proprietária do Facebook e do Instagram) haviam contribuído substancialmente para que graves violações dos direitos humanos fossem cometidas em 2017, potencializando os conteúdos contrários aos rohingya e possibilitando a ação militar de Mianmar contra essa população.

Previsivelmente, os conflitos armados provocaram grandes movimentos de refugiados e deslocamentos internos. A política de portas abertas da União Europeia em relação aos refugiados ucranianos que fugiam da agressão russa demonstrou que a UE, como um dos blocos mais ricos do mundo, era mais do que capaz de acolher um grande número de pessoas em busca de proteção e garantir seu acesso a serviços essenciais como saúde, educação e moradia. Essa abordagem, porém, era muito diferente da que foi adotada em relação às pessoas que buscavam proteção, mas que não eram dessa região, evidenciando uma discriminação e um racismo profundos. Tanto nas fronteiras terrestres quanto nas marítimas, pessoas refugiadas e migrantes foram submetidas a devoluções sumárias e forçadas, às vezes violentas, apesar de algumas passarem por torturas e outras violações dos direitos humanos em países de trânsito como a Líbia. Muitas morreram por serem deixadas à própria sorte.

No Oriente Médio e no Norte da África, a proteção às pessoas refugiadas foi enfraquecida. As autoridades libanesas ampliaram os chamados "retornos voluntários" de pessoas da Síria. Nas Américas, a ausência de sistemas robustos de proteção internacional em muitos países continuou deixando desprotegido o número cada vez maior de pessoas que fugiam de situações de violência armada e de outras crises. Entre setembro de 2021 e maio de 2022, os Estados Unidos expulsaram mais de 25.000 haitianos e submeteram muitos deles a tortura e outros maus-tratos motivados pelo racismo contra pessoas negras.

As partes de conflitos armados devem respeitar o direito internacional humanitário, investigar as denúncias de violações e processar os suspeitos de responsabilidade. Todos os outros governos devem sistematicamente pressionar as partes a que o façam e devem agir para fortalecer a aplicação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que demanda medidas especiais para proteger as mulheres e as meninas da violência sexual relacionada aos conflitos, assim como afirmar a importância da participação plena e igualitária das mulheres na resolução de conflitos e na construção da paz. O TPI deve garantir que o financiamento das investigações seja alocado de forma não discriminatória. Todos os governos devem assegurar que todas as pessoas que fogem da perseguição tenham acesso à segurança e à proteção internacional e devem parar de usar dois pesos e duas medidas no tratamento de pessoas que buscam proteção.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

A repressão ao dissenso e à sociedade civil continuou a ser uma das principais tendências com relação aos direitos humanos no mundo.

Algumas medidas de repressão às liberdades de expressão e de associação estavam associadas a situações de conflitos armados. Na Rússia, uma nova legislação efetivamente impedia que se fizesse críticas à guerra na Ucrânia. Em consequência, milhares de processos administrativos e criminais foram abertos e dezenas de órgãos de imprensa independentes foram fechados. Na Etiópia, as autoridades prenderam profissionais da comunicação de forma arbitrária e impediram as iniciativas das organizações da sociedade civil em favor da paz.

Em outros casos, as medidas de repressão ocorreram após a tomada do poder pelas armas. No Afeganistão, as autoridades talibãs submeteram jornalistas que fizeram matérias críticas ao Talibã depois da tomada do poder no país, em 2021, a detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos. Em Mianmar, as autoridades militares que assumiram o poder com um golpe de Estado em 2021 prenderam dezenas de profissionais da imprensa, mantiveram proibições a veículos de comunicação independentes e impuseram restrições ao trabalho legítimo das ONGs, com pena de prisão pelo não cumprimento das determinações. No Mali, onde aconteceram golpes de Estado em 2020 e 2021, as autoridades suspenderam o funcionamento de emissoras nacionais e estrangeiras e prenderam ou ameaçaram jornalistas e outras pessoas por criticar o governo ou o exército.

Em outros lugares, Estados influentes reprimiram a sociedade civil para tentar impedir que sua situação em matéria de direitos humanos fosse debatida tanto no exterior quanto em território nacional. O governo chinês rejeitou um relatório consistente e bastante aguardado do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) documentando possíveis crimes contra a humanidade contra os uigures e outros grupos de minorias étnicas muçulmanas em Xinjiang, onde se acreditava que milhares de homens e mulheres tivessem sido detidos arbitrariamente, ao mesmo tempo em que impunha uma censura cada vez mais pervasiva e sofisticada dentro do país. O governo indiano proibiu que defensores dos direitos humanos fizessem viagens internacionais.

Na Turquia, o parlamento aprovou uma nova lei de desinformação que aumentava os poderes do governo sobre as mídias sociais, enquanto as autoridades continuaram a deter e processar dezenas de jornalistas, defensores dos direitos humanos e políticos da oposição por acusações falsas relacionadas ao terrorismo. No Egito, o governo procurou melhorar sua imagem no período que antecedeu a realização da 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP27) em novembro, entre outras coisas, libertando centenas de pessoas que estavam presas por motivos políticos. Apesar disso, nesse mesmo período, detiveram arbitrariamente cerca do triplo de pessoas, por divergências reais ou percebidas, incluindo centenas que foram presas por convocarem manifestações durante a COP27.

Os eventos no Egito serviram para ilustrar o nexo existente entre liberdade de expressão, de um lado, e justiça climática e degradação ambiental, de outro. Em diversos lugares, ativistas que faziam campanha para proteger o meio ambiente foram assassinados ou ameaçados. Em nenhum outro lugar isso foi mais evidente do que na América Latina. Em seu relatório de 2022, a Global Witness afirmou que três quartos das mortes de defensores da terra e do meio ambiente em 2021 ocorreram nessa região.

Em todo o mundo, as pessoas se reuniram para protestar pela falta de medidas para combater a mudança climática e por uma série de outras questões, como guerras, crises políticas, aumento do custo de vida, restrições ao direito ao aborto, violência contra as mulheres e discriminação. Os Estados muitas vezes usaram força ilegítima, e às vezes letal, para reprimir os protestos. Isso foi brutalmente demonstrado no Irã, onde, a partir de setembro, as autoridades responderam aos levantes sem precedentes contra décadas de discriminação de gênero, repressão severa e, de modo geral, contra a própria República Islâmica com munições reais, cartuchos com bicos de metal e espancamentos, matando centenas de pessoas, incluindo dezenas de menores. Enquanto isso, no Peru, mais de 20 pessoas foram mortas depois que as forças de segurança usaram força ilegal para responder aos protestos que eclodiram durante a crise política que se seguiu à destituição de seu então presidente em dezembro.

Em países de todo o mundo, as forças de segurança usaram armas de fogo e uma série de armas menos letais, como bastões, gás lacrimogêneo e balas de borracha, para reprimir protestos. Por vezes, detiveram arbitrariamente os manifestantes e os submetem a tortura ou a outros maus-tratos, inclusive utilizando equipamentos inerentemente abusivos, como correntes com pesos para as pernas. A proliferação e o uso abusivo de equipamentos empregados em ações de aplicação da lei durante ações policiais foram geralmente facilitadas pela ausência de controles globais de direitos humanos sobre as importações e exportações desses equipamentos. Entretanto, em maio, a pedido da Assembleia Geral da ONU, um grupo de peritos governamentais publicou um relatório que propunha haver um instrumento juridicamente vinculante para regular o comércio desses produtos. A Argentina, a UE e a Mongólia lideraram uma aliança mundial de mais de 60 Estados para promover um possível tratado. As organizações de direitos humanos propuseram elementos essenciais a serem incluídos.³

Os Estados também empregaram outros meios para reprimir os protestos. Autoridades da Austrália, da Índia, da Indonésia e do Reino Unido, entre outros países, aprovaram novas legislações impondo restrições às manifestações. Para evitar que os manifestantes desafiassem as políticas estatais, outros governos se valeram de estados de emergência, como no Sri Lanka, ou de pretextos como a Covid-19, no caso da China, ou da segurança no período eleitoral, no caso da Guiné, outro país que sofreu um golpe de Estado em 2021. Os governos também reprimiram a sociedade civil na internet para tentar frustrar as ações dos manifestantes. O Irã e Mianmar estavam entre os Estados que desativaram ou interromperam a internet e as telecomunicações.

A resposta internacional a estas flagrantes violações dos direitos humanos e outras que iam além das liberdades de expressão, associação e reunião pacífica foi contraditória, assim como foi a resposta da ONU e do TPI às situações de conflito armado. Por um lado, o Conselho de Direitos Humanos da ONU designou um Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na Rússia e criou um mecanismo de investigação sobre o Irã, depois da repressão mortal aos protestos ocorridos nesse país. Por outro lado, votou por não investigar mais a fundo e nem mesmo discutir as evidências da própria ONU sobre possíveis crimes contra a humanidade cometidos em Xinjiang, na China, e suspendeu uma resolução sobre as Filipinas. Da mesma forma, os aliados de Israel rejeitaram energeticamente as conclusões de um conjunto cada vez maior de organizações de direitos humanos, incluindo a Anistia Internacional, de que o governo israelense havia estabelecido um sistema de apartheid, apesar dessa análise ter sido endossada por especialistas da ONU. Enquanto isso, o sistema internacional de direitos humanos, um dos três "pilares" da ONU, continuava com uma carência crônica de recursos, enquanto alguns Estados tentavam instrumentalizar o processo orçamentário para frustrar a operacionalização de mecanismos necessários.

Os governos devem parar de usar pretextos para reprimir as divergências e impedir que sua situação de direitos humanos seja objeto de debate. Devem investigar os homicídios, as intimidações e as perseguições das pessoas que defendem os direitos humanos, impedir que as forças de segurança usem força desnecessária ou excessiva durante os protestos e revogar ou emendar as legislações que violem o direito à reunião pacífica. Em um plano multilateral, os governos devem apoiar as negociações para acordar um novo tratado de controle do comércio de equipamentos utilizados em ações de aplicação da lei. Devem também estabelecer sistematicamente mecanismos de prestação de contas relativos a todos os padrões de violações graves dos direitos humanos.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

A violência contra mulheres, meninas e pessoas LGBTI continua sendo um problema global de direitos humanos. Parte dessa violência, como já mencionado, aconteceu em conflitos armados; porém, em sua maioria, ocorreu em tempos de paz e em ambientes domésticos.

O caso do México, onde foram registrados centenas de feminicídios (assassinatos de mulheres por motivos de gênero facilitados pela impunidade), refletia um padrão observado em todo o continente americano. Mulheres refugiadas venezuelanas foram submetidas à violência e discriminação de gênero na Colômbia, no Equador, no Peru e em Trinidad e Tobago. No Canadá, mulheres indígenas relataram terem sido esterilizadas à força em anos anteriores, enquanto nos EUA continuaram a sofrer estupros e violência sexual em níveis desproporcionalmente altos. Em outros lugares, a incidência da violência também era alta, inclusive na internet. No Paquistão, apesar de terem acontecido vários assassinatos de mulheres por membros de sua família, o Parlamento não promulgou uma lei sobre violência doméstica que estava pendente desde 2021. Na Índia, a violência contra mulheres dali e adivasi foi cometida com impunidade, assim como outros crimes de ódio baseados em casta.

Respondendo à pressão das defensoras dos direitos humanos, alguns governos tomaram medidas para melhorar as proteções legislativas. Na Europa, novas leis sobre estupro que consagram o princípio do consentimento entraram em vigor na Bélgica, na Finlândia e na Espanha. Na África e na Ásia, novas leis que, em parte, visavam a fortalecer as proteções de mulheres e meninas contra a violência sexual e de gênero foram adotadas em países como China, Congo, Indonésia, Papua Nova Guiné e Zimbábue. Entretanto, com demasiada frequência, nesses países e em outros ao redor do mundo, as autoridades não protegeram na prática as mulheres e as meninas contra uma violência de gênero arraigada, nem combateram a impunidade para os crimes relacionados a esta violência. No Oriente Médio e no Norte da África, as autoridades da Arábia Saudita, do Egito, do Iêmen, do Irã e do Iraque até mesmo processaram ou assediaram de outras formas as ativistas e defensoras dos direitos humanos que se manifestaram contra a violência sexual.

Como sempre, o pano de fundo para essa violência foi a discriminação generalizada que persistia contra mulheres, meninas e pessoas LGBTI na lei e na prática, reforçada por atitudes e normas sociais discriminatórias. O Afeganistão assistiu a uma deterioração bastante significativa dos direitos das mulheres e das meninas. Novos decretos emitidos pelo Talibã proibiam que as mulheres e as meninas viajassem sem um acompanhante homem, frequentassem parques públicos, escolas secundárias e universidades, e que trabalhassem para ONGs.

Ao longo do ano, ocorreram tanto retrocessos quanto avanços com relação aos direitos ao aborto. Nos Estados Unidos, após o fim das proteções federais ao direito ao aborto em junho, vários estados aprovaram leis para proibir ou restringir o acesso ao aborto, enquanto vários outros votaram esmagadoramente para protegê-lo. Em outras partes das Américas, o aborto continuou sendo criminalizado em cinco países, embora uma decisão do tribunal constitucional da Colômbia tenha descriminalizado essa prática até a 24ª semana de gravidez e uma nova lei no Equador tenha descriminalizado o aborto em casos de estupro.

Tendências similares foram verificadas na Europa. Na Eslováquia, na Hungria e na Polônia, foram introduzidas novas medidas para limitar o acesso ao aborto, ao passo que vários outros países, como Alemanha e Holanda, removeram certas restrições ao acesso ao aborto. Enquanto isso, em Andorra e na Polônia, defensoras dos direitos humanos foram perseguidas por apoiarem o direito ao aborto.

Os governos devem tomar medidas abrangentes para prevenir a violência de gênero contra mulheres, meninas e pessoas LGBTI, proteger e apoiar as pessoas sobreviventes e tratar da impunidade pelos crimes cometidos. Todos os Estados que continuam a criminalizar o aborto devem reformar suas leis sobre esse tema para garantir que todos possam ter acesso a informações e serviços relacionados ao aborto, bem como à atenção pós-aborto, sem discriminação ou coerção e com respeito à sua autonomia reprodutiva e seus outros direitos humanos.

DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Em todas as regiões, crises econômicas associadas ao impacto da Covid-19, dívidas insustentáveis, conflitos e mudanças climáticas levaram a um aumento vertiginoso do custo de vida e à insegurança alimentar. O Fundo Monetário Internacional ressaltou em outubro que mais de 60% dos países de baixa renda e mais de 25% dos mercados emergentes provavelmente não seriam capazes de pagar suas dívidas. A invasão russa da Ucrânia não apenas interrompeu o fornecimento de trigo do qual muitos países dependiam, mas também resultou em aumentos significativos no custo dos combustíveis. As dificuldades foram agravadas pelo fato de muitos governos terem se omitido em abordar as barreiras estruturais e as causas subjacentes que impedem o cumprimento dos direitos à alimentação, à saúde, à seguridade social, à moradia e à água, tais como as desigualdades socioeconômicas e os

baixos investimentos públicos em saúde e proteção social. Em todas as regiões, esses problemas afetaram de forma desproporcional as pessoas mais marginalizadas.

A União Africana havia declarado 2022 o Ano da Nutrição, mas condições climáticas extremas provocaram desnutrição em vários países do continente. Na Somália, uma seca severa levou a um aumento dos casos de desnutrição, enquanto na Nigéria as inundações precipitaram um surto de doenças transmitidas pela água, matando centenas de pessoas. Em consequência das crises econômicas, 97% da população do Afeganistão vivia em situação de pobreza, em comparação com 47% em 2020, e a população do Sri Lanka sofria graves carências de alimentos, combustíveis, medicamentos e outros itens essenciais. No Oriente Médio e no Norte da África, as crises econômicas também agravaram a insegurança alimentar. No caso da Síria e do Iêmen, o conflito foi um fator determinante. Nas Américas, as crises humanitárias fizeram com que mais de 40% da população do Haiti estivesse em situação de emergência alimentar e que a maior parte da população da Venezuela vivesse com insegurança alimentar. Devido à guerra com a Rússia, pelo menos meio milhão de crianças passaram a viver em condição de pobreza na Ucrânia. Em outras partes da Europa, as fortes altas nos preços da energia, em parte resultantes da guerra, contribuíram para uma inflação histórica e para crises de custo de vida que atingiram de forma desproporcional os setores mais marginalizados.

A mudança climática contribuiu ainda mais para o aumento da pobreza, da desnutrição e dos deslocamentos forçados. A elevação do nível do mar e as inundações atingiram comunidades costeiras empobrecidas em países como Bangladesh, Honduras e Senegal, enquanto o aumento das temperaturas e os projetos de infraestrutura energética afetaram negativamente os povos indígenas no Canadá e na Rússia.⁴ Na Índia e no Paquistão, entre outros países, a combinação de calor extremo e poluição atmosférica foi altamente prejudicial para as pessoas que precisavam trabalhar sob as intempéries, como agricultores, vendedores ambulantes e quem dependesse de ganhos diários. As chuvas e as inundações no Paquistão, agravadas pelas mudanças climáticas, também tiveram consequências catastróficas para a vida e a subsistência das pessoas. Mesmo diante de tudo isso e apesar da oportuna adoção pela Assembleia Geral da ONU, em julho, de uma resolução reconhecendo o direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável, a ação dos governos contra a mudança climática continuou sendo lamentavelmente inadequada. Embora a COP27 tenha criado um Fundo de Perdas e Danos para quem for prejudicado pela mudança climática, a Conferência não conseguiu chegar a um acordo sobre a eliminação progressiva de todos os combustíveis fósseis.⁵ Enquanto isso, as atuais promessas dos governos para reduzir as emissões condenavam a humanidade ao impacto devastador de um aquecimento global de 2,5°C.

Em todo o mundo, o direito à moradia foi comprometido por remoções forçadas, que geralmente atingiam as pessoas mais discriminadas. Na África, nas Américas e na Ásia, os governos prosseguiram com projetos extrativos, agrícolas ou de infraestrutura sem obter o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas afetados, às vezes removendo-os à força de suas terras. Na Tanzânia, os membros da comunidade indígena Maasai foram removidos à força de suas terras ancestrais pelas autoridades para dar lugar a um projeto turístico.

Prosseguiram os trabalhos de elaboração de um novo tratado patrocinado pela ONU sobre tributação global de empresas multinacionais, os quais culminaram na aprovação por unanimidade de uma resolução em sua Assembleia Geral em dezembro. Isso mostrou que o atual acordo tributário global da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), alcançado em 2021, não foi suficiente para corrigir o desequilíbrio na alocação dos direitos tributários entre as fontes de lucros de uma empresa, muitas vezes em países do Sul global, e sua sede jurídica, muitas vezes em países do Norte global. Outros compromissos ativos são necessários para garantir um sistema justo que proporcione recursos

adicionais vitais, particularmente aos países de baixa renda, para melhor garantir os direitos econômicos, sociais e culturais das populações.⁶

Os governos devem tomar medidas urgentes para mitigar a crise climática e evitar que o aquecimento global supere em 1,5°C os níveis pré-industriais, inclusive priorizando uma rápida eliminação dos combustíveis fósseis, garantindo uma transição para uma economia de carbono zero que seja justa e compatível com os direitos humanos. Devem adotar medidas que garantam os direitos de todos, inclusive das pessoas e grupos marginalizados, a um padrão de vida adequado, à alimentação, à saúde, à seguridade social, à moradia e à água. Devem obter o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas para quaisquer projetos em seu território.

Os Estados ricos e as instituições financeiras internacionais devem proporcionar alívio urgente da dívida e contribuir com fundos para as iniciativas internacionais de apoio aos países que necessitam de assistência para realizar os direitos econômicos, sociais e culturais, inclusive no contexto da crise climática. Os países de baixa renda também devem se beneficiar de maior justiça e inclusão por meio da reforma tributária global patrocinada pela ONU, que aportará recursos adicionais fundamentais para este fim.

MECANISMOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

Em 2023, comemora-se o 75 Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o 30 Aniversário da Declaração e Programa de Ação de Viena e o 25 Aniversário da Declaração das Nações Unidas sobre os Defensores dos Direitos Humanos. Esses instrumentos, entretanto, foram comprometidos por certos padrões de comportamento dos Estados, como o cumprimento insuficiente ou inadequado de suas obrigações de direitos humanos, suas respostas internacionais contraditórias diante de violações flagrantes de direitos fundamentais e sua contribuição insuficiente de recursos financeiros para os mecanismos internacionais de direitos humanos.

Neste contexto, os Estados devem renovar seu compromisso e tomar medidas concretas para aumentar a força e a resiliência do arcabouço internacional dos direitos humanos. Com esse fim, devem incrementar o orçamento do pilar de proteção aos direitos humanos na ONU, priorizando o cumprimento sistemático de todas as suas obrigações internacionais em matéria de direitos humanos e cuidando para que os mecanismos internacionais possam lidar com as violações desses direitos de forma coerente e eficaz onde quer que aconteçam.

-
1. "UN: Veto resolution is a vital step towards accountability", 26 de abril
 2. "The ICC at 20: Double standards have no place in international justice", 1 de julho
 3. Essential Elements of a Torture-Free Trade Treaty, September, 23 de setembro
 4. Any Tidal Wave Could Drown Us: Stories from the Climate Crisis, 3 de novembro
 5. "COP27: Loss and Damage fund is welcome but failure to deliver on phasing out fossil fuels is a huge setback", 21 de novembro
 6. Taxation, Illicit Financial Flows and Human Rights, 28 de junho

PANORAMA REGIONAL: ÁFRICA

O flagelo dos conflitos continuava atormentando profundamente a região, com poucas perspectivas de abrandamento. Contudo, houve algum progresso no sentido de garantir os direitos das vítimas à verdade, à justiça, à reparação e à responsabilização por graves violações e abusos dos direitos humanos que podem se configurar em crimes sob o direito internacional.

Quase todos os países da região tiveram que enfrentar os impactos econômicos devastadores da pandemia de Covid-19. Os esforços de recuperação foram dificultados por conflitos, instabilidade econômica decorrente da invasão da Ucrânia pela Rússia e por condições climáticas severas, exacerbadas pela mudança climática. Como resultado, os direitos de milhões de pessoas à alimentação, à saúde e a um padrão de vida adequado foram seriamente afetados.

As autoridades da região usaram diversas táticas para calar as divergências pacíficas. A repressão do direito à liberdade de reunião pacífica intensificou-se na medida em que as autoridades recorreram à segurança nacional ou à Covid-19 como pretextos para proibir, reprimir ou dispersar violentamente os protestos. Defensores dos direitos humanos, ativistas, jornalistas e membros da oposição sofreram intimidações e assédio, incluindo prisões, detenção e processos judiciais, uma vez que as autoridades reforçaram seu controle sobre os direitos à liberdade de expressão e de associação.

O número de pessoas que fugiam de conflitos ou crises climáticas seguiu aumentando. No entanto, a escassez de apoio financeiro internacional deixou as autoridades despreparadas para atender adequadamente às necessidades básicas urgentes dos refugiados.

A prevalência de violência contra as mulheres em toda a região revela padrões arraigados de discriminação de gênero e outras formas de desigualdade. Alguns países se omitiram em proteger as pessoas LGBTI e as pessoas com albinismo contra a discriminação e a violência.

Persistiram os riscos elevados de degradação ambiental e de deslocamento de comunidades, causados por projetos de mineração ou infraestrutura em fase de planejamento ou já em operação.

ATAQUES E HOMICÍDIOS ILEGAIS

Tanto grupos armados quanto forças governamentais atacaram civis, deixando um rastro de morte e destruição. Em Burkina Faso, milícias do Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos (GAIM) e do Estado Islâmico do Sahel (EIS) atacaram vilarejos e cidades. Na cidade de Djibo, mais de 300.000 residentes foram afetados quando o GAIM destruiu a estrutura de abastecimento de água. Pelo menos 80 pessoas, a maioria civis, foram mortas quando guerrilheiros do EIS atacaram a cidade de Seytenga em junho; os invasores foram de casa em casa matando os homens. No Noroeste e Sudoeste de Camarões, grupos separatistas armados atacaram pessoas, estabelecimentos de saúde e escolas; também na região do Extremo Norte grupos armados invadiram aldeias, matando e sequestrando dezenas de civis. Na República Centro-Africana (RCA), pelo menos 100 civis foram mortos por grupos armados e por forças governamentais entre fevereiro e março. Os ataques contra civis também se intensificaram no leste da República Democrática do Congo (RDC), onde grupos armados mataram mais de 1.800 civis.

Na Etiópia, ataques perpetrados por forças do governo e por grupos armados contra civis nas regiões de Oromia, Benichangul-Gumaz, Amara, Tigré e Gambela promoveram homicídios em massa. No Mali, ataques perpetrados pelo GAIM a três aldeias no Círculo de Bankass, em junho, resultaram em cerca de 130 mortes, na maioria de civis. Em Moçambique, guerrilheiros do Al-Shabaab estenderam seus ataques contra civis de Cabo Delgado às províncias de Niassa e Nampula. Em maio, decapitaram dez civis durante um ataque a três vilarejos em Cabo Delgado, onde também sequestraram mulheres e meninas, além de saquear e queimar casas. Na Nigéria, os ataques do Boko Haram, que antes operava principalmente no nordeste do país, espalharam-se para alguns estados nas regiões centro-norte e noroeste. O Boko Haram, o grupo Estado Islâmico na Província da África Ocidental e atiradores desconhecidos mataram pelo menos 6.907 pessoas. Na Somália, o Al-Shabaab foi responsável por 76% das 167 mortes e 261 feridos que resultaram de ataques a civis entre fevereiro e maio. Em seu ataque mais mortífero o grupo matou mais de 100 pessoas, em outubro, em dois atentados a bomba visando o prédio do Ministério da Educação em um movimentado cruzamento de uma zona comercial em Mogadíscio, a capital.

A população civil também sofreu o impacto de ataques indiscriminados. Em Burkina Faso, as forças francesas que apoiavam o exército nacional mataram quatro civis em fevereiro durante um ataque aéreo contra o grupo armado Ansarul Islam (Defensores do Islã). Dezenas de civis foram mortos em ataques aéreos similares praticados pelas forças armadas de Burkina Faso em abril e agosto. Na RCA, entre janeiro e outubro, 11 pessoas morreram e 42 ficaram feridas em 40 incidentes relacionados a artefatos explosivos improvisados. Vários ataques aéreos pelas forças do governo da Etiópia, um deles sobre um jardim de infância, mataram centenas de civis nas cidades de Dedebit, Mekelle e Adi Daero, na província de Tigré. No Níger, um ataque aéreo do exército nigeriano, ocorrido em fevereiro, matou sete crianças na região de Maradi. O exército do Níger também foi acusado de matar ilegalmente garimpeiros artesanais em Tamou, durante ataques aéreos realizados em outubro.

A violência sexual em conflitos armados (VSCA) continuou generalizada, deixando as sobreviventes com graves sequelas de saúde, psicológicas e outras. No Sudão do Sul, no contexto dos confrontos entre as forças do governo, com apoio de milícias afiliadas, e o Exército Popular de Libertação do Sudão, mais de 130 mulheres e meninas foram estupradas ou sofreram estupro coletivo entre fevereiro e maio, na região sul do estado de Unity. A Missão Multidimensional Integrada da ONU para Estabilização da República Centro-Africana documentou 47 casos de VSCA na RCA entre junho e outubro. Na RDC, pelo menos seis mulheres foram estupradas em maio, quando o grupo armado Cooperativa para o Desenvolvimento do Congo (Codeco) atacou uma aldeia de mineração de ouro na província de Ituri. A ONU relatou quatro incidentes de VSCA na Somália entre fevereiro e maio. Na Etiópia, quatro sobreviventes na região de Afar disseram ter sido estupradas e abusadas por membros das forças tigrés.

Bloqueios e restrições ao acesso humanitário continuaram a ser usados como método de guerra. Em Burkina Faso, o GAIM não só bloqueou o acesso a várias cidades do Norte e do Leste e seu abastecimento comercial, como também atacou comboios civis de suprimentos, mesmo escoltados por militares. No leste da RDC, ataques incessantes por parte de grupos armados, operações militares e restrições deliberadas à mobilidade impostas por forças governamentais e grupos armados dificultaram ainda mais o acesso humanitário e impediram que as comunidades tivessem acesso à assistência médica vital. Na Etiópia, onde foram impostas restrições à entrega de ajuda humanitária para Tigré quando o conflito começou, em novembro de 2020, o governo declarou, em março, uma trégua humanitária que permitiu um aumento significativo no número de comboios de ajuda à região. Porém, as entregas pararam completamente em agosto, quando o conflito reiniciou. Em novembro, após a assinatura do acordo de Pretória para cessação das hostilidades, as entregas foram retomadas.

No Mali, guerrilheiros do Katiba Serma bloquearam o eixo rodoviário que liga as cidades de Boni, Douentza, Hombori e Gossi entre maio e setembro, forçando os comerciantes a ter de contar com escoltas militares. Em agosto, o grupo armado atacou e queimou 19 caminhões de carga em Hombori.

As partes envolvidas em conflitos armados devem proteger a população civil, cessando ataques deliberados às pessoas e à infraestrutura civil, bem como ataques indiscriminados. Devem também facilitar o acesso seguro e desimpedido à assistência humanitária para as populações em risco.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

Em toda a região, houve avanços limitados no combate à impunidade e na garantia do direito à verdade, à justiça e à reparação para vítimas de crimes previstos no direito internacional e de outras graves violações e abusos dos direitos humanos. Em março, as autoridades chadianas entregaram Maxime Jeoffroy Eli Mokom Gawaka, um líder do grupo armado Anti-Balaka, ao TPI para responder por acusações de crimes de guerra e crimes contra a humanidade supostamente cometidos em 2013 e 2014 na RCA. Em maio, as autoridades holandesas prenderam um ex-oficial do exército, suspeito de envolvimento no massacre dos tutsis na cidade de Mugina, em Ruanda, durante o genocídio de 1994. Os julgamentos de Ali Mohammed Ali, acusado de crimes de guerra e crimes contra a humanidade em Darfur, no Sudão, e de Mahamat Said, suposto comandante do grupo armado Seleka na RCA, tiveram início no TPI em abril e setembro, respectivamente. Outros julgamentos relativos a crimes cometidos por membros de grupos armados na RCA foram abertos no Tribunal de Justiça de Bangui, a capital, e no Juizado Especial Criminal. No Sudão do Sul, um tribunal militar da cidade de Yei condenou oito soldados por estupros cometidos no contexto do conflito. No entanto, não houve qualquer progresso no sentido de estabelecer um Tribunal Híbrido para o Sudão do Sul.

Os governos devem intensificar seus esforços para combater a impunidade, realizando investigações completas, independentes, imparciais, eficazes e transparentes sobre crimes previstos no direito internacional e levando os suspeitos à justiça por meio de julgamentos justos em tribunais civis.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

DIREITO À ALIMENTAÇÃO

A invasão russa da Ucrânia interrompeu o fornecimento de trigo do qual muitos países africanos dependiam. Ao mesmo tempo, a alta no preço dos combustíveis, outra consequência da guerra na Europa, provocou aumentos consideráveis nos preços dos alimentos, afetando desproporcionalmente as pessoas marginalizadas e mais vulneráveis à discriminação. A insegurança alimentar agravou-se à medida que a seca em vários países africanos atingia níveis sem precedentes.

Grandes segmentos da população enfrentaram fome aguda e agravamento da insegurança alimentar em Angola, Burkina Faso, Chade, Madagascar, Níger, Quênia, RCA, Somália, Sudão e Sudão do Sul. Em Angola, os níveis de insegurança alimentar nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe estavam entre os piores do mundo e, em algumas destas zonas, adultos e crianças recorriam a comer talos de erva para sobreviver. Em Burkina Faso, o OCHA (Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU) estimou que, até setembro, 4,9 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar, entre as quais pessoas deslocadas internamente por fugirem do conflito.

O conflito e o conseqüente deslocamento de pessoas também aumentaram a insegurança alimentar no Níger, afetando 4,4 milhões de pessoas (cerca de 20% da população). Na RCA, 50% da população estava em situação de insegurança alimentar e, em algumas áreas, essa proporção chegava a 75%. Metade da população da Somália também enfrentava insegurança alimentar aguda e mais de três milhões de cabeças de gado, essenciais para a subsistência dos pastores, pereceram, em grande parte devido à seca. Perdas massivas de gado em conseqüência da seca também foram registradas em Angola.

DIREITO À SAÚDE

Embora os impactos da Covid-19 tenham diminuído, vários países experimentaram novos surtos ou epidemias de doenças, entre os quais um surto de Ebola em Uganda, declarado em setembro, que resultou em 56 mortes. Uma epidemia de sarampo no departamento de Pointe-Noire, no Congo, tirou a vida de 112 crianças; e no Zimbábue, mais de 750 crianças menores de cinco anos morreram quando um surto de sarampo no distrito de Mutasa se espalhou para outras áreas. Em Camarões, uma epidemia de cólera atingiu sete regiões, resultando em 298 mortes. Na prisão de New Bell, em Douala, pelo menos 16 presos morreram em decorrência de dois surtos de cólera na instituição; entre os mortos estava Rodrigue Ndagueho Koufét, que se encontrava detido arbitrariamente desde setembro de 2020 por participar de um protesto pacífico. No Malawi, uma epidemia de cólera atingiu 26 dos 28 distritos do país e, até 31 de dezembro, haviam sido registradas 576 mortes.

Em diversos países da região, condições climáticas extremas provocaram surtos de enfermidades. Na Nigéria, as inundações desencadearam um surto de doenças infecciosas transmitidas pela água, como a cólera, que mataram mais de 320 pessoas nos estados de Yobe, Borno e Adamawa. A seca severa na Somália fez aumentarem os casos de desnutrição, ao passo que casos suspeitos de cólera e de sarampo tiveram crescimento acentuado em comparação com anos anteriores, segundo a OMS.

DIREITO À MORADIA

As remoções forçadas continuaram sendo um problema grave na região.

No sul de Angola persistiu a expropriação de pastagens comunais em favor da pecuária comercial. Em outubro, a polícia queimou 16 casas e pertences pessoais em uma operação para expulsar a comunidade Mucubai de suas terras na área de Ndamba, nos arredores de Moçâmedes, província do Namibe, para facilitar a transferência de terras a um agronegócio.

Na Tanzânia, as autoridades expulsaram à força membros da comunidade indígena Maasai de suas terras ancestrais na divisão de Loliondo, região de Arusha, para dar lugar a um empreendimento turístico. As autoridades se omitiram em realizar consultas prévias efetivas aos residentes ou em dar-lhes aviso prévio e indenizações adequadas.

Nos centros urbanos e nas cidades, as remoções forçadas concentraram-se em ocupações informais. Em junho, por exemplo, o Conselho de Segurança Regional da Grande Acrá, de Gana, demoliu centenas de casas localizadas em terras pertencentes ao Conselho de Pesquisa Científica e Industrial no bairro Frafraha, na capital, Acrá. Os residentes receberam aviso prévio de apenas 48 horas. Na Nigéria, a Administração Territorial da Capital Federal e órgãos de segurança demoliram cerca de 100 estruturas na vila Dubaidna Durumi 3, em agosto. Os agentes de segurança usaram gás lacrimogêneo, causando o desmaio de duas crianças, e agrediram fisicamente os moradores durante a demolição. Na Zâmbia, o conselho municipal de Chingola demoliu mais de 300 casas construídas em terrenos ao redor da pista de pouso de Kasompe, no distrito de Chingola.

Os governos devem tomar medidas urgentes para garantir acesso aos direitos à alimentação, à saúde e à moradia, inclusive por meio de cooperação e assistência

internacional, quando necessário. Devem também assegurar que os perpetradores de violações dos direitos humanos sejam responsabilizados.

REPRESSÃO ÀS DIVERGÊNCIAS

LIBERDADE DE REUNIÃO

A repressão ao direito à liberdade de reunião se intensificou na medida em que as autoridades recorreram à segurança nacional ou à pandemia de Covid-19 como pretexto para proibir, suprimir ou dispersar com violência os protestos. Mesmo assim, a determinação dos manifestantes em reivindicar seu direito de protesto não foi vencida. Grandes manifestações envolvendo diferentes questões, inclusive a alta dos preços dos alimentos, ocorreram em várias cidades da região.

Registraram-se dezenas de mortes de manifestantes atribuídas ao uso excessivo da força por agentes de segurança em países como Chade, Guiné, Nigéria, Senegal, Quênia, RDC, Serra Leoa, Somália e Sudão, entre outros. Chade e Serra Leoa, onde, respectivamente, pelo menos 50 e 27 manifestantes morreram em outubro e agosto, não haviam até o final do ano divulgado os resultados das investigações oficiais sobre esses homicídios.

Prisões e detenções de manifestantes continuaram generalizadas em toda a região, incluindo dezenas no Quênia, em Serra Leoa e no Sudão do Sul, onde ocorreram protestos contra o aumento do custo de vida. As forças de segurança sudanesas detiveram centenas de manifestantes e muitos outros foram vítimas de desaparecimento forçado como parte de uma repressão mais ampla à oposição ao golpe militar de 2021. Na Guiné, no Senegal e em Uganda, as autoridades intimidaram líderes da oposição ou organizadores de protestos. O líder da oposição de Uganda, Kizza Besigye, foi preso e detido três vezes por protestar contra a inflação e o alto custo de vida. Seis mulheres que protestaram contra sua detenção também foram presas e acusadas de incitar a violência e realizar um protesto ilegal. Em julho, os organizadores e participantes de uma marcha proibida na Guiné foram processados.

Em diversos países, incluindo Chade, Guiné, Lesoto, Níger, RDC e Senegal, a proibição de manifestações restringiu de fato o direito de protestar.

Um ponto positivo é que, em março, o Tribunal de Justiça da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) julgou que uma ordem ministerial de 2011, do Senegal, que proibia manifestações de natureza política no centro da capital, Dacar, violava os direitos à liberdade de expressão e de reunião pacífica. O tribunal recomendou às autoridades senegalesas que a ordem fosse revogada.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Defensores dos direitos humanos, ativistas, jornalistas e membros da oposição enfrentaram perseguições, intimidações e ameaças simplesmente por exercerem seu direito à liberdade de expressão. Na Nigéria, um tribunal na cidade de Kano condenou dois influenciadores das mídias sociais a uma semana de detenção, açoitamento e multa por supostamente difamarem o governador do estado de Kano em um quadro de humor. No Senegal, um líder da oposição e dois ativistas estavam entre as pessoas presas e acusadas de difamação e disseminação de notícias falsas. No Sudão, no estado do Cordofão do Sul, uma mulher foi acusada de vários delitos previstos na Lei de Crimes Cibernéticos, entre os quais a publicação de informações falsas relacionadas à postagem em uma mídia social sobre o recrutamento de crianças para as Forças Armadas do Sudão. O ativista e autor Kakwenza Rukirabashaija fugiu de Uganda depois de ser detido por causa de postagens no Twitter que a polícia alegou terem como objetivo perturbar a paz do tenente-general Muhoozi Kainerugaba, filho do presidente. Na

Zâmbia, dois homens foram condenados a 24 meses de prisão com trabalhos forçados por insultar o presidente no TikTok.

Os ataques à liberdade de imprensa ainda ocorriam com frequência. No Sudão e em Uganda, forças de segurança invadiram as dependências de veículos de comunicação, enquanto em Gana, Mali, Nigéria, Somália e Tanzânia as autoridades suspenderam ou fecharam meios de comunicação por publicarem conteúdo considerado crítico ou desfavorável ao governo. Em toda a região, muitos jornalistas foram presos e detidos, quando não sistematicamente perseguidos e intimidados. Na Etiópia, as autoridades prenderam pelo menos 29 jornalistas e profissionais da imprensa, muitos dos quais sequer foram acusados formalmente. No Essuatíni, Zweli Martin Dlamini, editor do Swaziland News, foi declarado terrorista pela lei antiterrorismo. Em Gana, um apresentador de rádio foi condenado a duas semanas de prisão e multado em GHS 3.000 (cerca de US\$ 377) por desacato ao tribunal, depois de publicar um vídeo alegando que o presidente Akufo-Addo conspirou com juízes para influenciar as eleições presidenciais de 2020.

Os direitos dos jornalistas e dos defensores dos direitos humanos foram reprimidos no Burundi, em Madagáscar, no Malawi, em Moçambique, no Níger, na RDC, em Ruanda, na Somália e no Zimbábue. Em Madagascar, um defensor do meio ambiente de 70 anos, Henri Rakotoarisoa, foi morto a facadas em junho. Em Moçambique, supostos agentes do Estado invadiram o escritório do advogado de direitos humanos João Nhampossa e roubaram seu computador, pen drives, celulares e diversos documentos; e Adriano Nuvunga, defensor de direitos humanos, recebeu ameaças de morte.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Autoridades da região intensificaram as restrições à liberdade de associação, prejudicando organizações da sociedade civil. Antes das eleições gerais de Angola, por exemplo, a Omunga e a Associação para o Desenvolvimento da Cultura e dos Direitos Humanos foram impedidas pela polícia de realizar uma conferência sobre a construção da paz. No Burundi, as autoridades puseram fim a uma coletiva de imprensa em março. Na Guiné, as autoridades de transição dissolveram a Frente Nacional de Defesa da Constituição, uma coligação de organizações da sociedade civil e partidos políticos que reivindicam o retorno à ordem constitucional.

Leis foram promulgadas para reprimir e controlar o trabalho de organizações da sociedade civil. No Níger, em fevereiro, foi promulgado, um decreto que determina a exigência de aprovação do governo para todos os programas e projetos iniciados por ONGs. No Zimbábue, foi apresentado ao parlamento um projeto de emenda da lei sobre Organizações Voluntárias Privadas, o qual prevê dispositivos que ameaçam a própria existência das organizações da sociedade civil e suas operações.

Os governos devem pôr fim ao assédio e à intimidação a defensores dos direitos humanos, jornalistas e ativistas, retirar todas as acusações contra as pessoas processadas e libertar imediata e incondicionalmente qualquer pessoa detida arbitrariamente. Devem garantir que a liberdade de imprensa seja respeitada, permitindo que os meios de comunicação operem de forma independente.

DIREITOS DAS PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE, REFUGIADAS E MIGRANTES

Um número crescente de pessoas fugiu de seus lares em razão de conflitos ou de crises climáticas. Mais 600.000 pessoas foram deslocadas internamente na RDC, elevando o total de deslocados internos para quase seis milhões, o maior número na África. Com a expansão do

conflito em Moçambique, o número de deslocados aumentou para 1,5 milhão. Insegurança alimentar e hídrica, desnutrição, saúde precária e moradia inadequada caracterizaram suas condições de vida. Na Somália, mais de 1,8 milhão de pessoas foram deslocadas devido à seca e ao conflito.

Uganda continuou a hospedar a maior população de refugiados na África, cerca de 1,5 milhão de pessoas, quase 100.000 das quais chegaram ao país em 2022. No entanto, até novembro, apenas 45% dos pedidos de financiamento de Uganda haviam sido atendidos, o que deixou as autoridades sem capacidade para atender adequadamente às necessidades urgentes dos refugiados, como assistência médica, suprimento de água, saneamento e educação. O Sudão continuou a receber novos refugiados de países vizinhos – cerca de 20.000 do Sudão do Sul e 59.800 da Etiópia. Por outro lado, graves déficits de financiamento internacional forçaram o Programa Alimentar Mundial a cortar rações para os refugiados.

Os migrantes vivenciaram uma série de violações e abusos específicos. Milhares de migrantes, 14.000 dos quais entre janeiro e maio, foram expulsos violentamente da Argélia para o chamado “Ponto Zero”, na fronteira com o Níger. Em junho, dez migrantes foram encontrados mortos perto da fronteira com a Líbia. Na Guiné Equatorial, dezenas de migrantes irregulares foram deportados para seus países de origem sem o devido processo e sem acesso a um advogado.

Os governos devem adotar medidas para garantir que as pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas dentro de seu país recebam proteção e tenham pleno acesso à ajuda humanitária, incluindo alimentos, água e abrigo. Devem sustar imediatamente as deportações e detenções ilegais de migrantes e refugiados e garantir que suas necessidades de proteção sejam atendidas. A comunidade internacional deve enfrentar a escassez de financiamento internacional disponibilizando aportes sustentáveis e regulares de longo prazo para permitir que os países anfitriões atendam adequadamente às necessidades urgentes dos refugiados.

DISCRIMINAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

A exclusão de meninas grávidas das escolas persistiu na Tanzânia e na Guiné Equatorial. Num desenvolvimento positivo, em setembro, o Comitê Africano de Especialistas em Direitos e Bem-Estar da Criança concluiu que a política de exclusão da Tanzânia violava a Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança e recomendou a reformulação da política. Além disso, 800 crianças, incluindo meninas grávidas e meninas que abandonaram a escola por causa da gravidez, foram reintegradas à escola em Serra Leoa.

A violência de gênero continuou prevalecendo em toda a região. Na África do Sul, os homicídios de mulheres aumentaram 10,3%, com 989 mulheres mortas entre julho e setembro, enquanto os crimes sexuais e os estupros aumentaram 11% e 10,8%, respectivamente. Em Essuatíni, o assassinato brutal de uma mulher por seu ex-companheiro levou as organizações de direitos das mulheres a intensificarem seus apelos pela declaração de um estado de emergência nacional para combater a violência de gênero. Na Guiné, as vítimas de estupro continuaram a ter de lidar com a falta de prevenção e de proteção contra esses crimes. Além disso, não tinham disponibilidade ou acesso adequados à assistência médica e a serviços de atenção à saúde sexual e reprodutiva, tampouco a serviços de apoio psicológico e de apoio jurídico e social.

Diversos países promulgaram leis progressistas sobre igualdade de gênero. O parlamento do Congo aprovou a “lei Mouébara” sobre o combate à violência doméstica e outras violências contra as mulheres. Em Serra Leoa, a Lei Consuetudinária dos Direitos à Terra conferiu às

mulheres o mesmo direito à posse e uso das terras da família, e uma lei de igualdade incluiu uma cláusula estipulando que 30% de todos os cargos no governo sejam reservados para mulheres. No Zimbábue foi introduzida legislação que proíbe o casamento precoce e infantil.

Em Madagáscar, pelo contrário, o presidente da Comissão Permanente da Assembleia Nacional rejeitou uma proposta de lei que procurava alterar o Código Penal de forma a descriminalizar o aborto. Na Nigéria, a Assembleia Nacional votou contra cinco projetos de lei que visavam a promover a igualdade de gênero, e só se comprometeu a reconsiderar três deles após protestos de grupos de mulheres e organizações da sociedade civil. Em Ruanda, o parlamento rejeitou um projeto de lei que permitia o fornecimento de contraceptivos a pessoas com mais de 15 anos.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Hostilidades, prisões e processos contra pessoas LGBTI foram comuns em muitos países. Depois de ser agredida por vizinhos e mototaxistas, uma mulher trans em Benin foi também espancada, despida e fotografada em uma delegacia de polícia. Ela foi libertada sem acusações depois de passar três dias detida, nua e privada de alimentos. Na Zâmbia, membros do movimento homofóbico #BanNdevupaNdevu (#BanirHomossexualidade) realizaram um protesto e usaram o WhatsApp para incitar ao assassinato e outras formas de violência contra pessoas suspeitas de serem gays. Em Uganda, a Agência Nacional para ONGs ordenou o fechamento da Sexual Minorities Uganda, uma organização guarda-chuva que opera para proteger os direitos das pessoas LGBTI.

Vários países introduziram ou analisaram novas medidas para criminalizar relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo. Em Gana, um projeto de lei para intensificar a criminalização de pessoas LGBTI estava em discussão no parlamento. Na Guiné Equatorial, estava em preparação um projeto de lei para regulamentar os direitos das pessoas LGBTI. No Senegal, por outro lado, a Assembleia Nacional rejeitou um projeto de lei que criminalizaria as pessoas LGBTI.

A proteção para pessoas LGBTI nos tribunais nacionais era quase nula. Na Nigéria, três homens gays foram condenados à morte por um tribunal da sharia em Ningi, estado de Bauchi. Em Essuatíni, o Supremo Tribunal manteve a recusa do Ofício de Registros em registrar o grupo ativista Minorias Sexuais e de Gênero de Essuatíni como uma organização. Na Namíbia, o Supremo Tribunal indeferiu os pedidos de cônjuges de cidadãos namibianos que pretendiam regularizar sua situação imigratória com base em casamentos entre pessoas do mesmo sexo celebrados fora do país. No âmbito regional, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos rejeitou as solicitações de *status* de observador de três organizações, ao que parece, porque atuavam pelos direitos das pessoas LGBTI.

PESSOAS COM ALBINISMO

Mutilações e outros ataques violentos contra pessoas com albinismo continuaram a ocorrer em partes do Leste e do Sul do continente africano, motivados por superstições sobre o albinismo. Em Madagáscar, o número de ataques violentos dobrou, e sequestros de crianças com albinismo foram relatados em fevereiro e agosto, enquanto em março foi encontrado o corpo mutilado de um menino de seis anos na comunidade de Berano, distrito de Amboasary Atsimo. Na Zâmbia, na aldeia de Mungwalala, distrito de Chama, na Província Oriental, foi descoberto em janeiro o túmulo vandalizado de um menino de 12 anos cuja mão fora decepada. Em junho, três homens cortaram o dedo indicador de um menino de 10 anos no distrito de Mkushi, na Província Central.

Os governos devem adotar medidas urgentes para proteger as pessoas contra a discriminação e a violência, inclusive medidas para proteger os direitos das mulheres e das meninas à igualdade e à não discriminação, permitindo que vivam livres da violência de

gênero, e garantir o acesso universal das sobreviventes à atenção à saúde sexual e reprodutiva e a outros serviços de saúde e de apoio psicológico, jurídico e social.

CRISE CLIMÁTICA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A região continuou a suportar os maiores impactos das condições meteorológicas extremas exacerbadas pela mudança climática. O Chifre da África sofreu sua pior seca em 40 anos, enquanto partes da África Austral experimentaram chuvas extremas. Em Madagascar, seis tempestades e ciclones tropicais atingiram a costa entre janeiro e abril, matando mais de 200 pessoas. Na província de Kwazulu-Natal, na África do Sul, o planejamento urbano precário e a falta de manutenção da infraestrutura pelo governo local agravaram o impacto das enchentes que destruíram milhares de casas. Na África Ocidental, as autoridades nigerianas não implementaram medidas adequadas para mitigar o impacto das inundações que mataram pelo menos 500 pessoas e afetaram mais de 1,9 milhão em 25 estados. No Senegal, o aumento do nível do mar continuou causando erosão nas aldeias de pescadores, como a de Guet-Ndar, em Saint-Louis, afetando seus meios de subsistência e forçando comunidades a se mudarem para o interior.

Persistiu em diversos países um alto risco de degradação ambiental ou deslocamento de comunidades em consequência de projetos de mineração ou de infraestrutura que estão em fase de planejamento ou já operantes. Na Namíbia, o Supremo Tribunal rejeitou uma demanda urgente por parte de várias organizações para impedir que uma mineradora canadense continuasse com suas explorações nas regiões de Kavango. Tanzânia e Uganda continuaram a participar dos planos de construção do Oleoduto de Petróleo Bruto da África Oriental, com 1.443 km e que deverá atravessar assentamentos humanos e áreas de vida selvagem, terras agrícolas e fontes de água.

Vários países lançaram medidas para lidar com a crise climática ou a degradação ambiental. O primeiro-ministro da Guiné ordenou a uma empresa de mineração de bauxita acusada de poluição grave que cumprisse as normas internacionais de controle de poluição. Na Somália, o governo federal criou o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática e nomeou um emissário presidencial especial para tratar da questão da seca. Um projeto de lei sobre mudança climática foi apresentado ao parlamento da África do Sul, mas havia receios de que seu alcance fosse insuficiente para enfrentar a crise climática. No Sudão do Sul, o Presidente Kiir teria ordenado a suspensão de todas as atividades de dragagem no país até a conclusão de avaliações de impacto sobre as comunidades e ecossistemas nas áreas afetadas.

Os governos devem adotar medidas urgentes para proteger indivíduos e comunidades contra os riscos e os impactos da mudança climática e de condições meteorológicas extremas, inclusive buscando assistência e cooperação internacional para a adoção de medidas adequadas de adaptação e mitigação do clima.

PANORAMA REGIONAL: AMÉRICAS

Três anos após o surgimento da Covid-19, as Américas continuaram a experimentar os efeitos devastadores da pandemia. As autoridades não garantiram o acesso de milhões de pessoas aos direitos básicos à alimentação, à água e à saúde, enquanto os sistemas de saúde continuaram criticamente subfinanciados. Em um panorama de recessão econômica, as autoridades de muitos países intensificaram o uso de táticas repressivas para silenciar as divergências e muitas formas de protesto. Vários governos declararam estados de emergência que resultaram em uma série de violações graves dos direitos humanos, como prisões arbitrárias, julgamentos injustos e homicídios ilegais. Em outros casos, as medidas repressivas incluíam uso excessivo da força contra pessoas que exerciam seu direito de protestar, vigilância e monitoramento ilegal de ativistas e ataques a jornalistas. Os povos indígenas, as pessoas negras e outras que enfrentam discriminação racial continuaram a ser atingidos de forma desproporcional por violações dos direitos humanos tais como abusos da polícia e tortura e outros maus-tratos em centros de detenção de migrantes. Ocorreram grandes reveses em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, e as autoridades de vários países aprovaram medidas que prejudicaram o acesso ao aborto e proibiram a educação sexual integral. A violência contra mulheres e meninas continuou generalizada e as pessoas LGBTI permaneciam em risco, com os homicídios de pessoas transgênero atingindo níveis recordes em alguns países. Em vários países, as autoridades tomaram providências para levar à justiça alguns dos responsáveis por crimes cometidos no passado; porém, de modo geral, a impunidade por graves violações dos direitos humanos continuou arraigada. Os governos não cumpriram seus compromissos com relação à mudança climática. Diante dos números históricos de pessoas que buscam refúgio ou uma vida melhor no exterior, as autoridades aplicaram políticas retrógradas que minaram os direitos de refugiados e migrantes e violaram o direito internacional.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

O número de pessoas que vivem na pobreza permaneceu acima do verificado antes da pandemia. Muitos governos da região não trataram das barreiras estruturais responsáveis pela crise desencadeada pela pandemia: desigualdades socioeconômicas anteriores, baixa arrecadação de impostos, baixos investimentos públicos em saúde e falta de acesso a outros determinantes sociais da saúde, como segurança alimentar, água potável e infraestrutura básica.

A inflação agravou as dificuldades econômicas. Segundo o Fundo Monetário Internacional, a inflação foi mais acentuada na Argentina, no Chile, na Colômbia, no Haiti, em Honduras, na Nicarágua e na Venezuela. Milhões de pessoas na região não usufruíam dos direitos básicos a alimentação, saúde e água. No Brasil, mais da metade da população não tinha acesso adequado e seguro à alimentação, com pessoas negras e comunidades marginalizadas sendo afetadas de forma desproporcional. Na Venezuela, a maioria da população vivia em situação de insegurança alimentar e, segundo o Banco Mundial, em agosto o país tinha a terceira maior taxa de inflação do mundo para o preço dos alimentos. Em Cuba, a escassez de alimentos fez com que as pessoas passassem horas em filas para obter itens básicos e, no Haiti, mais de 40% da população enfrentou níveis de fome emergenciais, em meio a um ressurgimento da cólera. Na Argentina, 36,5% da população estava vivendo em situação de pobreza durante o primeiro semestre do ano.

Na maioria dos países, as autoridades não implementaram medidas para reforçar a proteção do direito à saúde, apesar de a pandemia ter evidenciado que os sistemas de saúde precisavam de grandes reformas. No Brasil, o Congresso aprovou o orçamento mais baixo para o Ministério da Saúde em uma década, ameaçando prejudicar o acesso a serviços de saúde adequados e o fornecimento de remédios no país. Países como Guatemala, Honduras e Paraguai continuaram a destinar níveis criticamente baixos de investimentos públicos para a saúde, e os serviços estavam sobrecarregados e incapazes de atender às necessidades básicas de suas populações. No Chile, em setembro, os cidadãos rejeitaram por ampla maioria a proposta de uma nova constituição que fortaleceria a proteção aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, enquanto as reformas propostas com relação aos direitos à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos permaneciam pendentes no final do ano.

Os governos devem tomar medidas imediatas para assegurar que o máximo de recursos disponíveis seja destinado para garantir o cumprimento de suas obrigações essenciais mínimas com os direitos econômicos, sociais e culturais.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS, HOMICÍDIOS ILEGAIS, TORTURAS E OUTROS MAUS-TRATOS

As autoridades de muitos países continuaram a violar os direitos das pessoas à vida, à liberdade, ao julgamento justo e à integridade física. Essas violações ocorreram principalmente durante a aplicação de medidas repressivas pelos governos em resposta a crises políticas ou estados de emergência, ou como parte de problemas mais generalizados nas forças de segurança e nos sistemas de justiça que resultaram em respostas ilegais, arbitrárias e desproporcionais.

O uso excessivo da força e os homicídios ilegais pelas forças de segurança ocorreram de forma disseminada por toda a região e muitas vezes visaram os bairros de baixa renda e racializados em países como Argentina, Brasil, Colômbia, México, EUA, República Dominicana e Venezuela, entre outros. Na Venezuela, as forças de segurança efetuaram 488 supostas execuções extrajudiciais em várias partes do país entre janeiro e setembro. No Brasil, operações policiais provocaram a morte de dezenas de pessoas.

As detenções arbitrárias permaneceram generalizadas na Colômbia, em Cuba, em El Salvador, no Equador, no México, na Nicarágua e na Venezuela. As pessoas detidas eram frequentemente torturadas ou maltratadas, em alguns casos submetidas a desaparecimento forçado. Em março, as autoridades de El Salvador declararam estado de emergência em resposta a um pico de homicídios, supostamente cometidos por gangues. A medida resultou em violações maciças dos direitos humanos, mais de 60.000 prisões e julgamentos injustos generalizados. No Equador, pelo menos 146 pessoas privadas de liberdade foram mortas em meio a uma crise no sistema penitenciário. No Equador e no México, foram tomadas decisões administrativas, judiciais e legislativas para expandir a participação das forças armadas nas tarefas de segurança pública.

REPRESSÃO ÀS DIVERGÊNCIAS E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em vários países, movimentos sociais e ativistas saíram às ruas para exigir direitos econômicos e sociais básicos, o fim da violência de gênero, a libertação das pessoas detidas injustamente e a defesa do meio ambiente. As autoridades respondem rotineiramente com força desnecessária e excessiva. No Equador, pelo menos seis pessoas morreram depois que as

forças de segurança usaram força excessiva contra os protestos dos povos indígenas por questões socioambientais. Na Colômbia, um líder indígena foi morto a tiros no contexto de um protesto ambiental. Em um protesto distinto na capital, Bogotá, um manifestante sofreu trauma ocular após ser atingido por um projétil. No Peru, pelo menos três pessoas morreram durante protestos após intervenções da Polícia Nacional no primeiro semestre, enquanto que nas últimas semanas do ano, pelo menos 22 pessoas foram mortas em protestos durante a crise política que se seguiu à destituição do ex-presidente Pedro Castillo em dezembro.

Na Bolívia, agentes da lei reprimiram com violência, em alguns casos detendo arbitrariamente, os produtores de folhas de coca que protestaram contra as tentativas de erradicar suas plantações. Nos EUA, mais de 75 pessoas foram presas em conexão com os protestos ocorridos após a morte de Jayland Walker, um homem negro que, em junho, foi morto com 46 tiros pela polícia de Akron, no estado de Ohio. No México, o governo continuou a estigmatizar feministas e defensoras dos direitos humanos que protestavam contra a inação do governo frente à violência de gênero, enquanto em alguns estados, as forças de segurança espancaram violentamente e detiveram arbitrariamente as manifestantes. Em Porto Rico e em Cuba, surgiram vários relatos de uso excessivo da força pela polícia contra os protestos por falta de energia elétrica e outras demandas sociais, após o furacão Ian.

Na Nicarágua, as autoridades revogaram o estatuto jurídico de mais de 1.000 organizações durante o ano, fecharam pelo menos 12 universidades, prenderam jornalistas e assediaram ativistas e opositores políticos. Na Venezuela, os serviços de inteligência e outras forças de segurança, com a aquiescência do sistema judiciário, continuaram a deter arbitrariamente, torturar e maltratar pessoas consideradas opositoras do governo.

Defensores dos direitos humanos foram mortos por causa de seu trabalho em países como Bolívia, Brasil, Colômbia, Guatemala, Honduras, México, Peru e Venezuela. Além disso, foram ameaçados, hostilizados ou submetidos a processos criminais ou prisões arbitrárias na Bolívia, no Brasil, no Chile, na Colômbia, em Cuba, em El Salvador, no Equador, na Guatemala, em Honduras, no México, na Nicarágua, no Paraguai, no Peru e na Venezuela, entre outros. Na Colômbia, pelo menos 189 líderes sociais e defensores dos direitos humanos foram mortos durante o ano. Na Venezuela, pelo menos 396 defensores dos direitos humanos foram alvo de intimidação, estigmatização e ameaça. Na Nicarágua, dezenas de opositores e críticos do governo detidos foram levados a julgamento em processos que careciam das devidas garantias básicas. No Paraguai, ativistas continuaram a enfrentar acusações forjadas motivadas por sua participação em protestos contra as políticas de saúde do Estado. Na Guatemala, juízes, promotores, defensores dos direitos humanos e manifestantes enfrentaram processos criminais infundados. E, na Bolívia, os defensores dos direitos humanos foram processados por criticar o governo.

A liberdade de imprensa permaneceu em risco por toda a região. Jornalistas foram mortos na Colômbia, no Haiti, no México e na Venezuela. O México registrou seu ano mais mortífero para a imprensa, com pelo menos 13 jornalistas assassinados. Na Nicarágua e na Venezuela, veículos de comunicação foram fechados de forma arbitrária. Na Guatemala, jornalistas que noticiavam casos de corrupção e impunidade costumavam enfrentar processos criminais infundados e campanhas de difamação, enquanto em El Salvador foram registrados ataques a dezenas de jornalistas.

O uso do programa espião Pegasus para a vigilância ilegal de ativistas e jornalistas foi documentado em El Salvador e no México.

As autoridades também se valeram de leis vagas e excessivamente amplas para silenciar seus críticos. Em El Salvador, o Código Penal foi emendado para prever penas de prisão de entre 10 e 15 anos por gerar "ansiedade" ou "pânico" por meio de reportagens sobre gangues. Na Nicarágua, a Lei Geral de Regulamentação e Controle das Organizações Sem Fins Lucrativos foi a mais recente de uma série de leis aprovadas desde a repressão de 2018 que

prejudicou as organizações da sociedade civil. Em Cuba, um novo Código Penal entrou em vigor em dezembro, que poderia consolidar restrições duradouras aos direitos à liberdade de expressão e de reunião pacífica. Na Argentina, o governo provincial de Jujuy apresentou um projeto de lei para alterar a constituição provincial com o fim de limitar os protestos, proibindo bloqueios de vias públicas e a "usurpação do espaço público".

Os governos devem respeitar, proteger e facilitar o exercício dos direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica, inclusive garantindo que jornalistas, defensores dos direitos humanos e pessoas consideradas oponentes políticos sejam capazes de realizar seu trabalho e exercer seus direitos em um ambiente seguro e propício, livre de assédio, violência e vigilância ilegal.

Os governos devem garantir que as pessoas possam exercer seu direito de protestar pacificamente e que qualquer força empregada pelos serviços de segurança seja necessária, proporcional e legal.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Autoridades de vários países da região tomaram medidas que comprometeram seriamente os direitos sexuais e reprodutivos. Em El Salvador, a proibição do aborto continuou sendo absoluta. Pelo menos duas mulheres permaneceram presas por acusações relacionadas a emergências obstétricas, uma delas cumprindo a pena máxima de 50 anos. Na República Dominicana, o Congresso novamente não apresentou uma revisão do código penal que descriminaliza o aborto.

Em junho, a Suprema Corte dos Estados Unidos pôs fim às proteções federais ao direito ao aborto ao revogar a decisão do caso *Roe v. Wade*, revertendo quase 50 anos de jurisprudência. A decisão foi seguida por várias legislaturas estaduais do país, que aprovaram leis para proibir ou restringir o acesso ao aborto. Em contraste, em vários estados dos EUA, as pessoas votaram de forma esmagadora para proteger o direito ao aborto. Em Porto Rico, cinco projetos de lei que propunham restringir o acesso ao aborto foram derrotados. No Peru, foi apresentado ao Congresso um projeto de lei que, se aprovado, prejudicaria o acesso ao aborto. Na Argentina, obstáculos significativos persistiram para o acesso aos serviços de aborto, apesar de uma lei de 2020 que descriminaliza e legaliza o aborto nas primeiras 14 semanas de gravidez.

No entanto, também ocorreram avanços com relação aos direitos sexuais e reprodutivos. Uma decisão do Tribunal Constitucional da Colômbia, em fevereiro, descriminalizou o aborto até a 24ª semana de gravidez. No México, mais quatro estados descriminalizaram o aborto, que deixou de ser penalizado em 11 dos 32 estados mexicanos. No Equador, o presidente sancionou uma lei descriminalizando o aborto em casos de estupro, a qual, no entanto, continha certos elementos restritivos que limitavam os direitos reprodutivos.

As autoridades de vários países não protegeram o direito à educação sexual integral. Na Argentina (província do Chaco), no Paraguai, no Peru e em vários estados dos EUA, as autoridades continuaram a restringir a educação sobre sexualidade e diversidade de gênero em ambientes educacionais.

Os governos devem assegurar o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o acesso a serviços de aborto seguro.

VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO CONTRA MULHERES, MENINAS E PESSOAS LGBTI

As autoridades não protegeram as mulheres e as meninas da arraigada violência de gênero, nem trataram da impunidade para esses crimes. Na Argentina, de acordo com dados coletados por ONGs, foram registrados 233 assassinatos por motivos de gênero (femicídios), 91% dos quais em ambientes domésticos. No México, entre janeiro e novembro, foram registrados 858 feminicídios (homicídios baseados em gênero e facilitados pela impunidade, fazendo com que as estruturas estatais e judiciais sejam responsáveis pelo crime). Na Venezuela, organizações locais relataram um total de 199 feminicídios de janeiro a setembro. Um observatório da sociedade civil no Uruguai registrou um aumento nos feminicídios em relação ao ano anterior, enquanto no Peru foram registrados 124 feminicídios.

O Congresso dos EUA aprovou e o Presidente Biden sancionou a Lei da Violência contra a Mulher, que já havia prescrito e que é o principal mecanismo de financiamento para prevenir e responder à violência contra as mulheres nos Estados Unidos.

As pessoas LGBTI continuaram correndo risco de serem assassinadas, atacadas, discriminadas e ameaçadas, além de enfrentarem obstáculos para o reconhecimento legal em vários países da região. Pessoas transgênero corriam maior risco de serem mortas no Brasil, na Colômbia, na Guatemala, em Honduras e no México. Dados publicados em janeiro mostraram que, pelo 13º ano consecutivo, o Brasil foi o país com o maior número de homicídios de pessoas trans no mundo. Entretanto, pela primeira vez na história do país, duas mulheres trans foram eleitas para a Câmara dos Deputados.

Várias medidas legislativas foram adotadas durante o ano em relação aos direitos das pessoas LGBTI. Na Colômbia, o Tribunal Constitucional reconheceu um marcador de gênero não binário para registro de identidade, criando precedente legal para a diversidade de gênero. Em setembro, após um referendo, Cuba aprovou um novo Código de Família que legaliza o casamento entre pessoas do mesmo sexo e permite a adoção por casais do mesmo sexo. Em outubro, o estado de Tamaulipas no México legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo, com isso tornando-o legal em todo o país. Nos EUA, a Lei de Respeito ao Casamento foi promulgada em dezembro, proporcionando algumas proteções em nível federal para os casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Em contrapartida, em maio, a Comissão de Direitos Humanos e Assuntos Trabalhistas de Porto Rico retirou as propostas para uma declaração de direitos para pessoas LGBTI.

Os governos de toda a região devem tomar medidas urgentes para evitar feminicídios e homicídios, assim como homicídios de pessoas LGBTI, levar os responsáveis por esses crimes à justiça e garantir que salvaguardas de não repetição sejam postas em prática.

DISCRIMINAÇÃO CONTRA POVOS INDÍGENAS E PESSOAS NEGRAS

As pessoas historicamente submetidas à discriminação racial continuaram a ser desproporcionalmente afetadas por violações dos direitos humanos. Líderes indígenas foram mortos no contexto de conflitos relacionados à terra no Brasil, na Colômbia, no Equador e no México. Na Colômbia, líderes e defensores indígenas foram atacados e mortos e, nas áreas onde grupos armados de oposição continuavam a operar, povos indígenas e comunidades afrodescendentes foram deslocadas à força, com algumas enfrentando crises humanitárias. No Paraguai, as autoridades não responderam adequadamente quando os povos indígenas

foram removidos à força de suas terras. Na Nicarágua, os povos indígenas foram deslocados à força e submetidos à violência por indivíduos armados.

Em diversos países – como Argentina, Brasil, Canadá, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e Venezuela – os governos avançaram com grandes projetos extrativistas, agrícolas e de infraestrutura sem obter o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas afetados. Na Argentina, os povos indígenas continuaram a enfrentar sérias dificuldades para acessar os direitos coletivos à terra. No Equador, assassinatos e ameaças contra líderes e defensores indígenas continuaram a acontecer. Os povos indígenas da Amazônia equatoriana afetados por um grande derramamento de petróleo em janeiro continuaram sem reparação por esse desastre, bem como por um derramamento anterior em 2020.

Nos EUA, as mulheres indígenas continuaram a enfrentar níveis desproporcionalmente altos de estupro e violência sexual, sem ter acesso a cuidados básicos após o estupro. Além disso, experimentaram índices elevados de desaparecimento e assassinato. No Canadá, mulheres indígenas de várias Primeiras Nações e comunidades Inuit no Quebec relataram esterilização forçada e outras violências obstétricas.

O primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, reconheceu oficialmente o papel da Igreja Católica e do governo canadense na criação, manutenção e operação do sistema de internato que, em outubro, a Câmara dos Comuns reconheceu por unanimidade como genocídio contra os povos indígenas.

As pessoas negras continuaram sendo desproporcionalmente afetadas pela violência do Estado em vários países da região. No Brasil, várias operações policiais resultaram em grande número de mortes, como a realizada em maio no bairro Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, em que 23 pessoas foram mortas. A coleta de dados feita pela sociedade civil revelou que 84% de todas as pessoas mortas pela polícia no Brasil eram negras. De modo similar, os dados sobre homicídios policiais em Porto Rico mostraram que as pessoas que vivem em comunidades de baixa renda racialmente mistas corriam maior risco de serem mortas por policiais do que as pessoas de comunidades brancas de baixa renda. As autoridades dos EUA submeteram requerentes de asilo haitianos negros a detenções arbitrárias e tratamento discriminatório e humilhante, que configuraram tortura por motivos de raça. Também nos Estados Unidos, os limitados dados públicos disponíveis sugeriam que pessoas negras são desproporcionalmente afetadas pelo uso de força letal pela polícia. O Senado dos EUA adotou a Lei George Floyd de Justiça no Policiamento. A lei, que tratava de uma ampla gama de políticas e questões relativas a práticas de policiamento e prestação de contas dos agentes da lei, foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 2021. No Canadá, o Serviço de Polícia de Toronto relatou o uso desproporcional da força e de revistas íntimas em comunidades racializadas, principalmente nas comunidades negras.

As autoridades devem respeitar o direito dos povos indígenas à autodeterminação e garantir seu consentimento livre, prévio e informado para quaisquer projetos em seu território. Os assassinatos de indígenas devem ser investigados de forma rápida, imparcial e eficaz.

As autoridades devem tomar medidas decisivas para erradicar o racismo sistêmico vigente nas operações policiais e nos sistemas de imigração e projetar sistemas de coleta de dados desagregados por raça, com a participação plena e efetiva das comunidades afetadas.

IMPUNIDADE E AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

As autoridades de vários países fizeram avanços importantes, porém limitados, com relação à prestação de contas por violações de direitos humanos, inclusive crimes previstos no direito internacional, cometidos em décadas anteriores. Em contraste, os governos geralmente não

processaram os suspeitos de responsabilidade por tais crimes e outras graves violações dos direitos humanos cometidas mais recentemente, e a impunidade arraigada continuou sendo uma característica comum dos sistemas de justiça em toda a região.

Autoridades na Argentina, na Bolívia, no Chile, na Colômbia, na Guatemala e no Uruguai avançaram nas investigações ou na abertura de processos por violações de direitos humanos cometidas sob antigos regimes militares ou durante conflitos armados internos. Na Colômbia, dezenas de ex-militares haviam sido processados até o fim do ano com base na Jurisdição Especial para a Paz.

Entretanto, em El Salvador, as autoridades não fizeram progressos significativos na persecução dos acusados de crimes e violações dos direitos humanos durante o conflito armado (1980-1992). Nos EUA, ninguém foi levado à justiça para responder pelo sistema de detenção secreto operado pela CIA (autorizado de 2001 a 2009), que envolveu violações generalizadas de direitos humanos, como desaparecimentos forçados, tortura e outros maus-tratos. Na Guatemala, as autoridades não protegeram juizes e promotores que trabalhavam em casos relacionados ao conflito armado interno (1960-1996) de constantes intimidações, assédios e processos criminais infundados.

A impunidade persistiu pelas violações de direitos humanos cometidas pelas autoridades na Bolívia, no Chile, na Colômbia, em Honduras, na Nicarágua e na Venezuela durante os protestos que foram duramente reprimidos pelos governos entre 2017 e 2021. No México, o número total de pessoas perdidas ou desaparecidas desde a década de 1960 chegou a mais de 109.000, das quais mais de 90.000 desde 2006.

Relatórios da Missão de Averiguação da ONU sobre a Venezuela destacaram a manipulação do sistema judicial para proteger a polícia e os militares responsáveis por violações da justiça e identificaram uma cadeia de comando que ligava as pessoas suspeitas no caso ao governo de Nicolás Maduro. O Gabinete do Procurador do TPI abriu uma investigação sobre supostos crimes contra a humanidade na Venezuela, a primeira investigação desse tipo na região.

No Chile, as pessoas acusadas de supostos delitos durante os protestos em massa de 2019 permaneciam detidas, algumas com base em acusações infundadas. Enquanto isso, o governo anunciou um novo programa de reparação para as mais de 400 pessoas que sofreram traumas oculares durante os protestos. Na Nicarágua, no fim do ano, 225 pessoas permaneciam detidas em conexão com a crise de direitos humanos que começou em 2018.

No Brasil, o Procurador-Geral da República pediu que o Supremo Tribunal Federal arquivasse sete dos 10 inquéritos instaurados contra o Presidente Bolsonaro depois que o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a gestão governamental da pandemia de Covid-19 recomendou indiciar o Presidente por charlatanismo, prevaricação e crimes contra a humanidade. A impunidade continuou a prevalecer para os homicídios ilegais cometidos pelas forças policiais e de segurança brasileiras.

A superlotação crônica prosseguiu nas prisões do Chile, de El Salvador, do Equador, do Uruguai e da Venezuela.

Trinta e cinco homens muçulmanos permaneceram detidos de modo arbitrário e indefinido no centro de detenção na Base Naval que os EUA mantêm na Baía de Guantánamo, em Cuba, em violação ao direito internacional.

As autoridades devem enfrentar a impunidade efetuando investigações rápidas, independentes, imparciais e eficazes sobre todos os crimes previstos no direito internacional e outras violações dos direitos humanos, tanto do passado quanto do presente. As autoridades devem processar os suspeitos de responsabilidade criminal por crimes de direito internacional e garantir justiça, verdade e reparação para as vítimas e sobreviventes.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Os governos não tomaram providências suficientes frente à magnitude da crise climática, e os ativistas e povos indígenas que protegem o meio ambiente foram atacados por tentarem enfrentar esta crise. Apesar da retórica de muitos países da região em apoio à redução das emissões globais, as autoridades não sustentaram suas palavras com ações concretas. Em seu relatório de 2022, a Global Witness afirmou que três quartos das mortes de defensores da terra e do meio ambiente em 2021 ocorreram na América Latina. Tais assassinatos foram registrados na Argentina, na Bolívia, no Brasil, na Colômbia, no Equador, na Guatemala, em Honduras, no México, na Nicarágua, no Peru e na Venezuela.

A América Latina, junto com a África, continuou sendo uma das regiões com a maior taxa de perda líquida de cobertura florestal natural, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. No Brasil, entre janeiro e outubro, a taxa de desmatamento da Amazônia brasileira atingiu seu maior nível desde 2015. Na Bolívia, apesar do compromisso das autoridades de manter sua cobertura florestal e combater o desmatamento ilegal, mais de um milhão de hectares de terra foram queimados, a maioria para expandir as atividades agrícolas.

Vários governos adotaram compromissos e aprovaram legislações sobre mudança climática, sem que nenhuma delas correspondesse à dimensão da crise que se aproxima. Durante a 27ª Conferência das Partes (COP27) em novembro, o Canadá e os EUA não aumentaram suas metas de redução de emissões para 2030.

Embora o Congresso estadunidense tenha aprovado o primeiro pacote legislativo sobre mudança climática na história do país, também restabeleceu antigos leilões para arrendamento de petróleo e gás em terras federais e no Golfo do México, que o governo Biden havia tentado cancelar, e forçou o governo a realizar vários novos leilões, que começaram em setembro.

O presidente eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou que iria promover a proteção dos biomas do país com ênfase especial na Amazônia, uma área que o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática tem declarado ser altamente vulnerável à seca e às altas temperaturas. Enquanto o presidente colombiano Gustavo Petro anunciava na COP27 um plano de transição energética com foco em fontes de energia renováveis não convencionais, organizações como a Nación Wayuu e o Indepaz denunciaram violações do direito à consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas sobre os projetos de vários parques eólicos no Departamento Guajira.

As autoridades da região não cumpriram os compromissos que haviam assinado anteriormente como partes do Acordo de Paris, em alguns casos apoiando ativamente projetos de combustíveis fósseis. No Brasil, as autoridades apresentaram uma NDC que era insuficiente com relação à contribuição do país para a mudança climática. Até meados do ano, o órgão de Desenvolvimento de Exportações do Canadá havia financiado CAD 3,4 bilhões (USD 2,5 bilhões) para o setor de petróleo e gás no Canadá e no exterior. Ao mesmo tempo, o Canadá lançava um plano para eliminar gradualmente o financiamento público de novos projetos de combustíveis fósseis.

As autoridades devem tomar medidas urgentes para reduzir suas emissões de carbono, cessar o financiamento de projetos de combustíveis fósseis e garantir que os povos indígenas e os defensores dos direitos humanos sejam protegidos nas políticas públicas sobre o meio ambiente. Os países mais ricos da região também devem aumentar urgentemente o financiamento climático para países de baixa renda e se comprometer a fornecer financiamento adicional destinado a perdas e danos.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

As profundas crises humanitárias e de direitos humanos em toda a região levaram a um aumento acentuado no número de pessoas que deixaram seu país em busca de proteção.

Em junho, o UNICEF declarou que o número de crianças que fizeram a travessia do Tampão de Darién, uma área de selva entre a Colômbia e o Panamá, chegou a mais de 5.000 desde o início de 2022, o dobro do número registrado no mesmo período de 2021. No final de 2022, a Plataforma Regional de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela estimou que 7,13 milhões de venezuelanos deixaram seu país, dos quais 84% buscaram proteção em 17 países da América Latina e do Caribe. O número de pessoas que deixaram Cuba e o Haiti também aumentou significativamente em comparação com os últimos anos, somando-se ao número constante de pessoas que fogem da Venezuela e da América Central. A falta de sistemas robustos de proteção internacional continuou a deixar refugiados e migrantes desprotegidos na Argentina, no Canadá, no Chile, na Colômbia, nos EUA, no México, no Peru e em Trinidad e Tobago.

Os tribunais federais dos Estados Unidos mantiveram os Protocolos de Proteção aos Migrantes e o Título 42 do Código dos EUA, resultando em danos irreparáveis a dezenas de milhares de requerentes de asilo que foram expulsos para o México, onde corriam perigo. As autoridades mexicanas continuaram a colaborar com as estadunidenses para viabilizar essas políticas que violam o princípio de não-devolução. Nos Estados Unidos, as autoridades seguiram aplicando um sistema de detenção arbitrária e em massa de imigrantes, com financiamento suficiente para deter 34.000 pessoas por dia em 2022. Entre setembro de 2021 e maio de 2022, os EUA expulsaram mais de 25.000 haitianos sem o devido processo, em violação ao direito nacional e internacional. As autoridades mexicanas detiveram pelo menos 281.149 pessoas em centros de detenção de imigrantes superlotados e deportaram pelo menos 98.299 pessoas, em sua maioria da América Central, incluindo milhares de crianças desacompanhadas.

Trinidad e Tobago continuou sendo um dos poucos países das Américas que não contava com uma legislação nacional sobre asilo, e a ONU expressou alarme com as devoluções sumárias, detenções desumanas e deportações de requerentes de asilo venezuelanos por parte das autoridades. Enquanto isso, mulheres refugiadas venezuelanas foram submetidas à violência e discriminação de gênero pelo menos na Colômbia, no Equador, no Peru e em Trinidad e Tobago, onde as autoridades não garantiram seus direitos a uma vida livre de violência e discriminação. No Peru, o sistema de processamento de pedidos de asilo continuou suspenso.

No Chile, as autoridades reiniciaram a expulsão imediata de pessoas estrangeiras sem avaliar se necessitavam de proteção internacional ou os riscos que enfrentariam se retornassem. Na Argentina, as autoridades não aprovaram regulamentos para permitir que requerentes de asilo e refugiados tenham maior acesso a direitos básicos como educação, trabalho e saúde.

As autoridades devem interromper com urgência as deportações ilegais, abster-se de deter refugiados e migrantes e garantir que suas necessidades de proteção internacional sejam atendidas.

PANORAMA REGIONAL: ÁSIA E PACÍFICO

Algumas centelhas de esperança surgiram em relação à situação dos direitos humanos na região da Ásia e do Pacífico, com modestos avanços dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTI em vários países, com a adoção de uma nova lei criminalizando a tortura no Paquistão e com a abolição da pena de morte em Papua Nova Guiné. No entanto, o quadro geral permaneceu sombrio. Em Mianmar, os civis foram as primeiras vítimas da escalada do conflito armado. No Afeganistão, as consequências do retorno dos talibãs para os direitos humanos foram cada vez mais visíveis, inclusive pelo enorme retrocesso com relação aos direitos das mulheres e das meninas. As crises econômicas alimentadas pela recessão decorrente da pandemia, a má gestão econômica e os conflitos armados ocorridos dentro e fora da região, tiveram forte impacto sobre os direitos econômicos e sociais em países como o Afeganistão, o Laos e o Sri Lanka, onde era cada vez mais difícil o acesso a gêneros alimentícios, serviços de saúde e um nível de vida adequado. O grau de tolerância às divergências diminuiu, e vários países intensificaram a repressão às liberdades de expressão e de associação, não hesitando em prender e deter arbitrariamente as pessoas que criticavam as autoridades. Em toda a região, as pessoas saíram às ruas para denunciar as injustiças, as privações e as discriminações. Em alguns países, como Bangladesh, Índia, Indonésia, Nepal, Paquistão, Sri Lanka e Tailândia, essas pessoas foram confrontadas por força excessiva e às vezes letal. A incapacidade do Conselho de Direitos Humanos da ONU de lidar efetivamente com alguns problemas graves denunciados na China e nas Filipinas agravou a impunidade de que desfrutavam os responsáveis. Alguns padrões de discriminação profundamente enraizados, principalmente contra as minorias, as mulheres e as meninas, as pessoas LGBTI e os povos indígenas, continuaram bastante presentes na região. A retomada das execuções no Afeganistão e em Mianmar representou um sério retrocesso.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

As crises econômicas tiveram sérias consequências para os direitos humanos, sobretudo para o direito a um nível de vida adequado e o direito à saúde. No Sri Lanka, onde a inflação superou os 73% em setembro, uma parte da população não tinha condições de suprir suas necessidades mais elementares, como alimentação e saúde – em particular os trabalhadores diários, na sua maioria mulheres e pessoas tâmeis da minoria malaiyaha. Também no Laos, a inflação elevada fez com que muitas pessoas não conseguissem mais adquirir produtos essenciais. No Afeganistão, a crise econômica de grandes proporções deixou 97% da população em situação de pobreza. A grande maioria das famílias passava fome e muitas vezes precisava recorrer a estratégias altamente lesivas para sobreviver – situação que veio a piorar com a adoção de um decreto pelos talibãs, em dezembro, que proibia as mulheres de trabalhar para ONGs, incluindo as humanitárias. Esse decreto limitou ainda mais as oportunidades das mulheres de se sustentarem e privou as pessoas do acesso a serviços que até então eram prestados por elas.

Em outros países, a falta de proteção adequada à moradia e as demolições de casas deixaram milhares de pessoas sem ter onde morar, em risco ou já em situação de pobreza extrema. No Nepal, o governo ignorou os apelos para alterar uma lei de habitação de 2018, que não garantia adequadamente o direito à moradia, expondo centenas de famílias, sobretudo de comunidades marginalizadas ou assentamentos informais, ao risco de

remoções. Na Índia, as autoridades demoliram ilegalmente um grande número de habitações e outras propriedades privadas pertencentes principalmente a muçulmanos, na capital, Nova Deli, assim como em vários outros estados. Havia a preocupação de que essas ações pudessem constituir uma forma de “castigo coletivo” pelo suposto envolvimento de pessoas em conflitos entre comunidades. No Camboja e na Mongólia, inúmeras famílias ficaram sem teto ou perderam seus meios de subsistência em consequência de projetos urbanísticos.

Os governos devem garantir os direitos econômicos, sociais e culturais, sem discriminação.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O direito de liberdade de expressão continuou ameaçado na região. Ao mesmo tempo, muitos governos intensificaram a repressão das divergências, procurando evitar o escrutínio.

Os ataques à liberdade de imprensa continuaram em vários países. No Afeganistão, os jornalistas que ousaram criticar os talibãs foram alvo de prisão e detenção arbitrárias, assim como tortura e outros maus-tratos. Em Bangladesh, onde agressões, perseguição judicial e outros atos de represália contra jornalistas eram habituais, um projeto de lei sobre proteção de dados ameaçava restringir ainda mais a liberdade de expressão. No Paquistão, os profissionais da imprensa também foram submetidos a pressões crescentes, e as autoridades seguidamente prendiam jornalistas e outros por acusações falsas. A chegada de um novo governo ao poder nas Filipinas não resultou em melhora imediata da liberdade de imprensa – pelo menos dois jornalistas foram mortos no segundo semestre e outros continuaram sendo alvo de perseguição judicial, enquanto vários sites de grupos de mídia independentes permaneciam bloqueados.

Na China, a censura e a vigilância na internet eram cada vez mais pervasivas. O governo também se esforçou para evitar que sua situação de direitos humanos fosse discutida no âmbito internacional, inclusive tentando impedir a publicação pelo Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) de um relatório documentando os possíveis crimes previstos no direito internacional e outras graves violações dos direitos humanos contra os uigures e outras minorias étnicas muçulmanas em Xinjiang.

Da mesma forma, o governo indiano tentou impedir que a situação do país em matéria de direitos humanos fosse comentada além de suas fronteiras, proibindo defensores dos direitos humanos de viajar ao exterior. O governo também tomou a decisão tão ilegal quanto inédita de banir a utilização nos debates parlamentares de uma lista de palavras de uso corrente, numa clara tentativa de limitar as críticas dos partidos de oposição.

Em Mianmar, as autoridades militares intensificaram a vigilância dentro e fora da internet e limitaram o direito à informação, utilizando, segundo consta, câmaras de circuito interno de televisão com reconhecimento facial nas grandes cidades. Além disso, de forma periódica, as autoridades interromperam completamente a internet e as telecomunicações em todo o país. Na Coreia do Norte, toda e qualquer crítica ao governo continuou proibida.

Na Indonésia, em dezembro, a liberdade de expressão sofreu mais um golpe com a adoção de um novo código penal que restabeleceu o crime de insulto ao presidente e a outros funcionários ou instituições do Estado. O parlamento das Maldivas adotou uma lei que poderia forçar os jornalistas a revelar suas fontes. O governo porém, estava tentando rever a lei, mas enfrentava fortes críticas.

No Vietnã, as autoridades continuaram utilizando o código penal para prender e processar arbitrariamente os seus críticos. O novo Decreto 53, que exigia que as empresas do setor de tecnologia armazenassem os dados dos usuários, podendo entregá-los ao poder público, poderia ser usado como uma nova ferramenta para silenciar as vozes discordantes.

Tanto na Malásia como no Nepal, humoristas foram condenados a penas de prisão relacionadas a suas apresentações.

Os governos devem respeitar a liberdade de imprensa, suspender todas as investigações ou processos jurídicos relacionados ao exercício do direito à liberdade de expressão, sem discriminação, e revogar as disposições jurídicas que criminalizem a expressão legítima de opiniões ou possam ser utilizadas para restringi-la.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA E DE ASSOCIAÇÃO

Mesmo com os governos reprimindo as divergências, as pessoas de toda a região reivindicaram seu direito de se manifestar contra a injustiça e a discriminação, muitas vezes arriscando-se a serem presas e detidas arbitrariamente, feridas ou mesmo mortas, enquanto as autoridades recorriam reiteradamente à força excessiva e desnecessária.

No Sri Lanka, a polícia disparou balas reais, gás lacrimogênio e canhões d'água contra multidões, em sua maioria pacíficas, que protestavam contra a crise econômica, causando mortes e ferimentos. Em Bangladesh, a polícia atirou com munições reais e de borracha, além de usar bombas de efeito moral e gás lacrimogênio, para dispersar as manifestações de estudantes e trabalhadores.

No Paquistão, as autoridades dispersaram à força manifestações pacíficas de ativistas e familiares de vítimas de desaparecimento forçado. No Nepal, vítimas de agiotagem que protestavam contra essas práticas foram agredidas com cassetetes e detidas arbitrariamente pela polícia. Na Índia, dois manifestantes, um deles de 15 anos, foram mortos a tiros pela polícia durante manifestações no estado de Jharkhand. A polícia indonésia também respondeu às manifestações com força desnecessária e por vezes letal, inclusive em Papua e Papua Ocidental.

Em diversos países, foram introduzidas novas restrições que limitaram ainda mais o direito de protestar. Na Índia, no estado de Karnataka, foi confirmada uma ordem que limitava as manifestações a um setor específico da capital. Na Indonésia, um novo código penal proibiu as manifestações organizadas sem autorização. Na Austrália, vários estados adotaram novas leis que previam multas e penas de prisão para participação em manifestações não autorizadas.

A liberdade de associação foi ainda mais limitada em diversos países. No Afeganistão, passou a ser praticamente impossível para os observadores independentes acompanhar e relatar a evolução da situação de direitos humanos. Na Índia, as ONGs foram perseguidas com o pretexto de combater o branqueamento das capitais, entre outros. Em Mianmar, as atividades legítimas das ONGs foram alvo de novas restrições, cujo descumprimento era passível de prisão.

No Camboja, o Partido de Resgate Nacional do Camboja, principal agremiação de oposição, permaneceu proibido, e os membros desse partido e de seu sucessor, o Partido da Luz das Velas, continuaram sendo processados. Nas Filipinas, organizações e indivíduos continuaram sendo acusados publicamente de estarem ligados a grupos comunistas, tática conhecida como "rotulagem vermelha", utilizada para reprimir as pessoas com posições divergentes, que se tornavam alvo de detenções arbitrárias e homicídios ilegais. Na Mongólia, os defensores dos direitos humanos foram acusados de espionagem ou submetidos a outras formas habituais de intimidação. Na Região Administrativa Especial de Hong Kong, na China, o espaço da sociedade civil encolheu ainda mais em 2022. Certas atividades legítimas das ONGs foram criminalizadas, o que criou um ambiente de medo e autocensura.

Os governos devem respeitar e facilitar o exercício dos direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação. O trabalho dos defensores dos direitos humanos deve ser respeitado e protegido, garantindo-se um ambiente seguro e favorável ao seu desempenho.

PRISÃO E DETENÇÃO ARBITRÁRIA

Na China, apesar das garantias em contrário das autoridades, muitos milhares de homens e mulheres aparentemente continuavam detidos em Xinjiang. Também na China, ativistas tibetanos foram condenados, após julgamentos injustos, a longas penas de prisão, por “incitamento ao separatismo” ou por colocarem “em risco a segurança nacional”.

Em outras partes da região, defensores dos direitos humanos e ativistas políticos e ambientais, entre outros, foram presos e detidos arbitrariamente por exercerem seu direito de protestar ou por desafiarem as ações e políticas governamentais.

Na Tailândia, mais de mil pessoas, muitas delas menores, foram acusadas em um processo penal por participação em protestos. No Sri Lanka, manifestantes foram presos e detidos de forma arbitrária e acusados de delitos relacionados ao terrorismo, entre outros. Em Mianmar, prosseguiram as prisões e detenções arbitrárias e em massa de opositores do regime militar, e mais de 1.000 pessoas foram condenadas em julgamentos manifestamente injustos.

No Vietnã, ativistas de direitos humanos e dos direitos à terra foram condenados a severas penas de prisão, enquanto na Índia defensores dos direitos humanos foram detidos sem julgamento.

Os governos devem pôr fim a todas as prisões e detenções arbitrárias de pessoas que criticam o governo, entre outras, e libertar imediatamente qualquer pessoa detida unicamente por ter exercido pacificamente seus direitos humanos, como os direitos de liberdade de expressão, reunião pacífica e associação.

IMPUNIDADE E DIREITO À JUSTIÇA

A impunidade prevaleceu em muitos países, uma vez que as autoridades nacionais não respeitaram os direitos das vítimas à justiça, à verdade e à reparação, enquanto os organismos internacionais se recusaram com demasiada frequência a assumir suas responsabilidades de assegurar esses direitos.

Apesar do relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), que acrescentou novos elementos ao já sólido conjunto de provas das atrocidades cometidas pela China em Xinjiang, o Conselho de Direitos Humanos da ONU votou contra até mesmo a realização de um debate sobre a situação. Do mesmo modo, o Conselho traiu as inúmeras vítimas da “guerra às drogas” nas Filipinas ao não renovar o mandato que permite ao ACNUDH monitorar a situação no país, apesar do preocupante aumento dos homicídios cometidos por policiais ao longo do ano em operações de combate às drogas. Ao contrário, no Sri Lanka, diante da falta de progresso no estabelecimento das responsabilidades pelos crimes de direito internacional cometidos durante o conflito armado e no período subsequente, o Conselho adotou uma resolução para ampliar o mandato e a capacidade do ACNUDH de coletar provas, tendo em vista futuros procedimentos de prestação de contas.

No Afeganistão, a impunidade imperava cada vez mais, alimentada pela versão talibã de um sistema de justiça despojado de qualquer credibilidade. No Nepal, nada foi feito para realizar o direito à justiça das dezenas de milhares de vítimas de graves violações dos direitos humanos cometidas durante o conflito armado interno do período 1996-2006.

Mesmo quando foram abertos processos contra os supostos responsáveis, os julgamentos geralmente foram comprometidos por irregularidades. Na Indonésia, por exemplo, houve sérias dúvidas sobre a credibilidade do julgamento de um antigo comandante do exército acusado do homicídio ilegítimo de quatro estudantes secundaristas papuas, que acabou por ser absolvido.

Os governos devem lutar contra a impunidade, realizando investigações exaustivas, independentes, imparciais, eficazes e transparentes sobre crimes previstos no direito

internacional e outros graves abusos dos direitos humanos e levar os supostos autores à justiça em julgamentos com as devidas garantias. Devem ainda cooperar plenamente com as investigações e os processos judiciais internacionais.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

O exército de Mianmar foi responsável por crimes de guerra ao intensificar seus ataques terrestres e aéreos, tanto indiscriminados como seletivos, contra populações e bens civis, pilhando e incendiando aldeias, matando centenas de pessoas e provocando o deslocamento forçado de milhares de outras. Documentou-se também a utilização de munições de fragmentação e minas terrestres, ambas proibidas pelo direito internacional.

Crimes de guerra foram igualmente cometidos no Afeganistão, onde os talibãs continuaram com sua campanha de homicídios de represália contra membros do regime anterior e suas forças de segurança. Além disso, prenderam arbitrariamente, torturaram e executaram extrajudicialmente pessoas supostamente vinculadas à Frente de Resistência Nacional e a outros grupos armados de oposição.

Os grupos armados também foram responsáveis por graves violações no Afeganistão, onde o Estado Islâmico da Província de Corassan (IS-KP) continuou a realizar ataques seletivos contra minorias étnicas e religiosas, como os atentados à bomba contra os centros religiosos ou escolares frequentados pelas comunidades hazara ou sikh. Em Mianmar, alguns grupos recorreram a minas terrestres antipessoais ou artefatos explosivos improvisados. Na região de Jammu e Caxemira, na Índia, grupos armados teriam matado pelo menos 19 civis, entre os quais membros da minoria hindu.

Todas as partes nos conflitos armados devem respeitar o direito internacional humanitário, principalmente acabando com os ataques dirigidos a populações ou infraestruturas civis, assim como os ataques indiscriminados.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS EMPRESAS

Após a publicação de um relatório da Anistia Internacional que documentou o papel de algumas empresas na importação e distribuição de combustível de aviação suscetível de ser utilizado em ataques aéreos do exército de Mianmar contra a população civil, as empresas envolvidas, incluindo a Puma Energy e outras empresas estrangeiras, anunciaram sua intenção de encerrar ou suspender suas atividades comerciais no país.

Além disso, a Anistia Internacional descobriu que os algoritmos e práticas comerciais da Meta (anteriormente Facebook) haviam contribuído de forma substancial para as graves violações dos direitos humanos contra a população rohingya de Mianmar em 2017, o que ressalta a necessidade de que as empresas levem a sério a sua responsabilidade de proteger e promover os direitos humanos, assim como a importância de que prestem contas quando não o fizerem.

As empresas devem tomar medidas com a diligência devida para que as suas atividades e as de seus parceiros não causem nem contribuam com abusos dos direitos humanos. Devem ainda aplicar medidas para mitigar as consequências de possíveis abusos.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE CRENÇA

A liberdade de religião e de crença seguia ameaçada em vários países. Na Índia, onde os muçulmanos costumam ser processados judicialmente e presos por exercerem suas liberdades religiosas, o governo do estado de Karnataka, seguindo o exemplo de vários outros estados, adotou uma lei que permitia criminalizar um casamento quando um familiar ou outra

pessoa denunciasse a conversão forçada de um dos cônjuges, geralmente, a mulher hindu. Também em Karnataka, as meninas foram proibidas de usar o hijab nas escolas públicas.

As condenações à morte e os linchamentos de pessoas acusadas de terem infringido as leis sobre blasfêmia continuaram acontecendo no Paquistão, onde também persistiram as conversões forçadas de mulheres e meninas hindus, cristãs e sikhs ao islamismo.

Na China, líderes religiosos e praticantes de Falun Gong estavam entre as pessoas presas e detidas arbitrariamente. Uigures, cazaques e membros de outras minorias étnicas predominantemente muçulmanas de Xinjiang continuaram a sofrer perseguição, ameaçando fazer desaparecer sua identidade religiosa e cultural.

Os governos devem tomar medidas eficazes para implementar reformas jurídicas e políticas que protejam, promovam e garantam integralmente a liberdade de religião ou crença, sem discriminação.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Vários países, como a China, a Indonésia e Papua Nova Guiné, adotaram leis para fortalecer a proteção de mulheres e meninas, inclusive para combater a violência sexual e de gênero. Na Índia, o Supremo Tribunal proferiu uma sentença que defendia o direito à dignidade das profissionais do sexo, ordenando à polícia que parasse de hostilizá-las, e interpretou uma lei já existente de modo a estender o acesso ao aborto a todas as mulheres, independentemente de seu estado civil.

Contudo, muitas mulheres e meninas da região continuaram a viver uma realidade de discriminação e violência sistêmicas. No Afeganistão, mulheres e meninas foram efetivamente apagadas da vida e dos espaços públicos, com novos decretos que limitaram ainda mais seus direitos e liberdades, proibindo-as de trabalhar para ONGs, de se deslocar sem um acompanhante homem, de cursar o ensino médio ou superior e de frequentar parques públicos, entre outras restrições.

No Nepal, as mulheres continuaram sendo privadas dos mesmos direitos que os homens em matéria de cidadania, e ainda que o prazo de prescrição para o crime de estupro tenha sido ampliado, o prazo excessivamente curto para prestar queixa continuou sendo um grande empecilho para as sobreviventes exercerem seu direito a um recurso efetivo.

Em Fiji, a participação das mulheres nas eleições parlamentares de dezembro foi novamente obstruída por uma lei discriminatória que exigia que as mulheres que quisessem votar usando o nome de casadas tivessem que alterar sua certidão de nascimento. A lei foi objeto de um recurso na justiça, mas sem resultado. A representação das mulheres na vida pública continuou rara, como era o caso de Papua Nova Guiné, onde apenas duas das 118 pessoas eleitas para o parlamento em 2022 eram mulheres, e do Japão, onde as mulheres ocupavam apenas 10,6% dos assentos das câmaras municipais.

A violência contra as mulheres ainda persistia. Peritos das Nações Unidas pediram às autoridades das Maldivas que tomassem medidas para combater o aumento dos casos de violência de gênero no país. Em Bangladesh, uma ONG registou centenas de estupros ou assassinatos de mulheres por seus maridos ou outros familiares, embora se acredite que muitos desses casos não tenham sido denunciados, e a impunidade por esses crimes continuava a ser generalizada. Em Papua Nova Guiné, apesar de estarem tipificados como delitos, ataques violentos contra mulheres e meninas acusadas de bruxaria continuaram sendo registrados.

No Paquistão, apesar de vários casos de grande repercussão na mídia de assassinatos de mulheres por seus companheiros ou familiares, a Assembleia Nacional não adotou uma lei sobre violência doméstica que está pendente desde 2021.

Os governos de toda a região devem redobrar seus esforços para proteger as mulheres e as meninas e acabar com a discriminação contra elas. Também devem tomar medidas concretas para prevenir a violência sexual e de gênero e levar os responsáveis à justiça.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Em alguns países, como Japão, Singapura e Taiwan, houve avanços relativos ao reconhecimento legal dos direitos LGBTI. Em Singapura, as relações sexuais consensuais entre homens foram descriminalizadas. Apesar disso, o governo singapurense alterou a Constituição para impedir efetivamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo e, de modo geral, em toda a região, as pessoas LGBTI continuaram entre os grupos mais ameaçados, sobretudo no sul da Ásia.

No Sri Lanka, o governo não tomou nenhuma providência com relação a uma decisão histórica do Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW), segundo a qual as disposições do Código Penal sri-lankês que penalizavam as atividades sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo violavam o direito à não discriminação. No Afeganistão, as pessoas LGBTI se viram obrigadas a viver escondidas para escapar às agressões físicas e sexuais, às detenções arbitrárias e a outras violações dos seus direitos pelos talibãs. As autoridades chinesas também seguiram com sua campanha contra as pessoas LGBTI, restringindo fortemente o ativismo LGBTI dentro e fora da internet e censurando conteúdos LGBTI. No Paquistão, as pessoas transgênero continuaram sendo alvo de agressões violentas, discursos de ódio e ameaças, e o índice de assassinato de pessoas trans era o mais alto da região.

Os governos devem revogar as leis e políticas que discriminam as pessoas LGBTI, inclusive descriminalizando as relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo e eliminando os obstáculos legais ao casamento homossexual, além de implementar medidas para proteger os direitos das pessoas LGBTI e permitir que vivam em condições de segurança e dignidade.

DISCRIMINAÇÃO COM BASE NA ETNIA E NA CASTA E DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Na Índia e no Paquistão, a discriminação baseada na casta não parecia ter diminuído. Na Índia, a população dalit e adivasi foi vítima de violência e discriminação exercidas com impunidade pelas castas dominantes. Em Bangladesh, um projeto de lei para proibir qualquer forma de discriminação baseada em casta, religião e outros traços de identidade foi apresentado ao Parlamento, mas as minorias hindus continuaram a ser alvo de ataques coletivos violentos.

Tanto os povos indígenas quanto as minorias étnicas e religiosas continuaram a sofrer discriminação generalizada também no Camboja, nas Filipinas, na Indonésia, no Japão, no Laos, na Malásia, no Nepal, no Sri Lanka e na Tailândia. Na Austrália, os aborígenes e as pessoas originárias das ilhas do estreito de Torres estavam desproporcionalmente representadas no sistema carcerário. No Sri Lanka, devido à aplicação da draconiana Lei de Prevenção do Terrorismo, as minorias muçulmana e tâmil eram presas e detidas arbitrariamente em número desproporcional. No Japão, prosseguiu a apologia do ódio e a desinformação na internet sobre as pessoas de origem coreana, a quem se atribuiu a culpa pelo assassinato do ex-primeiro ministro Shinzo Abe.

No Nepal, a população indígena, expulsa das suas terras ancestrais devido à criação de parques nacionais e reservas naturais, continuava sem terras e em risco de ser removida dos

bairros informais em que vivia. Na Malásia, as autoridades forçaram o deslocamento de uma comunidade indígena no estado de Kelantan, a fim de dar lugar à construção de uma barragem, enquanto no Camboja a extração ilegal de madeira continuava a ameaçar os meios de subsistência e a cultura das populações indígenas locais.

Os governos devem oferecer um acesso fácil e efetivo à justiça para as vítimas de discriminação com base em etnia, religião e casta, assim como de crimes de ódio, e trabalhar com as comunidades afetadas no desenvolvimento de programas abrangentes que permitam eliminar a discriminação no sistema de justiça penal e erradicar a apologia do ódio tanto na internet quanto fora dela.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em vários países, continuou sendo comum torturar e infligir outros maus-tratos às pessoas detidas e, em pelo menos 10 países, registaram-se mortes sob custódia, algumas em consequência de tortura.

No Paquistão, após uma década de lutas, foi finalmente adotada uma lei que criminaliza a tortura, mas os relatos de tortura e outros maus-tratos de pessoas detidas prosseguiram. Do mesmo modo, persistiram os casos de tortura sob detenção na Mongólia, apesar da criação de um mecanismo nacional para a prevenção da tortura nesse país. No Nepal, a tortura durante a detenção provisória, principalmente para obter “confissões”, também prosseguia, e ninguém havia sido condenado com base na lei de 2017 que penaliza a tortura.

Em Bangladesh registou-se um total de 54 supostas mortes em custódia nos primeiros nove meses de 2022. Em Mianmar, onde centenas de pessoas morreram em custódia durante o ano, houve também relatos de casos de violência sexual contra pessoas detidas. Casos de tortura e outros maus-tratos também foram registrados em outros países, como China, Coreia do Norte e Vietnã.

Na província indonésia de Aceh, um grande número de pessoas foi submetido a açoitamento. Desde o retorno dos talibãs ao poder, os açoitamentos públicos sancionados pelo Estado ressurgiram também no Afeganistão.

Os Estados devem proibir e criminalizar a tortura e outros maus-tratos e tomar medidas eficazes para proteger as pessoas e impedir estas formas de abuso. Nos casos em que tais abusos ocorram, os Estados devem investigar as denúncias, responsabilizar os autores e proporcionar reparações às vítimas.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

As inundações catastróficas, as temperaturas extremas, os tufões letais e a erosão costeira que atingiram a região ressaltaram sua vulnerabilidade frente à mudança climática. Entretanto, as medidas de preparação e adaptação continuaram a ser, em geral, inadequadas e as consequências mais graves recaíram sobre os mais pobres e marginalizados. No Paquistão, as ondas de calor e as secas, seguidas de inundações devastadoras, privaram cerca de 750.000 pessoas de acesso à moradia adequada, educação e serviços de saúde. Na Índia, agricultores, vendedores ambulantes, trabalhadores diaristas e outras pessoas que trabalham ao ar livre foram os mais afetados pelos níveis de calor e poluição atmosférica sem precedentes. Em Bangladesh, as alterações do clima, aliadas à discriminação, privaram os dalit e outros grupos marginalizados das regiões costeiras do sudoeste do país do acesso às reservas de água e ao saneamento.

Apesar dos sinais de alarme, em muitos países da região, inclusive nos piores emissores, os objetivos de redução das emissões continuaram sendo insuficientes para manter o aumento das temperaturas médias globais abaixo de 1,5°C e, com frequência, as políticas não eram

compatíveis sequer com a consecução dos objetivos fixados. Foi extremamente preocupante assistir ao Japão continuar o financiamento de projetos internacionais de petróleo, gás e carvão, assim como seus planos de construção de novas centrais termelétricas a carvão; ou a China aumentar a sua produção de carvão, apesar dos compromissos assumidos pelas autoridades de fazer uma transição gradual para as energias renováveis. Igualmente preocupantes são os projetos de geração de eletricidade da Coreia do Sul, incompatíveis com a necessidade de abandonar por completo o carvão até 2030.

Os governos da região devem rever com urgência seus objetivos e políticas relativos à mudança climática, a fim de assegurar a sua adequação à necessidade de limitar o aumento das temperaturas do planeta. Deve-se aumentar os investimentos na preparação para as catástrofes e em medidas de adaptação, dando prioridade à proteção dos grupos marginalizados e de outros particularmente expostos às alterações climáticas. Os países mais ricos da região devem ainda aumentar urgentemente o financiamento climático para os países de mais baixa renda e comprometer-se a fornecer fundos adicionais específicos para perdas e danos.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Pessoas refugiadas e requerentes de asilo continuaram sendo muito marginalizadas e correndo risco de repulsão (*refoulement*).

A penosa situação dos refugiados rohingya procedentes de Mianmar continuou sem solução. Em Bangladesh, o acesso das crianças rohingya à educação teve alguma melhora, mas estimava-se que 100.000 continuavam sem escolarização. Na Malásia, os rohingyas e outros refugiados de Mianmar permaneciam detidos por tempo indefinido e vários morreram durante uma tentativa de fuga. Também na Malásia, os maus-tratos e as condições precárias dos centros de detenção para migrantes teriam provocado a morte de um grande número de indonésios.

Na Austrália, no Japão e na Região Administrativa Especial de Hong Kong, continuou a prática de deter pessoas refugiadas e requerentes de asilo por questões unicamente de imigração. Na Coreia do Sul, pessoas estrangeiras teriam sofrido maus-tratos em centros de detenção. Na Nova Zelândia, uma comissão de avaliação independente concluiu que o marco que regulamentava a detenção no contexto de imigração era “uma receita para a detenção arbitrária” e recomendou que se acabasse com a detenção de requerentes de asilo em estabelecimentos penitenciários.

Os afegãos que fugiam da perseguição no seu país foram vítimas de devoluções sumárias ilegais pelos países vizinhos. Por sua vez, as autoridades da Malásia deportaram milhares de pessoas para o Mianmar, apesar da preocupante situação de direitos humanos no país.

Os governos devem parar de deter pessoas requerentes de asilo somente com base em sua situação migratória e permitir que solicitem proteção internacional, garantindo que não sejam forçadas a retornar a um país em que possam ser perseguidas.

PENA DE MORTE

O governo de Papua Nova Guiné aboliu a pena de morte. No Afeganistão, em Mianmar e em Singapura, pelo contrário, as execuções foram retomadas. Em Singapura, os advogados que defendiam pessoas condenadas à morte foram submetidos a intimidação e assédio.

Os governos que ainda aplicam a pena de morte devem tomar medidas urgentes para sua total abolição.

PANORAMA REGIONAL: EUROPA E ÁSIA CENTRAL

Na história da Europa e da Ásia Central, 2022 será lembrado como o ano em que a Rússia lançou uma invasão militar de grande escala na Ucrânia, cometendo crimes de guerra, outros possíveis crimes contra a humanidade e provocando o maior êxodo de refugiados na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Ao empregar táticas de cerco ilegais e ataques a infraestruturas energéticas e edifícios civis, a Rússia deixou milhares de mortos e feridos entre a população não combatente, também submetida a graves privações.

Quase 7 milhões de pessoas foram deslocadas no interior da Ucrânia, 5 milhões fugiram para a Europa e 2,8 milhões partiram para a Rússia e a Bielorrússia. O acolhimento oferecido às pessoas que chegaram à União Europeia (UE) foi notável, mas às vezes discriminatório por excluir certos grupos, como as pessoas negras, as pessoas sem cidadania e com vistos de residência temporária e algumas pessoas ciganas, que enfrentaram obstáculos adicionais no acesso à proteção. A generosidade com que a maioria dos ucranianos foi acolhida contrastou de forma marcante com a rejeição muitas vezes violenta a outras pessoas refugiadas e migrantes que chegavam às fronteiras externas da Europa e com os abusos a que eram submetidas. Essa duplicidade de critérios revelou o racismo inerente às políticas e práticas aplicadas nas fronteiras externas da UE. Além disso, muitos países europeus introduziram severas restrições de viagem a pessoas de nacionalidade russa, muitas das quais tentavam escapar da convocação militar em seu país.

O impacto socioeconômico da guerra repercutiu em todo o mundo. Muitos países do Sul Global foram duramente afetados pela interrupção das exportações de cereais e fertilizantes. Os países europeus registaram fortes altas nos preços da energia. No final do ano, muitos desses países experimentavam crises de custo de vida e inflação recorde, que afetaram desproporcionalmente as pessoas mais vulneráveis. Na Moldávia a inflação subiu mais de 30% e na Turquia mais de 64%. Os esforços para evitar a dependência do petróleo e do gás russos impactaram as iniciativas para combater a crise climática.

A guerra provocou uma reconfiguração do cenário político em toda a região. A Bielorrússia, de modo geral, alinhou a sua política externa e militar com a de Moscou, partilhando a responsabilidade pelos atos de agressão da Rússia. Nesses dois países, a guerra foi sinônimo de mais repressão, mais sofrimento e mais isolamento internacional, simbolizados na exclusão da Rússia do Conselho da Europa e em sua suspensão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Com a redução do papel pacificador da Rússia, o conflito de Nagorno-Karabakh voltou a recrudescer.

A guerra e a política da Rússia desestabilizaram também os Balcãs ocidentais, com o risco de uma nova escalada no conflito entre a Sérvia e o Kosovo. Como consequência indireta, a UE mudou sua política de ampliação e reconheceu a candidatura “condicional” da Bósnia e Herzegovina, apesar de o país não preencher os critérios de adesão. A UE também sinalizou seu apoio a que a Ucrânia e a Moldávia iniciassem negociações para aderir ao bloco, mas não fez o mesmo com a Geórgia, onde as reformas estavam paradas ou regrediram.

Com relação aos mecanismos internacionais e regionais de defesa dos direitos humanos, o poder de veto da Rússia muitas vezes paralisou a OSCE e também o Conselho de Segurança da ONU, relegando a essas organizações o papel de observadoras impotentes do

conflito. O TPI, contudo, reagiu com uma rapidez sem precedentes, anunciando em 2 de março a abertura de uma investigação sobre a situação na Ucrânia.

Em geral, a guerra da Rússia na Ucrânia acentuou as tendências negativas em matéria de direitos humanos verificadas nos anos anteriores, contribuindo para o aumento da insegurança e da desigualdade, o que, por sua vez, animou as forças autoritárias e lhes deu um pretexto para reprimir ainda mais as liberdades fundamentais. Essas mesmas forças foram encorajadas a articular e muitas vezes implementar políticas racistas, xenófobas, misóginas e homofóbicas. A brutalidade com que foram reprimidas as manifestações no Cazaquistão e no Tajiquistão mostraram que alguns Estados pretendem continuar recorrendo à força excessiva.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

A invasão da Ucrânia pela Rússia desencadeou uma ampla crise de direitos humanos, humanitária e de deslocamento.

Equipes de investigação documentaram milhares de possíveis crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos pelas forças russas, como execuções extrajudiciais e outros homicídios ilegais, tortura e outros maus-tratos, transferências forçadas de população, utilização de armas proibidas, violência sexual e ataques deliberados a escolas e hospitais. A Rússia recorreu a táticas de cerco contra os civis, a ataques indiscriminados e à destruição proposital das infraestruturas energéticas da Ucrânia em pleno inverno, aparentemente com o objetivo causar o máximo sofrimento à população civil. Ambas as partes no conflito submeteram prisioneiros de guerra a maus-tratos e possíveis execuções extrajudiciais.

Não houve qualquer progresso na investigação de violações do direito internacional humanitário durante o conflito de 2020 entre a Armênia e o Azerbaijão ou em levar os supostos autores à justiça. As minas colocadas pelas forças armênicas em territórios cedidos ao Azerbaijão continuaram a matar e, no final do ano, as tensões recrudesceram quando manifestantes azerbaijanos bloquearam a estrada que liga Nagorno-Karabakh à Armênia, interrompendo o fornecimento de bens e os serviços essenciais. As regiões separatistas georgianas da Abcásia e da Ossétia do Sul/região de Tskhinvali não registaram qualquer progresso com relação à impunidade por abusos do passado.

Todas as alegações de crimes de guerra e crimes contra a humanidade devem ser objeto de investigações imparciais e independentes, inclusive aplicando o princípio da jurisdição universal.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

A região recebeu um número sem precedentes de pessoas em movimento. As que fugiam da invasão russa formaram a maior população de pessoas deslocadas no continente desde a Segunda Guerra Mundial. Os países que acolheram o maior número de refugiados foram a Polónia (1,53 milhões), a Alemanha (1,02 milhões) e a República Checa (468.000). A UE atendeu pela primeira vez a Diretiva de Proteção Temporária, proporcionando acesso rápido a alojamento, trabalho e educação às pessoas que fugiam do conflito na Ucrânia. A acolhida das pessoas que procuravam proteção da guerra na Ucrânia estabeleceu um novo marco de referência na Europa e demonstrou que os Estados-membros da UE têm a capacidade de oferecer uma proteção digna a milhões de pessoas se houver vontade política para isso. Por exemplo, nos Países Baixos, foi aprovada uma lei sobre o estado de emergência para que os municípios possam assegurar acesso a alojamento e outros serviços a 60.000 ucranianos. Na Suíça, refugiados da Ucrânia receberam apoio imediato, embora os projetos destinados a melhorar as condições nos centros de asilo tivessem sido adiados.

Os países da UE também registraram o maior número de pedidos de asilo desde 2016 de pessoas originárias de outros países do mundo, assim como um aumento no número de pessoas que utilizavam as rotas dos Balcãs Ocidentais e do Mediterrâneo Central e Oriental para chegar à UE. Ao longo do ano, as fronteiras da Europa continuaram sendo um local de exclusão racializada, perigos e abusos para muitas pessoas que também buscavam proteção provenientes de outras partes do mundo, como o Afeganistão, a Síria e a África subsaariana. Tanto nas fronteiras terrestres como nas marítimas, os Estados submetem as pessoas refugiadas e migrantes a devoluções forçadas sumárias, frequentemente violentas, sem examinar suas circunstâncias individuais. Muitas sofreram as consequências de políticas racistas nas mãos dos agentes que as implementavam nas fronteiras. As autoridades espanholas continuaram a negar qualquer responsabilidade pelas graves violações dos direitos humanos durante as operações realizadas pela polícia de fronteira em Melilla, em 2021, em que 37 pessoas da África subsaariana morreram, muitas outras ficaram feridas e pelo menos 470 foram devolvidas de forma sumária para o Marrocos.

Agentes estatais que patrulhavam as fronteiras marítimas impediram o desembarque das pessoas refugiadas e migrantes que chegavam por mar. Os agentes de fronteira e a polícia detiveram arbitrariamente, muitas vezes por longos períodos, outras pessoas que conseguiram chegar ao território da UE e devolveram sumariamente, muitas vezes com violência, milhares de pessoas da Bulgária e da Grécia para a Turquia; da Turquia para o Irã e a Síria; do Chipre para o Líbano; da Espanha para o Marrocos; da França para a Itália; da Croácia para a Bósnia e Herzegovina; da Hungria para a Sérvia; e da Letônia, Lituânia e Polônia para a Bielorrússia.

Os países da região reagiram de maneira distinta à tomada do poder pelos talibãs no Afeganistão em 2021. A Dinamarca começou a reexaminar casos de requerentes de asilo afegãos rejeitados, enquanto a Bélgica a tornou a recusar proteção internacional para pessoas afegãs. Embora a Alemanha tivesse efetivamente reassentado uma quantidade significativa de afegãos em situação de risco, um novo programa destinado a permitir o acolhimento de 1.000 pessoas por mês suscitou preocupações quanto à imparcialidade e transparência do processo.

No leste da região, o Tajiquistão deteve e deportou pessoas refugiadas afegãs. A guerra da Rússia na Ucrânia desencadeou uma onda migratória em grande escala de pessoas russas para a Armênia, a Geórgia, o Quirguistão e o Cazaquistão. O Cazaquistão propôs alterações legislativas que poderão forçar muitas delas a retornar à Rússia. A Bielorrússia continuou usando a violência para obrigar refugiados e migrantes a atravessar suas fronteiras rumo a países da UE, submetendo-os a tortura e outros maus-tratos.

Os governos devem assegurar que o direito de todas as pessoas a pedir proteção internacional seja respeitado, protegido e realizado, sem discriminação e sem risco de retorno forçado para um local onde a pessoa possa ser perseguida ou sofrer outras violações dos direitos humanos.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Houve avanços e retrocessos com relação aos direitos das mulheres. Na Polônia, uma decisão lamentável do Tribunal Constitucional, de 2021, continuou a limitar o acesso ao aborto.

Enquanto isso, as ONGs apoiaram 44.000 pessoas no acesso aos serviços de aborto (essencialmente no estrangeiro), com grande risco devido à criminalização da oferta de ajuda. A Hungria adotou novas regras exigindo que as pessoas que quisessem abortar apresentassem um relatório médico atestando que tinham ouvido o “os batimentos cardíacos do feto”. Na Eslováquia, forças políticas propuseram projetos legislativos para limitar o acesso ao aborto.

Por outro lado, vários países começaram a levantar as restrições para o acesso ao aborto. Os Países Baixos aboliram o período de espera obrigatório de cinco dias para um aborto, e a Alemanha anulou uma disposição que criminalizava os médicos por “promoverem o aborto”. Na Espanha, o Parlamento aprovou um projeto de lei que eliminava o requisito de consentimento parental para adolescentes de 16 e 17 anos que solicitassem o aborto, assim como o período de reflexão e o aconselhamento psicológico obrigatórios. Malta começou a debater a possibilidade de interrupção da gravidez em caso de perigo para a vida e a saúde da gestante.

Os níveis de violência contra as mulheres e de violência doméstica continuaram elevados em toda a região. Este era o caso no Quirguistão, onde a violência de gênero permaneceu sistêmica e pouco denunciada, e na Geórgia, onde aumentaram as preocupações com os índices crescentes de feminicídio. Vários países iniciaram processos de reforma das leis sobre estupro, inclusive para consagrar o princípio do consentimento. Novas leis entraram em vigor na Bélgica, na Finlândia e na Espanha, enquanto nos Países Baixos essas alterações continuavam a ser discutidas.

A Ucrânia e o Reino Unido ratificaram a histórica Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul). Embora a UE não tivesse progredido no sentido de ratificar a Convenção de Istambul, a Comissão Europeia propôs uma nova diretiva para combater a violência contra as mulheres e a violência doméstica.

A ONU Mulheres informou que mais de um terço dos domicílios chefiados por mulheres nas áreas afetadas pela guerra na Ucrânia tinham dificuldade em obter alimentos suficientes, e os ataques russos a centros de saúde contribuíram para reduzir consideravelmente os serviços de saúde materna. No Turcomenistão, em abril, numa tentativa de impor “valores tradicionais”, a polícia começou a proibir as mulheres de se sentarem no banco do passageiro dos veículos, ao lado do condutor, aplicando uma nova normativa que não tinha clareza jurídica.

Os governos devem combater urgentemente todas as formas de violência de gênero que afetam desproporcionalmente as mulheres e as meninas e atuar sobre suas causas estruturais.

DIREITO À PRIVACIDADE

Na sequência de revelações anteriores sobre o programa espião Pegasus, em 2022 se descobriu que o governo espanhol o havia utilizado para vigiar jornalistas e políticos da oposição. Durante o ano, revelaram-se outros casos, confirmados por fontes independentes, de jornalistas e políticos que também foram alvo desse programa na Polônia e na Grécia.

Vários governos continuaram ampliando perigosamente as capacidades de seus serviços policiais e de inteligência. Na Sérvia, o governo tentou aprovar legislação para facilitar a vigilância biométrica e o tratamento de dados. Na Suíça e na Irlanda, as ONG manifestaram preocupação com projetos de lei que, no caso da Suíça, ampliavam os poderes dos serviços de inteligência e, no caso da Irlanda, introduziam tecnologia de reconhecimento facial nas atividades de aplicação da lei. Na Geórgia, foram aprovadas reformas legislativas que expandiam as competências das autoridades responsáveis pela aplicação da lei, permitindo-lhes realizar atividades de vigilância secreta. Ativistas do Turcomenistão foram perseguidos no exterior, como, por exemplo, em Istambul, onde funcionários da embaixada do Turcomenistão atacaram ativistas pacíficos que tentavam entregar uma petição de direitos humanos.

DEPRECIÇÃO DA INDEPENDÊNCIA JUDICIAL E DO DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO

Em junho, a Comissão de Veneza do Conselho da Europa sublinhou que, na Geórgia, a rapidez e o alcance das alterações na Lei Orgânica sobre os Tribunais de Direito Comum, introduzidas em 2021, podiam ter um “efeito inibidor sobre a liberdade de expressão dos juízes e a independência judicial interna”, com a aparente intenção de “controlar e silenciar” o poder judiciário. Na Bielorrússia, a legislação ampliou a utilização das investigações e julgamentos *in absentia*, e o sistema judicial continuou a perseguir os críticos do governo. Os governos da Hungria e da Polónia continuaram a pressionar juízes e procuradores com suspensões e processos disciplinares abusivos, ignorando as críticas internacionais. Na Turquia, o forte controle do governo sobre o sistema judiciário vem minando a independência judicial ao longo dos anos, resultando em investigações, processos e condenações infundadas de defensores dos direitos humanos, ativistas e opositores políticos.

Os governos devem interromper sua orientação atual rumo a uma sociedade de vigilância, respeitar o direito a um julgamento justo e pôr fim à depreciação da independência judicial.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A guerra da Rússia na Ucrânia foi acompanhada de tortura e outros maus-tratos sistemáticos. Os prisioneiros de guerra foram submetidos a maus-tratos e possíveis execuções extrajudiciais. No contexto do processo de “filtragem” aplicado pelos russos na Ucrânia, alguns civis foram torturados com choques elétricos, ameaçados de execução ou privados de alimentos e água. Crianças foram separadas de seus pais. Em outros locais do leste da região, os maus-tratos eram habituais nos centros de detenção. No Cazaquistão, foram denunciados casos de tortura com choques elétricos e queimaduras com ferros a vapor e, segundo dados oficiais, seis pessoas morreram em consequência de “métodos de interrogatório ilegais”. A tortura e outros maus-tratos foram largamente utilizados no Tadjiquistão para intimidar e extrair “confissões”. Na Bielorrússia, as pessoas consideradas culpadas de acusações politicamente motivadas foram detidas em regime de isolamento, em condições desumanas. O Cazaquistão aboliu totalmente a pena de morte na sua legislação, enquanto na Bielorrússia pelo menos uma pessoa foi executada.

Nas fronteiras externas da UE, os guardas fronteiriços e os policiais continuaram a submeter pessoas refugiadas e migrantes a maus-tratos que com frequência configuravam tortura. Na Itália, continuaram os processos judiciais relacionados à prática de tortura nas prisões.

Os governos devem agir com urgência para acabar com a tortura e outros maus-tratos e submeter seus autores à justiça.

PODERES EXCESSIVOS DO ESTADO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Os governos aproveitaram-se de várias “crises” para se arrogar novos poderes. Na Hungria, as autoridades utilizaram o pretexto da guerra na Ucrânia para se atribuir novas competências que lhes permitiam declarar estado de emergência. A Letónia, a Lituânia e a Polónia mantiveram os seus estados de emergência na fronteira com a Bielorrússia, restringindo injustificadamente o acesso de jornalistas, ONGs e atores humanitários.

A Turquia continuou a perseguir e deter dezenas de jornalistas, ativistas e políticos de oposição com base em acusações falsas relacionadas ao terrorismo. O Parlamento promulgou uma nova lei sobre desinformação, reforçando o controle do governo sobre as mídias sociais.

Nos Balcãs ocidentais, as autoridades pressionaram, perseguiram e ameaçaram jornalistas, especialmente os que expunham o crime organizado, a corrupção e os crimes de guerra. Observadores registaram agressões físicas contra jornalistas no Kosovo, em Montenegro e na Sérvia. O uso de demandas judiciais abusivas (Ações Estratégicas contra a Participação Pública, ou SLAPP, na sigla em inglês) contra jornalistas e ativistas ambientais foi cada vez mais comum. O uso desses litígios era preocupante na Áustria, na Bósnia e Herzegovina, na Bulgária e na Grécia, tendo-se tornado assustadoramente banal e frequente na Croácia, na Sérvia e na Eslovênia. A Comissão Europeia propôs uma diretiva para combater este fenômeno, que ainda estava sendo negociada.

No leste da região, a liberdade de expressão continuou sendo seriamente atacada. Restrições governamentais deixaram a população russa com poucas fontes de informação independentes. Em março, foi aprovada uma nova legislação que punia o “descrédito” das forças armadas russas e a difusão de “informações deliberadamente falsas” sobre as forças que, na prática, proibia qualquer alusão crítica à guerra na Ucrânia, resultando em milhares de processos administrativos e penais. As pessoas que criticaram a guerra foram presas, submetidas a multas pesadas ou condenadas a detenção ou prisão. Muitas personalidades críticas da guerra foram declaradas “agentes estrangeiros”. Dezenas de órgãos de comunicação independentes foram fechados, milhares de sites bloqueados e a Meta foi declarada uma “organização extremista”. A Bielorrússia também processou centenas de pessoas que manifestaram apoio à Ucrânia ou criticaram o governo, prendeu outros 40 jornalistas independentes e apresentou novas acusações contra quem já estava na prisão. Centenas de pessoas foram processadas por associação com conteúdos “extremistas”.

As autoridades do Tajiquistão atacaram agressivamente os meios de comunicação independentes e os defensores dos direitos humanos em resposta a novos protestos na Região Autônoma de Gorno-Badakhshan (GBAO), onde bloquearam completamente a internet local nos primeiros meses do ano. O Turcomenistão teria bloqueado 1,2 bilhões de endereços IP para impedir o acesso a informações do exterior, e o Azerbaijão adotou uma nova lei de imprensa para criar um registo oficial único de jornalistas e exigir que os veículos de comunicação divulgassem apenas informações “objetivas”.

LIBERDADE DE REUNIÃO

Na parte ocidental da região, vários países impuseram medidas arbitrárias ou excessivas para proibir as manifestações pacíficas. Na República Srpska (na Bósnia e Herzegovina), as autoridades proibiram as manifestações comemorativas do 30º aniversário das perseguições cometidas durante a guerra. A Turquia impôs repetidas proibições às marchas do Orgulho LGBTI e às manifestações em memória das vítimas de desaparecimentos forçados. Outras medidas foram usadas com maior frequência pelas autoridades, como detenções preventivas (Suécia), uso excessivo da força contra manifestantes (Sérvia), multas exorbitantes (Eslovênia), prisões arbitrárias (Grécia) e demissões injustas de pessoas que participaram de manifestações (Hungria).

Muitos governos persistiram nos seus esforços para impedir ou punir os atos de desobediência civil, sobretudo dos ativistas ambientais. Os governos utilizaram diversas formas de repressão, como dispersar manifestantes ilegalmente na Finlândia, além de acusar manifestantes de crimes graves, como sabotagem, na Suécia. O Reino Unido aprovou legislação atribuindo à polícia novos poderes para aplicar restrições por motivos de ruído e de causar perturbação. Em sentido contrário e estabelecendo um precedente, o Tribunal

Administrativo Federal da Alemanha determinou que os acampamentos de protesto são protegidos por garantias constitucionais de liberdade de reunião.

No leste, manifestantes pacíficos foram confrontados pelas autoridades de vários países com força excessiva, o que resultou em mortes, ferimentos e torturas. Em janeiro, no Cazaquistão, houve uma explosão súbita de grandes protestos reivindicando reformas. Em resposta, as forças de segurança prenderam mais de 10.000 pessoas e fizeram disparos com munições reais e de borracha. Os manifestantes foram considerados “terroristas”, submetidos a maus-tratos e detidos em condições desumanas. Pelo menos 219 manifestantes e 19 agentes da lei morreram nesses eventos. No fim do ano, a maioria dos incidentes não havia sido investigada.

No Tajiquistão os protestos foram brutalmente reprimidos na Região Autônoma de Gorno-Badakshan. Em uma “operação antiterrorista” foram mortas dezenas de manifestantes de etnia pamiri, e mais de 200 pessoas, incluindo ativistas, poetas e jornalistas foram presas de modo arbitrário.

Em Karakalpakstan, no Uzbequistão, eclodiram protestos em julho em reação às propostas de alteração constitucional sobre o estatuto do território. As forças de segurança foram mobilizadas, com um saldo de pelo menos 21 mortos e 250 feridos, centenas de pessoas detidas arbitrariamente e muitas outras submetidas a tortura e outros maus-tratos.

Na Bielorrússia, a polícia dispersou de forma brutal as manifestações pacíficas contra a agressão russa à Ucrânia, e muitos manifestantes foram condenados a detenção ou multas após julgamentos realizados a portas fechadas. As autoridades de Bishkek, no Quirguistão, restringiram os locais onde poderiam ser realizadas reuniões públicas. Na Rússia, as autoridades perseguiram implacavelmente não só os participantes como também as entidades observadoras dos protestos.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Na parte ocidental da região, a Turquia e a França se destacaram entre os países que limitaram a liberdade de associação, tentando dissolver algumas entidades. A Turquia aplicou medidas antiterrorismo de uma forma excessivamente ampla, atuando contra uma plataforma de combate ao feminicídio, um grupo comunitário e um dos principais partidos da oposição, o Partido Democrático dos Povos (HDP). A França abusou das disposições de uma nova lei sobre “valores republicanos” para agir contra um grupo antifascista, dois grupos pró-palestinos e um coletivo de direitos ambientais.

O governo do Uzbequistão consolidou seu controle da sociedade civil promulgando um decreto que exigia que as ONGs se aliassem a “parceiros nacionais” – escolhidos pelo governo – para poderem desbloquear qualquer financiamento vindo do estrangeiro. O Quirguistão impôs às ONGs novos requisitos para declaração dos fundos recebidos do exterior e a Bielorrússia citou acusações de “extremismo” e “terrorismo” para dissolver mais de duzentas organizações.

O espaço para que todas as pessoas possam exercer seus direitos às liberdades de expressão, associação e reunião pacífica deve ser protegido quando o Estado excede seus poderes sob vários pretextos.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

A Turquia continuou seu ataque aos defensores dos direitos humanos. No final do ano, Öztürk Türkdöğän enfrentava três processos distintos por acusações falsas de “pertencer a uma organização terrorista”, “insultar um funcionário público” e “desabonar a nação turca”. Da mesma forma, a advogada de direitos humanos Eren Keskin e uma destacada especialista forense, Şebnem Korur Fincancı, enfrentaram acusações infundadas de terrorismo. As

autoridades turcas se recusaram a cumprir uma decisão vinculante do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, no caso do defensor dos direitos humanos Osman Kavala, apesar da instauração de um processo por infração. O Tribunal de Cassação anulou as acusações contra o ex-presidente da Anistia Internacional Turquia, Taner Kiliç.

A Grécia, a Itália e a Turquia processaram defensores dos direitos humanos que trabalhavam na defesa dos direitos das pessoas migrantes e refugiadas. Quem defendia os direitos das mulheres era alvo de ações judiciais em vários países. Em Andorra, Vanessa Mendoza Cortés foi condenada a pagar uma multa pesada por difamação após criticar os impactos nocivos da proibição do aborto no país. Na Polónia, Justyna Wydrzynska foi a julgamento por apoiar uma mulher grávida nos seus esforços para acessar serviços de aborto.

No leste da região, os defensores dos direitos humanos foram submetidos a detenção arbitrária, violência e intimidação. Na Bielorrússia, a organização de direitos humanos Viasna foi um alvo específico, e Ales Bialiatski, ganhador de um Prêmio Nobel da Paz, foi preso com seus colegas e todos enfrentavam acusações falsas; Marfa Rabkova e Andrey Chapyuk foram condenados a 15 e seis anos de prisão, respetivamente, num julgamento a portas fechadas. Nasta Loika foi falsamente acusada de “vandalismo menor” e privada de medicamentos, agasalhos e água potável durante sua detenção administrativa, enfrentando posteriormente falsas acusações penais. Na Rússia, os defensores dos direitos humanos estiveram sob constante pressão devido à legislação sobre “agentes estrangeiros” e “organizações indesejáveis”, o que forçou muitas pessoas a abandonar o país. Em abril, o ministério da Justiça retirou o registo oficial de mais de doze fundações e ONGs estrangeiras, incluindo a Anistia Internacional, o que forçou o fechamento de seus escritórios na Rússia. Na Crimeia ocupada, os ativistas e defensores dos direitos dos tártaros nesse território continuaram a enfrentar graves represálias.

Os governos devem proteger as pessoas que defendem os direitos humanos e reconhecer o papel crucial que desempenham, em vez de estigmatizar e criminalizar suas atividades.

DISCRIMINAÇÃO

Em diversos países verificou-se um número recorde de denúncias de antissemitismo. Tanto na Alemanha como no Reino Unido, os observadores registaram um forte aumento nos crimes de ódio antissemitas. Na Eslováquia, descobriu-se que o suspeito do assassinato de duas pessoas LGBTI havia redigido propaganda extremamente antissemita. O Parlamento letão aprovou uma legislação de restituição que concede compensação à comunidade judaica pelos bens confiscados durante as ocupações nazista e soviética.

Vários países continuaram a reforçar as medidas adotadas contra as mulheres muçulmanas ou a aprovar novas medidas. Andorra aprovou uma lei proibindo o uso de símbolos religiosos ostensivos, o que impedia as mulheres muçulmanas de usarem o lenço islâmico. Na França, as autoridades locais proibiram uma manifestação de jogadoras de futebol contra uma tentativa de tornar lei uma disposição discriminatória que impedia as mulheres muçulmanas de usarem o véu para participar de competições esportivas. O supremo tribunal administrativo de Grenoble manteve a proibição do “burkini” nas piscinas públicas da cidade. Na Suíça, após um referendo organizado em 2021, o Parlamento examinou um projeto de lei para proibir peças de vestuário que cubram o rosto. O debate sobre essas medidas esteve altamente contaminado por estereótipos negativos e retórica antimuçulmana.

Tanto na Bélgica como na Suíça, entidades observadoras encontraram claras evidências de racismo estrutural contra pessoas de origem africana. No Reino Unido, as abordagens de revista policial continuaram a afetar desproporcionalmente as pessoas negras. Uma investigação apurou que, num período de dois anos, das 650 pessoas com menos de 18 anos que haviam sido despidas para revista, 58% eram negras. Na Dinamarca, uma empresa

imobiliária desalojou um grande número de pessoas para evitar a classificação de um local como “gueto”, nos termos da legislação que proíbe a concentração de pessoas de origem “não ocidental”. Na Alemanha, o Observatório Nacional sobre Discriminação e Racismo constatou que o racismo fazia parte da vida cotidiana do país.

A comunidade cigana foi alvo de discursos depreciativos e discriminações sistemáticas com relação à moradia, à educação e ao tratamento recebido da polícia, assim como em vários outros aspectos. Por exemplo, as pessoas ciganas foram segregadas na educação em países como Albânia, Croácia, Kosovo, Macedônia do Norte e Eslováquia. Entre os fatores que continuavam impedindo os esforços de empoderamento dessa comunidade estavam as práticas racistas da polícia, a apatridia e a ausência de documentos de identidade pessoal. A repressão implacável e contínua aos direitos humanos na Bielorrússia não poupou também as minorias nacionais, como poloneses e lituanos, assim como os promotores da língua e da cultura bielorrussas. O governo também proibiu o ensino do polonês em duas escolas no oeste do país, onde vive uma importante comunidade polonesa, e fechou uma escola lituana na região de Hrodna, além de duas livrarias bielorrussas.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

A discriminação e a violência contra as pessoas LGBTI em alguns países contrastou com os avanços legislativos e jurídicos conseguidos em outros. Entre os incidentes mais graves estava um tiroteio que ocorreu na Eslováquia, em frente a um bar gay, em que duas pessoas foram mortas e uma ficou ferida. Dirigentes LGBTI foram agredidos ou ameaçados na Macedônia do Norte, em Montenegro e na Polônia.

Os tribunais de alguns países, no entanto, tomaram decisões favoráveis aos direitos das pessoas LGBTI. Na Croácia, os tribunais confirmaram que os casais do mesmo sexo deveriam poder adotar crianças nas mesmas condições que os outros. O Tribunal Constitucional da Eslovênia declarou inconstitucional a proibição do casamento gay e da adoção por casais do mesmo sexo. Em consequência de uma decisão do Supremo Tribunal da Letônia, os tribunais administrativos do país começaram a reconhecer os casais do mesmo sexo. Na Suíça, entrou em vigor uma nova regulamentação legalizando o casamento civil e a adoção para os casais do mesmo sexo. O Parlamento da Espanha adotou uma lei histórica que reconhece o direito das pessoas transexuais de determinar o seu próprio gênero. Os governos da Finlândia e da Alemanha propuseram projetos de lei progressistas em matéria de reconhecimento legal do gênero.

Na Hungria, ao contrário, o governo organizou um referendo inspirado em uma lei anti-LGBTI adotada em 2021. Na Polônia, diversos municípios continuaram a se declarar como “zonas livres de pessoas LGBTI” e ativistas foram submetidos a ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPP) e a detenções arbitrárias.

No leste da região, observaram-se alguns avanços. Na Ucrânia, o presidente Volodymyr Zelensky prometeu um projeto de lei sobre união civil. A Moldávia realizou a maior marcha do Orgulho LGBTI de sua história, apesar da oposição do prefeito da capital, Chisinau, que havia ameaçado proibi-la. Em outros países, contudo, os direitos das pessoas LGBTI continuaram a ser fortemente reprimidos. A Rússia estendeu a todas as faixas etárias a proibição de “propaganda a favor de relações sexuais não tradicionais, pedofilia e redistribuição de gênero”, antes proibida a menores. O Turcomenistão e o Uzbequistão continuaram a criminalizar as relações sexuais consensuais entre homens e, no Uzbequistão, foi apresentado um projeto de lei discriminatório autorizando a polícia a fazer testes de detecção de doenças obrigatórios em homens que mantêm relações sexuais com outros homens.

Os governos devem redobrar seus esforços para prevenir todas as formas discriminação, inclusive contra as pessoas judias, muçulmanas, negras, ciganas e LGBTI.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Os países que mantinham vínculos econômicos estreitos com a Rússia foram duramente atingidos pela guerra na Ucrânia. Na própria Rússia, os níveis gerais de pobreza aumentaram. Na Ucrânia, segundo o Banco Mundial, o índice de pobreza multiplicou-se por dez e quase 500.000 crianças viviam em condição de penúria.

Ao final do ano, a maioria dos países da região enfrentava uma crise de custo de vida e inflação sem precedentes. Em 17 Estados-membros da UE a taxa de inflação superou 10%. Como era habitual, em toda a região, as pessoas mais pobres e mais vulneráveis (pessoas com deficiência, aposentados, crianças e outras) foram desproporcionalmente afetadas e sofreram as consequências de uma proteção social inadequada.

Os governos devem agir de imediato para enfrentar as persistentes dificuldades socioeconômicas, destinando os recursos necessários, inclusive por meio de uma proteção social integral, para que todos possam usufruir de seus direitos econômicos, sociais e culturais.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

As ondas de calor sem precedentes que atingiram a região no verão, quando os termômetros passaram dos 40°C em alguns locais, fizeram com que muitas pessoas realmente tomassem consciência da crise climática. Registrou-se um excesso de cerca de 25.000 mortes devido ao calor. As temperaturas também fizeram secar cursos d'água, provocaram o colapso de uma geleira na Itália e uma grave seca na maior parte do território português, assim como incêndios que destruíram grandes áreas da Espanha. Os efeitos da guerra da Rússia na Ucrânia diluíram a urgência de se enfrentar a crise climática. Na Ucrânia, as operações militares poluíram o ar, a água e o solo com substâncias tóxicas, e a condução das hostilidades pela Rússia elevou os riscos de acidente nuclear em torno da central nuclear de Zaporijia. A necessidade de reduzir a dependência do petróleo e gás russos ocasionou uma corrida para assegurar fontes alternativas de combustíveis fósseis, assim como decisões de prolongar a vida de centrais nucleares e termelétricas a carvão, e reduções temporárias nos impostos sobre os combustíveis. O Turcomenistão continuou a ser um dos maiores emissores de gás metano do planeta, e as mulheres que viviam nas zonas rurais foram afetadas de forma desproporcional pelas alterações climáticas.

Depois de uma certa hesitação às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre mudança climática (COP27), a UE acabou por apoiar a criação de um fundo de compensação por perdas e danos, trazendo alguma esperança para a efetivação da solidariedade climática. Contudo, os países europeus não conseguiram alinhar suas metas de redução de emissões para 2030 de forma a alcançar a meta global de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C.

Os governos devem aumentar seus objetivos de redução de emissões em proporções que reflitam sua responsabilidade pela crise climática. Devem implementar políticas apropriadas que respeitem os direitos humanos, inclusive renunciando progressivamente ao uso e à produção de combustíveis fósseis por meio de uma transição justa. Devem também aumentar com urgência o financiamento climático para os países de mais baixa renda e comprometer-se com fundos adicionais destinados especificamente a compensar perdas e danos.

PANORAMA REGIONAL: ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

Os governos não responderam adequadamente ao impacto devastador do agravamento das condições econômicas, que foi exacerbado por eventos globais, como a guerra na Ucrânia, e por fatores locais, como conflitos e desastres climáticos, sobre os direitos humanos de milhões de pessoas à alimentação, à água, à moradia e à saúde.

Os conflitos armados continuaram a assolar a vida de milhões de pessoas em todo o Oriente Médio e o Norte da África. A população civil foi alvo de ataques indiscriminados, destruição de infraestruturas vitais, deslocamentos forçados e controles abusivos por parte de milícias, grupos armados ou forças de segurança que não respondem por seus atos. Jordânia e Líbano seguiram acolhendo milhões de refugiados sírios, mas ambos os países adotaram políticas coercitivas para forçar os refugiados a retornarem. Autoridades não garantiram o retorno seguro de milhões de deslocados internos aos seus locais de origem.

Os governos continuaram a aplicar medidas draconianas para reprimir os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica. Autoridades censuraram ou silenciaram os meios de comunicação tanto dentro quanto fora da internet e submeteram defensores dos direitos humanos, jornalistas, manifestantes, ativistas dos direitos das mulheres, ativistas políticos e outros críticos ou opositores a detenções arbitrárias, processos criminais infundados, julgamentos injustos, prisões, proibições de viagens, ameaças e outras formas de assédio. Forças de segurança fizeram uso ilegítimo e às vezes letal da força e realizaram prisões em massa para reprimir protestos.

Outras violações dos direitos humanos incluíram discriminação contra minorias étnicas e religiosas, desaparecimentos forçados, tortura e outros maus-tratos e o uso da pena de morte e de outras penas cruéis, desumanas ou degradantes.

Três eventos deram especial destaque às questões de direitos humanos na região. Em setembro, a morte em custódia de Mahsa (Zhina) Amini, após ter sido presa pela chamada “polícia da moralidade” do Irã por violar a legislação abusiva sobre uso do véu, provocou uma onda de protestos sem precedentes clamando pelo fim da República Islâmica e o estabelecimento de um sistema que respeite os direitos humanos e os direitos à igualdade. Em novembro, o Egito sediou a COP27, um evento que trouxe à tona sua péssima situação de direitos humanos e o sofrimento de dezenas de milhares de pessoas que penavam nas prisões egípcias por motivos políticos. A Conferência também destacou a omissão dos governos de todo o mundo em adotar as medidas necessárias para evitar a crise climática e combater a degradação ambiental. No final de novembro, o Catar sediou a Copa do Mundo de futebol, que revelou a situação precária da força de trabalho migrante do país, parte dela submetida a condições análogas a trabalho forçado. Em toda a região, muitas pessoas trabalhadoras migrantes experimentavam condições semelhantes. A Copa do Mundo também expôs a discriminação contra pessoas LGBTI no Catar.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Conflitos armados prolongados, ocupação militar e insegurança continuaram a devastar a vida de milhões de civis no Iêmen, no Iraque, em Israel e nos Territórios Palestinos Ocupados, na Líbia e na Síria. As partes em conflito, fossem atores estatais ou não estatais, cometeram crimes de guerra e outras violações graves do direito humanitário internacional, tanto com

ataques indiscriminados quanto dirigidos a alvos específicos, que fizeram vítimas civis e destruíram infraestruturas.

O conflito armado na Síria prosseguia em seu 11º ano, embora os níveis de violência tenham arrefecido. As forças dos governos sírio e russo realizaram ataques terrestres e aéreos ilegais contra a população e as infraestruturas civis, como estações de abastecimento de água e campos para deslocados internos, matando e ferindo dezenas de civis.

O conflito devastador no Iêmen continuou, apesar de um acordo de cessar-fogo. Todas as partes no conflito efetuaram ataques ilegais, matando civis, obstruindo o acesso à ajuda humanitária e destruindo infraestruturas civis.

Na Líbia, de um modo geral, foi mantido um cessar-fogo nacional vigente desde outubro de 2020. Milícias e grupos armados, no entanto, continuaram a se enfrentar em combates pontuais por território e recursos, quando fizeram ataques indiscriminados e destruíram infraestrutura civil.

O conflito entre as forças militares israelenses e grupos armados palestinos recrudescer mais uma vez. Em 5 de agosto, Israel lançou uma ofensiva militar de três dias contra a Jihã Islãmica Palestina na Faixa de Gaza, que há 15 anos se encontra sob o cerco ilegal e o controle discriminat3rio de Israel. Aproximadamente 1.700 casas palestinas foram danificadas ou destruídas e centenas de civis foram deslocados durante a ofensiva. Dezesete civis palestinos foram mortos em ataques israelenses. Pelo menos outros sete morreram, aparentemente, atingidos por foguetes de grupos armados palestinos que falharam no momento do disparo.

Todas as partes nos conflitos armados devem cumprir o direito internacional humanit3rio, em particular, pôr fim aos ataques diretos à populaç3o e às infraestruturas civis, bem como aos ataques indiscriminados. Os governos estrangeiros devem suspender a transferênciã de armas para onde houver um risco maior de que sejam usadas para cometer ou facilitar violaç3es graves dos direitos humanos ou do direito internacional humanit3rio.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS, MIGRANTES E DESLOCADAS INTERNAMENTE

Refugiados, migrantes e deslocados internos continuaram sendo privados de seus direitos em consequênciã de conflitos hist3ricos ou em curso. Naç3es anfitriãs, como Jordânia e Líbano, violaram os direitos das pessoas refugiadas, e a comunidade internacional não financiou adequadamente os programas de resposta humanit3ria. As autoridades seguiram prendendo e detendo refugiados e migrantes de forma arbitrária, submetendo-os a devoluç3es (*refoulement*) e expuls3es em massa.

O Líbano ainda hospedava cerca de 1,5 milh3o de sírios, mas a incapacidade do governo de mitigar os efeitos da crise econ3mica no país deixou a maioria das pessoas refugiadas em situaç3o de extrema pobreza e sem acesso a direitos humanos básicos, como alimentaç3o, moradia, educaç3o e saúde. As autoridades libanesas também ampliaram os chamados retornos voluntários para a Síria, a despeito da bem-documentada perseguiç3o naquele país e do ambiente coercitivo existente no Líbano que prejudicava a capacidade dos refugiados sírios de dar seu consentimento livre e informado para o retorno.

A vizinha Jordânia ainda hospedava cerca de 2 milh3es de refugiados palestinos e mais de 750.000 refugiados de outros países do Oriente M3dio e do Norte da Áfricã, a maioria dos quais com acesso limitado a serviç3os essenciais devido à grave escassez de fundos. Israel acolheu dezenas de milhares de refugiados ucranianos e permitiu que milhares de ucranianos judeus se estabelecessem no país, mas continuou a negar a milh3es de palestinos o direito de

retorno. Também negou asilo a dezenas de milhares de pessoas que fugiram de países africanos, principalmente da Eritreia e do Sudão.

Na Líbia, autoridades estatais, milícias e grupos armados submetem pessoas refugiadas e migrantes a violações generalizadas, como homicídios ilegais, detenções arbitrárias por tempo indeterminado, tortura, estupro e outros maus-tratos, assim como trabalhos forçados. Guardas costeiras líbios mantidos pela União Europeia dispararam contra embarcações que transportavam refugiados e migrantes que cruzavam o Mediterrâneo ou as danificaram deliberadamente. Milhares de pessoas interceptadas no mar e desembarcadas na Líbia foram vítimas de desaparecimento forçado; outros milhares foram expulsos das fronteiras do sul do país sem ter a oportunidade de pedir asilo.

Na fronteira entre o norte do Marrocos e o enclave espanhol de Melilla, as forças de segurança de ambos os lados usaram força excessiva, matando 37 pessoas da África subsaariana e ferindo muitas outras. Na Argélia, as autoridades prenderam ou deportaram sumariamente dezenas de pessoas refugiadas e requerentes de asilo. No Irã, as forças de segurança dispararam contra cidadãos afegãos que cruzavam a fronteira entre o Irã e o Afeganistão e detiveram e torturaram outros arbitrariamente, antes de expulsá-los ilegalmente. A Arábia Saudita devolveu à força dezenas de milhares de migrantes etíopes depois de os deter arbitrariamente em condições desumanas, porque não tinham documentos de residência válidos, e submetê-los a tortura e outros maus-tratos. No Iraque, na Líbia e na Síria, as pessoas deslocadas internamente não puderam voltar para suas casas devido à insegurança e aos riscos de prisão arbitrária e de assédio por parte das forças de segurança, bem como à falta de serviços essenciais e oportunidades de emprego.

Os governos devem pôr fim à detenção arbitrária de pessoas refugiadas e migrantes em razão de sua situação migratória, e devem protegê-las de devolução e expulsões em massa. Também devem adotar medidas concretas para garantir o retorno voluntário, seguro e digno das pessoas deslocadas dentro do país às suas áreas de origem.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E REUNIÃO

As autoridades da região do Oriente Médio e Norte da África continuaram a prender arbitrariamente, deter, processar e hostilizar as pessoas por expressarem opiniões críticas, participarem de protestos pacíficos e se envolverem na defesa de direitos humanos ou em ativismo político.

Autoridades recorreram a leis antiterrorismo ou a acusações vagas relacionadas à “segurança nacional” para silenciar a oposição e impor longas sentenças de prisão. Na Argélia, o ativista ambiental Mohad Gasmí foi condenado a três anos de prisão por trocar e-mails sobre a exploração de gás de xisto no país. Na Jordânia, três jornalistas foram presos e acusados de “divulgar notícias falsas” por cobrirem o vazamento de documentos que revelavam atividades financeiras envolvendo empresas, políticos e o rei. No Marrocos, a defensora dos direitos humanos Saida Alami foi condenada a dois anos de prisão por denunciar nas redes sociais a repressão a jornalistas e ativistas. Sua sentença foi aumentada para três anos na apelação.

Em alguns países, as autoridades intensificaram a censura ou as ameaças contra a liberdade de expressão. No Iêmen, as autoridades de fato huthis interditaram pelo menos seis emissoras de rádio na capital e mantiveram presos pelo menos oito jornalistas, quatro deles condenados à morte. O governo da Síria aprovou uma nova lei de crimes cibernéticos que impõe longas penas de prisão por críticas às autoridades ou à constituição publicadas na internet. Um novo decreto promulgado na Tunísia previa penas de até 10 anos de prisão para quem usasse as redes de telecomunicações de forma indevida para produzir, enviar ou espalhar “notícias falsas” ou outros conteúdos falsos ou difamatórios, e conferiu poder às autoridades para

dissolver as entidades infratoras. Uma nova lei nos Emirados Árabes Unidos (EAU) criminalizou “qualquer pessoa que zombe, insulte ou prejudique a reputação, o prestígio ou a imagem do Estado” ou de “seus líderes fundadores”.

Autoridades reprimiram protestos no Irã, na Líbia e na Síria, recorrendo até mesmo à força letal ilegal e a prisões em massa. No Irã, as autoridades responderam ao levante sem precedentes contra a República Islâmica com munição real, projéteis com bagnetes de metal e espancamentos, matando centenas de pessoas, inclusive dezenas de menores, e deixando outros milhares de pessoas feridas. Além disso, fecharam ou interromperam as redes de internet e telefonia móvel e bloquearam as plataformas de mídias sociais. Milhares de pessoas foram presas arbitrariamente e submetidas a julgamentos e processos injustos, e dois homens foram executados. As autoridades palestinas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza em algumas ocasiões usaram força excessiva para dispersar agrupamentos pacíficos.

A impunidade por homicídios ilegais e outras graves violações dos direitos humanos prevaleceu em toda a região, embora algumas medidas positivas tenham sido adotadas no âmbito internacional. Em novembro, por exemplo, o Conselho de Direitos Humanos da ONU estabeleceu uma missão para investigar violações de direitos humanos relacionadas aos protestos que eclodiram no Irã em setembro. Além disso, tribunais de países europeus, sob o princípio da jurisdição universal, investigaram e processaram indivíduos suspeitos de cometer crimes previstos no direito internacional na Síria e no Irã.

Em diversos países, as autoridades adotaram várias medidas para sufocar a oposição. Na Argélia, usaram acusações falsas de terrorismo para silenciar membros de partidos e movimentos políticos de oposição. Também suspenderam ao menos um partido político e ameaçaram suspender pelo menos outros dois. As autoridades israelenses invadiram a sede de sete organizações da sociedade civil palestinas e ordenaram seu fechamento, além de inabilitarem um partido político palestino para impedir que participasse das eleições parlamentares de Israel. Em dezembro, o advogado de direitos humanos Salah Hammouri foi deportado para a França depois de nove meses de detenção administrativa, sem acusação ou julgamento, e da revogação de sua permissão de residência em Jerusalém Oriental.

Entre abril e o final do ano, as autoridades egípcias libertaram 895 pessoas detidas por motivos políticos. Porém, nesse mesmo período, outras 2.562 pessoas supostamente críticas ao governo foram presas e interrogadas por promotores, centenas delas por motivos relacionados à convocação de protestos durante a COP27 em novembro. Milhares de defensores dos direitos humanos, jornalistas, manifestantes e outros críticos e opositores, de fato ou presumidos, permaneciam em detenção arbitrária por exercerem seus direitos humanos.

Os governos devem respeitar os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica, inclusive garantindo que jornalistas, defensores dos direitos humanos e ativistas possam usufruir desses direitos sem assédio, violência ou processo judicial, e devem libertar as pessoas detidas por exercerem esses direitos.

DISCRIMINAÇÃO

MULHERES E MENINAS

Em 2022, mulheres e meninas continuaram a enfrentar discriminação tanto na lei como na prática em todo o Oriente Médio e o Norte da África, inclusive em relação aos direitos de herança, divórcio, representação política e oportunidade de emprego. A violência de gênero continuou prevalecente e foi cometida com impunidade. Autoridades na Arábia Saudita, no Egito, no Iêmen, no Iraque e no Irã submeteram mulheres defensoras dos direitos humanos e

ativistas a processos, a interrogatórios e/ou outras formas de assédio por se manifestarem contra a violência sexual e a discriminação de gênero.

Mulheres e meninas estiveram na vanguarda dos protestos nacionais que eclodiram no Irã em setembro, contestando décadas de discriminação e violência de gênero e as leis discriminatórias e abusivas que as obrigam ao uso do véu.

Continuaram a ocorrer os assassinatos de mulheres denominados homicídios de “honra”, assim como outros feminicídios. No Iraque, nas regiões central e do Curdistão, apesar do aumento dos relatos desses assassinatos e de outras formas de violência de gênero, inclusive contra mulheres trans, o governo se omitiu de criminalizar a violência doméstica. Na Argélia, foram registrados 37 feminicídios.

A proteção legal contra a discriminação foi debilitada ainda mais em vários países da região. Em março, a Arábia Saudita aprovou sua primeira “lei sobre a situação jurídica pessoal”, passando a regular muitas das práticas problemáticas inerentes ao sistema de tutela masculina sobre as mulheres e sedimentando a discriminação de gênero na maioria dos aspectos da vida familiar. Uma emenda à lei eleitoral da Tunísia removeu dispositivos que melhoravam a representação das mulheres no parlamento. No Iêmen, as autoridades de fato huthis proibiram as mulheres de viajar nas províncias sob seu controle sem um guardaião masculino ou sua permissão por escrito.

Em alguns países, houve sinais de progresso, embora as mulheres continuassem a enfrentar discriminação e violência. O Marrocos ratificou o Protocolo Facultativo da CEDAW, mas a legislação nacional ainda avalizava a desigualdade de gênero. Uma emenda constitucional na Jordânia declarou homens e mulheres iguais perante a lei e proibiu a discriminação entre os sexos, mas nenhuma medida foi tomada no sentido de alterar a legislação do país para regulamentar a emenda. No Kuwait, o governo introduziu medidas para aumentar a representação das mulheres no serviço público e em cargos de direção, mas a legislação nacional ainda discriminava as mulheres. As autoridades de Omã criaram uma linha direta para denúncias de violência doméstica, mas não disponibilizaram casas-abrigo nem aprovaram leis que definissem esse tipo de violência.

PESSOAS LGBTI

Em toda a região, pessoas LGBTI foram presas e processadas, e às vezes eram submetidas a torturas, como exames anais forçados, em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Alguns tribunais penais proferiram sentenças severas para pessoas condenadas por manter relações homossexuais consensuais.

Em alguns países, houve sinais de retrocesso. No Líbano, após as demandas de grupos religiosos para “rejeitar a disseminação da homossexualidade”, o Ministério do Interior proibiu reuniões pacíficas de pessoas LGBTI, mas um tribunal suspendeu a decisão. Nos Emirados Árabes Unidos, onde a lei criminaliza as relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo, o governo ordenou aos professores que não discutissem “identidade de gênero, homossexualidade ou qualquer outro comportamento considerado inaceitável para a sociedade dos Emirados Árabes Unidos”. No Iêmen, as autoridades perseguiram as pessoas que não se enquadravam na orientação sexual ou identidade de gênero convencionais e as submeteram a prisões arbitrárias, estupros e outras torturas.

MINORIAS ÉTNICAS E RELIGIOSAS

Em toda a região, as pessoas que pertenciam a minorias e comunidades nacionais, étnicas e religiosas continuaram a enfrentar discriminações consolidadas na lei e na prática, inclusive em relação ao seu direito ao culto, a desfrutar de igualdade de acesso ao emprego e a serviços de saúde e a viver livre de perseguições e outras graves violações de seus direitos humanos.

Israel manteve uma forma extrema de discriminação – um sistema de *apartheid* – marcado pela opressão e dominação dos palestinos por meio de fragmentação territorial, segregação e controle, desapropriação de terras e propriedades e negação de direitos econômicos e sociais. Para consolidar esse sistema, Israel cometeu uma ampla gama de violações de direitos humanos contra os palestinos, como transferências forçadas, detenções administrativas, torturas, homicídios ilegais, negação de direitos e liberdades básicas e perseguição – atos que configuram o crime contra a humanidade de *apartheid*. Com a intenção de reforçar ainda mais o sistema de *apartheid*, em março, as autoridades promulgaram novamente uma lei que impunha restrições severas à reunificação familiar palestina, a fim de manter uma maioria demográfica judaica. Em julho, a Suprema Corte israelense confirmou uma lei que autoriza o ministro do Interior a privar de cidadania as pessoas que forem condenadas por atos que constituam “deslealdade ao Estado”.

No Irã, as minorias étnicas, como as comunidades árabes ahwazi, turcas azerbaijanas, balúquis, curdas e turcomanas, foram alvo de discriminação sistemática, que restringiu seu acesso à educação, ao emprego, à moradia adequada e a cargos políticos. No Kuwait, os *bidun* (pessoas nativas do Kuwait, mas apátridas) sofreram crescente discriminação perante a lei.

Membros de minorias religiosas também vivenciaram uma discriminação profundamente enraizada na lei e na prática, inclusive em seu direito de culto. Na Argélia, autoridades fizeram uso de um decreto que restringia todas as outras religiões que não o islamismo sunita para perseguir membros da Religião Ahmadi da Paz e da Luz e fechar pelo menos três igrejas protestantes. As autoridades do Egito continuaram a processar e prender cristãos e outras minorias religiosas, bem como ateus e pessoas que defendem crenças religiosas não sancionadas pelo Estado, por “difamação da religião” e outras acusações falsas. No Irã, bahá'ís, cristãos, dervixes gonabadi, judeus, muçulmanos sunitas e yarsanis sofreram discriminação na lei e na prática, principalmente com respeito ao acesso a educação, empregos, cargos políticos e locais de culto.

Os governos devem adotar medidas urgentes para acabar com a discriminação e a violência de gênero contra mulheres, meninas e pessoas LGBTI e levar à justiça os responsáveis por tais crimes. Devem também descriminalizar as relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo. Os governos devem pôr fim à discriminação com base em origem nacional, etnia ou religião e implementar reformas legais e políticas para conceder direitos iguais para todos, sem discriminação, e proteger, promover e garantir a liberdade de religião e crença.

DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Em alguns países, as crises econômicas tiveram um impacto devastador sobre o custo de vida, a segurança alimentar e energética e o direito à água, à moradia, à saúde e a um padrão de vida adequado. As pessoas de grupos marginalizados, incluindo mulheres, pessoas LGBTI, minorias étnicas e religiosas, pessoas refugiadas e migrantes e as que fazem trabalhos mal remunerados, foram mais atingidas.

No Líbano, as autoridades não conseguiram fazer frente à forte crise econômica do país, classificada pelo Banco Mundial como uma das piores do gênero na história moderna, que resultou na deterioração drástica da garantia dos direitos econômicos e sociais. Quase metade dos lares libaneses estava em situação de insegurança alimentar; o Estado fornecia menos de duas horas de eletricidade por dia; medicamentos tornaram-se extremamente caros ou indisponíveis, e os programas de proteção social eram em grande medida deficientes. O Egito mergulhou em uma crise financeira e econômica que minou os direitos econômicos e sociais de milhões de pessoas. A Tunísia também viu agravar-se sua crise econômica, com o índice

de desemprego chegando a 15% e com escassez de alimentos básicos. Na Síria, cerca de 55% da população estava em situação de insegurança alimentar. No Iêmen, a desvalorização da moeda, a inflação elevada e o aumento dos preços globais dos alimentos restringiram drasticamente o acesso das pessoas à comida.

Em toda a região, os governos não protegeram adequadamente os trabalhadores mal remunerados contra os abusos trabalhistas e ainda reprimiram o direito dos trabalhadores de se filiarem a sindicatos independentes e de fazer greve sem medo de sérias repercussões. No Egito, no Irã e na Jordânia, os trabalhadores que organizaram protestos ou greves, ou buscaram formar sindicatos independentes, foram penalizados com demissões injustas, prisões e processos judiciais. Nos estados do Golfo, trabalhadores migrantes mal pagos, que constituem a maioria da força de trabalho, continuaram vulneráveis à exploração extrema, à discriminação no emprego, à flagrante inadequação de suas moradias, a uma série de abusos físicos e mentais, ao pagamento insuficiente ou ao não pagamento de salários, ao acesso limitado a cuidados de saúde, bem como à demissão sumária e à devolução a seu país de origem. No Catar, o governo continuou a reformar o sistema de *kafala* (*patrocínio*) do país para trabalhadores migrantes, mas o processo não conseguiu dar fim às violações trabalhistas generalizadas, inclusive roubo de salários. As autoridades ainda não investigaram adequadamente as mortes súbitas de trabalhadores migrantes, incluindo aqueles que trabalham sob calor extremo e por períodos prolongados, sem pausas ou dias de descanso. Muitos trabalhadores migrantes sofreram discriminação com base em sua raça, nacionalidade e idioma, o que implicava salários diferentes, piores condições de trabalho e empregos mais difíceis. Enquanto isso, os trabalhadores domésticos, em sua maioria mulheres, continuaram a enfrentar condições penosas de trabalho, abusos físicos e mentais graves e agressões sexuais. O governo também manteve a proibição de que trabalhadores migrantes formassem ou aderissem a sindicatos, um direito concedido aos cataris.

Os governos devem tomar providências urgentes para criar medidas de proteção social universal, que incluam os grupos marginalizados, contra os impactos adversos das crises. Devem fazer esforços internacionais coordenados para garantir os direitos à saúde, à alimentação e a um padrão de vida adequado. Devem também proteger o direito dos trabalhadores de organizar sindicatos independentes e de protestar, e devem estender as proteções da lei trabalhista aos trabalhadores migrantes, inclusive os domésticos.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

Os Estados da região não tomaram as medidas necessárias para enfrentar a mudança climática e a degradação ambiental, incluindo aqueles que são parte do Acordo de Paris de 2015, um tratado internacional legalmente vinculante sobre mudança do clima. Em 2022, o impacto devastador da crise climática sobre os direitos humanos foi claramente evidenciado. Na Argélia, incêndios florestais destruíram grandes áreas de floresta e mataram mais de 40 pessoas. O Irã sofreu perda contínua de lagos, rios, pântanos e florestas, altos níveis de poluição do ar e da água e afundamento do solo. No Iraque, secas intensas, ondas de calor e tempestades de areia deslocaram mais de 10.000 famílias.

As principais nações produtoras de petróleo e gás da região não apoiaram os apelos para a eliminação gradual de todos os combustíveis fósseis no acordo final da COP27, nem adotaram em seus respectivos países as medidas necessárias para combater a mudança climática. A Arábia Saudita, um dos maiores produtores mundiais de petróleo, não atualizou suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) de modo a reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Kuwait, Bahrein e Emirados Árabes Unidos, respectivamente o segundo, terceiro e quarto maior emissor de dióxido de carbono *per capita* do mundo, também não atualizaram suas NDCs, assim como o Catar. Os Emirados Árabes Unidos chegaram a elevar

os níveis de produção de petróleo durante o ano, contrariando suas obrigações decorrentes do Acordo de Paris. Outros Estados deixaram de atualizar ou revisar suas metas de emissões para 2030, que visavam a manter o aumento das temperaturas globais abaixo de 1,5°C, ou condicionaram seus modestos compromissos ao apoio financeiro internacional. As negociações na COP27 foram ofuscadas pela crise dos direitos humanos no Egito, expressa em uma onda de prisões em massa na esteira das convocações para protestos durante a conferência. O evento ocorreu em um ambiente repressivo, com participantes sendo submetidos a interrogatórios, vigilância e outras formas de assédio.

Os governos devem adotar medidas urgentes para reduzir suas emissões de carbono e suspender o financiamento de projetos para exploração de combustíveis fósseis. Devem também revisar e respeitar suas NDCs e cumprir todas as obrigações assumidas no Acordo de Paris.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos continuaram a ocorrer em locais de detenção oficiais e não oficiais com quase total impunidade em muitos Estados da região, como a Arábia Saudita, o Egito, o Estado da Palestina, o Iêmen, o Iraque, o Irã, Israel e os TPO, o Líbano, a Líbia e a Síria. Os abusos foram infligidos para extrair “confissões” e punir os detidos. Os métodos de tortura incluíam espancamentos, choques elétricos, execuções simuladas, suspensão em posições contorcidas, violência sexual, negação de assistência médica e confinamento prolongado em cela solitária. Em quase todos os casos, as autoridades não investigaram adequadamente as denúncias de torturas e mortes suspeitas sob custódia.

Na Líbia, milícias e grupos armados torturaram sistematicamente pessoas detidas e as submeteram a diversas formas de maus-tratos, às vezes até a morte, usando choques elétricos, açoitamento, violência sexual e outros métodos. Na Arábia Saudita, as autoridades torturaram e maltrataram trabalhadores migrantes e lhes negaram cuidados médicos adequados, o que resultou em várias mortes sob custódia. No Egito, a tortura ainda era prática generalizada nas prisões, delegacias de polícia e instalações administradas pela Agência de Segurança Nacional. Em Israel, as forças de segurança continuaram a torturar e a maltratar os detidos palestinos. Esse tipo de abuso continuava sendo comum também nos centros de detenção e interrogatório administrados pelas autoridades palestinas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. No Líbano, um juiz de instrução militar indiciou cinco membros de uma agência de segurança por acusações de tortura no caso de um refugiado sírio que morreu sob custódia. O caso, porém, estava sendo julgado em tribunais militares inerentemente injustos.

Arábia Saudita, Irã e Líbia ainda mantinham leis que preveem punições corporais, como amputação, açoitamento, cegueira provocada, apedrejamento e crucificação. No Irã, entre maio e setembro, as autoridades amputaram os dedos de cinco homens condenados por roubo.

Em toda a região, as pessoas presas frequentemente eram mantidas em condições desumanas, em celas superlotadas, com falta de ventilação e higiene, alimentação e água insuficientes, negação de acesso a cuidados de saúde oportunos e adequados, de visitas de familiares ou de ar fresco e exercícios ao ar livre. No Bahrein, Ahmed Jaber Ahmed foi privado de atendimento médico por 11 meses, o que o deixou incapacitado para andar ou se vestir sozinho. Por fim, em um hospital, ele foi diagnosticado com uma tuberculose que se disseminou até sua coluna. Nos Emirados Árabes Unidos, o defensor dos direitos humanos Ahmed Mansoor foi mantido em regime de isolamento durante todo o ano de 2022, sem colchão, travesseiro, itens de higiene pessoal, livros ou óculos.

Os governos devem garantir investigações independentes, imparciais e eficazes de denúncias de torturas, execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e outros crimes

e violações graves dos direitos humanos previstos no direito internacional. Devem ainda implementar medidas para prevenir esses crimes e garantir reparação para as vítimas.

PENA DE MORTE

A maioria dos países da região ainda mantinha a pena capital, e os tribunais proferiram sentenças de morte após julgamentos injustos, inclusive por crimes que não envolvem homicídio intencional, por atos protegidos pelo direito internacional, como relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo e “apostasia”, e por acusações vagas e espúrias levantadas contra opositores.

Execuções foram levadas a cabo na Arábia Saudita, no Egito, no Iraque, no Irã e no Estado da Palestina, especificamente na Faixa de Gaza, sob as autoridades de fato do Hamas, onde ocorreram pela primeira vez em cinco anos. Na Arábia Saudita, no Egito, no Iraque, no Irã e na Líbia, sentenças de morte foram proferidas após julgamentos flagrantemente injustos, conduzidos por tribunais de emergência, militares e especiais. No Irã, onde a pena de morte foi amplamente utilizada como instrumento de repressão política, as execuções aumentaram em 2022 e as execuções públicas foram retomadas. O Irã foi também o único país da região a executar pessoas condenadas por crimes cometidos quando tinham menos de 18 anos. Na Arábia Saudita, a maior execução em massa em várias décadas ocorreu em 12 de março, quando 81 homens foram condenados à morte. Além disso, a Arábia Saudita retomou as execuções por delitos relacionados a drogas, após uma moratória não oficial de dois anos. No Egito e no Iraque, menos execuções foram realizadas em 2022, quando comparado com anos anteriores.

Os governos devem estabelecer imediatamente uma moratória oficial das execuções, com vistas à abolição da pena de morte.

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2022/23

PAÍSES



AFEGANISTÃO

República Islâmica do Afeganistão
Mohammad Hassan Akhund

As restrições aos direitos das mulheres, à liberdade de imprensa e à liberdade de expressão aumentaram exponencialmente. Instituições concebidas para apoiar os direitos humanos foram severamente limitadas ou fechadas de forma definitiva. Manifestantes pacíficos enfrentaram prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos forçados. O Talibã realizou execuções extrajudiciais, prisões arbitrárias, torturas e detenções ilegais de supostos opositores com impunidade, criando uma atmosfera de medo. A pobreza extrema aumentou, exacerbada pela seca e por outros desastres naturais. Execuções públicas e açoitamentos foram usados como punição para crimes como homicídio, roubo, relacionamentos "ilegítimos" ou violação de normas sociais. Os direitos das mulheres continuaram a ser atacados, e sua participação na vida pública foi extremamente restringida. O Afeganistão era o único país do mundo onde meninas eram proibidas de frequentar a escola secundária. Quase todas as instituições criadas para enfrentar a violência de gênero sob o antigo governo foram fechadas pelo Talibã.

INFORMAÇÕES GERAIS

Um país já pobre, o Afeganistão mergulhou ainda mais na pobreza devido a seu isolamento internacional e à convulsão econômica provocada com a tomada do poder pelo Talibã em 2021. Segundo o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU, 97% dos afegãos viviam na pobreza, comparado a 47% em 2020. A falta de proteção social fez com que as famílias tivessem que recorrer a medidas como o casamento precoce e a venda de órgãos. O nível de assistência humanitária não atendeu às necessidades da população. A economia continuou a ser seriamente

prejudicada pelo congelamento das reservas estrangeiras afegãs e pelo corte da assistência ao desenvolvimento, medidas tomadas pela comunidade internacional após a tomada do poder pelo Talibã. A ajuda recebida pelo Afeganistão em 2022 foi principalmente em assistência humanitária, com o objetivo de evitar a fome, sem contribuição para outras necessidades sociais. Em consequência, o acesso à saúde, ao emprego e à educação continuou a se deteriorar. O êxodo de médicos, engenheiros, advogados, professores e funcionários do governo deixou esses setores com grave escassez de recursos.

A crescente crise humanitária foi exacerbada pela seca, por inundações repentinas, terremotos e outros desastres naturais, alguns deles agravados pela mudança climática.

O Líder Supremo do Talibã ordenou que os juízes talibãs impusessem a sharia – lei islâmica – em novembro e, a partir de então, começaram as execuções públicas e os açoitamentos.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Sob o regime do Talibã, as execuções extrajudiciais de pessoas associadas ao antigo governo, de membros de grupos armados como a Frente de Resistência Nacional (NRF), do Estado Islâmico da Província de Corassan (IS-KP) e de quem supostamente não segue as regras do Talibã pareciam ser generalizadas e sistemáticas. Essas práticas também incluíam os afegãos associados ao antigo governo ou às antigas forças de segurança. A Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) registrou pelo menos 237 execuções extrajudiciais desde a tomada do poder pelo Talibã, em 15 de agosto de 2021, até 15 de junho de 2022. Em dezembro, a ONU relatou pelo menos outras 69 execuções extrajudiciais, principalmente de membros da NRF, 48 das quais ocorreram entre 12 e 14 de setembro na província de Panjshir.

Em um incidente na província de Ghor, em 26 de junho, o Talibã atacou a casa de um homem associado ao antigo governo,

matando seis xiitas hazaras: quatro homens, uma mulher e uma menina. Três dos homens mortos eram membros de antigos grupos anti-Talibã conhecidos como Revolta do Povo. Após as mortes extrajudiciais, o Talibã alegou que se tratava de rebeldes, apesar de todos os mortos serem civis, incluindo mulheres e crianças. Em setembro, novos vídeos e fotos de execuções extrajudiciais pelo Talibã de pessoas ligadas à NRF na província de Panjshir surgiram nas mídias sociais. Esses ataques claramente configuravam crime de guerra. O Ministério da Defesa do Talibã anunciou uma investigação sobre o incidente, mas nenhuma conclusão foi divulgada. A mídia relatou que, nessa área, civis foram expulsos de suas casas, as quais foram ocupadas para servir como instalações policiais e militares. As autoridades talibãs também torturaram civis até a morte na província de Panjshir, segundo reportagens da imprensa. Em 6 de setembro, o Relator Especial da ONU sobre a situação no Afeganistão relatou execuções de combatentes capturados no distrito de Balkhab, na província de Sar-I-Pul.

Sob o regime do Talibã, a impunidade prevaleceu para esses crimes. Não foram feitas investigações adequadas ou transparentes sobre execuções extrajudiciais ou outras violações graves dos direitos humanos. As autoridades do Talibã continuaram a negar que essas violações tivessem ocorrido e rejeitaram as conclusões de ONGs, inclusive da Anistia Internacional.

PENA DE MORTE, TORTURA E PUNIÇÕES CRUÉIS, DESUMANAS OU DEGRADANTES

O Talibã começou a executar e açoitar publicamente as pessoas por crimes como homicídio, roubo, relacionamentos "ilegítimos" ou violações de normas sociais. Entre 18 de novembro e 16 de dezembro, mais de 100 pessoas foram açoitadas publicamente em estádios de várias províncias, de acordo com especialistas em direitos humanos da ONU.

Em dezembro, as autoridades talibãs realizaram sua primeira execução pública na província de Farah, na presença de

autoridades de alto escalão do Talibã, como o vice-primeiro-ministro, ministros e o presidente do Supremo Tribunal.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

O espaço para os meios de comunicação livres encolheu drasticamente à medida que o Talibã criava um ambiente cada vez mais intimidador, forçando muitos veículos de imprensa a fechar. Os jornalistas enfrentaram restrições cada vez maiores, inclusive com prisões arbitrárias, detenções ilegais e torturas em resposta a reportagens que criticavam o Talibã, levando muitos a praticar a autocensura. Jornalistas foram espancados e sofreram outras formas de tortura enquanto estavam detidos. Muitos fugiram do país. As repórteres de televisão foram forçadas a cobrir o rosto quase completamente.

A Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão (AIHRC), a instituição nacional de direitos humanos, permaneceu fechada, e o espaço para as organizações da sociedade civil documentarem e relatarem questões de direitos humanos diminuiu significativamente. Grupos de direitos humanos independentes não puderam trabalhar livremente. O Talibã prendeu e deteve ilegalmente pessoas que criticaram o Talibã nas redes sociais, principalmente no Facebook.

O Talibã eliminou qualquer espaço para reuniões, manifestações ou agrupamentos pacíficos. A polícia talibã usou força excessiva e desnecessária contra pessoas que protestavam, e manifestantes pacíficos foram presos arbitrariamente, detidos, torturados e desaparecidos à força. Os manifestantes detidos foram submetidos a torturas físicas e psicológicas. Familiares impediram que parentes mulheres protestassem por medo das repercussões, reduzindo ainda mais o espaço para a liberdade de reunião.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

O Talibã fechou o Ministério de Assuntos da Mulher (MoWA) e o substituiu pelo Ministério para a Propagação da Virtude e Prevenção do Vício, que emitiu decretos restritivos e abusivos sobre os direitos de mulheres e meninas. As mulheres que protestaram contra essas restrições foram submetidas a detenções ilegais e violência.

As meninas continuavam impedidas de frequentar o ensino médio e, a partir de dezembro, o ensino superior. Anteriormente, as mulheres que frequentavam universidades eram obrigadas a ficar em salas de aula separadas por gênero, com o corpo coberto da cabeça aos pés, entre outras restrições. Elas enfrentavam dificuldades para se matricular nas aulas e no vestibular nacional e, em alguns casos, foram proibidas de entrar em edifícios universitários, o que praticamente lhes impossibilitava a educação superior. As mulheres também eram impedidas de estudar determinadas matérias. No fim do ano, mulheres e meninas só podiam frequentar escolas primárias.

Cada vez mais, mulheres e meninas eram impedidas de acessar livremente outros espaços públicos, por meio de várias medidas. O Talibã impôs um código de vestuário, exigiu que as mulheres tivessem um acompanhante (*mahram*) para conduzi-las em público e proibiu que mulheres e meninas frequentassem parques públicos. Em agosto, a imprensa relatou que 60 mulheres universitárias foram impedidas de sair do Afeganistão por não terem um *mahram*. Essas regras eram aplicadas de forma arbitrária e aleatória, fazendo com que muitas mulheres optassem por não viajar sozinhas.

O Talibã anunciou que parentes homens seriam responsáveis por quaisquer violações das restrições por parte de mulheres e meninas de suas famílias. Isso levou os familiares a restringir os direitos das parentes mulheres por medo de represálias das autoridades talibãs. O Talibã reprimiu as mulheres que protestaram publicamente ou

nas redes sociais contra essas restrições, por meio de espancamentos e prisões, bem como de prisões e detenções ilegais de membros da família. Algumas das mulheres presas, inclusive aquelas que fugiam de abusos, foram acusadas de um vago e ambíguo "crime" de "corrupção moral". No entanto, após a tomada do poder pelo Talibã, a aplicabilidade das leis que existiam anteriormente não ficara clara, pois o Talibã impôs publicamente seu entendimento estreito e restritivo das leis da sharia no país. Embora os protestos continuassem ao longo do ano, eles encontraram cada vez mais resistência da polícia talibã, que impediu a passagem de manifestantes e prendeu jornalistas que tentavam cobrir os protestos.

O desmantelamento das antigas estruturas governamentais, como o MoWA e o AIHRC, e a conversão do sistema judicial ao sistema da sharia, de base religiosa, reduziram as proteções antes disponíveis a mulheres e meninas. Isso levou a um aumento dos relatos de violência doméstica e de casamentos forçados. Não havia nenhum mecanismo confiável ao qual as mulheres vítimas de violência doméstica pudessem recorrer. Tribunais e instituições de processamento judicial que antes eram responsáveis pela investigação e julgamento de casos de violência de gênero permaneceram fechados. As autoridades do Talibã e os mecanismos comunitários de resolução de disputas puniam as mulheres por denunciarem violência doméstica.

Além disso, em dezembro, o Talibã proibiu mulheres e meninas de trabalharem com ONGs. Essa e outras restrições do Talibã aos direitos das mulheres de trabalhar fora de casa afetaram enormemente seus meios de subsistência, sobretudo as famílias sustentadas por mulheres, em um momento de crescente insegurança alimentar no país.

ATAQUES E MORTES ILEGAIS

Entre agosto de 2021 e junho de 2022, a UNAMA registrou 2.106 vítimas civis. Muitas pessoas foram mortas pelo IS-KP, que continuou a realizar ataques sistemáticos e direcionados a grupos étnicos e religiosos

minoritários, inclusive bombardeando centros religiosos e educacionais e atacando os transportes públicos usados por estes grupos. Entre esses casos estavam o ataque a um templo sikh na capital, Cabul, em 18 de junho, e o bombardeio de um centro educacional em um bairro predominantemente hazara, em 30 de setembro. Este último matou pelo menos 52 adolescentes, em sua maioria meninas. As autoridades talibãs não investigaram os ataques nem tomaram medidas adequadas para proteger as minorias. Em vez disso, em alguns casos, o Talibã removeu as medidas de segurança existentes criadas pelo governo anterior para proteger esses grupos minoritários. Entre outras coisas, foram retirados os guardas que protegiam locais que poderiam ser alvo de ataques, expondo-os ao risco de novas investidas.

Nas áreas em que prossegue a resistência armada contra o Talibã – particularmente nas províncias de Panjshir, Baghlan, Badakhshan e Sari Pul – os civis continuaram sendo mortos, presos de forma arbitrária, torturados e impedidos de circular pelas autoridades locais do Talibã. Os moradores locais também relataram que o Talibã realizou despejos forçados nessas áreas, principalmente em Panjshir.

DIREITO À SAÚDE

A tomada do governo pelo Talibã continuou a ser profundamente prejudicial ao sistema de saúde do país. A política do Talibã para as mulheres trabalhadoras do setor de saúde permaneceu ambígua e inconsistente. Devido às exigências de que as mulheres viajem com um *mahram*, bem como ao medo de represálias do Talibã contra as mulheres e ao grande número de mulheres instruídas que fugiram do país, o setor de saúde sofreu um esgotamento crítico de recursos humanos. Isso foi especialmente desafiador nas áreas rurais, onde os recursos de saúde já eram limitados no governo anterior. O congelamento da maior parte da ajuda internacional, que havia fornecido o principal apoio aos serviços de saúde antes de 2021, deixou os hospitais e centros de

saúde carentes de recursos e de funcionários, o que contribuiu para uma incapacidade generalizada de acesso a serviços de saúde.

REFUGIADOS E PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

Um grande número de afegãos continuou a fugir do país devido a um medo bem fundamentado de perseguição por parte dos talibãs. Apesar dos perigos a que estavam sujeitos no Afeganistão, outros países continuaram a deportar refugiados e requerentes de asilo afegãos. Alguns afegãos em fuga foram mortos a tiros, tiveram seu direito de requerer asilo negado, enfrentaram devoluções sumárias na fronteira ou se depararam com outras violações e explorações por parte das autoridades dos países nos quais buscaram refúgio.

No início do ano, 3,8 milhões de pessoas estavam deslocadas internamente no Afeganistão, vivendo em circunstâncias precárias e com capacidade limitada de acesso a seus direitos humanos. O Conselho Norueguês para os Refugiados informou que o Talibã expulsou à força algumas dessas pessoas deslocadas de áreas urbanas e as forçou a voltar para suas aldeias de origem, onde enfrentavam a pobreza extrema e não tinham qualquer condição de se sustentar.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

No Afeganistão, as pessoas LGBTI continuaram a enfrentar graves violações dos direitos humanos perpetradas pelo Talibã, como ameaças, ataques seletivos, agressões sexuais, detenções arbitrárias e outras violações. Muitas pessoas LGBTI continuavam temerosas de que antigas práticas discriminatórias do Talibã pudessem ressurgir. Historicamente, elas incluíam punir com a morte quem se acreditasse estar envolvido em relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo. Muitas pessoas LGBTI permaneceram escondidas, temendo por suas vidas.

IMPUNIDADE

A estrutura de governo do Talibã não oferecia possibilidade de justiça, verdade ou reparação para crimes previstos no direito internacional ou para violações dos direitos humanos. Os tribunais e os promotores não investigaram as execuções extrajudiciais nem processaram pessoas que cometeram outras violações dos direitos humanos. A independência do sistema judicial foi fortemente prejudicada pela substituição de juízes e tribunais pelos próprios sistemas de justiça do Talibã.

Em outubro, a Câmara de Instrução do TPI autorizou o Procurador do TPI a retomar sua investigação sobre a situação no Afeganistão. Em sua decisão, o Tribunal enfatizou que esta investigação deveria abarcar "todos os supostos crimes e atores", incluindo "membros das forças armadas ou dos serviços de segurança e inteligência de Estados não partes", em contraste com a decisão anterior do Procurador de concentrar sua atenção em crimes cometidos apenas pelo Talibã e pelo IS-KP.

ARGENTINA

República da Argentina

Chefe de Estado e de governo: **Alberto Fernández**

Persistiu a impunidade para a violência baseada em gênero, enquanto muitos feminicídios e ataques contra pessoas LGBTI ficaram impunes. O acesso ao aborto permanecia difícil em muitas partes do país, apesar de sua recente descriminalização. As investigações sobre diversos casos importantes de desaparecimentos e mortes em custódia policial não avançaram. As autoridades não adotaram medidas para melhorar a integração de pessoas refugiadas e requerentes de asilo.

INFORMAÇÕES GERAIS

O país continuou mergulhado em uma crise econômica e social. No primeiro semestre de

2022, 36,5% da população viviam em situação de pobreza.

Em setembro, a vice-presidente Cristina Fernández de Kirchner foi alvo de uma tentativa de assassinato.

Em setembro, a Especialista Independente da ONU sobre os Efeitos da Dívida Externa visitou a Argentina e destacou a necessidade de garantir que as obrigações do país com a dívida internacional não comprometam os direitos humanos.

Em novembro, o Relator Especial sobre Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais constatou que a Argentina não investigou nem preveniu efetivamente as mortes ilegais. Ele concluiu que "as vítimas geralmente provinham dos setores mais desprivilegiados e vulneráveis da população [...] enquanto que os responsáveis gozavam de impunidade".

DIREITOS DAS MULHERES E DAS PESSOAS LGBTI

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES, MENINAS E PESSOAS LGBTI

Segundo dados coletados por ONGs, em 2022 foram registrados 233 assassinatos motivados por gênero, 91% dos quais aconteceram em ambientes domésticos.

Apesar da atenção pública dedicada à luta contra a violência de gênero, a quantidade de processos judiciais por violência sexual permaneceu baixa, e apenas 15,5% dos casos denunciados resultaram em condenações, de acordo com o Ministério Público Nacional.

Em outubro, após mais de quatro anos de colaboração entre os sistemas de justiça argentino, brasileiro e nicaraguense, o ator Juan Darthés prestou depoimento no Brasil em um processo no qual é acusado do estupro de Thelma Fardin. Uma decisão final do caso foi adiada para 2023.

Jornalistas mulheres e LGBTI enfrentaram mais violências e ataques. Pelo menos duas jornalistas que defendem os direitos humanos das mulheres apresentaram queixas à Justiça por violência e assédio na internet. No fim do ano, os casos ainda aguardavam conclusão.

O destino e o paradeiro de Tehuel de la Torre, um homem transgênero de 21 anos desaparecido desde março de 2021, permaneciam desconhecidos. Nenhuma investigação independente, eficaz, imparcial e transfeminista sobre o caso foi realizada.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Obstáculos significativos persistiram para o acesso aos serviços de aborto, apesar da aprovação de uma lei em 2020 que descriminaliza e legaliza o aborto nas primeiras 14 semanas de gravidez. As autoridades não realizaram nenhuma campanha para divulgar informações sobre a lei.

Miranda Ruiz, uma médica de Tartagal, na província de Salta, foi finalmente absolvida depois de ter sido penalizada por prestar assistência à realização de um aborto legal.

Ana, uma mulher de 30 anos que teve um aborto espontâneo, finalmente foi libertada após ter sido acusada de homicídio doloso e passar oito meses na prisão na província de Corrientes.

Segundo os últimos dados oficiais disponíveis divulgados em 2022, pelo menos três meninas menores de 15 anos deram à luz a cada dia em 2020. Apesar da queda no número de gestações entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos entre 2016 e 2020, mais de 50.000 pessoas nesta faixa etária deram à luz em 2020.

EDUCAÇÃO SEXUAL INTEGRAL

No fim do ano, ainda não havia sido julgado um recurso judicial contrário a uma resolução aprovada em maio, pelo Ministério da Educação da província de Chaco, permitindo que uma conferência de treinamento de professores incluisse conteúdos que negavam o direito ao aborto e os direitos das crianças, bem como patologizando a diversidade sexual.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

No fim do ano, estava pendente uma decisão contra os 13 policiais acusados no caso de Valentino Blas Correas, um jovem de 17 anos da província de Córdoba que foi morto a tiros pela polícia em agosto de 2021.

Em 5 de junho, Daiana Soledad Abregú foi encontrada morta em uma cela da polícia na cidade de Laprida, na província de Buenos Aires. Embora os exames iniciais sugerissem que ela havia tirado a própria vida, uma segunda autópsia descartou a hipótese de suicídio. Os cinco policiais acusados de homicídio doloso permaneciam em liberdade.

No fim do ano, ainda tramitava na Câmara dos Deputados um projeto de Lei sobre Abordagem Integral da Violência Institucional por Agentes dos Serviços de Segurança e Penitenciários.

LIBERDADE DE REUNIÃO

O governo provincial de Jujuy apresentou um projeto de lei para alterar a constituição provincial e limitar os protestos sociais, proibindo os bloqueios de vias públicas e a “usurpação do espaço público”. O debate sobre a reforma foi adiado para 2023.

IMPUNIDADE

Prosseguiram os julgamentos em tribunais civis comuns dos crimes contra a humanidade cometidos durante o regime militar, de 1976 a 1983. Entre 2006 e dezembro de 2022, 286 sentenças foram proferidas, elevando o número total de condenações para 1.088 e o de absolvições para 166.

A investigação sobre o desaparecimento e a morte de Facundo Astudillo Castro em 2020 não fez progressos significativos. Ele foi visto pela última vez em um posto de controle da polícia na província de Buenos Aires.

Até o fim do ano, a investigação sobre o desaparecimento e a morte de Santiago Maldonado não havia avançado. Seu corpo foi encontrado em 2017 em um rio no território Mapuche da província de Chubut, 78 dias após uma operação violenta da Gendarmaria Nacional Argentina.

A falta de políticas públicas institucionais sobre buscas efetivas de pessoas desaparecidas continuou preocupante. Não foram realizadas investigações sobre supostos desaparecimentos forçados.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas continuaram a enfrentar sérias dificuldades para acessar os direitos coletivos à terra. O Instituto Nacional de Assuntos Indígenas só completou 43% do levantamento dos territórios indígenas determinado pela Lei de Emergência 26.160. As expulsões dos povos indígenas de seus territórios prosseguiram, apesar de uma proibição imposta por esta lei.

As autoridades da Província de Formosa negaram a existência pré-colonial do povo Nivaclé e, com base nisso, recusaram-se a emitir certidões de nascimento e carteiras de identidade para este povo, especialmente para os idosos. De acordo com organizações da sociedade civil, cerca de 30% dos Nivaclé ficaram sem documentos de identidade, o que viola seu direito à identidade e os põe em risco de apatridia.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

Em maio, as autoridades nacionais criaram um programa de patrocínio comunitário para pessoas que fogem de distúrbios sociais e desastres naturais na América Central, no Caribe e no México. No entanto, pessoas de outros países ou que necessitam de proteção internacional por outros motivos não foram incluídas.

As autoridades suspenderam novas realocações de pessoas com necessidade de proteção internacional sob o programa de patrocínio comunitário para sírios denominado “Programa Síria”. As autoridades governamentais não aprovaram os regulamentos previstos na lei de refugiados para permitir que requerentes de asilo e refugiados tenham maior acesso a direitos básicos como educação, trabalho e saúde.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

O Congresso não conseguiu promulgar o projeto de lei sobre a conservação de zonas úmidas, que há mais de uma década aguarda aprovação, apesar das intensas

ondas de calor, das secas e dos incêndios em vastas áreas do país, que ameaçavam tanto a terra quanto os meios de subsistência.

BOLÍVIA

Estado Plurinacional da Bolívia

Chefe de Estado e de governo: **Luis Alberto Arce Catacora**

O governo assinou um acordo de reparação com as vítimas do antigo regime militar. O Judiciário ainda não era totalmente independente. As ameaças e ataques contra defensores dos direitos humanos continuaram. Agentes da lei reprimiram com violência, em alguns casos detendo arbitrariamente, os produtores de folhas de coca que fizeram protestos. O desmatamento e a contaminação por mercúrio afetaram principalmente os povos indígenas.

IMPUNIDADE

Depois de acamparem por mais de 10 anos diante do Ministério da Justiça, as vítimas do regime militar de 1964-1982 assinaram um acordo de reparação com o governo que proporcionará compensação econômica para mais de 1.700 pessoas. No entanto, milhares de vítimas ainda aguardavam reconhecimento e reparação do governo.

As vítimas de violações dos direitos humanos e crimes previstos no direito internacional relatados durante a crise política de 2019, quando pelo menos 37 pessoas morreram e outras centenas ficaram feridas, ainda aguardavam justiça, verdade e reparação no fim do ano.

DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO

O Relator Especial da ONU sobre a Independência de Magistrados e Advogados visitou o país em fevereiro e concluiu que as autoridades continuam a interferir na independência do Judiciário e que o acesso à justiça ainda era difícil.

Autoridades e funcionários do antigo governo interino ainda estavam sendo processados por "terrorismo", "sedição" e "conspiração". Após mais de 21 meses, a ex-presidente interina Jeanine Áñez e outras autoridades do antigo governo interino continuavam presas preventivamente. Essa situação também refletia os problemas estruturais da administração da justiça, responsáveis por uma proporção extremamente alta de pessoas privadas de liberdade enquanto aguardam julgamento.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

As autoridades não protegeram os defensores dos direitos humanos ambientais, que, segundo organizações locais, foram alvo de pelo menos 200 ataques e ameaças durante o ano. Alguns ataques incluíram sequestros e queima de acampamentos comunitários onde muitos defensores do meio ambiente estavam hospedados.

Defensores dos direitos humanos, como Waldo e Franco Albarracín, continuaram a denunciar ameaças contra eles e suas famílias, bem como a persistente estigmatização e o assédio por parte das autoridades. Waldo Albarracín também enfrentou processos criminais que careciam das garantias processuais adequadas.¹

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

Agentes da lei reprimiram com violência, em alguns casos detendo arbitrariamente, os produtores de folhas de coca que protestaram contra as ações financiadas pelos EUA para erradicar a produção local. As forças de segurança usaram força excessiva contra algumas das pessoas detidas.

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E DIREITOS DOS POVÓS INDÍGENAS

Apesar do compromisso da Bolívia de manter sua cobertura florestal e combater o desmatamento ilegal, mais de um milhão de hectares de terra foram queimados durante o ano, a maioria para expandir as atividades agrícolas.

A contaminação associada ao descarte desregulado de resíduos de mercúrio nos rios, principalmente por conta do garimpo ilegal de ouro, foi relacionada à ocorrência de doenças, sobretudo nas comunidades pesqueiras indígenas que vivem em situação de pobreza. O governo anunciou que implementaria um plano para reduzir o uso de mercúrio, mas não divulgou o conteúdo do plano.

DIREITOS DAS MULHERES

Mulheres sobreviventes de violência de gênero que buscavam justiça careciam de proteção efetiva contra represálias. Mulheres e adolescentes não dispunham de anticoncepcionais modernos gratuitos ou acessíveis, especialmente nas áreas rurais.

-
1. "Bolivia: Misuse of the justice system to persecute human rights defender must stop", 7 de abril (Somente espanhol)

BRASIL

República Federativa do Brasil

Chefe de Estado e de governo: **Jair Messias Bolsonaro**

O racismo continuou a impulsionar a violência do Estado. As chacinas cometidas por agentes de segurança pública foram frequentes e atingiram de forma desproporcional as pessoas negras de bairros marginalizados. Mulheres cis e transgênero, principalmente quando negras, foram alvo de diversas formas de violência. Em um ano eleitoral, a disseminação de notícias falsas e as declarações do Presidente Bolsonaro incitaram a violência por motivos políticos, ameaçaram instituições de Estado e prejudicaram o funcionamento de instituições judiciais. Jornalistas e defensores dos direitos humanos foram seguidamente ameaçados e assassinados. A situação social, política e econômica continuou a se deteriorar, resultando em violações do direito à alimentação, à saúde, à moradia, ao trabalho e à assistência social, entre outros. As investigações das violações de direitos

humanos documentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a gestão da pandemia de Covid-19 pelo governo foram arquivadas. O fracasso histórico do Estado em enfrentar o racismo estrutural continuou a fazer com que os povos indígenas e as pessoas afrodescendentes fossem desproporcionalmente afetadas por ações e medidas institucionais equivocadas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Ao longo do ano, o Presidente Bolsonaro fez constantes ataques aos tribunais superiores e ao Estado de direito. O período eleitoral foi marcado pela polarização e pela violência política. A eleição presidencial foi vencida por Luiz Inácio Lula da Silva, cuja posse estava marcada para janeiro de 2023. O presidente eleito anunciou a criação de um Ministério dos Povos Originários e se comprometeu com uma meta de desmatamento zero. Apoiadores do presidente cessante Jair Bolsonaro organizaram protestos e exigiram intervenção militar, alegando fraude eleitoral não comprovada. Em novembro, o Partido Liberal, ao qual o Presidente Bolsonaro é filiado, propôs uma ação requerendo que mais de 250.000 urnas eletrônicas fossem auditadas por risco de fraude. O Tribunal Superior Eleitoral considerou o pedido improcedente e determinou uma multa de R\$ 22,9 milhões para os petionários que agiram de má-fé. O número de pessoas que recebiam o Auxílio Brasil, programa de transferência de renda lançado em 2021 para substituir o programa Bolsa Família, atingiu níveis recordes no período eleitoral, assim como aconteceu com outros benefícios aprovados por meio de emenda à Constituição, com base em uma declaração de estado de emergência. Havia a preocupação de que essa assistência pudesse ter sido usada com fins políticos. O número de armas de fogo registradas entre a população civil aumentou, e estimava-se que superasse o número de armas em posse do exército, da marinha e da aeronáutica juntos.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

A crise econômica aprofundou as desigualdades sociais estruturais que persistem no país. O aumento da inflação e o empobrecimento da população afetaram de modo desproporcional os grupos que enfrentam discriminação histórica, como as pessoas negras, os povos indígenas e outras comunidades tradicionais, as mulheres, as pessoas LGBTI e as que vivem em favelas e bairros marginalizados. Segundo o Unicef, 2 milhões de jovens entre 11 e 19 anos que não terminaram o ensino fundamental abandonaram a escola entre janeiro e agosto.

DIREITO À SAÚDE

Até o fim do ano, mais de 693.000 pessoas haviam morrido de Covid-19 desde o início da pandemia. Apesar dos problemas com a implementação do programa de vacinação, 80% da população brasileira estava totalmente vacinada até dezembro.

Em setembro, a Organização Pan-Americana da Saúde reafirmou que o Brasil corria alto risco de ressurgimento da poliomielite, que foi erradicada no País na década de 1990.

O Congresso aprovou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, que destinou ao Ministério da Saúde o menor nível de financiamento da última década. Os cortes no orçamento atingiram o Sistema Único de Saúde (SUS) e podiam prejudicar o acesso a cuidados adequados, inclusive o suprimento de medicamentos e o número necessário de profissionais da saúde, bem como os programas de prevenção e tratamento de HIV/AIDS e de vacinação.

Durante o ano, o Procurador-Geral da República pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) arquivasse sete dos 10 inquéritos instaurados contra o Presidente Bolsonaro após o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a gestão governamental da pandemia de Covid-19. O relatório final da CPI recomendou que o Presidente Bolsonaro fosse indiciado por nove crimes, entre os quais charlatanismo, prevaricação e crimes contra a humanidade. Até o fim do ano, o

STF havia arquivado pelo menos três das investigações solicitadas pelo Procurador-Geral da República.

DIREITO À MORADIA

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), existe uma demanda de 5,8 milhões de novas casas para famílias que vivem em moradias inadequadas, enquanto outras cerca de 24,8 milhões de unidades habitacionais precisam de melhorias.

Em março, o STF prorrogou a Lei N° 14.216/2021, que suspendia os despejos e as desocupações urbanas durante a pandemia. O juiz Luís Roberto Barroso justificou a decisão afirmando que: “No contexto da pandemia de Covid-19, o direito à moradia está diretamente relacionado à proteção da saúde, havendo necessidade de evitar ao máximo o incremento do número de desabrigados”. Em outubro, o STF aprovou um programa de transição para a retomada das remoções que foram suspensas durante a pandemia.

O número de pessoas vivendo em situação de rua aumentou em 2022. Uma pesquisa divulgada em junho pela Universidade Federal de Minas Gerais calculou que mais de 180.000 pessoas no país não tinham onde morar. Destas, 68% eram negras (aproximadamente 119 milhões de pessoas são negras no Brasil) e 84% recebiam o Auxílio Brasil.

DIREITO AO TRABALHO

Embora o índice de desemprego tenha sido o mais baixo desde 2015, a pobreza aumentou no país. Em 2021, último ano com dados disponíveis, 62,9 milhões de pessoas tinham renda familiar mensal per capita de R\$ 497 (cerca de US\$ 90, o equivalente a 41% do salário mínimo) ou menos, segundo a Fundação Getúlio Vargas. Esse número correspondia a 29,6% da população total do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

DIREITO À ALIMENTAÇÃO

Mais da metade da população não tinha acesso adequado e seguro a alimentos. O número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave (fome) chegou a 33,1 milhões, 15% da população. A situação

era particularmente aguda entre os pequenos agricultores; 21,8% das famílias nesse setor passaram fome. Os domicílios chefiados por mulheres e por pessoas negras foram os mais afetados pela insegurança alimentar – 70% das pessoas em situação de insegurança alimentar grave são negras.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

Incidentes de intimidação e violência por motivos políticos contra ativistas, defensores dos direitos humanos, jornalistas e eleitores que exerciam seu direito à liberdade de expressão, pensamento e crença aumentaram exponencialmente no período eleitoral. Segundo um levantamento do instituto de pesquisas DataFolha, 7 em cada 10 pessoas relataram ter medo de se expressar politicamente no país.

Em outubro, entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais, aconteceram pelo menos 59 casos de violência política. Vários episódios envolveram ameaças com armas de fogo, inclusive com a deputada Carla Zambelli apontando uma arma para um opositor político. Houve agressões físicas e verbais contra jornalistas, como a investida de um deputado contra a jornalista Vera Magalhães após um debate político.

A repórter Aline Porcina foi intimidada durante as comemorações do Dia da Independência e o cinegrafista Rogério de Paula foi agredido. A hostilização de líderes religiosos não alinhados com o discurso anti-direitos humanos do Presidente e as hostilidades contra mesários e fiscais eleitorais também se intensificaram, resultando em pelo menos seis homicídios. A violência política atingiu também as crianças; uma menina de 12 anos foi morta a tiros em Belo Horizonte durante uma comemoração pela vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

A lógica e a implementação da “guerra às drogas”, que há décadas têm norteado as políticas de segurança pública no Brasil,

continuaram a alimentar o ciclo de violência e os homicídios cometidos por policiais.

Operações policiais fortemente armadas resultaram em muitas horas de tiroteios intensos em favelas e bairros marginalizados. O uso excessivo da força pelo Estado se manifestou também na forma de invasões a residências, destruição de pertences, tortura psicológica, restrições à liberdade de circulação e suspensão de serviços básicos como escolas e postos de saúde.

Três operações policiais com a participação da Polícia Rodoviária Federal resultaram na morte de 37 pessoas. Em março, uma operação policial no bairro do Complexo do Chapadão, na cidade do Rio de Janeiro, deixou seis pessoas mortas. Em maio, 23 pessoas foram mortas em outra operação policial no bairro Vila Cruzeiro, também nesta capital. Essas operações policiais não seguiram as diretrizes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal e foram realizadas apesar de um plano apresentado em março pelo governador do Rio de Janeiro para reduzir as mortes praticadas por policiais.

Em maio, Genivaldo de Jesus dos Santos, um homem negro com deficiência mental, foi executado extrajudicialmente em custódia da Polícia Rodoviária Federal depois de ter sido imobilizado dentro de uma viatura com um gás não identificado, na cidade de Umbaúba, em Sergipe. Três policiais envolvidos no caso foram indiciados por abuso de autoridade e homicídio qualificado.

O Ministério Público Federal pediu a suspensão de uma Portaria de 2021 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que permitia à Polícia Rodoviária Federal atuar em operações realizadas fora das rodovias federais. Em junho, a Justiça Federal do Rio de Janeiro suspendeu parcialmente a portaria, mas o Tribunal Regional Federal derrubou a decisão dois dias depois.

Em 2022, a ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública informou que, em 2021, 99% das vítimas de homicídios cometidos pela polícia eram do sexo masculino, 84% eram negras e 52% tinham menos de 25 anos.

O alto número de mortes que persiste nessas operações evidencia o fracasso do Estado em cumprir efetivamente suas obrigações relativas à supervisão externa do trabalho policial. O fato de as pessoas negras constituírem uma porcentagem desproporcional das vítimas é mais uma prova de que o racismo sistêmico e institucional continua sendo a causa da criminalização e do uso de força excessiva contra essas pessoas. A persistência e a escala dos homicídios cometidos pela polícia é também um reflexo da impunidade dos autores diretos e da não responsabilização dos indivíduos na cadeia de comando que facilitaram ou toleraram o uso excessivo da força.

IMPUNIDADE

As autoridades não investigaram adequadamente os casos de uso excessivo da força nem garantiram que os responsáveis diretos ou na cadeia de comando fossem levados à Justiça.

Em junho, o grupo especial formado para investigar as circunstâncias que levaram ao massacre do Jacarezinho em maio de 2021, no qual foram mortas 28 pessoas, concluiu seus trabalhos. Quatro policiais civis foram acusados pela morte de três pessoas e dois suspeitos de tráfico de drogas foram acusados de envolvimento na morte de um policial civil. Os casos dos outros 24 homicídios foram encerrados, supostamente por falta de provas, sem que se apurassem responsabilidades.

No fim de 2022, os suspeitos de responsabilidade criminal pelo desaparecimento forçado de Davi Fiuzza, então com 16 anos, em outubro de 2014, ainda não haviam sido levados à Justiça. O adolescente foi visto pela última vez sendo colocado em um carro sem emblemas durante uma operação policial na cidade de Salvador, na Bahia. Dos 17 policiais indiciados, apenas sete foram acusados, inclusive por sequestro. Em outubro, foi realizada uma primeira audiência do caso, no inadequado sistema de justiça militar. Até o fim do ano, nenhum dos policiais acusados

havia sido condenado e todos continuavam em liberdade.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, entre janeiro e outubro a taxa de desmatamento na Amazônia brasileira atingiu seu maior nível desde 2015, com 9.277 km² de floresta destruídos na região conhecida como “Amazônia Legal”, uma área que abrange nove estados da Amazônia brasileira.

Desastres causados pelos efeitos da mudança climática e pela omissão do Estado em adotar medidas adequadas e suficientes para mitigá-los continuaram a impactar desproporcionalmente as comunidades marginalizadas, as mais afetadas pela falta de políticas públicas de habitação, saneamento básico e infraestrutura.

Segundo um levantamento da Confederação Nacional dos Municípios, apenas nos primeiros cinco meses do ano foi registrado o maior número de mortes em uma década em decorrência de chuvas extremas. Nos meses de fevereiro e março, pelo menos 238 pessoas morreram no município de Petrópolis, no Rio de Janeiro, devido a deslizamentos de terra e enchentes. Em junho, 128 pessoas perderam a vida em deslizamentos de terra e enchentes no Recife, em Pernambuco. Em ambos os casos, a maioria das pessoas afetadas era de mulheres negras moradoras de favelas e de bairros marginalizados, que estavam em casa quando aconteceram os deslizamentos e as enchentes.

Em abril, o Brasil apresentou a segunda atualização de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) original. Segundo o rastreador de ação climática Climate Action Tracker, a última atualização foi mais fraca do que a NDC original do Brasil em termos de redução absoluta de emissões, ficando aquém da meta do Acordo de Paris de apresentar NDCs cada vez mais ambiciosas a cada atualização.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Em março, completaram-se quatro anos dos assassinatos de Marielle Franco, vereadora e defensora dos direitos humanos, e de seu motorista, Anderson Gomes. Ninguém foi levado à Justiça para responder pelos crimes, apesar dos persistentes esforços das famílias para pressionar por justiça e participação efetiva nas investigações. Os dois homens acusados pelos assassinatos continuavam presos; porém, até o fim do ano, nenhuma data havia sido marcada para o julgamento. Os mandantes do crime ainda não haviam sido identificados.

Em janeiro, três ativistas ambientais pertencentes à mesma família que protegia tartarugas na Amazônia foram assassinados no estado do Pará. Até o fim do ano, ninguém havia sido levado à Justiça para responder pelas mortes.

Em junho, o jornalista britânico Dom Phillips e o indigenista brasileiro Bruno Pereira, defensores dos direitos dos povos indígenas, desapareceram em uma região próxima à Terra Indígena Vale do Javari, no estado do Amazonas. Seus corpos foram encontrados 11 dias depois. Três homens foram presos e, no fim do ano, aguardavam julgamento pela acusação de homicídio e ocultação de corpos. As investigações sobre os autores intelectuais dos assassinatos estavam em andamento.

Em novembro, o bispo Vicente de Paula Ferreira, defensor dos direitos humanos, foi ameaçado por um grupo de indivíduos não identificados, alguns dos quais estariam armados. Dom Vicente é conhecido por seu apoio a causas sociais e pela defesa da democracia e do meio ambiente.

Em dezembro, um ativista do Movimento Sem Terra (MST), Raimundo de Oliveira, foi morto a tiros dentro de sua casa na região do Bico do Papagaio, no Tocantins.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E DOS QUILOMBOLAS

Entre janeiro e julho, a Comissão Pastoral da Terra registrou 759 ocorrências violentas, envolvendo um total de 113.654 famílias, e 33 assassinatos em conflitos relacionados à

terra em áreas rurais do país. Comparado aos primeiros seis meses de 2021, o número de assassinatos teve aumento de 150%. Mais da metade dos conflitos ocorreu na região da “Amazônia Legal” e atingiu principalmente os povos indígenas e os quilombolas.

Em abril, o líder quilombola Edvaldo Pereira Rocha foi morto a tiros no Maranhão. Um suspeito foi preso e as investigações sobre os motivos e os mandantes do crime prosseguiram no fim do ano.

Em maio e junho, respectivamente, dois indígenas Guarani-Kaiowá, Alex Lopes e Vítor Fernandes, ambos de 17 anos, foram mortos no Mato Grosso do Sul. Em setembro, Gustavo da Conceição, de 14 anos, do povo Pataxó, foi assassinado na Bahia. Até o fim do ano, ninguém havia sido levado à Justiça para responder pelos crimes.

Além dos constantes ataques às terras indígenas no estado de Rondônia, a Associação Hutukara Yanomami informou que a presença de garimpos ilegais na região está prejudicando a saúde dos povos indígenas. A Associação registrou a morte de nove crianças por doenças que poderiam ter sido tratadas com acesso adequado à saúde.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Em janeiro de 2022, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) publicou dados mostrando que pelo menos 140 pessoas transgênero foram mortas em 2021, fazendo com que, pelo 13º ano consecutivo, o Brasil fosse o país com o maior número de homicídios de pessoas trans no mundo.

Candidatos transgênero foram submetidos a intimidações e ameaças durante o processo eleitoral. Ainda assim, pela primeira vez na história do país, duas mulheres trans foram eleitas deputadas federais.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 699 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2022, 62% das quais eram negras.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Embora o aborto em casos de estupro esteja previsto na legislação brasileira, as mulheres que buscaram esse serviço enfrentaram intimidação e preconceito por parte das autoridades.

CATAR

Estado do Catar

Chefe de Estado: **Tamim bin Hamad bin Khalifa Al Thani**

Chefe de governo: **Khalid bin Khalifa bin Abdulaziz Al Thani**

Os trabalhadores migrantes, inclusive domésticos, continuaram a enfrentar uma série de abusos como roubo de salário, trabalho forçado, exploração e abuso – apesar das reformas trabalhistas. As autoridades reprimiram a liberdade de expressão para silenciar as vozes críticas. As mulheres continuaram a ser discriminadas na lei e na prática e precisavam da permissão de um tutor masculino para estudar, viajar ou se casar. As leis continuaram a discriminar as pessoas LGBTI, que corriam risco de prisão e tortura.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Catar sediou a Copa do Mundo FIFA 2022 entre 20 de novembro e 18 de dezembro.

Em novembro, o Parlamento Europeu instou a Federação Internacional de Futebol (FIFA) e o Catar a compensar os trabalhadores migrantes e expandir o Fundo de Apoio e Seguro dos Trabalhadores para incluir todas as mortes e outros abusos de direitos humanos relacionados aos preparativos para a Copa do Mundo.

DIREITOS DOS MIGRANTES

Apesar dos atuais esforços do governo para reformar seu sistema trabalhista, milhares de trabalhadores migrantes continuaram a enfrentar abusos laborais.¹

Em agosto, o governo afirmou que mais de 300.000 trabalhadores migrantes haviam

sido autorizados a mudar de emprego sem a permissão dos empregadores desde outubro de 2020, quando uma reforma foi introduzida. Entretanto, alguns trabalhadores migrantes que se candidataram à mudança de emprego continuaram a enfrentar obstáculos ou medidas de retaliação por parte de seus empregadores, incluindo ações judiciais por "fuga" ou o cancelamento de suas autorizações de residência.

Os trabalhadores migrantes costumam ainda enfrentar o roubo de seus salários pelos empregadores, apesar das tentativas do governo de lidar com o não pagamento dos rendimentos, inclusive fortalecendo o sistema de monitoramento, criando comitês trabalhistas e gerindo um fundo para agilizar os pagamentos. Em agosto, centenas de trabalhadores protestaram na capital, Doha, contra os empregadores que lhes deviam até seis meses de salário. No mesmo mês, os trabalhadores foram presos em massa. Na sequência, centenas deles finalmente receberam os pagamentos em atraso e depois foram deportados para seus países de origem. Após anos operando de forma intermitente, o fundo de compensação estatal teria pago mais de US\$ 320 milhões por salários e benefícios não pagos entre outubro de 2020 e setembro de 2022. Entretanto, muitos trabalhadores com direito a pagamento foram deixados de fora ou receberam compensação limitada.

As autoridades continuaram a não investigar adequadamente as mortes de trabalhadores migrantes e responsabilizam os empregadores ou as autoridades, impedindo qualquer avaliação sobre se as mortes estavam relacionadas ao trabalho, bem como privando as famílias da oportunidade de receber compensação do empregador ou das autoridades.

Os trabalhadores domésticos, a maioria dos quais são mulheres, continuaram a enfrentar algumas das piores condições de trabalho e abusos, como agressões verbais, físicas e sexuais. As autoridades não implementaram as medidas introduzidas em 2017 para protegê-las de abusos trabalhistas. As trabalhadoras domésticas que conseguiam

fugir de empregadores abusivos não tinham locais seguros para se abrigar. Em outubro, o governo reabriu a Casa de Cuidados Humanos do Catar para vítimas de tráfico de pessoas, que estava fechada desde o início da pandemia de Covid-19. O abrigo podia oferecer às mulheres vítimas de abuso o refúgio de que tanto necessitavam contanto que fossem encaminhadas – ao que parece, elas não podiam acessar o local quando precisassem, sem ter um arranjo prévio.

As autoridades continuaram a proibir os trabalhadores migrantes de formar e aderir a sindicatos, um direito concedido aos cidadãos do Catar.

Muitos trabalhadores migrantes enfrentaram discriminação com base em sua raça, nacionalidade e idioma. Por exemplo, os guardas de segurança entrevistados pela Anistia Internacional disseram que a administração de suas empresas trata os funcionários de maneira diferente dependendo de sua nacionalidade, raça e idioma, inclusive em termos de remuneração e condições e locais de trabalho.

TRABALHO FORÇADO E OUTROS ABUSOS

O trabalho forçado e outros abusos continuaram acontecendo de forma desenfreada, principalmente no trabalho doméstico e no setor de segurança privada.

A Anistia Internacional documentou as condições de trabalho dos trabalhadores migrantes do setor de segurança privada do Catar, incluindo dos que atuaram nos estádios da Copa do Mundo e em vários torneios esportivos.² Os guardas entrevistados falaram sobre a ampla gama de abusos que suportaram, como jornadas de trabalho excessivas, falta de dias de descanso e penalidades financeiras arbitrárias ou desproporcionais, além do pagamento insuficiente das horas extras – condições que equivalem a trabalho forçado. Muitos também salientaram as condições perigosas de trabalho, quando tinham que passar períodos prolongados ao ar livre sob calor escaldante, após o que retornavam às condições de vida precárias e muitas vezes insalubres nas acomodações fornecidas pela empresa, frequentemente dormindo em

beliches em quartos superlotados. Todos os trabalhadores descreveram os impactos desse tratamento, tais como exaustão física e psicológica, sofrimento e angústia. Em agosto, o Gabinete de Comunicação do Governo do Catar informou à Anistia Internacional que havia detectado 230 "violações por jornadas de trabalho excessivas" entre outubro de 2021 e agosto de 2022.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

As autoridades continuaram a restringir a liberdade de expressão, valendo-se de leis abusivas para abafar vozes críticas.

Em 10 de maio, o Tribunal Penal de Primeira Instância condenou os irmãos Hazza e Rashed bin Ali Abu Shurayda al-Marri, ambos advogados, a prisão perpétua por delitos como contestar leis ratificadas pelo Emir, "ameaçar" o Emir nas redes sociais, comprometer a independência do Estado, organizar reuniões públicas não autorizadas, e "infringir" valores sociais na internet. Outros dois homens foram condenados à revelia pelos mesmos delitos; um deles foi condenado à prisão perpétua, o outro a 15 anos de prisão.³

As autoridades continuaram a reprimir a liberdade de imprensa impondo restrições às emissoras, inclusive proibindo-as de fazer gravações em determinados locais, como edifícios do governo, hospitais, universidades, alojamentos de trabalhadores migrantes e residências particulares.

Durante a Copa do Mundo de futebol, os torcedores que mostraram seu apoio ao levante popular no Irã foram hostilizados pelas forças de segurança, inclusive com o confisco de bandeiras e faixas.

DIREITOS DAS MULHERES

As mulheres continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática. Sob o sistema de tutela, as mulheres ainda precisavam da permissão de um tutor masculino, geralmente seu marido, pai, irmão, avô ou tio, para se casar, estudar no exterior com bolsas do governo, trabalhar em

muitos empregos públicos, viajar para o exterior se tivessem menos de 25 anos e ter acesso à saúde reprodutiva.

O direito de família discriminava as mulheres, inclusive tornando muito mais difícil para as mulheres do que para os homens buscar o divórcio, e colocando-as em grave desvantagem econômica se elas pedissem o divórcio ou se o marido as deixasse.

Apesar de o Direito de Família do país prever que as mulheres tenham o direito de não serem agredidas fisicamente por seus maridos, elas continuavam sendo pouco protegidas contra a violência doméstica praticada por terceiros, uma vez que não havia uma lei sobre violência doméstica.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

As leis do Catar continuam a discriminar as pessoas LGBTI. O Código Penal criminaliza uma série de atos sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo. O artigo 296(3) pune com pena de prisão qualquer pessoa que "conduza, induza ou tente um homem, por qualquer meio, a cometer um ato de sodomia ou libertinagem". O Artigo 296(4) pune com pena de prisão qualquer pessoa que "induz a ou tente um homem ou uma mulher, por qualquer meio, a cometer atos contrários à moral ou que sejam ilegais".

Ativistas relataram que seis pessoas foram presas arbitrariamente por agentes de segurança e torturadas ou maltratadas por sua orientação sexual.

Apesar das vagas garantias dadas pelos organizadores da Copa do Mundo de que todos seriam bem-vindos no Catar, os jogadores foram ameaçados com sanções em campo se usassem braçadeiras a favor dos direitos LGBTI. Torcedores tiveram suas bandeiras do arco-íris confiscadas e alguns jornalistas foram hostilizados por demonstrarem apoio às pessoas LGBTI.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

O governo ainda não havia anunciado uma nova NDC para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

1. Qatar: Unfinished Business: What Qatar Must Do to Fulfil Promises on Migrant Workers' Rights, 20 de outubro
2. Qatar: 'They Think That We're Machines': Forced Labour and Other Abuse of Migrant Workers in Qatar's Private Security Sector, 7 de abril
3. "Qatar: Further information: Two Qatari lawyers handed life sentences: Hazza and Rashed bin Ali Abu Shurayda al-Marri", 16 de maio

CHILE

República do Chile

Chefe de Estado e de governo: **Gabriel Boric Font**
(substituiu **Sebastián Piñera Echenique** em março)

Persistiu a impunidade pelas violações de direitos humanos cometidas durante os grandes protestos de 2019. As autoridades criaram alguns mecanismos para proporcionar reparação às vítimas.

Defensores dos direitos humanos continuaram a ser ameaçados e atacados.

As reformas propostas com relação ao direito à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos ainda estavam em tramitação no fim do ano. Refugiados e migrantes continuaram a enfrentar obstáculos significativos para permanecer no país.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em setembro, os cidadãos chilenos rejeitaram por ampla maioria a proposta de uma nova constituição que fortaleceria a proteção aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Diferentes setores políticos se comprometeram a iniciar um novo processo constituinte.

Os territórios ao norte e ao sul do país estiveram sob prolongado estado de emergência durante a maior parte do ano devido à crise migratória e ao conflito entre o Estado e o povo Mapuche.

Em maio, o Chile ratificou o Acordo de Escazú.

USO EXCESSIVO DA FORÇA E DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

Protestos ainda foram registrados, principalmente na capital, Santiago. Em

alguns casos, a polícia respondeu com uso excessivo da força.

Até o fim do ano, o Ministério Público havia apresentado denúncia em apenas 140 das 10.938 queixas por violações de direitos humanos cometidas por funcionários do Estado relacionadas às convulsões sociais do final de 2019. Os processos resultaram em 17 condenações e duas absolvições.

Um tribunal condenou um ex-capitão dos Carabineros (Polícia Nacional) por coação ilegal em relação às lesões sofridas por Fabiola Campillai. Ela perdeu a visão, o olfato e o paladar depois que a polícia disparou uma bomba de gás lacrimogêneo em seu rosto quando ela caminhava para um ponto de ônibus em novembro de 2019.

Um ex-comandante da polícia foi indiciado no caso de Gustavo Gatica, que foi ferido durante os protestos de novembro de 2019 e perdeu a visão; uma investigação sobre o caso estava em andamento.

Um tribunal civil sentenciou um oficial do exército condenado pelo assassinato de Kevin Gómez, na cidade de Coquimbo, em outubro de 2019, a cinco anos de prisão.

O Ministério Público continuou investigando integrantes de alto escalão do governo do ex-presidente Sebastián Piñera por crimes contra a humanidade, tortura e outros maus-tratos ("coação ilegítima" no Código Penal chileno). Entre os investigados estavam membros do alto comando dos Carabineros acusados de responsabilidade por violações generalizadas dos direitos humanos e por crimes de direito internacional durante a crise social de 2019.

O governo anunciou uma Comissão e uma Unidade Consultiva para a Reforma das Polícias e uma Agenda Integral de Verdade, Justiça e Reparação para as vítimas de violações dos direitos humanos durante a crise social, tendo estabelecido uma Mesa de Reparação Integral para avançar na elaboração da política e da lei de reparação.

O governo também anunciou um novo programa para proporcionar reparação às mais de 400 pessoas que sofreram traumas oculares durante os protestos, substituindo o tão criticado programa anterior.

Um tribunal sentenciou um policial dos Carabineros a quatro anos de liberdade condicional intensiva por infligir trauma ocular a um manifestante durante uma passeata estudantil em março de 2013.

A Justiça condenou 10 ex-militares no caso “Quemados”, em que Rodrigo Rojas de Negri e Carmen Gloria Quintana foram espancados e queimados com combustível durante um protesto em 1986; Rodrigo Rojas morreu devido às lesões.

O governo lançou um Plano Nacional de Busca de Detidos Desaparecidos para determinar o destino de mais de mil pessoas desaparecidas à força durante o regime de Augusto Pinochet (1973-1990).

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

As pessoas acusadas de supostos delitos durante os protestos em massa de 2019 permaneciam detidas. Muitas foram absolvidas por falta de provas após longos períodos de detenção preventiva; em alguns casos, descobriu-se que as provas haviam sido forjadas. Protestos exigindo sua libertação prosseguiram ao longo do ano. Uma lei de anistia para as pessoas acusadas com relação aos protestos sociais de 2019 ainda era debatida no Congresso. No fim do ano, o governo concedeu 13 indultos, quase todos a pessoas detidas durante a crise.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Um tribunal condenou três carabineros por assédio e coação ilegítima por forçar crianças Mapuche em Ercilla a se despirem durante uma abordagem para verificação de identidade em 2018.

Realizou-se um novo julgamento sobre a morte de Alex Lemun, um adolescente Mapuche baleado pela polícia em novembro de 2002 na comuna de Angol. O novo julgamento seguiu-se a uma decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos num caso em que o Chile foi responsabilizado por várias violações de direitos humanos. Em novembro, um tribunal condenou um coronel dos Carabineros a sete anos de prisão pela morte de Alex.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O Ministério da Educação anunciou um Projeto de Lei sobre Educação Sexual Integral, mas não o apresentou ao Congresso.

DIREITO À SAÚDE

Em 2022, o Chile teve uma das maiores taxas de mortalidade associadas à Covid-19 nas Américas: 3.215 mortes por milhão de habitantes. Uma das promessas eleitorais do novo governo foi uma reforma para introduzir um sistema de saúde universal.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

O Congresso aboliu a exigência de uma idade de consentimento maior para relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, a revisão pelo Congresso das mudanças na Lei Antidiscriminação, para tratar dos direitos LGBTI, fez pouco progresso.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS E JORNALISTAS

Verónica Vilches, defensora do direito à água na província de Petorca, recebeu novas ameaças de morte e, em junho, a casa de Lorena Donaire, também defensora do direito à água da mesma província, foi incendiada. As investigações sobre as ocorrências prosseguiram no final do ano.

Durante uma marcha pelo Dia Internacional dos Trabalhadores, uma repórter de um canal de televisão comunitário foi baleada por um civil e veio a falecer mais tarde devido ao ferimento.

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

As cidades de Quintero e Puchuncaví, na região de Valparaíso, foram afetadas por níveis de poluição elevados que trouxeram sérios riscos à saúde pública, várias vezes durante o ano. As autoridades anunciaram o fechamento progressivo da fundição Ventanas, instalação responsável por algumas das maiores emissões de dióxido de enxofre da região.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

As autoridades continuaram a usar práticas pré-admissionais ilegais para negar o acesso de pessoas aos procedimentos de determinação da condição de refugiado. Esses procedimentos eram demorados, durando entre dois e quatro anos, e pouquíssimas pessoas foram reconhecidas como refugiadas. As autoridades reiniciaram a expulsão imediata de pessoas estrangeiras sem avaliar se precisavam de proteção internacional ou os riscos que enfrentariam se fossem expulsas.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

O Comitê para a Prevenção da Tortura confirmou que violações de direitos humanos foram cometidas em um hospital psiquiátrico da região de Valparaíso. O Ministério Público de Valparaíso, entretanto, pediu o arquivamento definitivo da investigação.

CHINA

República Popular da China
Chefe de Estado: Xi Jinping
Chefe de governo: Li Keqiang

As severas restrições impostas devido à Covid-19 em alguns casos prejudicaram o direito à saúde e à alimentação adequada. O governo continuou a reprimir as críticas a suas políticas e ações, bem como os debates sobre tópicos considerados sensíveis, através de uma censura on-line cada vez mais onipresente. Críticos do governo, defensores dos direitos humanos, ativistas pró-democráticos e líderes e praticantes religiosos estavam entre as pessoas submetidas a prisão e detenção arbitrárias. A repressão sistemática das minorias étnicas em Xinjiang e no Tibete continuou. As autoridades tentaram impedir a publicação de um relatório do ACNUDH documentando possíveis crimes contra a humanidade e outros crimes internacionais em Xinjiang. As mulheres continuaram a sofrer violência e assédio sexual e outras

violações de seus direitos. O governo de Hong Kong continuou a reprimir o movimento pró-democrático. Jornalistas, emissoras de radiodifusão e editores de livros foram alvo de processos e prisões com base na Lei de Segurança Nacional e outras legislações repressivas, enquanto organizações da sociedade civil, tanto em Hong Kong quanto no exterior, enfrentaram ações penais ou assédio por suas atividades legítimas. Apesar de alguns compromissos positivos em termos de políticas, como o aumento do uso de energias renováveis, as metas de redução de CO2 da China foram classificadas como "altamente insuficientes" e a produção de carvão aumentou.

INFORMAÇÕES GERAIS

O governo manteve sua "política de Covid zero" durante a maior parte do ano, com confinamentos generalizados e quarentena obrigatória. Protestos localizados contra as severas restrições se intensificaram a partir de meados de novembro. As manifestações se espalharam para pelo menos 20 cidades após um incêndio em Urumqi, capital da Região Autônoma Uyghur de Xinjiang (Xinjiang), em 24 de novembro, no qual pelo menos 10 pessoas morreram. As autoridades negaram que portas trancadas tivessem impedido que os moradores escapassem, mas anunciaram a flexibilização das restrições da Covid-19 após este incidente.

Em maio, a então Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, realizou uma missão de seis dias à China que incluiu dois dias em Xinjiang. Em junho, 42 especialistas independentes em direitos humanos da ONU pediram ao governo chinês que concedesse acesso sem restrições aos procedimentos e mecanismos especiais da ONU para avaliar as denúncias de graves violações de direitos humanos no país, especialmente em Xinjiang, no Tibete e em Hong Kong. Em agosto, o governo ratificou duas Convenções da OIT, a 29, sobre trabalho forçado, e a 105, sobre a abolição do trabalho forçado.

Em outubro, o terceiro mandato do Presidente Xi Jinping como Secretário Geral do Partido Comunista Chinês (PCC) foi anunciado no 20 Congresso Nacional do partido, suscitando temores de que a situação dos direitos humanos continuasse a piorar após uma década de repressão crescente sob sua liderança. Em fevereiro, a China sediou os Jogos Olímpicos de Inverno.

DIREITO À SAÚDE

Houve relatos de escassez de alimentos e de atraso ou negação de acesso a serviços de saúde emergenciais nas áreas sob confinamento. Um número desconhecido de pessoas morreu depois que os hospitais se recusaram a atendê-las. As condições nas instalações de quarentena, onde ficavam detidas as pessoas que testavam positivo para a Covid-19, costumavam ser precárias e anti-higiênicas. Em alguns casos, as crianças eram separadas de seus pais em quarentena.

Em 7 de dezembro, o governo central anunciou uma flexibilização significativa das restrições e, em 26 de dezembro, afirmou que a maioria dos elementos da "política de Covid zero" seria substancialmente descartada a partir de 8 de janeiro de 2023. As infecções e mortes por Covid-19 aumentaram posteriormente, com relatos de hospitais operando sob extrema pressão e com escassez crítica de medicamentos em várias cidades.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

A censura na internet tornou-se mais pervasiva e sofisticada como instrumento para abafar as críticas ao governo, intensificando-se em torno das datas de eventos e aniversários de grande repercussão.

As autoridades não cumpriram as garantias que deram, como anfitriões dos Jogos Olímpicos de Inverno, de assegurar a liberdade de imprensa, antes e durante os Jogos, e garantir oportunidades para protestos pacíficos. Nas vésperas dos Jogos, os atletas foram alertados a evitar "qualquer

comportamento ou discurso" que violasse "as leis e regulamentos chineses". Conhecidos opositores foram censurados e tiveram seus movimentos restringidos. Jornalistas credenciados para os Jogos relataram diversas interferências governamentais na cobertura dos preparativos para o evento e nas entrevistas com atletas e moradores locais, tanto dentro quanto fora das instalações olímpicas.

As autoridades aumentaram os esforços para impedir as críticas às medidas de confinamento nas mídias sociais, inclusive os pedidos de ajuda das pessoas confinadas e denúncias de violações dos direitos humanos nas unidades de quarentena. As autoridades manipularam o aplicativo de celular utilizado para controlar o status pessoal de Covid-19, que era exigido para entrar em edifícios públicos e lojas, bem como para usar transporte público ou viajar, com o fim de restringir indevidamente a liberdade de circulação e de reunião pacífica. Na província de Henan, durante as manifestações contra o congelamento de depósitos pelos bancos locais em junho, houve relatos generalizados de que o aplicativo repentinamente transmitia um alerta de código vermelho exigindo que os usuários ficassem em quarentena por 14 dias. Posteriormente, cinco autoridades locais receberam sanções administrativas por manipular o aplicativo.

Em setembro, no período que antecedeu o Congresso Nacional do PCC, a autoridade responsável pela regulamentação do ciberespaço na China lançou uma ação para expurgar por três meses "boatos e notícias falsas" da internet, pedindo que as empresas de tecnologia redobrassem o monitoramento, o rastreamento, as proibições e as suspensões contra titulares de contas. Também houve relatos de novas tentativas de bloquear ferramentas usadas para contornar a censura, como as Redes Privadas Virtuais (VPN).

Em 13 de outubro, a polícia prendeu Peng Lifa depois que ele estendeu faixas em uma ponte da capital, Beijing, durante o Congresso Nacional do PCC, criticando a

política de "Covid zero" do governo e chamando o Presidente Xi de ditador. As imagens do protesto viralizaram em todo o mundo, mas todas as filmagens e palavras-chave relacionadas foram removidas das plataformas chinesas de mídias sociais. Houve relatos de que as autoridades prenderam algumas pessoas por terem repostado as imagens do protesto.

Um grande número de pessoas foi detido por participar de protestos pacíficos contra as restrições da Covid-19 após um incêndio com vítimas fatais em um prédio de apartamentos em Urumqi no mês de novembro. Não estava claro quantas pessoas permaneciam detidas no fim do ano. Circularam vídeos na internet que mostravam a polícia espancando os manifestantes durante as prisões.

Todos os debates e homenagens às vítimas da supressão dos protestos pró-democráticos em 1989 permaneceram proibidos. Na véspera do aniversário da repressão militar contra os manifestantes na Praça Tiananmen, em 4 de junho, a transmissão ao vivo de um conhecido influenciador foi derrubada, aparentemente por apresentar uma escultura de sorvete semelhante a um tanque.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

As autoridades continuaram a prender defensores dos direitos humanos, incluindo jornalistas autônomos e advogados de direitos humanos. As pessoas detidas foram mantidas em condições severas e submetidas a tortura e outros maus-tratos.

Em 1 de março, o advogado de direitos humanos Yu Wensheng foi libertado após cumprir uma pena de quatro anos de prisão por "subverter o poder do Estado", aparentemente por criticar o presidente. Yu Wensheng contou que foi borrifado com spray de pimenta, forçado a sentar-se em uma cadeira de metal até perder parcialmente a consciência e privado de comida adequada durante sua detenção provisória.¹

Em janeiro, a jornalista autônoma Zhang Zhan, sentenciada a quatro anos de prisão

em 2020 por "provocar desentendimentos e causar problemas" após relatar o surto de Covid-19, terminou sua greve de fome para impedir que as autoridades continuassem a alimentá-la à força. Não ficou claro se Zhang Zhan, cuja saúde havia se deteriorado durante a greve de fome, teve acesso a cuidados médicos apropriados.²

Em abril, relatou-se uma grave piora no quadro de saúde de Huang Qi, fundador e diretor do site de direitos humanos "64 Tianwang", de Sichuan. Huang Qi, que cumpria uma pena de 12 anos de prisão por suas matérias sobre direitos humanos, não estaria tendo acesso a cuidados médicos adequados e teria sido impedido de acessar uma conta bancária em que amigos e familiares depositaram dinheiro para que ele comprasse remédios e outros itens. Desde 2020 ele estava impedido de manter contato com a família.³

Muitos advogados permaneceram presos ou sob vigilância rigorosa. Entre eles, o jurista Xu Zhiyong e o advogado de direitos humanos Ding Jiayi, que foram julgados em segredo em junho depois de indiciados por "subversão do poder do Estado" em outubro de 2021. Os dois eram membros proeminentes do Movimento Novos Cidadãos, uma rede de ativistas criada para promover a transparência do governo e expor a corrupção. Nenhum deles teve acesso a advogados nos meses anteriores ao julgamento.⁴

Em abril, o Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias da ONU apelou às autoridades chinesas para que libertassem imediatamente o ativista dos direitos trabalhistas Wang Jianbing. Ele foi detido em Guangzhou em setembro de 2021, junto com a ativista do #MeToo Sophia Huang Xueqin, e acusado de "incitar a subversão do poder do Estado" em conexão com sua participação em reuniões privadas na casa de Wang Jianbing para discutir a redução do espaço da sociedade civil.⁵ Ambos foram detidos em regime de incomunicabilidade e submetidos a maus-tratos após sua prisão.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE CRENÇA

Pessoas continuaram sendo presas e hostilizadas por praticarem sua religião ou suas crenças. Líderes religiosos e praticantes, como os integrantes de igrejas domésticas, os imãs uigures, os monges budistas tibetanos e os membros do Falun Gong, entre outros, foram submetidos a prisão e detenção arbitrária em 2022.

REGIÕES AUTÔNOMAS ÉTNICAS

A repressão sistemática das minorias étnicas em Xinjiang e no Tibete continuou sob o pretexto de "anti-separatismo", "anti-extremismo" e "contraterrorismo". O acesso a ambas as regiões era extremamente restrito, praticamente impossibilitando a documentação e os relatórios sobre direitos humanos. A vigilância invasiva impediu que os moradores desses locais compartilhassem informações sobre violações dos direitos humanos.

XINJIANG

O governo continuou a implementar políticas de grande alcance que restringiram severamente as liberdades dos uigures, cazaques e outros grupos de minorias étnicas predominantemente muçulmanas em Xinjiang. Tais políticas ameaçavam apagar suas identidades religiosas e culturais.

Durante sua visita à região em maio, a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos e sua equipe não tiveram permissão para visitar as pessoas detidas ou suas famílias e foram acompanhadas por funcionários do Estado em todos os momentos. Não tendo conseguido reconhecer as graves violações de direitos humanos no país durante a missão, em agosto o ACNUDH divulgou um relatório, há muito aguardado, reforçando conclusões anteriores da Anistia Internacional e outros de que a extensão da detenção arbitrária e discriminatória de uigures e outras pessoas em Xinjiang podem constituir crimes internacionais, particularmente crimes contra a humanidade. O ACNUDH também documentou denúncias de tortura ou outros maus-tratos, incidentes de violência sexual e de gênero, trabalhos forçados e

desaparecimentos forçados, entre outras graves violações dos direitos humanos.

O governo chinês tentou suprimir o relatório, inclusive mobilizando outros governos para pressionarem contra sua publicação. Apesar das conclusões e dos apelos de dezenas de especialistas independentes da ONU para que o Conselho de Direitos Humanos da ONU convocasse uma sessão especial sobre a China, em 6 de outubro o Conselho votou pela rejeição de uma resolução propondo um debate sobre Xinjiang em sua próxima sessão.⁶

Em novembro, o Comitê CERD pediu ao governo chinês que investigasse imediatamente todas as denúncias de violações dos direitos humanos e libertasse todas as pessoas arbitrariamente privadas de liberdade em Xinjiang. Apesar de o governo alegar que os campos de internamento que eles chamavam de centros de "treinamento" ou "educação" haviam sido fechados, acredita-se que muitos milhares de homens e mulheres ainda estejam detidos arbitrariamente em campos de internamento, prisões ou outras instalações onde doutrinação política, tortura física e psicológica e outras formas de maus-tratos eram amplamente relatadas.

As autoridades chinesas continuaram a perseguir uigures e outros moradores de Xinjiang que passavam algum tempo no exterior, e continuaram a pressionar outros governos a devolver à China os uigures que vivem no exterior.

Em junho, as autoridades informaram a família do estudante uigur Zulyar Yasin, de 25 anos, que ele seria condenado a até cinco anos de prisão por "separatismo". Zulyar Yasin, que havia passado dois anos na Turquia estudando finanças na Universidade de Istambul, foi detido em dezembro de 2021 e deveria ser julgado em 28 de junho, embora o julgamento tenha sido adiado em duas ocasiões, devido aos confinamentos pela Covid-19, sendo finalmente remarcado para o início de 2023.⁷

Quatro uigures enfrentavam deportação da Arábia Saudita para a China, onde corriam risco de graves violações dos direitos

humanos. Em 31 de março, as autoridades sauditas detiveram Buheliqiemu Abula e sua filha de 13 anos. O ex-marido de Buheliqiemu Abula, Nuermaiti Ruze, e o estudioso religioso (ulema) Aimidoula Waili encontravam-se detidos sem acusação desde novembro de 2020. Aimidoula Waili havia sido preso anteriormente na China de 2013 a 2016, e disse à Anistia Internacional que foi torturado repetidamente enquanto esteve detido.⁸

Idris Hasan, projetista de computadores uigur que foi preso no Marrocos em julho de 2021, permanecia detido com risco de retorno forçado à China. Essa situação se manteve apesar do cancelamento pela Interpol do "aviso vermelho" que constituiu a base para sua prisão e dos apelos feitos às autoridades marroquinas pelo Comitê da ONU contra a Tortura e outros procedimentos especiais para que não o extraditassem.⁹

TIBETE

A população de etnia tibetana continuou a sofrer discriminação e restrições de seus direitos a liberdade de crença e religião, de expressão, de associação e de reunião pacífica. Entretanto, os protestos contra a repressão do governo chinês continuaram.

Em setembro, o Tribunal Popular Intermediário de Kardze, em Sichuan, condenou seis escritores e ativistas tibetanos a penas de prisão entre quatro e 14 anos por "incitar o separatismo" e "pôr em risco a segurança do Estado". Gangkye Drupa Kyab, Seynam, Gangbu Yudrum, Tsering Dolma e Samdup foram detidos em março ou abril de 2021. Pema Rinchen foi detido no final de 2020 e permaneceu incomunicável até seu julgamento. Todos os seis haviam sido detidos arbitrariamente no passado em conexão com seus escritos ou protestos contra as autoridades chinesas, e vários sofreram complicações de saúde em decorrência de espancamentos, condições de detenção precárias e outros maus-tratos sofridos na época.

O monge tibetano Rinchen Tsultrim continuou sendo privado de qualquer contato com sua família e de acesso a advogados, apesar dos repetidos apelos dos familiares

para visitá-lo desde que foi detido em agosto de 2019. Ele foi condenado a quatro anos e meio de prisão em novembro de 2020, após um julgamento injusto.

PENA DE MORTE

A China continuou sendo o país que mais executa pessoas no mundo, apesar de as estatísticas sobre execuções e sentenças de morte continuarem sendo classificadas pelo governo como "segredo de Estado". A pena de morte permaneceu aplicável a 46 delitos, inclusive delitos não letais que não cumprem os critérios de "crimes mais graves" segundo o direito e as normas internacionais.

DIREITOS DAS MULHERES

Em 30 de outubro, a mais alta instância legislativa do país adotou com emendas a Lei de Proteção dos Direitos e Interesses da Mulher. Com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, a lei revisada inclui novas disposições para fortalecer a proteção às mulheres no local de trabalho, incluindo exigências de que os empregadores eliminem a discriminação de gênero nos processos de contratação e previnam o assédio sexual no local de trabalho.

A violência contra as mulheres, inclusive a violência sexual e o assédio sexual, continuou generalizada, e as autoridades censuraram os debates públicos sobre o tema.

As autoridades rapidamente censuraram as discussões e proibiram as redes sociais de compartilhar imagens de um incidente ocorrido em junho, gravado por circuito interno de televisão, de um grupo de homens agredindo fisicamente várias mulheres em um restaurante de Tangshan, na província de Hebei. Vinte e oito pessoas receberam penas de prisão por participarem da agressão. Mao Huibin, o jornalista que publicou as imagens e um artigo sobre o incidente, foi preso em julho e pode pegar até cinco anos de prisão por "provocar desentendimento e causar problemas".

Em agosto, o Tribunal Popular do Distrito de Haidian indeferiu um recurso de Zhou Xiaoxuan contra uma decisão judicial que

rejeitou sua demanda por desculpas e indenização de um conhecido apresentador da TV estatal, Zhu Jun, por tê-la apalpada e beijado à força quando ela era estagiária nessa emissora em 2014. O fato de Zhou Xiaoxuan ter se posicionado publicamente contra o assédio sexual transformou-a em alvo de hostilidades na internet e de censura estatal.

Em janeiro, um vídeo que mostrava uma mulher com a saúde mental e física debilitadas, acorrentada em um anexo de uma casa em Xuzhou, na província de Jiangsu, viralizou e causou indignação pública na China. Pelo menos quatro ativistas foram presos por investigarem e divulgarem o caso, e por apoiarem a mulher que suspeitavam ser vítima de tráfico de pessoas, o que foi inicialmente negado pelas autoridades locais. Entre os ativistas estava Wu Yi, conhecida por ter sido julgada em segredo por "provocar desentendimento e causar problemas", mas os detalhes de sua sentença e seu paradeiro eram desconhecidos. Segundo informações publicadas na imprensa em fevereiro, 17 autoridades locais haviam sido punidas ou estavam sendo investigadas em relação ao caso. Em março, o Ministério da Segurança Pública anunciou uma campanha de um ano para investigar o tráfico de mulheres e crianças.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Tanto na internet quanto em outros lugares, o ativismo LGBTI foi duramente restringido. Dezenas de contas de grupos LGBTI nas redes sociais continuaram fechadas devido à censura generalizada. As autoridades também censuraram programas de TV e filmes, removendo conteúdos com referências LGBTI.

Em julho, a Universidade Tsinghua de Beijing enviou cartas de advertência oficiais a dois estudantes por "distribuírem materiais promocionais não autorizados", depois que eles foram identificados pelas câmeras de vigilância colocando bandeiras do arco-íris no campus. Em novembro, a Comissão Municipal de Educação de Beijing endossou

a ação da universidade contra os estudantes. As autoridades censuraram os debates sobre o incidente na internet.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

Na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) que apresentou em 2021, a China se comprometeu a reduzir a intensidade das emissões de CO2 em mais de 65% até 2030 com relação aos níveis de 2005, para atingir o pico de emissões de carbono até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono "antes de 2060". Em novembro, as metas, políticas e ações da China foram classificadas como "altamente insuficientes" pelo Climate Action Tracker, um consórcio que fornece análises científicas globais, por não serem compatíveis com a restrição do aquecimento ao limite de temperatura de 1,5°C.

Em março, o governo publicou um novo documento de política sobre a Iniciativa Cinturão e Rota, um projeto de infraestrutura que abrange 72 países. O documento reafirmou que não seriam construídas novas centrais termelétricas a carvão no escopo da Iniciativa, e que os projetos de usinas a carvão já em andamento "prossequiriam com cautela".

Novas metas nacionais para energias renováveis foram emitidas em 2022 com o objetivo de aumentar a geração de eletricidade a partir de fontes renováveis em aproximadamente 35% até 2025, em relação aos níveis de 2020. Entretanto, a produção carbonífera doméstica aumentou, apesar dos compromissos de controlar o consumo de carvão até 2025 e começar uma redução gradual a partir desta data.

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE HONG KONG

As autoridades de Hong Kong continuaram a reprimir ativistas pró-democráticos, jornalistas, defensores dos direitos humanos e outros. A Lei de Segurança Nacional (LSN) de 2020 e outras leis repressivas foram amplamente utilizadas para atingir pessoas que exerciam seus direitos à liberdade de expressão, reunião pacífica e associação. O

Comitê de Direitos Humanos da ONU exortou o governo de Hong Kong a revogar a LSN e as disposições sobre sedição do Decreto Penal e, enquanto isso, abster-se de aplicá-las.

Em julho, John Lee, ex-chefe de segurança de Hong Kong que supervisionou a repressão policial aos protestos de 2019 e a implementação da LSN, assumiu o cargo de Chefe do Executivo de Hong Kong, tendo sido escolhido pelo governo central em Beijing como único candidato nas eleições de maio.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

Pelo menos 11 pessoas foram condenadas a penas de prisão durante o ano com base em leis de sedição da era colonial por se expressarem de forma pacífica.

Em setembro, cinco fonoaudiólogos foram sentenciados a 19 meses de prisão cada, após terem sido condenados por sedição por publicarem livros infantis retratando a repressão do governo aos protestos pró-democráticos de 2019, entre outros assuntos.¹⁰

Em outubro, o apresentador de rádio e comentarista de temas de interesse público Edmund Wan (conhecido como Giggs) foi condenado a 32 meses de prisão por "sedição" e "lavagem de dinheiro" por criticar o governo e arrecadar fundos para as mensalidades escolares de jovens ativistas de Hong Kong que haviam fugido para Taiwan após os protestos de 2019. Giggs, que ficou detido por 19 meses antes de sua condenação, foi libertado em 18 de novembro, mas teve que entregar ao governo o dinheiro arrecadado na campanha.

Ativistas políticos, jornalistas, defensores dos direitos humanos e outras pessoas acusadas de delitos previstos na LSN foram mantidas em prisão provisória prolongada. Até 31 de outubro, pelo menos 230 pessoas haviam sido presas com base na LSN desde sua promulgação em 2020.

O espaço para protestos pacíficos continuou bastante restrito e quem participasse de manifestações ou incentivasse outras pessoas a participar arriscava-se a ser processado. Em janeiro, Chow Hang-tung foi

condenada por "incitar outras pessoas a participar de uma reunião não autorizada" e sentenciada a 15 meses de prisão depois de fazer uma postagem em uma rede social, em 2021, encorajando as pessoas a comemorar a repressão de 1989 na Praça Tiananmen. Em dezembro, Chow Hang-tung ganhou seu recurso contra a condenação, mas continuou presa aguardando julgamento por acusações semelhantes baseadas na LSN, passíveis de até 10 anos de prisão.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

As autoridades continuaram a criminalizar ou impedir as atividades legítimas da sociedade civil. Legislações repressivas, como a LSN e o Decreto sobre Sociedades, que conferem poderes excessivos à polícia para recusar, cancelar o registro ou proibir uma sociedade, foram empregadas com consequências assustadoras para as organizações da sociedade civil. Mais de 100 organizações da sociedade civil foram forçadas a se dissolver ou mudar de localização desde a promulgação da LSN em julho de 2020.

Restrições foram impostas a grupos menores e mais informais. Em junho, a polícia teria entregado cartas a pelo menos cinco representantes de grupos pequenos da sociedade civil, como grupos informais no Facebook e redes religiosas, advertindo-os a se registrarem ou incorrerem em infração do Decreto sobre Sociedades.

Cinco ex-administradores do Fundo de Ajuda Humanitária 612, criado para ajudar os participantes dos protestos de 2019 com despesas judiciais e outras, mas que fora encerrado em 2021, foram presos em maio, assim como o ex-secretário, em novembro, por "conluio com forças estrangeiras", com base na LSN. Eles estavam sujeitos a penas de até 10 anos de prisão. Em dezembro, os seis foram considerados culpados de não registrar o fundo conforme o Decreto sobre Sociedades e receberam multas de HKD 2.500 a 4.000 cada um (aproximadamente USD 321-513).

Os ataques a grupos que atuam fora de Hong Kong também se expandiram. Em março, a Polícia de Segurança Nacional enviou uma carta ao diretor executivo de

uma organização sediada no Reino Unido, a Hong Kong Watch, acusando o grupo de "colocar em risco a segurança nacional", "fazendo pressão junto a países estrangeiros para impor sanções" e se envolvendo em "outras atividades hostis". O grupo foi acusado de violar o Artigo 29 da LSN, que criminaliza o "conluio com forças estrangeiras" e afirma a jurisdição extraterritorial. A polícia também bloqueou o site da Hong Kong Watch em Hong Kong.

Organizações da sociedade civil exerceram autocensura para poder operar e arrecadar fundos. Plataformas locais de pagamento e de financiamento coletivo (crowdfunding) suspenderam as contas de arrecadação de fundos de dois grupos. Uma das plataformas comunicou a um dos grupos que havia tomado esta decisão devido aos "riscos excessivos envolvidos" na hospedagem da conta. Em um caso separado, três ativistas que processaram a polícia de Hong Kong por maus-tratos durante um protesto pelos direitos à terra em 2014 informaram que sua conta em uma plataforma internacional de crowdfunding foi removida por ser considerada de alto risco para a empresa.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

O governo de Hong Kong não avançou na elaboração de uma lei de reconhecimento de gênero, apesar de ter criado um grupo de trabalho interdepartamental sobre este tópico em 2014 e realizado uma consulta em 2017.

1. "China: Lawyer Yu Wensheng must be granted true freedom after unjust imprisonment", 28 de fevereiro
2. "China: Covid-19 journalist still needs medical attention: Zhang Zhan", 3 de março
3. "China: No access to family and proper medical care: Huang Qi", 29 de abril
4. "China: Unfair trials of prominent activists an attack of freedom of association", 21 de junho
5. "China: Activists charged with subversion: Sophia Huang Xueqin and Wang Jianbing", 19 de maio
6. "China: Xinjiang vote failure betrays core mission of UN Human Rights Council", 6 de outubro
7. "China: Uyghur student facing trial highlights government push to jail Muslims", 27 de junho
8. "Saudi Arabia: Uyghur teenage girl and mother detained: Buheqiqemu Abula, Nuermaimaiti Ruze, Aimidoula Waili", 6 de abril

9. "Morocco and Western Sahara: Ethnic Uyghur at risk of extradition to China: Idris Hasan", 2 de março
10. "Hong Kong: Conviction of children's book publishers an absurd example of unrelenting repression", 7 de setembro

de

COLÔMBIA

República da Colômbia

Chefe de Estado e de governo: **Gustavo Petro**
(substituiu Iván Duque Márquez em agosto)

Defensores dos direitos humanos continuaram a enfrentar ataques, ameaças e perseguições por causa de seu trabalho; defensores da terra, do território e do meio ambiente corriam maiores riscos. Persistiram os assassinatos e ameaças contra ex-combatentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP). Os ataques contra profissionais e veículos de imprensa prosseguiram, ameaçando a liberdade de expressão. Houve relatos de uso excessivo e desnecessário da força por agentes do Estado. Líderes e defensores indígenas foram atacados e mortos. Nas áreas onde grupos armados de oposição continuavam a operar, comunidades indígenas e afrodescendentes foram deslocadas à força e algumas enfrentavam crises humanitárias. O relatório final da Comissão da Verdade e Reconciliação reconheceu que violações dos direitos reprodutivos foram cometidas ao longo de décadas de conflito armado no país (1964-2016). Vários ex-militares, civis e ex-comandantes das FARC-EP foram acusados perante a Jurisdição Especial para a Paz (JEP) de crimes contra a humanidade e crimes de guerra cometidos durante o conflito. O aborto foi descriminalizado. Os ataques contra pessoas LGBTI continuaram. A violência de gênero persistiu e as sobreviventes enfrentaram obstáculos constantes para ter acesso à justiça, à verdade e à reparação. Mulheres venezuelanas refugiadas sofreram violência

e discriminação com base em nacionalidade e gênero.

INFORMAÇÕES GERAIS

Eleições parlamentares foram realizadas em 13 de março. Algumas cadeiras no parlamento foram reservadas a ex-combatentes das FARC-EP e a vítimas do conflito armado, conforme estipulado no Acordo de Paz de 2016.

Em junho, a Comissão da Verdade da Colômbia divulgou seu relatório final, enfatizando a necessidade de se enfrentar as desigualdades históricas, a discriminação, o racismo, a violência de gênero, a violência contra os povos indígenas e os afrodescendentes, bem como assegurar o direito à verdade, à justiça e à reparação para as vítimas do conflito armado.

Gustavo Petro, ex-prefeito de Bogotá e ex-guerrilheiro do M-19, venceu a eleição presidencial e iniciou seu mandato de quatro anos em agosto. Tomou posse com ele Francia Márquez, defensora do meio ambiente e primeira vice-presidente negra do país.

Em agosto, as autoridades reconheceram a competência do Comitê de Desaparecimentos Forçados da ONU para receber e examinar denúncias individuais relativas a vítimas de desaparecimentos forçados. Em setembro, a Colômbia também ratificou a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos. Em outubro, o Congresso aprovou o Acordo de Escazú.

O Presidente Petro restabeleceu relações diplomáticas com a Venezuela e, em setembro, algumas operações de fronteiras entre os dois países foram retomadas.

Em outubro, o Presidente Petro reinstaurou e reiniciou as reuniões da Comissão Nacional de Garantias de Segurança, instituída pelo Acordo de Paz para criar uma política pública de desarticulação dos grupos armados.

Em outubro, o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN) retomaram as conversações de paz e propuseram um “cessar-fogo multilateral”. O

governo também buscou entrar em negociações com outros atores armados no contexto de uma política de “paz total”.

A Colômbia é um dos países Sul-Americanos com a maior recorrência de eventos climáticos extremos. Aproximadamente 84% de sua população está exposta a diversos riscos ambientais. Segundo o Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais da Colômbia (IDEAM), as áreas costeiras e insulares são as mais sensíveis à mudança climática, assim como os ecossistemas montanhosos.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

Em janeiro, o Tribunal Constitucional declarou que o país se encontrava em uma situação inconstitucional devido às constantes e intensas violações dos direitos fundamentais à vida, à integridade física e à segurança de ex-combatentes das FARC-EP. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz (INDEPAZ), uma organização da sociedade civil, registrou 42 assassinatos de ex-combatentes durante o ano. O Conselho de Segurança da ONU ressaltou sua preocupação com as persistentes ameaças, ataques e assassinatos de ex-combatentes das FARC-EP que haviam assinado o Acordo de Paz.

Segundo o Instituto Kroc, o cumprimento do Acordo de Paz de 2016 entre as FARC-EP e o Estado colombiano continuou moroso, principalmente com respeito à implementação de abordagens étnicas e de gênero. O Instituto informou que 37% das disposições do Acordo haviam sido implementadas minimamente e 15% não haviam sido iniciadas.

De janeiro a dezembro, a Unidade de Busca de Pessoas Dadas como Desaparecidas (UBPD) recuperou 185 corpos de pessoas consideradas desaparecidas no contexto do conflito armado, em regiões como Antioquia, Santander e Sucre. Em junho, a UBPD também informou ter entregue os restos

mortais de 167 vítimas a suas famílias e entes queridos, desde sua criação em 2017.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em maio, a Fundação para a Liberdade de Imprensa (FLIP) manifestou-se alarmada com a detenção arbitrária dos jornalistas Luis Ángel e Luna Mendoza, que cobriam o assassinato de grande repercussão do procurador paraguaio Marcelo Pecci, próximo à cidade de Cartagena.

Em maio, veículos de comunicação dos departamentos de Antioquia e Córdoba receberam ameaças de morte no contexto de uma paralização armada declarada pelo grupo paramilitar Autodefesas Gaitanistas da Colômbia (AGC), também conhecido como Clã do Golfo.

Em julho, o Conselho de Estado colombiano considerou o Estado responsável por tortura psicológica, ameaças, perseguições, exílio e interceptação ilegal no caso da jornalista Claudia Julieta Duque e sua família, entre 2001 e 2010.

Em agosto, os jornalistas Leiner Montero e Dilia Contreras foram assassinados no departamento de Magdalena. Segundo a FLIP, as mortes estavam relacionadas ao seu trabalho jornalístico.

Em setembro, a FLIP denunciou ameaças contra jornalistas da Telemundo que faziam cobertura da rota de migração do Tampão de Darién.

Até setembro, a FLIP havia denunciado 595 violações da liberdade de expressão de jornalistas, incluindo dois casos de violência sexual. Nos primeiros cinco meses do ano, a FLIP registrou um aumento de 59% nas ameaças contra profissionais da imprensa que cobriam o processo eleitoral, em comparação com 2018.

USO EXCESSIVO E DESNECESSÁRIO DA FORÇA

Em maio, o líder indígena Luis Tombé foi morto a tiros durante um protesto ambiental na cidade de Miranda, departamento de Cauca, quando membros do Esquadrão Móvel Antidistúrbios (ESMAD) abriram fogo contra os manifestantes que pediam a

libertação de outros manifestantes detidos pela polícia.

Em junho, a plataforma da sociedade civil Campanha Defender a Liberdade criticou o uso excessivo da força contra manifestantes pelo ESMAD, que resultou em uma pessoa com trauma ocular na Universidade Distrital de Bogotá. Os manifestantes pediam mais recursos e melhor infraestrutura para a universidade.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

De acordo com a Campanha Defender a Liberdade, as detenções arbitrárias pelas forças de segurança do Estado aumentaram entre março e junho, durante o período pré-eleitoral.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Assassinatos e ameaças contra líderes e defensores indígenas continuaram a acontecer.

Em janeiro, o povo indígena Totoroez denunciou o assassinato de Albeiro Camayo, membro da Guarda Indígena, por dissidentes das FARC-EP, no departamento de Cauca.

Em fevereiro, a Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC) denunciou o assassinato de Julio César Bravo, defensor dos direitos humanos e líder do povo Pastos no departamento de Nariño.

Combatentes do ELN no departamento de Chocó mataram Luis Chamapuro, do povo Wounan, em fevereiro.

Também em fevereiro, Dilson Arbey Borja, líder indígena, defensor dos direitos humanos e integrante da Guarda Indígena, foi assassinado na cidade de Turbo, departamento de Antioquia.

O escritório da ONU para os direitos humanos, ACNUDH, condenou o assassinato de Miller Correa em março, num contexto de constantes ameaças contra sua comunidade e suas lideranças. Miller Correa era um defensor dos direitos humanos e membro do povo Nasa do departamento de Cauca.

Em setembro, duas crianças indígenas Wayuu morreram de desnutrição na região norte de La Guajira, elevando para 39 o número de crianças mortas no local desde

janeiro. Em 6 de setembro, a Ouvidoria emitiu um alerta público pedindo que o governo tomasse providências para tratar da situação humanitária na região.

Em junho, pelo menos 100 indígenas da reserva Alto Andaguada, em Chocó, foram deslocados à força após confrontos entre forças de segurança do Estado e grupos armados ilegais.

Organizações indígenas de Chocó chamaram a atenção para o risco de deslocamento forçado que correm as famílias indígenas Emberá devido à presença de grupos armados ilegais neste departamento, na reserva Jurubida Chori Alto Baudó.

Em setembro, os povos Awá salientaram a persistente crise humanitária e a violência que os afeta devido à presença de atores armados ilegais nas reservas indígenas dos departamentos de Nariño e Putumayo.

VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO

Em julho, a Jurisdição Especial para a Paz (JEP) anunciou a abertura do Processo 11, relativo à violência sexual, reprodutiva e por motivos de orientação sexual e/ou identidade de gênero das vítimas, no contexto do conflito armado.

O Observatório de Femicídios informou que ocorreram 557 feminicídios em 2022.

As vítimas de violência de gênero, inclusive violência sexual, por parte de funcionários do Estado durante a greve nacional de 2021 enfrentaram constantes obstáculos no acesso à justiça e à reparação.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em fevereiro, uma decisão do Tribunal Constitucional descriminalizou o aborto até a 24ª semana de gravidez. A decisão histórica veio em resposta a uma ação judicial interposta pelo movimento Causa Justa.

O relatório final da Comissão da Verdade reconheceu que graves violações dos direitos reprodutivos, como abortos forçados, esterilizações forçadas e contracepção forçada, ocorreram no contexto do conflito armado. O relatório recomendou que o Estado evitasse retomar os programas de fumigação aérea para erradicação do cultivo

de plantas ilícitas com o agrotóxico glifosato por seus efeitos prejudiciais à saúde reprodutiva das pessoas.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Segundo a ONG Caribe Afirmativo, entre janeiro e julho, 15 homens gays foram mortos em Medellín, e as pessoas LGBTI corriam maiores riscos nesta cidade.

A JEP abriu uma investigação (Caso 7) sobre crimes sexuais e discriminação contra crianças e adolescentes LGBTI recrutados à força durante o conflito armado.

O Tribunal Constitucional reconheceu um marcador de gênero não binário para registro de identidade, criando precedente legal para a diversidade de gênero.

Em março, a defensora dos direitos lésbicos Paola Andrea Jaraba Martínez enfrentou violências e ameaças que estariam relacionadas a sua orientação sexual e a seu trabalho no departamento de Córdoba.

Segundo a ONG Fundação Grupo de Ação e Apoio a Pessoas Trans (GAAT), entre janeiro e agosto, 16 mulheres trans foram assassinadas na Colômbia.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Defensores dos direitos humanos continuaram a enfrentar ataques, ameaças e perseguições por causa de seu trabalho. Defensores da terra, do território e do meio ambiente corriam maiores riscos.

Em fevereiro, vários defensores dos direitos humanos da região de Magdalena Medio foram alvo de um panfleto distribuído por um grupo armado autodenominado Autodefesas Unidas da Colômbia. O panfleto se referia aos defensores de direitos humanos como alvos militares e dava a eles e a suas famílias 48 horas para deixar a área ou enfrentar as consequências. Entre os defensores visados estavam Carolina Agón e Ramón Abril. Dez dias depois, Yuvelis Natalia Morales, defensora do meio ambiente, de 21 anos, foi forçada a fugir da Colômbia depois que sua casa foi invadida.

Em maio, pessoas não identificadas atiraram contra quatro defensores ambientais da Federação de Pescadores Artesanais,

Ambientais e Turísticos de Santander (FEDESPAN), uma organização ambiental que atua na cidade de Barrancabermeja avaliando possíveis danos ambientais na região de Magdalena Medio.

Em julho, Yuli Velásquez, presidenta da FEDEPESAN, foi vítima de um ataque armado em que seu guarda-costas foi ferido.

Em agosto, o ministro do Interior instalou o primeiro Posto de Comando Unificado pela Vida no município de Caldon, departamento de Cauca. O objetivo deste espaço, e de espaços semelhantes instalados em outras regiões, era ouvir as demandas e preocupações das comunidades e proteger a vida de líderes sociais, defensores dos direitos humanos e outras pessoas em risco.

De acordo com a ONG Programa Somos Defensores, entre janeiro e setembro aconteceram 621 ataques contra defensores de direitos humanos.

O INDEPAZ registrou assassinatos de 189 líderes sociais e defensores dos direitos humanos em 2022.

DESLOCAMENTOS FORÇADOS

Segundo o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU, de janeiro a julho, ocorreram 220 emergências humanitárias relacionadas a confinamentos (quando as pessoas são forçadas a permanecer em seus territórios por causa do conflito armado, com acesso limitado a alimentos, água potável e serviços básicos) e deslocamentos forçados, afetando pelo menos 249.106 pessoas, principalmente na região do Pacífico e próximo à fronteira da Venezuela com a Colômbia.

Em janeiro, ocorreram confrontos entre dissidentes das FARC-EP e do ELN em Arauca, deslocando à força 3.860 pessoas.

Em maio, 7.989 pessoas foram impedidas por grupos armados não estatais de sair de suas casas ou circular livremente nas áreas de Nóvita e San José del Palmar, em Chocó.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Entre janeiro e junho, o CICV registrou 377 vítimas de acidentes com explosivos, tais

como minas antipessoais e resíduos de guerra explosivos, em 16 departamentos. Cauca, Antioquia, Arauca, Norte de Santander e Meta foram os departamentos mais afetados.

Segundo a ONG de direitos humanos Coletivo de Advogados José Alvear Restrepo (CAJAR), em 28 de março, 11 pessoas foram executadas extrajudicialmente durante uma incursão militar no município de Puerto Leguízamo, departamento de Putumayo.

A Ouvidoria Nacional emitiu um alerta sobre a presença do grupo paramilitar Comando de Fronteira na região de Caquetá e o grave risco que isso representava para a vida e a integridade física de lideranças da sociedade civil e de ex-combatentes das FARC-EP.

Em 5 de maio, as Autodefesas Gaitanistas da Colômbia impuseram um toque de recolher de quatro dias em 10 departamentos do norte da Colômbia, após o anúncio da decisão de extraditar seu comandante “Otoniel” para os EUA. Durante o que foi chamado de uma paralização armada, pelo menos 127 atos de violência foram registrados em 73 municípios, incluindo quatro assassinatos, cinco ameaças de morte, 36 casos de restrição de circulação, um caso de tortura e um de sequestro.

Em maio, comunidades afrodescendentes relataram a ocorrência de confrontos armados em Istmina, Sipí, Nóvita, Medio San Juan e Litoral del San Juan, no departamento de Chocó, que provocaram deslocamentos forçados coletivos e o confinamento de várias comunidades negras. Em junho, atores armados não identificados mataram Jesusita Moreno e Rómulo Angulo López, integrantes do território coletivo afrodescendente Malaguita, em Bajo San Juan, no departamento de Chocó.

Até 1º de dezembro, o INDEPAZ informou que 91 massacres (ou seja, assassinatos de três ou mais pessoas ao mesmo tempo, no mesmo local e pelo mesmo suposto autor) resultaram na morte de 289 pessoas.

IMPUNIDADE

Em 18 de fevereiro, a JEP anunciou a abertura de novos processos sobre a responsabilidade de combatentes das FARC-EP por violência sexual, deslocamento forçado, desaparecimento forçado e outros crimes cometidos por funcionário e forças de segurança do Estado em coordenação com grupos paramilitares; além de crimes contra comunidades e territórios étnicos.

Até o fim do ano, a JEP havia acusado 79 ex-militares (inclusive oficiais), quatro civis e um ex-agente de inteligência por crimes contra a humanidade e crimes de guerra relacionados a execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados no Norte de Santander, na costa do Caribe e nos departamentos de Casanare e Antioquia. A JEP também acusou oito ex-comandantes graduados das FARC-EP de crimes contra a humanidade e crimes de guerra no contexto de uma política de sequestros e tomada de reféns, entre outros crimes.

Em setembro, ex-combatentes das FARC-EP assumiram a responsabilidade por homicídios, deslocamentos forçados, recrutamentos forçados e outros crimes contra civis no norte de Cauca.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

Em junho, o UNICEF declarou que o número de crianças que fizeram a travessia do Tampão de Darién, uma área de selva entre a Colômbia e o Panamá, chegou a mais de 5.000 desde o início de 2022, o dobro do número registrado no mesmo período de 2021.

As autoridades afirmaram que 2.477.000 venezuelanos viviam na Colômbia em julho, 96% dos quais haviam solicitado o Estatuto de Proteção Temporária.

A violência de gênero contra mulheres refugiadas da Venezuela persistiu, e as autoridades colombianas não asseguraram às mulheres venezuelanas o direito a uma vida sem violência e discriminação.

EQUADOR

República do Equador

Chefe de Estado e de governo: **Guillermo Alberto Santiago Lasso Mendoza**

Organizações relataram dezenas de violações dos direitos humanos durante os grandes protestos que aconteceram em junho por todo o país. As forças de segurança mataram um manifestante em Puyo. Pelo menos 146 pessoas privadas de liberdade foram mortas em meio a uma crise no sistema penitenciário. As autoridades não proporcionaram verdade, justiça e reparação às comunidades indígenas afetadas por derramamentos de petróleo. O aborto em casos de estupro foi descriminalizado.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Presidente Lasso, cujo índice de aprovação chegou a menos de 20% durante o ano, anunciou estado de emergência sete vezes em 2022, alegando, entre outras coisas, riscos à segurança por parte de grupos criminosos organizados e uma suposta violência no contexto das greves nacionais. Protestos em massa continuaram a ocorrer em todo o país no decorrer do ano.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

Organizações equatorianas relataram que a resposta das autoridades aos protestos dos povos indígenas sobre questões socioambientais, que começaram em junho, resultou em uma ampla gama de violações dos direitos humanos, que incluíam detenções arbitrárias, uso excessivo da força, criminalização e ataques a jornalistas e defensores dos direitos humanos. Pelo menos seis pessoas morreram no contexto dos protestos.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em janeiro, o Tribunal Constitucional decidiu a favor da comunidade indígena A'i Cofán de Sinango, confirmando que o Estado havia

violado os direitos da comunidade à consulta prévia, à natureza, à água, a um ambiente saudável, à cultura e ao território, ao outorgar 20 concessões de mineração sem seu consentimento e processar outras 32 que afetavam seu território. O Tribunal também reconheceu o direito dos A'í Cofán de organizar sua própria guarda para proteger suas terras e ordenou medidas de reparação integrais à comunidade.¹ Até o fim do ano, as autoridades não haviam cumprido a decisão.

Em 28 de janeiro, um oleoduto de propriedade da empresa privada OCP Equador se rompeu, derramando aproximadamente 1 milhão de litros de petróleo na bacia do rio Coca, na Amazônia, prejudicando os povos indígenas e seu meio ambiente. Até o fim do ano, os povos indígenas afetados por este derrame e por outro anterior, em abril de 2020, na Amazônia, ainda não haviam obtido a verdade, a justiça e a reparação.²

Em 14 de junho, as forças de segurança prenderam Leonidas Iza, presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), na província de Cotopaxi. Ele ficou detido, incommunicável, e foi acusado de "paralisar um serviço público" antes de ser libertado naquela noite. Organizações de direitos humanos consideraram sua detenção arbitrária e que o processo penal movido contra ele poderia constituir criminalização de protesto. O Relator Especial da ONU sobre a independência de magistrados e advogados declarou que o direito de Leonidas Iza à defesa também pode ter sido prejudicado.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Em 21 de junho, as forças de segurança que reprimiam uma manifestação em Puyo, capital da província de Pastaza, dispararam uma granada de gás lacrimogêneo diretamente e a curta distância contra B.G., um indígena Kichwa. Posteriormente, ele morreu devido aos ferimentos sofridos.³

Em junho, o Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU expressou preocupação com o uso da violência contra crianças pelas forças de segurança durante protestos. O

órgão criticou a autorização do uso de munições potencialmente letais, como bagos de metal, além do uso indiscriminado e desproporcional de gás lacrimogêneo.

Até o fim do ano, o Ministério Público não havia acusado ou processado os agentes da lei por violações dos direitos humanos cometidas durante os protestos de outubro de 2019 e junho de 2022.

Em novembro, o Tribunal Constitucional decidiu que a reforma constitucional proposta pelo Presidente Lasso para permitir que as forças armadas se envolvessem em operações conjuntas com a Polícia Nacional para combater o crime organizado, de forma permanente e complementar, deveria ser submetida à aprovação da Assembleia Nacional.

DIREITOS DOS DETENTOS

Em fevereiro, o Presidente Lasso emitiu o Decreto 355 concedendo indultos a 3.000 presidiários a fim de reduzir a superlotação, prometendo que mais 1.400 guardas seriam contratados e que US\$ 125 milhões seriam investidos no sistema prisional até 2025.

Em 9 de maio, 44 presos foram mortos e outros 10 ficaram feridos na penitenciária de Santo Domingo de los Tsáchilas, em meio a uma crise prolongada. Pelo menos 146 pessoas foram mortas nas prisões do Equador em 2022, de acordo com o Comitê Permanente de Defesa dos Direitos Humanos.⁴

DIREITOS DAS MULHERES

Em abril, o presidente sancionou um projeto de lei descriminalizando o aborto em casos de estupro. A lei contém condições restritivas, como permitir o aborto apenas até a 12ª semana de gravidez. Em julho, o Tribunal Constitucional alterou a lei para que não fosse mais exigida a permissão de responsáveis legais ou de terceiros para meninas e adolescentes vítimas de estupro que queiram ter acesso ao aborto.

As autoridades não garantiram acesso à justiça e serviços de proteção para mulheres refugiadas sobreviventes de violência de gênero, em particular para as venezuelanas.

Em setembro, foi encontrado o corpo da advogada María Belén Bernal. Vítima de feminicídio, ela desapareceu depois de ter ido à Escola Superior de Polícia na capital, Quito, no início daquele mês.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Até o fim do ano, as autoridades ainda não haviam planejado e implementado uma política nacional para proteger defensores dos direitos humanos em risco.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

O governo estava desde 2019 sem anunciar uma nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).

1. "Ecuador: Constitutional Court ruling to protect Indigenous peoples from mining projects affecting their human rights", 10 de fevereiro
2. Ecuador: Amazon at Risk: Submission to the 41st Session of the UPR Working Group, 5 de abril
3. "Ecuador: Evidence confirms that security forces killed Indigenous protester in Puyo", 24 de junho (Somente em espanhol)
4. "Ecuador: In light of new prison massacre, authorities must address structural causes", 10 de maio

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Estados Unidos da América

Chefe de Estado e de governo: **Joseph Biden**

Os Estados Unidos retomaram seu envolvimento com as instituições internacionais de direitos humanos quando, pela primeira vez desde 2014, o país se submeteu à revisão do Comitê CERD da ONU. Em suas observações finais, o Comitê mencionou a falta de progresso dos EUA com relação a diversas questões, como a prevalência dos crimes de ódio, a violência armada, o uso excessivo da força na aplicação da lei e a violência contra as mulheres. Os tribunais limitaram as proteções aos direitos humanos ao suprimir os direitos ao aborto e as regulamentações sobre armas, bem como ao impedir que o

governo interrompesse as exclusões de requerentes de asilo na fronteira dos EUA com o México.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em junho, a Suprema Corte dos Estados Unidos pôs fim às proteções federais ao direito ao aborto ao revogar a decisão do caso Roe v. Wade, revertendo quase 50 anos de jurisprudência. Muitos estados agiram imediatamente para implementar leis permanentes ou novas para proibir totalmente ou restringir severamente o acesso ao aborto. Posteriormente, pelo menos um estado prendeu e processou uma mulher que auxiliou na realização de um aborto autogerido.

Vários legislativos estaduais aprovaram leis para proteger o direito ao aborto e aumentar o acesso a esse serviço. Em julho e agosto, o Presidente Biden assinou ordens executivas que promovem ainda mais o acesso ao aborto medicamentoso e apoiam quem viaja a outros estados para ter acesso a serviços de aborto, além de outros mecanismos para promover os direitos reprodutivos. Em agosto, na primeira votação popular sobre o aborto desde a decisão da Suprema Corte dos EUA, os eleitores do Kansas rejeitaram de forma esmagadora uma emenda estadual para restringir o aborto. Nas as eleições de novembro, os eleitores da Califórnia, Michigan e Vermont aprovaram iniciativas eleitorais que ofereciam proteção ao aborto, enquanto os eleitores de Kentucky e Montana rejeitaram outras restrições ao aborto.

VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO

As mulheres indígenas continuaram a vivenciar níveis desproporcionalmente altos de estupro e violência sexual, sem ter acesso a atendimentos básicos após o ocorrido, ao mesmo tempo em que experimentaram altos índices de desaparecimento e homicídio. O número exato de mulheres indígenas vítimas de violência ou que desapareceram permaneceu desconhecido, pois o governo dos EUA não coletou dados ou não se

coordenou adequadamente com os governos tribais.

O Congresso aprovou e o Presidente Biden sancionou a Lei da Violência contra a Mulher (VAWA), que já havia prescrito e que é o principal mecanismo de financiamento para prevenir e responder à violência contra as mulheres. A VAWA inclui novas disposições que restabelecem a jurisdição penal limitada em certas circunstâncias sobre perpetradores não nativos de violência sexual contra mulheres nativas. Embora 96% das sobreviventes indígenas de violência sexual tenham sofrido essa violência por pelo menos um parceiro não indígena, a legislação atual dos EUA continua a restringir o processamento desses casos pelos governos tribais, efetivamente criando um sistema em que perpetradores não indígenas de violência sexual nunca são julgados.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

O governo Biden orientou agências governamentais a proteger famílias e crianças LGBTI contra ataques a sua assistência médica, a tratar dos efeitos das leis estaduais que prejudicam estudantes LGBTI e a coordenar uma iniciativa para reduzir os riscos da exposição à chamada "terapia de conversão". Além disso, o Departamento de Estado anunciou que portadores de passaporte estadunidense poderiam solicitar a auto-seleção de gênero sem precisar fornecer documentação médica. As pessoas interessadas podem agora escolher "X" como seu marcador de gênero. A Lei de Respeito ao Casamento foi promulgada em dezembro, proporcionando algumas proteções em nível federal para os casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Individualmente, certos estados continuaram a introduzir leis anti-LGBTI em níveis recordes. A Flórida aprovou um projeto de lei que proíbe qualquer instrução ou debate sobre orientação sexual ou identidade de gênero desde o jardim de infância até a terceira série, onde a maioria dos estudantes tem menos de 10 anos de idade. Além disso, os estados introduziram dezenas de projetos de lei para restringir o acesso a serviços de

saúde para a afirmação de gênero de jovens trans. O Arizona aprovou uma lei que proíbe as cirurgias de afirmação de gênero antes dos 18 anos de idade. A Suprema Corte do Texas permitiu que o estado investigasse o tratamento de afirmação de gênero para jovens trans como abuso de menores.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

Os Protocolos de Proteção ao Migrante (MPP) e o Título 42 do Código de Leis dos EUA continuaram a limitar drasticamente o acesso ao asilo na fronteira dos Estados Unidos com o México. O governo Biden tentou encerrar os dois programas, mas os tribunais federais ordenaram que eles prosseguissem por todo o ano de 2022. Esses programas resultaram em danos irreparáveis a dezenas de milhares de requerentes de asilo ao expulsá-los para o México ou para seus países de origem, onde corriam perigo. O Título 42 não previa acesso a asilo ou triagem por risco. De acordo com os Protocolos, os requerentes de asilo eram forçados a tramitar pelo sistema de asilo enquanto permaneciam no México.

As autoridades dos Estados Unidos submeteram requerentes de asilo haitianos a detenções arbitrárias e maus-tratos discriminatórios e humilhantes que configuravam tortura por motivos de raça e migração, baseados na discriminação sistêmica contra pessoas negras.¹

O governo dos Estados Unidos designou Status de Proteção Temporária para cidadãos camaroneses, etíopes, sudaneses do sul, sudaneses e ucranianos, o que os protege contra a remoção dos EUA. O governo implementou um programa piloto de patrocínio privado que permitia às comunidades reassentar diretamente pessoas refugiadas através do Programa de Admissão de Refugiados dos EUA.

O Congresso não aprovou a Lei de Ajuste do Afeganistão, deixando os evacuados afegãos em situação precária uma vez que foram admitidos apenas com vistos temporários conferidos por motivos humanitários.

As autoridades continuaram aplicando um sistema de detenção arbitrária e em massa de imigrantes, com financiamento para deter 34.000 pessoas por dia em 2022. A indústria multibilionária que se utiliza de prisões privadas para deter pessoas em busca de segurança seguiu operando, enquanto o uso de alternativas de detenção baseadas em vigilância, como o monitoramento eletrônico, foi utilizado em quase 285.000 famílias e indivíduos.

LIBERDADE DE REUNIÃO

Mais de 75 manifestantes foram presos em conexão com os protestos ocorridos após a morte de Jayland Walker, um homem negro que, em junho, foi morto com 46 tiros pela polícia de Akron, em Ohio. Organizadores da própria comunidade e ativistas coordenaram os protestos e realizaram eventos exigindo que a polícia prestasse contas sobre o episódio. As autoridades locais decretaram um toque de recolher para a área central de Akron, que permaneceu em vigor por duas semanas após a morte de Jayland Walker.

Parlamentares do Congresso e de ao menos 11 estados introduziram pelo menos 16 projetos de lei limitando a liberdade de reunião, com dois estados transformando esses projetos em lei em 2022. As restrições legais propostas à liberdade de reunião incluíam a criação de um novo delito federal por bloquear uma rodovia interestadual durante um protesto e, no nível estadual, a adoção de penas mais duras para os atos de desobediência civil relacionados a projetos de infraestrutura, como oleodutos, para a obstrução de estradas e para o desfiguramento de monumentos ou bens públicos.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Pelo menos 1.093 pessoas foram mortas pela polícia com armas de fogo em 2022. Os limitados dados públicos disponíveis sugeriam que pessoas negras são desproporcionalmente afetadas pelo uso de força letal pela polícia.

O Departamento de Justiça dos EUA não conseguiu documentar com precisão o

número de pessoas que morreram sob custódia, conforme exigido pela Lei de Registro de Mortes em Custódia de 2013, anunciando que, no ano fiscal de 2021, havia subestimado o número de mortes em penitenciárias, em cadeias e no ato de prisão em 990 pessoas.

O Senado dos EUA não adotou a Lei George Floyd de Justiça no Policiamento, que havia sido aprovada pela Câmara em 2021. O projeto de lei tratava de uma ampla gama de políticas e questões relativas a práticas de policiamento e prestação de contas dos agentes da lei, que foram demandadas nos protestos generalizados de 2020.

Após sua revisão dos EUA, o Comitê CERD manifestou preocupação com o uso de força excessiva ou mortal por agentes da lei contra minorias raciais e étnicas, e com a constante impunidade para os abusos cometidos por policiais. O Comitê recomendou uma revisão das leis federais e estaduais que regulamentam o uso de força letal, para assegurar que estejam alinhadas com as leis e normas internacionais, bem como para criar ou fortalecer órgãos de supervisão independentes que garantam a prestação de contas.

PENA DE MORTE

Embora projetos de lei abolicionistas tenham sido apresentados em vários estados e no âmbito federal durante o ano legislativo de 2021-2022, nenhum projeto foi aprovado em qualquer dessas jurisdições. No entanto, o governador da Califórnia sancionou a Lei de Justiça Racial para Todos, que aplica retroativamente a Lei de Justiça Racial de 2020, a qual permite que uma pessoa acusada ou condenada por um crime apresente uma contestação por preconceito racial em seu caso. Essa lei poderia atenuar a situação de algumas das 682 pessoas que estavam no corredor da morte da Califórnia em 2022.

Em julho, a Corte de Apelações Criminais de Oklahoma marcou datas de execução para 25 das 43 pessoas condenadas à morte no estado, agendando quase uma execução por mês de agosto de 2022 a dezembro de

2024. Caso esse roteiro se cumpra, Oklahoma terá executado 58% das pessoas condenadas à pena capital no estado. O Alabama e a Carolina do Sul continuaram a tentar restabelecer métodos de execução que seriam considerados cruéis segundo as normas internacionais, como câmaras de gás ou pelotões de fuzilamento, respectivamente.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Trinta e cinco homens muçulmanos permaneceram detidos de modo arbitrário e indefinido no centro de detenção na Base Naval que os EUA mantêm na Baía de Guantánamo, em Cuba, em violação ao direito internacional. O governo Biden fez poucos progressos com relação ao fechamento da instalação, apesar de sua intenção de fechá-la.

Em 2022, nove detentos mantidos em Guantánamo foram aprovados para transferência pelo Conselho de Revisão Periódica, elevando para 20 o número de detentos que permaneciam nas instalações, sem terem sido acusados, depois de serem liberados para transferência, alguns por mais de uma década. Outro detento que havia se declarado culpado das acusações contra ele e que cumprira sua pena também permaneceu detido. Três detentos foram transferidos das instalações em 2022. Os demais não tiveram acesso a tratamento médico adequado, e os que sobreviveram à tortura e outros maus-tratos por agentes dos EUA não tiveram acesso a serviços de reabilitação adequados.

Dez deles continuaram a enfrentar acusações no sistema de comissões militares, em violação ao direito internacional e às normas relativas a julgamentos justos, e poderiam ser submetidos à pena de morte se condenados. O uso da pena capital nesses casos, após processos que não cumpriram as normas internacionais, constituiria privação arbitrária da vida.

Os julgamentos dos acusados de crimes relacionados aos ataques de 11 de setembro de 2001 permaneciam parados, após repetidas suspensões nos últimos anos. Os promotores das comissões militares tentaram

negociar acordos de confissão de culpa com alguns dos acusados.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Mais de uma década depois de dezenas de indivíduos terem sido mantidos em um sistema de detenção secreto operado pela Agência Central de Inteligência (CIA) – autorizado de 2001 a 2009 – ninguém havia sido levado à justiça para responder pelos crimes de direito internacional e pelas violações sistemáticas de direitos humanos cometidas por meio desse programa, como desaparecimentos forçados, tortura e outros maus-tratos. O relatório do Comitê de Inteligência do Senado sobre a tortura praticada pela CIA permaneceu confidencial, anos depois de as limitadas investigações conduzidas sobre esses crimes terem sido encerradas sem que ninguém fosse acusado.

DIREITO À VIDA E À SEGURANÇA PESSOAL

A violência armada continuou generalizada em todo o país e as autoridades divulgaram números mostrando que quase 49.000 pessoas foram mortas em 2021, com base nas primeiras estimativas oficiais, dando continuidade ao aumento acentuado de mortes por armas de fogo verificado durante a pandemia de Covid-19. Pela primeira vez nos 40 anos em que esses dados vêm sendo coletados, a violência armada tornou-se a principal causa de morte entre crianças e adolescentes.

O crescimento da aquisição e da posse não regulamentada de armas de fogo combinado com o aumento do extremismo político, da xenofobia e do racismo ocasionou uma série de massacres. Em maio, um jovem de 18 anos atacou uma mercearia de um bairro negro em Buffalo, Nova York, matando 10 pessoas. Semanas depois, outro jovem de 18 anos matou 21 pessoas em uma escola primária em Uvalde, Texas; 19 das vítimas eram crianças. Em julho, um homem de 21 anos abriu fogo contra uma multidão que comemorava o Dia da Independência em Highland Park, Illinois, matando sete pessoas.

Em junho, a Suprema Corte dos EUA emitiu um parecer em seu primeiro caso sobre o direito a armas em mais de uma década. A Corte decidiu pela inconstitucionalidade de uma lei centenária de Nova York que exige licença para portar armas escondidas em público, bem como de leis similares em sete outros estados populosos.

O Congresso aprovou a primeira lei que regulamenta os elementos para aquisição, posse e uso de armas de fogo em quase 30 anos. A Lei Bipartidária para Comunidades Mais Seguras inclui disposições sobre o financiamento de ordens de proteção para intervenção estatal em situações de crise e programas comunitários de intervenção sobre a violência armada, além de proteções para vítimas de violência doméstica e um processo de revisão aprimorado para compradores de armas com menos de 21 anos de idade. Também estabelece como crimes federais o tráfico de armas e a compra de arma de fogo em nome de alguém que não possa legalmente fazê-lo ou para alguém que não queira seu nome associado à compra. Embora essa lei represente um avanço, não melhorou as salvaguardas básicas cruciais para armas de fogo, como a verificação universal de antecedentes em todas as compras de armas de fogo ou a proibição de armas de assalto e de carregadores com grande capacidade de munição, entre outros.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

O governo dos EUA continuou a usar força letal em países ao redor do mundo, inclusive com drones armados. Também continuou a sonegar informações sobre as normas e critérios legais e políticos aplicados pelas forças estadunidenses no uso de força letal. As autoridades tampouco proporcionaram justiça, verdade e reparação pelos assassinatos de civis cometidos no passado.

O governo Biden deu início a uma revisão das políticas de força letal e, em setembro, lançou um novo Plano de Ação e Resposta para Mitigação de Danos Civis, que estabeleceu um plano para o Departamento de Defesa desenvolver práticas e

procedimentos para melhor proteger os civis e aprimorar as investigações sobre danos civis no futuro. Porém, ainda falta desenvolver os detalhes dessa nova política, que não se aplicará aos ataques letais conduzidos pela CIA.

Os EUA não trataram de muitos casos anteriores de danos a civis e continuaram a negar episódios bem documentados de mortes, ferimentos e outros danos a civis, apesar das fortes evidências apresentadas por ONGs.

A fim de melhorar as políticas de proteção civil dos EUA, em novembro, em Dublin, na Irlanda, os EUA endossaram a Declaração Internacional sobre a Proteção de Civis contra o Uso de Armas Explosivas em Áreas Povoadas.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Em 2022, o Congresso aprovou apenas US\$ 1 bilhão para o financiamento internacional climático, muito abaixo do nível de capacidade e responsabilidade do país, bem como da promessa que o Presidente Biden fez em 2021 de fornecer US\$ 11,4 bilhões por ano até 2024.

A Lei de Redução da Inflação de 2022 foi promulgada em agosto com foco simultâneo na energia verde e na indústria de combustíveis fósseis, o primeiro pacote de legislação sobre mudança climática na história dos EUA. Embora a lei tenha implementado o compromisso de cumprir as metas da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) dos EUA para redução das emissões até 2030, essas metas não satisfazem os requisitos de que os aumentos de temperatura se mantenham em 1,5 graus, nem o nível de responsabilidade dos EUA pela crise climática e sua capacidade de enfrentá-la. A lei também restabeleceu antigos leilões para arrendamento de petróleo e gás em terras federais e no Golfo do México, que o governo Biden havia tentado cancelar, e forçou o governo a realizar vários novos leilões, que começaram em setembro.

Em julho, chuvas constantes causaram inundações repentinas em todo o leste do Kentucky, uma região onde prevalece a mineração a céu aberto e com a remoção do topo das montanhas, matando pelo menos 44 pessoas e deixando milhares desabrigadas. O país teve sua mais ativa temporada de incêndios florestais em mais de 10 anos, sobretudo nos estados do oeste, alimentada pelo calor extremo e pela seca persistente causada pela mudança climática. Em setembro, o furacão Ian causou grandes estragos no sudoeste da Flórida, uma região propensa a inundações que se desenvolveu com base na remoção de manguezais e no aterramento de áreas pantanosas, deixando pelo menos 144 pessoas mortas somente na Flórida.

DIREITO À ÁGUA E AO SANEAMENTO

Em agosto, Jackson, no estado de Mississippi, uma cidade de população predominantemente negra, sofreu inundações que danificaram as instalações de tratamento de água da cidade, deixando quase 150.000 habitantes sem água potável ou água adequada para saneamento. Historicamente, a cidade não recebe financiamento suficiente do Estado para resolver os problemas de décadas com o fornecimento de água potável para os moradores.

1. EUA: "Não nos trataram como pessoas: Tortura e outros maus-tratos relacionados a raça e migração contra pessoas que buscam segurança nos EUA, 22 de setembro

HAITI

Chefe de Estado e de governo: **Ariel Henry**

Cerca de 4,5 milhões de haitianos não tinham o suficiente para comer, enquanto os preços dos combustíveis subiam e a violência das gangues desalojava milhares de pessoas. A impunidade para massacres, sequestros e violência sexual permaneceu arraigada. Os haitianos continuaram a fugir para países da América Latina e para os

EUA em busca de segurança, mas receberam acesso limitado à proteção internacional e enfrentaram discriminação contra os negros que, em alguns casos, correspondeu à tortura baseada na raça.

INFORMAÇÕES GERAIS

A violência das gangues causou insegurança generalizada, gerou uma crise de sequestros e deixou milhares de pessoas deslocadas dentro do país.

Em setembro, a ONU determinou a retirada de funcionários não essenciais do Haiti.

Em outubro, após denúncias de que as gangues estavam bloqueando o acesso a combustíveis, o Conselho de Segurança da ONU aprovou sanções contra os líderes de gangues, como congelamento de bens, proibição de viagens e embargo de armas para quem estivesse apoiando ou participando de atividades criminosas e violência.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Ao longo do ano, milhares de pessoas protestaram contra a escassez de alimentos e de combustível, com uma escalada dos protestos a partir de setembro, depois que o primeiro-ministro anunciou um aumento no preço dos combustíveis.

Em setembro, 4,5 milhões de pessoas, mais de 40% da população, estavam passando fome em grau emergencial ou de crise, segundo o Programa Alimentar Mundial.

No final de outubro, após vários anos sem casos relatados, 1.700 casos de suspeita de cólera, doença que matou muitos milhares de haitianos após o terremoto de 2010, foram detectados, a metade entre crianças, segundo o UNICEF.

IMPUNIDADE E VIOLÊNCIA

A impunidade para massacres, sequestros e violência sexual permaneceu crônica.

De janeiro até o fim de junho, o escritório de direitos humanos da ONU, ACNUDH, documentou 934 homicídios, 684 feridos e 680 sequestros na capital, Porto Príncipe. Em julho, em apenas cinco dias, pelo menos

234 pessoas foram mortas ou feridas em atos de violência de gangues na área de Cité Soleil, nessa cidade, ainda segundo o ACNUDH.

No final de abril, uma disputa territorial entre gangues deixou 188 pessoas mortas em Porto Príncipe. Segundo o ACNUDH, a batalha envolveu formas extremas de violência, como "decapitações, desmembramentos e queima de corpos, [e] assassinato de menores acusados de serem informantes de gangues rivais", bem como o uso de violência sexual, inclusive estupro coletivo de crianças de até 10 anos de idade, para "terrorizar e castigar as pessoas que vivem em áreas controladas por gangues rivais".

Defensores dos direitos humanos e jornalistas também continuavam em risco. No início de setembro, dois jornalistas que cobriam os eventos em Cité Soleil foram mortos e tiveram seus corpos queimados, segundo o Comitê para Proteção de Jornalistas.

Em outubro, o ACNUDH publicou um relatório sobre o uso de estupro e outras formas de violência sexual como arma pelas gangues, a fim de instilar o medo e expandir sua área de influência. O relatório concluiu que: "Mulheres, meninas, meninos e homens foram afetados. As pessoas LGBTI+, tradicionalmente marginalizadas e rejeitadas dentro da sociedade haitiana, também têm sido particularmente visadas".

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

Como a situação humanitária e dos direitos humanos continuou a piorar rapidamente, os requerentes de asilo haitianos recorreram a barcos para fugir da ilha, levando muitos a se afogarem no mar.

Entre setembro de 2021 e maio de 2022, os EUA expulsaram mais de 25.000 haitianos, fazendo uso significativo do Título 42, uma ordem que permite que as autoridades expulsem sumariamente migrantes e requerentes de asilo para seu país de origem ou país de trânsito mais recente, em violação ao direito nacional e internacional.

As autoridades dos EUA submeteram os requerentes de asilo haitianos a detenções arbitrárias e maus-tratos discriminatórios e humilhantes, que configuravam tortura por motivos de raça.¹

Os maus-tratos sofridos pelos haitianos nas unidades de detenção dos EUA incluíam a falta de acesso suficiente a alimentos, assistência médica, informações, intérpretes e advogados. Os requerentes de asilo haitianos também contaram que foram devolvidos ao Haiti de avião, algemados e agrilhoados, o que lhes causou dor e sofrimento psicológico severos pela associação dessas práticas à escravidão e à criminalidade, em violação ao direito internacional dos direitos humanos que proíbe de forma absoluta a tortura e outros maus-tratos.

-
1. USA: "They Did Not Treat Us Like People": Race and Migration-related Torture and Other Ill-treatment of Haitians Seeking Safety in the USA, 22 de setembro

HONDURAS

República de Honduras

Chefe de Estado e de governo: **Xiomara Castro**
(substituiu Juan Orlando Hernández em janeiro)

Os defensores dos direitos humanos enfrentaram níveis elevados de violência. As autoridades não destinaram recursos suficientes para a saúde pública. A extração ilegal de madeira continuou a ameaçar o meio ambiente. As autoridades não levaram à Justiça os membros das forças de segurança suspeitos de responsabilidade criminal pelo uso excessivo da força contra manifestantes em 2017.

INFORMAÇÕES GERAIS

Milhares de pessoas deixaram o país devido à violência, à impunidade, à mudança climática, à pobreza e à desigualdade. Em abril, o ex-presidente Juan Orlando Hernández foi extraditado para os EUA acusado de tráfico de drogas.

O Congresso derogou a lei sobre Zonas de Emprego e Desenvolvimento Econômico (ZEDE), que havia motivado preocupações sobre possíveis riscos aos direitos humanos nessas zonas.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Os defensores dos direitos humanos enfrentaram um grau elevado de violência, e a maioria dos ataques que sofreram permaneceu impune.

Em junho, um tribunal sentenciou David Castillo a 22 anos de prisão por sua participação no assassinato da ativista ambiental e líder indígena do povo Lenca Berta Cáceres em 2016. Porém, não houve qualquer avanço no sentido de levar à justiça quem planejou o assassinato.

Após uma decisão do Supremo Tribunal citando violações do direito ao devido processo legal, oito defensores implicados no caso do Rio Guapinol foram libertados em fevereiro.¹ Eles haviam passado mais de dois anos detidos arbitrariamente. Em uma decisão separada, este tribunal anulou um processo criminal igualmente infundado contra outros cinco defensores de Guapinol.

Os membros da Organização Fraternal Negra de Honduras (OFRANEH) e sua coordenadora, Miriam Miranda, relataram que foram alvo de agressões e vários novos processos criminais infundados durante o ano.

Até o fim do ano, Honduras não havia assinado o Acordo de Escazú.

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Houve preocupação com a não garantia do consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas para a implementação de projetos propostos em conformidade com a iniciativa de Aplicação da Legislação Florestal, Governança e Comércio da UE visando tratar do grave problema de extração ilegal de madeira no país.

LIBERDADE DE REUNIÃO E IMPUNIDADE

Nenhum membro das forças de segurança que usou força excessiva contra os

manifestantes durante a repressão de 2017 foi levado à Justiça em 2022.

Em fevereiro, o Congresso aprovou uma lei que prevê uma ampla anistia, incluindo as pessoas criminalizadas por participar de protestos desde o golpe de 2009 e por defender territórios e o meio ambiente. No entanto, temia-se que a anistia também incluísse pessoas acusadas de corrupção.

DIREITO À SAÚDE

Os serviços de saúde continuaram sob grande pressão. Honduras ainda investia em saúde pública muito menos do que os 6% do PIB recomendados pela OMS.²

O aborto continuou proibido em todas as circunstâncias. Em dezembro, as autoridades autorizaram o uso de contracepção de emergência para sobreviventes de violência sexual.

DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA SEXUAL E DE GÊNERO

O casamento entre pessoas do mesmo sexo não era permitido por lei, e os níveis de violência contra pessoas LGBTI continuaram altos.

Em maio, em consonância com uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 2021, as autoridades reconheceram sua responsabilidade pelas violações dos direitos humanos da profissional do sexo e defensora dos direitos trans Vicky Hernández, que foi morta em 2009.

-
1. "Honduras: Further information: Prisoners of conscience released", 10 de março
 2. Americas: Unequal and Lethal, 27 de abril (Somente espanhol)

ÍNDIA

República da Índia

Chefe de Estado: Droupadi Murmu (substituiu Ram Nath Kovind em julho)

Chefe de governo: Narendra Modi

Leis e políticas aprovadas sem consulta pública e legislativa adequadas

prejudicaram os direitos de defensores dos direitos humanos e minorias religiosas. O governo reprimiu de forma seletiva e cruel as minorias religiosas, e a defesa explícita do ódio por parte de líderes políticos e funcionários públicos contra essas minorias era comum e praticada com impunidade. Demolições punitivas de casas e empresas de famílias muçulmanas foram realizadas impunemente. Manifestantes pacíficos que defendiam os direitos das minorias foram apresentados e tratados como uma ameaça à ordem pública. Leis repressivas, como a legislação antiterrorista, foram utilizadas de forma desenfreada para silenciar as divergências. As autoridades intimidaram os defensores dos direitos humanos usando tecnologias digitais, inclusive com vigilância ilegal. Adivasis e comunidades marginalizadas, como os dalits, continuaram a enfrentar violência e uma discriminação arraigada.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO

Em 11 de maio, com uma medida bem-vinda, a Suprema Corte suspendeu a aplicação da Seção 124A do Código Penal, uma disposição de 152 anos que penaliza a sedição, até que o governo a reexamine.

Seguindo um padrão recorrente de assédio e intimidação, foram impostas restrições ilegais e politicamente motivadas a organizações da sociedade civil e a defensores dos direitos humanos, entre os quais estavam ativistas, jornalistas, estudantes e acadêmicos.

No dia 14 de julho, a Câmara dos Deputados proibiu que várias palavras de uso comum fossem proferidas durante os debates parlamentares, incluindo, entre outras, "corrupto", "assédio sexual", "criminoso", "artifício", "incompetente" e "hipocrisia". A proibição foi uma tentativa de policiar os discursos dos parlamentares de oposição.

Em 7 de setembro, o Departamento de Imposto de Renda realizou ações coordenadas de busca e apreensão – apresentadas como "pesquisas" – nos

escritórios de ONGs como a Oxfam, a Independent and Public-Spirited Media Foundation e o Centre for Policy Research, por supostas infrações da Lei (de Regulamentação) da Contribuição Estrangeira.

Em 27 e 28 de setembro, foram realizadas sucessivas diligências policiais na ONG Frente Popular da Índia (PFI) e em suas afiliadas por todo o país. Mais de 300 líderes e membros seniores da PFI foram presos. Posteriormente, o Ministério do Interior declarou a PFI uma "associação ilegal" segundo a Lei de Prevenção de (Atividades) Ilegais, uma lei antiterrorismo, por seu suposto envolvimento no "financiamento de terrorismo e de atividades terroristas", apesar de não haver qualquer acusação ou julgamento relativos às pessoas presas.

Em 27 de julho, a Suprema Corte manteve as disposições da Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (2002) relativas aos poderes de prisão, confisco de bens e busca e apreensão conferidos à Diretoria de Execução, principal órgão da Índia para a investigação de crimes financeiros. Esses poderes têm sido repetidamente abusados para reprimir a sociedade civil e restringir as divergências.

Ao longo do ano, as autoridades se valeram rotineiramente da proibição de viagens internacionais para abafar as vozes independentes, como a do ativista de direitos humanos e ex-chefe da Anistia Internacional da Índia, Aakar Patel, da jornalista Rana Ayyub e de pelo menos dois jornalistas da Caxemira que estavam programados para falar no exterior sobre a situação dos direitos humanos na Índia.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

O governo reprimiu os críticos recorrendo a prisões arbitrárias, inclusive sem seguir o devido processo legal e se baseando em leis draconianas e repressivas.

Em 25 de abril, Jignesh Mevani, um integrante dalit independente da Assembleia Legislativa de Gujarat, foi preso novamente logo depois de um tribunal do estado de

Assam ter-lhe concedido liberdade condicional. Sua primeira prisão ocorreu depois de uma postagem no Twitter em que ele apelava ao primeiro-ministro Narendra Modi para que mantivesse a paz no estado de Gujarat, que vivia um período de violência religiosa.

Em 25 de junho, a conhecida defensora dos direitos humanos Teesta Setalvad e os ex-policiais Sanjeev Bhatt e RB Sreekumar foram presos e detidos pelas autoridades por acusações de falsificação e manipulação de provas. As acusações pareciam ser uma represália por seu trabalho com as vítimas dos distúrbios de Gujarat em 2002.

Em 28 de junho, Mohammed Zubair, co-fundador do site independente de verificação de fatos ALT News, foi preso pela polícia na capital, Nova Deli, por supostamente "ferir sentimentos religiosos" e "promover a inimizade" no Twitter, por denunciar a discriminação contra minorias e criticar o aumento da censura.

Em 10 de junho, a polícia deteve o ativista de direitos humanos Javed Mohammed, sua esposa e sua filha, junto com muitos outros, por supostamente serem os "principais conspiradores" da violência comunitária que irrompeu em Prayagraj, no estado de Uttar Pradesh.

DETENÇÃO PROLONGADA

Onze ativistas de direitos humanos continuaram detidos sem julgamento no estado de Maharashtra com base na Lei de Prevenção de Atividades Ilegais. Eram os acadêmicos Shoma Sen e Hany Babu; o ativista dos direitos tribais Mahesh Raut; o poeta Sudhir Dhawale; o advogado Surendra Gadling; os ativistas dos direitos civis Rona Wilson, Arun Ferreira e Vernon Gonsalves; e três membros do grupo cultural Kabir Kala Manch – Ramesh Gaichor, Jyoti Jagtap e Sagar Gorkhe. Eles foram presos entre 2018 e 2020 pela Agência Nacional de Investigação, o principal órgão antiterrorista da Índia, por seu suposto envolvimento em atos de violência durante as celebrações de Bhima Koregaon, próximo à cidade de Pune em 2018.

Pelo menos oito estudantes, vereadores e ativistas de direitos humanos muçulmanos continuaram detidos sem julgamento, com base na Lei de Prevenção de Atividades Ilegais, por supostamente terem orquestrado a violência religiosa em Deli, em fevereiro de 2020, que matou pelo menos 53 pessoas, na maioria muçulmanas.

O jornalista Siddique Kappan e outros três permaneceram detidos com base em leis de sedição e na Lei de Prevenção de Atividades Ilegais. No momento de sua prisão em outubro de 2020, Siddique Kappan estava a caminho do Distrito de Hathras, em Uttar Pradesh, para denunciar o estupro e o assassinato de uma jovem dalit.

ATAQUES E MORTES ILEGAIS

Entre abril e junho, a violência comunitária eclodiu em Gujarat, Madhya Pradesh, Jharkhand, Deli, Rajastão e Bengala Ocidental durante os festivais de Ram Navami e Ramzan. Logo após a violência, vários líderes políticos e funcionários públicos de Madhya Pradesh fizeram declarações ameaçando demolir as propriedades dos manifestantes. Entre essas autoridades estavam o vice-inspetor-geral da Polícia de Khargone, o comissário de Polícia e o ministro do Interior de Madhya Pradesh. Este último foi citado como tendo dito que:

"Quaisquer que sejam as casas envolvidas em atirar pedras, vamos nos certificar de que elas mesmas sejam transformadas em montes de pedras". Essas declarações foram seguidas da demolição ilegal, por parte das autoridades, de propriedades privadas de pessoas suspeitas de participação nos tumultos, segundo consta, sem aviso prévio ou outras exigências do devido processo legal, em Madhya Pradesh, Gujarat, Delhi e Uttar Pradesh. A maioria das propriedades demolidas pertencia a famílias muçulmanas economicamente desfavorecidas.

Em 10 de junho, os meios de comunicação noticiaram um incidente no qual a polícia usou cassetetes contra manifestantes, atirou pedras e disparou contra transeuntes durante protestos ocorridos em Ranchi, no estado de Jharkhand. Um transeunte foi

baleado seis vezes pela polícia quando voltava do mercado. Dois manifestantes, incluindo um adolescente de 15 anos, foram mortos pela polícia com tiros na cabeça.

LIBERDADE DE REUNIÃO

RESTRICÇÕES DO DIREITO DE PROTESTAR

As autoridades impuseram novas restrições à liberdade de expressão e de reunião pacífica. Em 3 de março, o Tribunal Superior de Karnataka confirmou um decreto estadual que restringia todos os protestos a uma área designada da capital do estado, Bengaluru.

Em 26 de setembro, a polícia estadual de Gujarat deteve o ativista de direitos humanos Sandeep Pandey junto com outras sete pessoas que iriam participar de uma marcha exigindo um pedido de desculpas público à sobrevivente de estupro coletivo Bilkis Bano. Os condenados pelo estupro de Bilkis Bano haviam sido libertados da prisão pelo governo de Gujarat.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

A polícia usou força ilegal e cometeu outras violações dos direitos humanos, como o abuso de leis com a intenção de intimidar pessoas e silenciar as divergências.

Em 10 de junho, em um vídeo divulgado por vários veículos de comunicação, policiais agrediam repetidamente com um bastão manifestantes detidos em Saharanpur, Uttar Pradesh. Um manifestante queixou-se de ter o braço fraturado. Em vez de criticar o uso da força, ex-policiais e políticos do partido governista Bharatiya Janata comemoram o episódio nas redes sociais.

Em 4 de outubro, a polícia do estado de Gujarat amarrou nove homens a um poste na cidade de Kheda, por supostamente atirarem pedras na celebração de um festival hindu, e os espancou publicamente com *lathis* (bastões) enquanto os espectadores aplaudiam.

LIBERDADE DE RELIGIÃO

Leis penais foram usadas de forma desproporcional contra minorias religiosas, principalmente os muçulmanos. A polícia prendia rotineiramente pessoas muçulmanas por supostamente "promover inimizade entre

grupos" e "ultrajar sentimentos religiosos" por atos que incluíam oferecer *namaz* (orações), realizar transações comerciais legítimas, casar-se consensualmente com mulheres hindus e comer carne bovina.

Em maio, julho e agosto, dezenas de muçulmanos foram processados criminalmente ou sofreram sanções administrativas por fazerem suas orações em espaços públicos e casas particulares.

Nos estados de Haryana, Uttar Pradesh, Madhya Pradesh, Kerala e Gujarat, alguns grupos hindus conclamaram publicamente ao boicote econômico de empresas muçulmanas. Em 23 de março, o ministro do Direito, Assuntos Parlamentares e Legislação do estado de Karnataka afirmou que pessoas não hindus não podem se envolver em nenhum tipo de comércio próximo a templos e instituições hindus. Em Karnataka, também foram feitas convocatórias para boicotar açougues de propriedade de muçulmanos durante o festival hindu de Dussehra. Em 4 de abril, o prefeito do Distrito Sul de Deli ordenou o fechamento de todas as casas de carnes, em sua maioria pertencentes a muçulmanos, durante o festival hindu de Navratri.

O incitamento explícito à violência contra os muçulmanos, inclusive ao estupro e assassinato de mulheres muçulmanas, foi feito impunemente por sacerdotes hindus em Uttar Pradesh e Deli.

Em 17 de maio, o governo do estado de Karnataka aprovou uma lei, sem consulta pública ou legislativa, criminalizando casamentos em que parentes ou colegas aleguem que houve conversão religiosa forçada da suposta vítima. A lei previa punições de até 10 anos de prisão para essas conversões. Em 11 de novembro, cinco pessoas foram presas em Karnataka por denúncias de conversão forçada. Em Uttar Pradesh, onde uma lei semelhante foi aprovada em 2021, ocorreram ataques e violências contra cristãos, por alegações de conversão forçada.

DISCRIMINAÇÃO

CRIMES DE ÓDIO MOTIVADOS POR CASTA

Crimes de ódio, incluindo a violência contra dalits e adivasis, foram cometidos com impunidade. Mais de 50.000 prováveis crimes contra membros de castas reconhecidas e mais de 9.000 crimes contra pessoas adivasi foram relatados em 2021. Mais de três quartos da população carcerária da Índia estava em prisão provisória, com dalits, adivasis e membros de outros grupos desfavorecidos representados de forma desproporcional.

Ao longo do ano, reportagens na imprensa demonstraram que a comunidade dalit, até mesmo crianças, enfrentou cada vez mais opressão e violência de membros de castas dominantes, inclusive com pessoas sendo mortas por exercer seus direitos básicos, como beber água potável em um poço comum.

Apesar da proibição formal da limpeza manual de latrinas, pelo menos 19 pessoas que faziam saneamento morreram sufocadas após serem forçadas a limpar esgotos e fossas sépticas por empresas privadas, líderes políticos e pela polícia. Quase três quartos dos trabalhadores do saneamento em toda a Índia pertenciam às castas reconhecidas.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em 28 de junho, o Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudança Climática aprovou Regras de Conservação Florestal permitindo que empresas privadas derrubem florestas sem obter o consentimento livre, prévio e informado dos habitantes das florestas, incluindo os povos Adivasi, que se autoidentificam como indígenas.

Em 17 de julho, o jornalista independente Rupesh Kumar Singh foi detido arbitrariamente pela polícia de Jharkhand em retaliação por suas extensas reportagens sobre os direitos dos povos Adivasi no distrito de Giridih, no estado de Jharkhand.

Mais de 60 moradores das florestas, defensores dos direitos humanos ambientais e pessoas adivasi foram presos durante o ano por protestarem contra um projeto

siderúrgico da Jindal Steel Works no vilarejo de Dhinkia, estado de Odisha, que foi aprovado pelo governo com base em uma avaliação de impacto ambiental fraudada.

JAMMU E CAXEMIRA

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Vários jornalistas da Caxemira foram presos, entre eles, Fahad Shah, Aasif Sultan e Sajad Gul. Depois de colocados em liberdade provisória pelos tribunais locais, quase que imediatamente eles foram presos mais uma vez com base na Lei de Prevenção de Atividades Ilegais. Em um contexto de contínua repressão à liberdade de expressão e de circulação, os jornalistas Aakash Hassan e Sanna Irshad Mattoo foram impedidos de viajar ao exterior pelas autoridades de imigração sem uma ordem judicial, mandado ou mesmo uma explicação por escrito. O defensor dos direitos humanos Khurram Parvez permanecia detido com base na Lei de Prevenção de Atividades Ilegais, sem julgamento, desde novembro de 2021.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

Segundo dados oficiais, entre abril de 2020 e março de 2022, Jammu e Caxemira foi o local com a maior proporção de mortes envolvendo a polícia na Índia. Matérias na imprensa indicavam que pelo menos 19 civis foram mortos por grupos armados em 2022, sete dos quais pertencentes à comunidade de minoria hindu da região.

DIREITO À PRIVACIDADE

Em 6 de abril, o Parlamento aprovou a Lei de (Identificação no) Processo Penal (2022), que permite aos policiais coletar assinaturas, amostras de caligrafia e amostras biológicas, como sangue, sêmen, cabelos, secreções e análises de DNA de todas as pessoas condenadas e presas, inclusive em detenção administrativa. De acordo com a Lei, essas amostras podem ser armazenadas por até 75 anos em um banco de dados centralizado, sem que exista atualmente qualquer esquema de proteção de dados.

Em 25 de agosto, a Suprema Corte se recusou a tornar público um relatório investigativo que havia encomendado sobre

denúncias de vigilância ilegal de dispositivos móveis de jornalistas, políticos, cientistas e ativistas de direitos humanos por autoridades governamentais utilizando o programa espião Pegasus.

DIREITOS DAS MULHERES

A violência sexual e doméstica continuou sendo praticada com a impunidade dos perpetradores.

O governo do estado de Karnataka proibiu que mulheres e meninas usassem lenços de cabeça (*hijab*) nas escolas públicas. Em março, a proibição foi mantida pelo Tribunal Superior de Karnataka. Em outubro, a Suprema Corte proferiu um veredicto dividido e encaminhou o caso a um painel maior de juízes. Enquanto isso, a proibição permaneceu em vigor, resultando em assédio constante a mulheres e meninas muçulmanas.

Houve algum progresso com relação aos direitos das mulheres. Em 26 de maio, a Suprema Corte confirmou o direito das profissionais do sexo e seus filhos de viver com dignidade e ordenou que os policiais não as abusem verbal ou fisicamente. Em 29 de setembro, a Suprema Corte interpretou progressivamente a Lei de Interrupção Médica da Gravidez, de 1971, e concedeu o direito ao aborto a todas as mulheres, independentemente de seu estado civil. O governo indiano havia anteriormente se recusado a criminalizar o estupro conjugal, e seu reconhecimento pela corte em virtude desta lei foi um passo importante para que o estupro conjugal seja considerado uma forma de violência contra as mulheres.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

Em agosto, a Índia atualizou sua NDC, reforçando a meta de reduzir as emissões de gases de efeito estufa até 2030. Entretanto, o rastreador de ação climática Climate Action Tracker classificou a meta e as políticas climáticas da Índia como "altamente insuficientes".

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

O governo não contava com políticas adequadas de preparação para desastres e não respondeu de modo efetivo às enchentes e à poluição atmosférica. O estado de Assam, no nordeste do país, permaneceu vulnerável às inundações intensas que afetaram mais de 4,8 milhões de pessoas em julho. A partir de abril, a Índia enfrentou temperaturas médias de até 4,5°C acima da faixa normal, prejudicando principalmente as pessoas que vivem na pobreza e os trabalhadores com remuneração diária, os agricultores e os vendedores ambulantes, entre outros. A partir de outubro, a qualidade do ar se deteriorou seriamente em Deli, em grande parte devido às queimadas agrícolas, ao uso de fogos de artifício durante o festival Diwali e às emissões veiculares, violando os direitos humanos à vida e à saúde.

IRÃ

República Islâmica do Irã

Chefe de Estado: **Ali Khamenei (Guia Supremo)**

Chefe de governo: **Ebrahim Raisi (Presidente)**

O Irã foi abalado por uma revolta popular sem precedentes contra o sistema da República Islâmica. Para suprimir os protestos, as forças de segurança dispararam ilegalmente com munições reais e cartuchos de caça, matando centenas de homens, mulheres e crianças e ferindo milhares. Milhares de pessoas foram detidas arbitrariamente e/ou processadas de forma injusta apenas por exercerem pacificamente seus direitos humanos. Mulheres, pessoas LGBTI e minorias étnicas e religiosas sofreram discriminação e violência intensificadas.

Desaparecimentos forçados, tortura e outros maus-tratos, inclusive pela negação proposital de atendimento médico, foram generalizados e sistemáticos. Castigos cruéis e desumanos, como açoitamento, amputação e cegamento, foram impostos e/ou executados. O uso da pena de morte aumentou e as execuções públicas foram

retomadas. Os julgamentos permaneceram sistematicamente injustos. A impunidade sistêmica prevaleceu para crimes contra a humanidade passados e em curso relacionados aos massacres prisionais de 1988 e outros crimes previstos no direito internacional.

INFORMAÇÕES GERAIS

Uma revolta popular sem precedentes abalou o Irã a partir de setembro, quando as pessoas demandaram o fim do sistema da República Islâmica. Os protestos prosseguiram no fim do ano.

Em março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU renovou o mandato do Relator Especial sobre o Irã. Em novembro, o mesmo órgão criou uma missão de apuração dos fatos para investigar as violações de direitos humanos relacionados aos protestos.

Todos os especialistas independentes e monitores internacionais da ONU, com exceção do Relator Especial sobre o Impacto Negativo de Medidas Coercivas Unilaterais sobre o Desfrute dos Direitos Humanos, foram impedidos de entrar no Irã.

Em março, o Irã assinou um tratado bilateral com a Bélgica – a Transferência de Pessoas Sentenciadas – levantando preocupações sobre sua potencial utilização para conferir impunidade a agentes estatais iranianos presos e condenados no exterior por graves violações dos direitos humanos. Em dezembro, o Tribunal Constitucional da Bélgica suspendeu parcialmente a implementação do tratado e deveria se pronunciar sobre sua anulação no início de 2023.

O Irã continuou a fornecer apoio militar às forças governamentais no conflito armado na Síria (ver a seção sobre a Síria).

O Irã apoiou a invasão da Ucrânia pelo governo russo, fornecendo drones Shahed 136 que foram usados para atingir e destruir infraestruturas civis.

Nos meses de setembro e outubro, a Guarda Revolucionária atacou grupos da oposição curda dentro da Região do Curdistão iraquiano, resultando na morte de

mais de uma dúzia de pessoas, incluindo uma mulher grávida.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

As autoridades aumentaram os já sufocantes níveis de repressão, não deixando espaço para dissensão pacífica.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO

As autoridades censuraram os meios de comunicação, bloquearam canais de televisão via satélite e, a partir de setembro, adicionaram o Instagram e o WhatsApp à lista de aplicativos móveis e plataformas de mídia social bloqueados e/ou filtrados, que incluía Facebook, Signal, Telegram, Twitter e YouTube.

As autoridades desligaram ou interromperam repetidamente as redes de internet e telefonia móvel durante os protestos, para anular a mobilização e ocultar a escala das violações cometidas pelas forças de segurança.

A Lei de Proteção ao Usuário da Internet, que prejudicaria ainda mais as liberdades on-line e o acesso à internet global, ainda estava pendente. Em setembro, foi decretada uma ordem executiva limitando ainda mais o acesso a conteúdos na internet.

As autoridades proibiram todos os partidos políticos independentes, organizações da sociedade civil e sindicatos independentes, e submeteram trabalhadores grevistas a represálias.

LIBERDADE DE REUNIÃO

As autoridades adotaram sistematicamente uma resposta militarizada aos protestos localizados e aos de âmbito nacional.

Em maio, as forças de segurança da província do Khuzistão, assim como das províncias de Chaharmahal e Bactiari, utilizaram ilegalmente munições reais, cartuchos de caça, gás lacrimogêneo e canhões de água para suprimir protestos, em grande parte pacíficos, contra o aumento no preço dos alimentos e o desabamento de um edifício com vítimas fatais em Abadan, na província do Khuzistão. Pelo menos quatro pessoas foram mortas. Outras dezenas de pessoas, incluindo crianças, sofreram

ferimentos provocados pelas munições de caça (bagos de metal, também conhecidos como "chumbo grosso"), cujo uso viola a proibição de tortura e outros maus-tratos.¹

A morte sob custódia de Mahsa (Zhina) Amini pela polícia da "moralidade" do Irã, em 16 de setembro, provocou uma revolta nacional que continuou pelo resto do ano. As autoridades fizeram disparos, de forma extensa e ilegal, com munições reais, bagos de metal e gás lacrimogêneo, além de submeter os manifestantes a espancamentos brutais. A Anistia Internacional registrou os nomes de centenas de manifestantes e transeuntes que foram mortos ilegalmente pelas forças de segurança, incluindo dezenas de crianças.² Centenas de pessoas ficaram cegas ou sofreram outros ferimentos graves nos olhos devido ao disparo de bagos metálicos pelas forças de segurança. Outros milhares sofreram ferimentos e não procuraram atendimento médico por medo de serem presos.

Mais da metade dos mortos pertencia à minoria balúqui, oprimida nas províncias de Sistão e Baluquístão, e à minoria curda, oprimida nas províncias de Kurdistão, Kermanshah e Azerbaijão Ocidental.

Estudantes universitários e secundaristas que protestavam pacificamente foram expulsos e submetidos a ataques violentos, espancamentos e outros maus-tratos.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS E JULGAMENTOS INJUSTOS

Milhares de pessoas foram detidas arbitrariamente e/ou processadas de forma injusta apenas por exercerem pacificamente seus direitos humanos, muitas das quais permaneciam presas injustamente.

Segundo uma declaração oficial gravada em áudio que vazou, entre 15.000 e 16.000 pessoas foram detidas nas primeiras semanas da revolta. As autoridades continuaram com as prisões arbitrárias em massa até o final do ano e submeteram muitas das pessoas detidas a processos e julgamentos injustos.

Dois jovens foram executados de forma arbitrária em conexão com a revolta nacional

depois de submetidos a julgamentos falsos, sem aviso prévio às suas famílias, enquanto dezenas de outros foram condenados à morte ou continuavam sendo julgados por acusações excessivamente amplas passíveis de pena capital, tais como "animosidade contra Deus" (*moharebeh*) e "corrupção na Terra" (*efsad-e fel-arz*).

As autoridades reprimiram ainda mais a sociedade civil, submetendo centenas de defensores dos direitos humanos, advogados, jornalistas, opositores políticos, ativistas, conservacionistas, escritores, artistas, músicos, estudantes universitários e secundaristas a detenções arbitrárias e/ou processos injustos.

Centenas de trabalhadores, inclusive professores, enfrentaram detenção arbitrária por terem entrado em greve, participado de comícios no Dia Internacional do Trabalhador, e/ou levantado preocupações sobre direitos dos trabalhadores.

A prática de deter arbitrariamente pessoas estrangeiras e com dupla nacionalidade para obtenção de vantagens prosseguiu, em alguns casos configurando crime de tomada de reféns.³

A prisão domiciliar arbitrária dos dissidentes Mehdi Karroubi, Mir Hossein Mousavi e Zahra Rahnavard entrou em seu 12º ano.

O Judiciário carecia de independência e supervisionava um aparato repressivo repleto de violações sistemáticas do devido processo legal, tais como negação de acesso a advogado na fase de investigação, desaparecimento forçado, detenção em regime de incomunicabilidade, admissão de "confissões" contaminadas por tortura como prova, e julgamentos sumários e secretos falsos sem qualquer semelhança com um processo judicial, que resultaram em prisões, açoitamentos e sentenças de morte.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos, inclusive por meio de confinamento prolongado em celas isoladas e de negação deliberada de atendimento médico, continuaram generalizados e sistemáticos. "Confissões" forçadas obtidas mediante tortura e outros

maus-tratos foram transmitidas pela televisão estatal.

As autoridades carcerárias e de prossecução penal, subordinadas ao poder Judiciário, mantinham os detentos em condições cruéis e desumanas, caracterizadas por superlotação, saneamento precário, alimentação e água inadequadas, camas insuficientes, ventilação deficiente e infestação por insetos.

Dezenas de pessoas morreram sob custódia em circunstâncias suspeitas envolvendo relatos confiáveis de tortura física e/ou negação de atendimento médico. Nenhuma investigação foi conduzida de acordo com normas internacionais.

O Código Penal manteve punições que violavam a proibição de tortura e outros maus-tratos, como açoitamento, cegamento, amputação, crucificação e apedrejamento.

Entre maio e setembro, as autoridades amputaram os dedos de pelo menos cinco homens condenados por roubo: quatro na prisão de Evin, na província de Teerã, e um na prisão de Raja'i Shahr, na província de Alborz.⁴

Em outubro, os casos de dois homens e uma mulher foram enviados ao Escritório de Execução de Sentenças em Teerã para que suas penas de cegamento fossem cumpridas conforme o princípio de *qesas* (retribuição em espécie). Até o fim do ano, não havia qualquer informação pública sobre a aplicação das penas.

De acordo com o Abdorrahman Boroumand Center, os tribunais proferiram pelo menos 178 sentenças de açoitamento.

DISCRIMINAÇÃO

MINORIAS ÉTNICAS

Minorias étnicas, como os árabes ahwazi, os turcos azerbaijanos, os balúquis, os curdos e os turcomanos, enfrentaram discriminação generalizada, restringindo seu acesso à educação, ao emprego, à moradia adequada e a cargos políticos. O constante déficit de investimentos em regiões de população minoritária exacerbou a pobreza e a marginalização.

O persa continuou sendo a única língua de instrução no ensino primário e secundário, apesar de repetidos apelos por diversidade linguística.

As forças de segurança mataram ilegalmente dezenas de mensageiros transfronteiriços curdos (*kuibars*) desarmados, entre as regiões curdas do Irã e do Iraque, e carregadores de combustível balúquis (*soukhtbar*), na província de Sistão e Baluquistão. As autoridades não investigaram as mortes nem responsabilizaram os autores.

MINORIAS RELIGIOSAS

As minorias religiosas, como bahá'ís, cristãos, dervixes gonabadi, judeus, muçulmanos sunitas e yarsanis, sofreram discriminação na lei e na prática, inclusive no acesso à educação, ao emprego, à adoção de crianças, a cargos políticos e a locais de culto. Centenas foram detidas de forma arbitrária, processadas injustamente, torturadas ou maltratadas e/ou submetidas a outras formas de assédio por professar ou praticar sua fé. Pessoas nascidas de pais classificados como muçulmanos pelas autoridades corriam risco de detenção arbitrária, tortura ou pena de morte por "apostasia" caso adotassem outras religiões ou se declarassem ateias.

Membros da minoria bahá'í foram submetidos a violações generalizadas e sistemáticas por praticarem sua fé, incluindo detenção arbitrária, interrogatório, tortura e outros maus-tratos e desaparecimento forçado. As autoridades fecharam à força empresas bahá'ís, confiscaram dezenas de propriedades bahá'ís, demoliram suas casas e cemitérios e baniram os bahá'ís do ensino superior. Em junho, um tribunal de recursos manteve um veredicto autorizando o confisco de 18 propriedades bahá'ís na província de Semnã. Em agosto, as autoridades demoliram seis casas bahá'ís e confiscaram mais de 20 hectares de terra em um vilarejo na província de Mazandarã, resultando na perda de meios de subsistência.⁵

As autoridades invadiram igrejas domésticas e submeteram os cristãos convertidos a prisões arbitrárias, confisco de

bens pessoais, processos por acusações de segurança nacional e punições tais como prisão, multa e "exílio" interno.

Vários dervixes gonabadi continuaram presos injustamente.

PESSOAS LGBTI

As pessoas LGBTI sofreram discriminação e violência sistêmicas. A conduta sexual consensual entre pessoas do mesmo sexo continuou a ser criminalizada com punições que vão de açoitamento a pena de morte. As "terapias de conversão" aprovadas pelo Estado, que equivalem a tortura ou outros maus-tratos, continuaram sendo amplamente aplicadas, inclusive contra crianças. Terapia hormonal e procedimentos cirúrgicos como esterilização eram obrigatórios para mudanças de gênero legais. Pessoas em situação de inconformidade de gênero corriam o risco de criminalização e negação de acesso à educação e ao emprego.

Em agosto, a defensora dos direitos LGBTI Zahra Sedighi-Hamadani, conhecida como Sareh, e outra mulher, Elham Choubdar, foram condenadas à morte por "corrupção na Terra" por um Tribunal Revolucionário em Urumieh, província do Azerbaijão Ocidental, devido a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero real ou presumida e a suas atividades em apoio às comunidades LGBTI nas redes sociais.⁶ Em dezembro, o Supremo Tribunal anulou as condenações e remeteu o caso a novo julgamento.

MULHERES E MENINAS

As autoridades continuaram a tratar as mulheres como cidadãos de segunda classe, inclusive com relação ao casamento, ao divórcio, à guarda dos filhos, ao emprego, à herança e a cargos políticos.

A idade legal de casamento para meninas continuou sendo aos 13 anos, e os pais podiam obter permissão judicial para que suas filhas se casassem mais cedo.

Mulheres e meninas estavam à frente do levante popular, confrontando décadas de discriminação e violência baseadas em gênero e desafiando leis discriminatórias e degradantes de uso obrigatório de véu, que as fazem suportar assédio e violência diários por atores estatais e não estatais, detenção

arbitrária, tortura e outros maus-tratos, além da negação de acesso a educação, emprego e espaços públicos.

Em meados de 2022, essas leis passaram a ser aplicadas de forma mais rigorosa, culminando na morte em custódia de Mahsa (Zhina) Amini em setembro, dias depois de ela ter sido presa com violência pela polícia da "moralidade" do Irã, em meio a relatos confiáveis de tortura e outros maus-tratos.

As autoridades não providenciaram cuidados de saúde adequados e específicos para as mulheres presas.

O projeto de Lei de "Defesa da dignidade e proteção das mulheres contra a violência", introduzido havia mais de uma década, estava parado no parlamento. Os legisladores não revisaram o projeto a fim de definir a violência doméstica como um delito separado, criminalizar o estupro conjugal e o casamento precoce, ou garantir que os homens que matam suas esposas ou filhas enfrentem punições proporcionais.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

As forças de segurança atiraram ilegalmente com munições reais contra homens, mulheres e crianças afegãs que tentavam atravessar a fronteira entre o Afeganistão e o Irã, resultando em homicídios ilegais. Os afegãos que conseguiram entrar no Irã foram detidos de modo arbitrário, torturados e maltratados antes de serem devolvidos à força e de forma ilegal.

PENA DE MORTE

As execuções aumentaram com relação ao ano anterior e as execuções públicas foram retomadas após um intervalo de dois anos.

As autoridades utilizaram a pena de morte como instrumento de repressão política contra manifestantes, dissidentes e minorias étnicas.

A oprimida minoria balúqui estava representada de forma desproporcional entre os executados.

A pena de morte foi imposta após julgamentos flagrantemente injustos, inclusive por delitos como tráfico de drogas,

corrupção financeira e vandalismo, que não atingiam o limiar de "crimes mais graves", e por atos protegidos pelo direito internacional dos direitos humanos, como o exercício pacífico do direito à liberdade de expressão.

Várias pessoas foram executadas por delitos ocorridos quando tinham menos de 18 anos, enquanto outras dezenas que não tinham essa idade à época do crime continuavam no corredor da morte.

IMPUNIDADE

Nenhum funcionário público foi investigado ou prestou contas pelas execuções extrajudiciais e outros homicídios ilegais, torturas, desaparecimentos forçados e outras graves violações dos direitos humanos cometidas em 2022 ou em anos anteriores.

As autoridades ocultaram o número real de pessoas mortas pelas forças de segurança durante os protestos, culpando os "baderneiros" ou, em alguns casos, como os de crianças mortas, alegando que suas mortes resultaram de suicídio ou acidentes. As autoridades rejeitaram as queixas dos familiares das vítimas e ameaçaram matar ou prejudicar as famílias ou seus filhos caso se manifestassem.

Nenhuma investigação independente sobre a morte em custódia de Mahsa (Zhina) Amini foi realizada. As autoridades negaram responsabilidade, ocultaram evidências vitais e ameaçaram a família da jovem e outras pessoas que contestaram a narrativa oficial e clamaram por verdade e justiça.⁷

Familiares em busca da verdade e da justiça e testemunhas dos protestos de novembro de 2019 que prestaram depoimento ao Tribunal Popular Internacional sobre as Atrocidades do Irã, em Londres, no Reino Unido, foram submetidos a detenção arbitrária e outras formas de assédio.⁸

Não foram realizadas investigações independentes sobre o uso de força ilegal contra os internos da penitenciária de Evin em outubro, nem sobre as circunstâncias que envolveram a morte de pelo menos oito presos.⁹

As autoridades continuaram a esconder a verdade sobre o ataque com mísseis ao voo

752 da Ukraine International Airlines, em janeiro de 2020, que matou 176 pessoas. Em agosto, o Judiciário anunciou que, devido a uma "investigação deficiente", devolveria ao Ministério Público o caso de 10 oficiais de baixa patente julgados perante um tribunal militar por seu envolvimento no ataque.

Prevaleceu a impunidade para os contínuos crimes contra a humanidade relacionados às execuções extrajudiciais em massa e aos desaparecimentos forçados de 1988, com muitos dos envolvidos ocupando cargos de alto escalão, inclusive o presidente. Paredes altas de concreto foram erguidas ao redor das valas comuns de Khavarã, onde se acredita que os restos mortais de várias centenas de vítimas estejam enterrados, levantando preocupações sobre a segurança do local.¹⁰ Em julho, um tribunal sueco condenou o ex-funcionário iraniano Hamid Nouri a prisão perpétua por crimes relacionados aos massacres prisionais de 1988, após um julgamento histórico com base no princípio da jurisdição universal.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Especialistas ambientais criticaram a omissão das autoridades em enfrentar a crise ambiental do Irã, marcada pela perda de lagos, rios e áreas úmidas; desmatamento; poluição atmosférica; poluição da água causada pelo despejo de efluentes em fontes de água urbanas; e subsidência do solo.

Em julho, o Irã foi um dos oito países a se abster de uma Resolução da Assembleia Geral da ONU, adotada com 161 estados favoráveis, declarando que o acesso a um ambiente limpo, saudável e sustentável é um direito humano universal.

-
1. [Iran: They are Shooting Brazenly: Iran's Militarized Response to May 2022 Protests](#), 3 de agosto
 2. [Iran: Leaked Official Documents Ordering Deadly Crackdown Highlight Need for International Action](#), 30 de setembro
 3. [Iran: The Crime of Holding Nazanin Zaghari-Ratcliffe Hostage Must Not Go Unpunished](#), 1 de junho
 4. "Iran: Finger amputation risk for eight prisoners", 16 June

5. "Iran: Intensified assault on Iran's Baha'i minority", 23 August
6. "Iran: Iranian LGBTI defender sentenced to death: Zahra Sedighi-Hamadani & Elham Choubdar", 15 de setembro
7. Iran: Urgent International Action Needed to Ensure Accountability for Mahsa Amini's Death in Custody, 27 de setembro
8. Iran: Authorities Violating Absolute Prohibition of Torture Through Harassment of Witnesses Involved in Iran Atrocities Tribunal, 7 de abril
9. Iran: Tortured prisoners at Evin prison are in urgent need of international protection, 18 de outubro de 2022
10. "Iran: Walls erected around graves of massacre victims show urgent need for international investigation," 13 de setembro

ISRAEL E TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS

Estado de Israel

Chefe de Estado: **Isaac Herzog**

Chefe de governo: **Benjamin Netanyahu (substituiu Yair Lapid em dezembro, que substituiu Naftali Bennett em julho)**

O permanente sistema opressivo e discriminatório para governar os palestinos em Israel e nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) constituiu um sistema de apartheid, e as autoridades israelenses cometeram o crime de apartheid sob o direito internacional. Em agosto, as forças israelenses lançaram uma ofensiva de três dias na Faixa de Gaza ocupada, durante a qual cometeram aparentes crimes de guerra. A ação agravou o impacto do contínuo bloqueio israelense de 15 anos que configura punição coletiva ilegal e fragmenta ainda mais o território palestino. Israel intensificou a repressão contra a liberdade de associação dos palestinos. Também impôs restrições arbitrárias à liberdade de circulação e fechamentos que equivalem a punição coletiva, principalmente no norte da Cisjordânia, pretensamente em resposta a ataques armados de palestinos contra soldados e

colonos israelenses. Aumentou o número de palestinos mortos de forma ilegal e feridos gravemente pelas forças israelenses durante suas incursões na Cisjordânia. As detenções administrativas de palestinos atingiram o nível mais alto em 14 anos, e a tortura e outros maus-tratos prosseguiram. As forças israelenses demoliram o vilarejo de al-Araqib, no Negev/Naqab, pela 211ª vez. Outras 35 cidades palestinas-beduínas em Israel ainda não haviam sido reconhecidas formalmente e os residentes corriam o risco de uma possível transferência forçada. As autoridades não processaram as solicitações de milhares de requerentes de asilo e impuseram restrições ao seu direito de trabalho.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em março, o Relator Especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos nos TPO constatou que o "sistema político de domínio arraigado" na Cisjordânia ocupada e na Faixa de Gaza "satisfaz o padrão probatório predominante para a existência de apartheid". Em novembro, o Relator Especial da ONU sobre o direito à moradia adequada chegou à mesma conclusão em relação às políticas de demolição de casas de Israel. Alguns Estados, como a África do Sul, condenaram o apartheid israelense, ecoando as declarações de organizações de direitos humanos palestinas, israelenses e internacionais. Apesar desse crescente reconhecimento, Israel continuou a gozar de impunidade graças ao apoio de seus principais aliados.

Em outubro, a Comissão Internacional Independente de Inquérito das Nações Unidas sobre o Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel concluiu que a ocupação dos TPO é ilegal tanto por sua permanência quanto pelas medidas de Israel para anexar terras palestinas na lei e na prática. Em 2022, tais medidas incluíram a autorização retroativa de postos avançados de colonato, inclusive pela Suprema Corte israelense.

Em novembro, Israel realizou sua quinta eleição em três anos após o colapso de um

governo de coalizão ideologicamente diverso, que continuou a discriminar os palestinos de ambos os lados da Linha Verde. A votação foi polarizada entre os que apoiavam e se opunham ao ex-primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, enquanto mantinha-se o consenso sobre a manutenção da ocupação israelense dos territórios palestinos e sírios. O bloco de direita, liderado por Benjamin Netanyahu e uma coalizão religioso-nacionalista, obteve a maioria das cadeiras e formou um governo em dezembro.

APARTHEID

Em fevereiro, a Anistia Internacional divulgou um relatório de 280 páginas mostrando como Israel estava impondo um regime institucionalizado de opressão e dominação contra o povo palestino onde quer que exercesse controle sobre seus direitos, fragmentando e segregando cidadãos palestinos de Israel, moradores dos TPO e refugiados palestinos que tinham seu direito de retorno negado. Por meio do confisco maciço de terras e propriedades, de homicídios ilegais, de lesões corporais graves, de transferências forçadas, de restrições arbitrárias à liberdade de circulação e da negação de nacionalidade, entre outros atos desumanos ou cruéis, as autoridades israelenses seriam responsáveis pelo crime contra a humanidade de apartheid, que está sob competência do TPI.¹

Em março, as autoridades israelenses reaplicaram a Lei de Cidadania e Entrada em Israel (ordem temporária), que impõe restrições generalizadas à unificação familiar palestina entre cidadãos ou residentes de Israel e seus cônjuges dos TPO, a fim de manter uma maioria demográfica judaica.

Em julho, a Suprema Corte de Israel confirmou uma lei que autoriza o ministro do Interior a retirar a cidadania de seus cidadãos caso sejam condenados por atos que correspondam a "quebra de lealdade ao Estado". Desde a promulgação da lei em 2008, sua aplicação destinava-se apenas a cidadãos palestinos. Em 20 de setembro, o Tribunal de Recursos de Israel aprovou a

revogação das autorizações de permanência ou residência temporária de 10 palestinos – quatro crianças, três mulheres e três homens – que viviam em Jerusalém por serem parentes distantes de um agressor palestino. Em 18 de dezembro, Israel deportou o defensor dos direitos humanos franco-palestino Salah Hammouri após a revogação de sua residência em Jerusalém Oriental.²

ATAQUES E MORTES ILEGAIS

CONFLITO ARMADO ENTRE GRUPOS ARMADOS ISRAELENSES E PALESTINOS EM GAZA

Em 5 de agosto, Israel lançou uma ofensiva na Faixa de Gaza visando a Jihad Islâmica Palestina e seu braço armado, destruindo ou danificando cerca de 1.700 casas palestinas e deslocando centenas de civis. O exército israelense e os grupos armados palestinos cometeram aparentes crimes de guerra durante os três dias de combate. (Veja a seção sobre o Estado da Palestina).³

Segundo a ONU, 49 palestinos foram mortos, sendo 31 deles civis. A Anistia Internacional constatou que as forças israelenses mataram 17 desses civis, oito dos quais eram crianças. Sete civis, incluindo quatro crianças, foram mortos por um foguete que falhou, aparentemente lançado por um grupo armado palestino. Em 7 de agosto, um míssil israelense, aparentemente disparado por um drone, atingiu o cemitério Al-Falluja no campo de refugiados de Jabalia, matando cinco crianças e deixando uma ferida, no que parecia ser um ataque direto contra civis ou um ataque indiscriminado.

CISJORDÂNIA

As forças israelenses mataram 151 palestinos na Cisjordânia ocupada, incluindo Jerusalém Oriental, e feriram 9.875, segundo o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA-OPT), em meio a uma onda de incursões militares que envolveram o uso excessivo da força, inclusive assassinatos ilegais e aparentes execuções extrajudiciais.⁴ A Defense for Children International-Palestina informou que as forças ou os colonos israelenses mataram 36 crianças na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental.

Em 11 de maio, soldados israelenses mataram Shirin Abu Akleh, uma correspondente palestina-americana da Al Jazeera, e feriram seu colega, quando eles cobriam uma incursão do exército israelense no acampamento de Jenin. Em setembro, as autoridades israelenses admitiram que um soldado israelense "provavelmente" matou a jornalista, mas concluíram que nenhum crime havia sido cometido.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

As autoridades israelenses continuaram se recusando a cooperar com a investigação do Gabinete do Procurador do TPI, apesar de o tribunal ter decidido, em 2021, iniciar uma investigação sobre a situação na Palestina. As autoridades também não investigaram adequadamente as violações e crimes previstos no direito internacional.

LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO

Na Cisjordânia, 175 postos de controle permanentes e outros bloqueios de estradas, bem como dezenas de barreiras irregulares temporárias e um regime draconiano de permissões, apoiado por um repressivo sistema de vigilância biométrica, continuaram a controlar e a fragmentar as comunidades palestinas.

Em outubro, as autoridades israelenses impuseram restrições adicionais à liberdade de circulação na Cisjordânia ocupada, supostamente em resposta a ataques palestinos contra soldados e civis israelenses, por meio de fechamentos drásticos e arbitrários que perturbaram gravemente a vida cotidiana e configuraram punição coletiva ilegal. Em abril, o exército israelense fechou postos de controle que davam acesso a Jenin, em uma ação que parecia destinada a sufocar as empresas de Jenin e o comércio com cidadãos palestinos de Israel. Em outubro, as forças israelenses voltaram a impor o fechamento de Jenin, além de fecharem Nablus por três semanas e o campo de refugiados de Shufat, na Jerusalém Oriental ocupada, por mais de uma semana, prejudicando gravemente a

liberdade de circulação de centenas de milhares de civis palestinos que vivem nessas áreas e restringindo o acesso à assistência médica e a outros serviços essenciais.

Segundo o COGAT, uma unidade do Ministério da Defesa, Israel revogou as autorizações para trabalhar em Israel de 2.500 palestinos como forma de punição coletiva.

Um novo procedimento expedido pelas autoridades militares israelenses entrou em vigor em outubro, restringindo a capacidade dos portadores de passaporte estrangeiro de viver com seus cônjuges palestinos na Cisjordânia ao limitar seus vistos a um máximo de seis meses, exigindo que os casais solicitem residência permanente na Cisjordânia, o que está sujeito à aprovação de Israel.

Em Gaza, o bloqueio israelense ilegal entrou em seu 16º ano. De acordo com a organização de direitos humanos Al-Mezan, sediada em Gaza, nove pacientes, incluindo três crianças, morreram enquanto aguardavam por autorizações israelenses para receber tratamentos fora da Faixa de Gaza que poderiam salvar suas vidas, em meio a um complexo emaranhado burocrático entre Israel, a Autoridade Palestina e a administração do Hamas.

A única usina elétrica de Gaza foi forçada a parar por dois dias em agosto quando Isarel fechou por uma semana todos os pontos de travessia, o que impediu a entrega de combustível.

REMOÇÕES FORÇADAS

Dezenas de milhares de palestinos ainda corriam risco de sofrer remoções forçadas em Israel e nos TPO, incluindo cerca de 5.000 que vivem em comunidades de pastores no Vale do Jordão e no Monte Hebrom. As autoridades israelenses demoliram 952 estruturas palestinas em toda a Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, deslocando 1.031 palestinos e prejudicando o sustento de outros milhares.

Em 4 de maio, a Suprema Corte de Israel confirmou a decisão de transferir à força

mais de 1.000 moradores de suas terras ancestrais em Masafer Yatta, no Monte Hebron, que Israel designou como "zona de tiro 918", uma zona de treinamento militar fechada ao acesso palestino.

Em julho, a Suprema Corte de Israel legalizou o colonato de Mitzpe Kramim, construído em terras palestinas privadas na Cisjordânia ocupada, alegando que a área foi "comprada de boa fé". Isto reverteu sua decisão de 2020 ordenando que o governo evacuasse o assentamento.

Segundo o OCHA, 2022 foi o sexto ano consecutivo em que houve um aumento da violência dos colonos apoiados pelo Estado contra os palestinos em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia, que atingiu um pico em outubro durante a época da colheita da azeitona. O exército e a polícia israelense continuaram a não investigar as queixas dos palestinos sobre essa violência.

Em Israel, as autoridades insistiram em negar o reconhecimento oficial de 35 vilarejos palestinos no Negev/Naqab, privando-os de serviços essenciais. Em janeiro, a Autoridade Territorial israelense e o Fundo Nacional Judaico começaram a plantar árvores em terras pertencentes ao vilarejo de Saawa al-Atrash no Negev/Naqab a fim de transferir à força sua população palestina.

Em dezembro, as autoridades israelenses demoliram tendas e estruturas em al-Araqib pela 211ª vez desde 2010.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

As autoridades israelenses aumentaram o uso da detenção administrativa, provocando um boicote em massa aos tribunais militares israelenses por centenas de detidos, entre os quais Salah Hammouri, que entrou em greve de fome junto com outros 29 para protestar contra sua detenção sem acusação ou julgamento. Até 31 de dezembro, 866 indivíduos, todos palestinos, com exceção de dois, estavam detidos administrativamente, o número mais alto em 14 anos.

Em 15 de abril, a polícia israelense prendeu mais de 400 palestinos, incluindo crianças, jornalistas e fiéis, durante uma incursão no

complexo da mesquita al-Aqsa na Cidade Antiga de Jerusalém. Segundo o Crescente Vermelho Palestino, pelo menos 152 palestinos foram feridos por balas de borracha, munições reais e bombas de efeito moral, além de terem sido espancados. A maioria foi liberada depois de várias horas.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

As forças israelenses continuaram a submeter os detidos palestinos a tortura e outros maus-tratos. Como em anos anteriores, a unidade de investigação interna da polícia, Mahash, não investigou adequadamente as denúncias de tortura. Em 24 de novembro, o Tribunal Distrital de Beersheba prorrogou por quatro meses o confinamento solitário de Ahmad Manasra, preso em 2015, aos 13 anos de idade, e mantido em regime de isolamento desde novembro de 2021, situação que configura tortura. Em setembro, o mesmo tribunal havia rejeitado seu recurso requerendo libertação antecipada por motivos médicos, apesar de seu grave estado de saúde mental.

LIBERDADE DA ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

Em 18 de agosto, soldados israelenses invadiram os escritórios de sete organizações da sociedade civil palestinas em Ramallah, vandalizando equipamentos, apreendendo arquivos e emitindo ordens de fechamento com base nos Regulamentos de Defesa (de Emergência) de 1945.⁵

Em 29 de setembro, o Comitê Eleitoral Central de Israel inabilitou o partido palestino Balad a participar das eleições parlamentares israelenses por defender um "Estado para todos os seus cidadãos", o que violaria as Leis Básicas de Israel. A Suprema Corte de Israel anulou a decisão em outubro.

Em 24 de novembro, os militares israelenses renovaram por 45 dias e pela quarta vez a detenção de quatro adolescentes judeus israelenses – Einat Gerlitz, Evyatar Moshe Rubin, Nave Shabtay e Shahar Schwartz – que foram presos pela primeira vez em setembro por se recusarem

a se alistar no serviço militar obrigatório por razões de consciência.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Em 28 de junho, o governo apresentou um projeto de lei climática que propunha reduzir as emissões de gases de efeito estufa de Israel em 27% até 2030. O projeto ainda estava pendente de aprovação. Enquanto isso, o complexo industrial militar de Israel, inclusive com sua ofensiva de agosto em Gaza, exacerbou os danos ambientais causados em ataques anteriores, que Israel continuou a ignorar.

Em março, aviões israelenses voltaram a pulverizar agrotóxicos na zona tampão da Faixa de Gaza, degradando as terras palestinas cultiváveis.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Em 14 de fevereiro, o Ministério da Saúde de Israel publicou uma circular proibindo os médicos de realizar "terapia de conversão" médica para mudar a orientação sexual de gays e lésbicas, mas não deu status legislativo à medida.

DIREITOS DAS MULHERES

Em Israel, o casamento e o divórcio permaneceram sob competência exclusiva dos tribunais religiosos, ocasionando a discriminação sistemática das mulheres em matéria de condição pessoal.

Apesar das proteções legais contra a violência doméstica, 24 mulheres foram mortas por parceiros ou parentes, segundo a polícia israelense. Cerca de 69 mulheres foram mortas entre janeiro de 2020 e agosto de 2022. Dos 40 feminicídios contra mulheres palestinas cometidos em Israel nesse período, 58% não foram solucionados pela polícia, ao passo que todos os 29 feminicídios de mulheres judias-israelenses no mesmo período foram solucionados.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

Israel acolheu dezenas de milhares de pessoas que fugiam da Ucrânia e permitiu que milhares de judeus ucranianos se estabelecessem no país com base na Lei de Retorno de 1950. Ao mesmo tempo, continuava a negar aos refugiados palestinos seu direito de retorno.

Israel continuou a rejeitar os pedidos de asilo de quase 30.000 requerentes africanos, principalmente da Eritreia e do Sudão. Após uma decisão judicial em 2021, mais de 2.000 requerentes de asilo sudaneses de Darfur, do Nilo Azul e das montanhas da Núbia receberam autorizações de residência temporária, inclusive acesso ao seguro nacional de saúde e outros benefícios.

Em outubro, uma comissão nomeada pelo ministro do Interior de Israel concluiu que os requerentes de asilo de Darfur e das montanhas da Núbia não estavam mais em risco de perseguição por motivos étnicos e podiam ser devolvidos com segurança à capital sudanesa, Cartum, em meio a preocupações com uma possível reversão da política geral de não deportação de Israel.

Entraram em vigor em outubro regulamentos do governo que proíbem cerca de 20.000 requerentes de asilo de trabalhar em 17 cidades israelenses, a menos que busquem emprego nos setores de construção, agricultura, hotelaria e enfermagem institucional.

-
1. [Israel's Apartheid against Palestinians: a cruel system of domination and a crime against humanity](#), 1 de fevereiro
 2. ["Israel and the Occupied Palestinian Territories: A perfect storm of apartheid policies led to Salah Hammouri's deportation"](#), 21 de dezembro
 3. ["They Were Just Kids: Evidence of War Crimes During Israel's August 2022 Gaza Offensive"](#), 25 de outubro
 4. [Israel/OPT: Continuing patterns of unlawful killings and other crimes further entrench apartheid](#), 11 de maio
 5. ["Israel/OPT: The stifling of Palestinian civil society organizations must end"](#), 18 de agosto

MÉXICO

Estados Unidos Mexicanos

Chefe de Estado e de governo: **Andrés Manuel López Obrador**

O governo continuou a estigmatizar feministas e defensoras dos direitos humanos que protestavam contra a inação do governo frente à violência de gênero, e as forças de segurança reprimiram violentamente as manifestantes em alguns estados. Os assassinatos de jornalistas continuaram em níveis recordes; muitas das vítimas haviam recebido medidas de proteção oficiais. Até o fim do ano, mais de 109.000 pessoas foram registradas como perdidas e desaparecidas. A militarização da segurança pública aumentou e a legislação consolidou a participação das forças armadas em ações de segurança pública até 2028. A Guarda Nacional usou força excessiva em várias de suas operações. A falta de transparência, de prestação de contas e de acesso a informações dificultou o acesso à verdade, à justiça e à reparação para as vítimas de violações de direitos humanos e suas famílias.

INFORMAÇÕES GERAIS

As forças militares mexicanas geralmente não protegeram o direito à vida e à segurança de todas as pessoas. Os militares têm estado envolvidos em operações de segurança pública há 16 anos e, nesse período, o país assistiu a um aumento significativo dos homicídios.

A Guarda Nacional e a Secretaria de Defesa Nacional (SEDENA) estavam entre as 10 instituições federais que receberam o maior número de denúncias por violações de direitos humanos durante o ano. A Comissão Nacional de Direitos Humanos recebeu 476 queixas contra a Guarda Nacional e 404 contra a SEDENA, relativas a vários crimes previstos no direito internacional e a violações dos direitos humanos como

torturas, assassinatos, desaparecimentos forçados e detenções arbitrárias.

Em setembro, o Congresso aprovou a incorporação da Guarda Nacional à SEDENA. Em outubro, porém, um juiz federal suspendeu essa decisão. O Congresso também aprovou a prorrogação de uma disposição que atribui às forças armadas uma função nas operações de segurança pública até 2028. Essas decisões foram promovidas pelo governo e apoiadas pelo Congresso, sem a participação da sociedade civil.¹ Organizações da sociedade civil, ativistas de direitos humanos e familiares de pessoas desaparecidas saíram às ruas para protestar contra a crescente militarização do país.

A partir de 2022, a Guarda Nacional ficou responsável por 227 áreas que normalmente estariam sob competência de órgãos civis, 148 das quais não estavam relacionadas à segurança pública, como construção de aeroportos e rodovias, gestão da vacinação contra a Covid-19 e fiscalização migratória.

Em novembro, a Suprema Corte decidiu pela constitucionalidade de um Decreto Presidencial de maio de 2020 que permitia a participação permanente das forças armadas em operações de segurança pública até 2024. Casos similares relativos à inconstitucionalidade da Lei da Guarda Nacional e à participação das forças armadas na segurança pública estavam pendentes na Suprema Corte mexicana no fim do ano.²

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

O ano revelou-se o mais mortífero da história para a imprensa nacional. Pelo menos 13 jornalistas foram mortos em possível conexão com seu trabalho. Muitos casos permaneceram sem investigações adequadas, e o Mecanismo de Proteção a Defensores dos Direitos Humanos e Jornalistas continuou aquém de seu objetivo de salvaguardar a vida e a segurança desses grupos.

Em suas coletivas de imprensa matinais, o presidente fez fortes críticas a jornalistas e organizações da sociedade civil que

questionaram as ações do governo, acusando-os de serem "conservadores" e "opositores". Na véspera do Dia Internacional da Mulher, o presidente declarou publicamente que as manifestantes feministas estavam se preparando com martelos, tochas e coquetéis molotov e que isso "não é defender as mulheres, nem sequer é feminismo, é uma postura conservadora e reacionária contra nós, contra nossa política de transformação".

Em abril, policiais armados e policiais à paisana espancaram mulheres que protestavam no Ministério Público de Chimalhuacán, no Estado do México. As manifestantes exigiam sanções contra três policiais que espancaram e detiveram uma ativista defensora dos direitos humanos. Ela foi detida incommunicável por duas horas. A polícia também jogou gás lacrimogêneo nas mulheres que estavam no local. Membros da Guarda Nacional estavam presentes e não agiram para proteger as manifestantes.

Em maio, manifestantes de diversas organizações e movimentos feministas se reuniram na cidade de Irapuato, estado de Guanajuato, para protestar pacificamente contra a violência de gênero, inclusive os feminicídios e os desaparecimentos de mulheres. As policiais espancaram e detiveram arbitrariamente pelo menos 28 manifestantes.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Entre janeiro e novembro, segundo registros, 3.450 mulheres foram mortas. Dessas mortes, 858 foram investigadas como feminicídios, o que equivale a uma média de 2,5 por dia. Os estados com maior índice de feminicídios registrados foram o estado do México (131), Nuevo León (85) e Cidade do México (70). A violência estrutural contra a mulher continuou a minar os direitos das mulheres de viver uma vida livre de violência, em um ambiente seguro e sem medo.

Em janeiro, um juiz do município de Nezahualcóyotl, no estado do México, condenou um homem pelo feminicídio de Diana Velázquez em 2017. Entretanto, as

autoridades não conduziram investigações eficazes para determinar outros supostos autores no caso.

Em fevereiro, em razão de um conflito de interesses e da falta da devida diligência por parte do Ministério Público do Estado de San Luis Potosí, a Procuradoria Geral da República (FGR) assumiu a investigação do feminicídio de Karla Pontigo, que foi assassinada em 2012. O governador do estado de San Luis Potosí não se encontrou com a mãe de Karla Pontigo, apesar de suas reiteradas solicitações.

Em novembro, o Ministério Público do Estado do México cancelou pela terceira vez o pedido de desculpas público que havia sido prometido para reconhecer a falta de diligência nas investigações dos feminicídios de Nadia Muciño Márquez, Diana Velázquez Florencio, Daniela Sánchez Curiel e Julia Sosa Conde.³

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Em abril, na cidade de Irapuato, estado de Guanajuato, um membro da Guarda Nacional disparou contra um carro em que estavam estudantes da Universidade de Guanajuato, matando um deles e ferindo outro gravemente.

Em agosto, na cidade de Nuevo Laredo, estado de Tamaulipas, integrantes da Guarda Nacional atiraram contra um carro em que estavam uma mulher e seus dois filhos. Uma das crianças, Heidi Mariana, de quatro anos, foi morta, e seu irmão de sete anos, Kevin, foi ferido.

Em outubro, membros da Guarda Nacional atiraram para o alto com munições reais para dispersar um protesto pacífico no estado de Jalisco.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Durante o ano, as autoridades registraram pelo menos 9.826 casos de pessoas perdidas e desaparecidas, das quais 6.733 eram homens e 3.077 eram mulheres. Com esses dados, o número total de casos de pessoas perdidas e desaparecidas no México entre 1964 e o fim de 2022 subiu para mais de 109.000. A impunidade quase sempre

prevalencia nesses casos. Segundo a Comissão Mexicana de Buscas, havia apenas 36 condenações pelo crime de desaparecimento.

Em 2022, o Comitê das Nações Unidas sobre Desaparecimentos Forçados publicou um relatório no qual destacou a crise forense no país – os corpos de mais de 52.000 pessoas em custódia das autoridades públicas ainda não haviam sido identificados.

Em agosto, o governo mexicano apresentou o relatório da Comissão para a Verdade e o Acesso à Justiça (Covaj) sobre o caso dos 43 estudantes de Ayotzinapa que desapareceram em 2014. A Covaj reconheceu que o desaparecimento dos estudantes foi um crime do Estado envolvendo o grupo criminoso Guerreros Unidos e funcionários do governo mexicano, inclusive membros das forças armadas.

Em setembro, Omar Gómez Trejo, procurador chefe da Unidade Especial para Investigação e Litigância no caso Ayotzinapa da Procuradoria Geral da República (UEILCA), renunciou, citando interferência indevida da FGR, que retirou 21 dos mandados de prisão solicitados, 16 dos quais eram contra militares. O Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes (GIEI) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que monitora o progresso no caso Ayotzinapa, criticou essa interferência, bem como a auditoria iniciada pela FGR em 5 de setembro sobre os trabalhos da UEILCA. Rosendo Gómez Piedra foi nomeado como novo procurador chefe da UEILCA, apesar da falta de apoio das famílias das vítimas e das organizações da sociedade civil para sua nomeação.⁴

Em agosto, a Subsecretaria de Direitos Humanos, População e Migração anunciou a criação do Centro Nacional de Identificação Humana para apoiar as investigações sobre desaparecimentos e auxiliar promotores públicos e advogados.

Em outubro, um juiz federal decidiu sobre uma petição de amparo, apresentada pela organização de direitos humanos Centro Prodh, ordenando a criação de um banco de

dados forense nacional dentro de 40 dias, uma das medidas pendentes desde a aprovação da Lei Federal sobre Desaparecimentos Forçados em 2017.

Durante o ano, pelo menos três mães à procura de seus filhos desaparecidos foram mortas. Em outubro, Rosario Lilián Rodríguez Barraza e Blanca Esmeralda Gallardo foram mortas nos estados de Sinaloa e Puebla, respectivamente, e, em novembro, María del Carmen Vázquez foi morta no estado de Guanajuato.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Em agosto, a Corte Interamericana de Direitos Humanos realizou uma audiência pública sobre o caso de Daniel García Rodríguez e Reyes Alpizar Ortiz, mantidos em prisão preventiva por mais de 17 anos. Uma decisão sobre o caso era esperada para 2023.

Em novembro, a Suprema Corte derrubou a prisão preventiva automática para crimes de fraude fiscal, contrabando e sonegação com uso de notas fiscais falsas. Outro caso relacionado à constitucionalidade da prisão preventiva automática ainda não havia sido decidido no fim do ano.

Em dezembro, a Suprema Corte ordenou a libertação imediata de Gonzalo García, Juan Luis López e Héctor Muñoz após sete anos e meio de prisão arbitrária no estado de Tabasco. A Corte considerou que seus direitos à presunção de inocência e ao devido processo haviam sido violados.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

De acordo com o Registro Nacional do Crime de Tortura, entre janeiro e setembro houve 1.840 denúncias de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes por agentes do Estado. Com isso, o número total de denúncias desde 2018 chegou a 14.243. Os estados com maior número de casos relatados foram Cidade do México, Chihuahua e Estado do México. No entanto, acredita-se que o número real de casos seja muito maior uma vez que mais de 93% de todos os crimes no país não são denunciados, segundo a

Pesquisa Nacional sobre Vitimização e Percepção da Segurança Pública do Instituto Nacional de Estatística e Geografia. Um motivo para essa subnotificação expressiva é que a maioria dos crimes denunciados fica impune.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Os defensores dos direitos humanos continuaram sendo submetidos a ameaças, estigmatização, prisão injusta, tortura e assassinatos. Algumas das famílias desses defensores também foram ameaçadas. Defensoras dos direitos humanos foram ainda submetidas à violência sexual.

Pelo menos 10 defensores foram assassinados durante o ano. Um relatório publicado em 2022 pela ONG Global Witness afirmou que 54 defensores da terra e ativistas ambientais foram assassinados em 2021, tornando o México o país mais mortal do mundo para as pessoas que defendiam esses direitos.

Em março, em uma declaração pública, o presidente se referiu a parlamentares europeus como "ovelhas", após uma declaração do Parlamento Europeu chamando a atenção para os ataques e assassinatos de defensores dos direitos humanos no México.

Em março, o defensor dos direitos ambientais Trinidad Baldenegro foi morto na cidade de Coloradas de la Virgen, estado de Chihuahua. Ele foi o mais recente membro do povo indígena Rarámuri a ser assassinado por seu trabalho de direitos humanos; entre as vítimas anteriores estava Julián Carrillo, assassinado em 2018.

Em junho, três pessoas foram mortas em uma igreja na cidade de Cerocahui, estado de Chihuahua, entre as quais estavam Javier Campos Morales e Joaquín Mora, ambos padres e defensores dos direitos humanos que trabalhavam para defender os direitos dos povos indígenas na Serra Tarahumara.

Em outubro, surgiram novos casos de uso do programa espião Pegasus, desta vez contra dois jornalistas, um defensor dos direitos humanos e um político da oposição. Estas últimas descobertas indicaram que

havia contratos entre a SEDENA e empresas ligadas a vendas anteriores do Pegasus. Em resposta a esses relatórios, o presidente alegou que o governo fazia um trabalho de inteligência, que não era espionagem. No mesmo mês, o grupo de ativistas digitais Guacamaya vazou informações de vários servidores pertencentes às forças armadas revelando o monitoramento das atividades da sociedade civil e de organizações de direitos humanos, incluindo a Anistia Internacional.⁵

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Em outubro, o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi legalizado no estado de Tamaulipas, o que legalizou esse tipo de casamento em todos os 32 estados do México.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Mais quatro estados descriminalizaram o aborto ao longo do ano, elevando para 11 o número de estados onde a prática é legal: Baja California, Baja California Sur, Ciudad de México, Coahuila, Colima, Guerrero, Hidalgo, Oaxaca, Quintana Roo, Sinaloa e Veracruz.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Em novembro, o México atualizou sua meta de NDCs de 22% para 35% de redução nas emissões de gases de efeito estufa até 2030. Durante a COP27, o México anunciou novos compromissos para enfrentar a crise climática, incluindo dobrar a produção de energia limpa, adicionando 105 gigawatts.

Em maio, um juiz federal suspendeu a construção da Seção 5 do Trem Maia, declarando que a obra colocava em perigo a biodiversidade e os direitos à terra dos povos indígenas, que dependem dos frágeis ecossistemas da selva maia. Apesar disso, o presidente classificou o projeto como de segurança nacional, permitindo que a construção prosseguisse.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

O Instituto Nacional de Migração recebeu o terceiro maior número de queixas de violações de direitos humanos (1.997 queixas) entre todas as instituições públicas, enquanto a Comissão de Refugiados ficou em 10 lugar (333 queixas).

As autoridades mexicanas detiveram pelo menos 281.149 pessoas em centros de detenção de imigrantes superlotados e deportaram pelo menos 98.299 pessoas, em sua maioria da América Central, incluindo milhares de crianças desacompanhadas.

Durante o ano, as autoridades detiveram várias pessoas migrantes e refugiadas em aeroportos do país e as submetem a tratamentos desumanos e degradantes.

O órgão de refugiados do país recebeu 118.478 pedidos de asilo. O maior número de solicitações veio de cidadãos de Honduras, seguido por Cuba, Haiti e Venezuela.

As autoridades continuaram a colaborar com os EUA na implementação de políticas estadunidenses que prejudicam o direito de asilo e o princípio de não-devolução. Essas políticas incluem a expulsão sumária de pessoas da América Central e da Venezuela com base no Título 42 do Código dos EUA, que limita drasticamente o acesso aos procedimentos de asilo na fronteira dos EUA com o México. Pessoas expulsas dos EUA para o México foram submetidas a várias formas de violência, como sequestro, violência sexual e roubo.

A Suprema Corte emitiu duas sentenças históricas para a proteção de migrantes. Em maio, declarou que os postos de controle de imigração dentro do México são inconstitucionais por serem discriminatórios. Em outubro, reconheceu que o Poder Executivo não havia publicado protocolos oficiais claros para a proteção de pessoas devolvidas ao território mexicano com base no protocolo "Permaneça no México" dos EUA (também conhecido como Migrant Protection Protocols, MPP).

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

O Congresso novamente não aprovou uma lei para regulamentar o direito dos povos indígenas ao consentimento livre, prévio e informado sobre os projetos que os afetam, garantido pela Convenção 169 da OIT, apesar de uma decisão da Suprema Corte de 2020 pedindo que a lei fosse aprovada.

1. "Mexico: Militarization of public security will lead to more human rights violations and perpetuate impunity", 9 de setembro
2. "Americas: Attempts to militarize public security in the region are a threat to human rights", 29 de novembro (Somente espanhol)
3. "Mexico: Rights of feminicide victims at risk", 13 de dezembro
4. "Mexico: State must guarantee truth, justice, and remembrance for families of Ayotzinapa students", 28 de setembro
5. "Americas: Military monitoring of civil society organizations shows deteriorating respect for human rights", 7 de outubro

MOÇAMBIQUE

República de Moçambique

Chefe de Estado e de governo: **Filipe Jacinto Nyusi**

As violações de direitos humanos provocadas pelo conflito armado prosseguiram no norte de Moçambique, agravando a crise humanitária. Grupos armados continuaram a queimar vilarejos, decapitar pessoas e sequestrar mulheres e meninas. Enquanto isso, as forças de segurança do governo que operam na área também cometeram violações de direitos humanos contra a população, como desaparecimento forçado, perseguição e intimidação de civis e extorsão de comerciantes. As pessoas deslocadas dentro do país continuaram a viver em condições deploráveis, com pouco acesso a comida, água e moradia. Os direitos de reunião pacífica e liberdade de expressão foram reprimidos. Uma nova lei de ONGs ameaçava limitar o espaço cívico se implementada.

INFORMAÇÕES GERAIS

O julgamento dos co-conspiradores no escândalo dos empréstimos secretos, no qual estavam implicados antigos e atuais

presidentes, revelou a traição da confiança pública e o abuso das instituições estatais para ganhos financeiros pessoais. Além disso, o julgamento expôs a profundidade e a amplitude das vulnerabilidades econômicas, sociais e políticas a que o país esteve exposto durante os sucessivos governos da Frente de Libertação de Moçambique.

Enquanto isso, o conflito armado entre forças governamentais e grupos armados conhecidos localmente como "Al-Shabaab" (sem qualquer ligação conhecida com o Al-Shabaab da Somália) na província de Cabo Delgado, no norte do país, prosseguiu com a intensidade habitual. As ofensivas conjuntas das forças moçambicanas, ruandesas e da Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (SAMIM) contra os grupos armados não conseguiram acabar com a insurgência. Os grupos armados se dispersaram e lançaram novas frentes de ataque em regiões anteriormente não afetadas, deslocando-se para oeste e sul nas províncias de Niassa e Nampula. Simultaneamente, o custo de vida insuportável, em consequência, sobretudo, do aumento do preço dos combustíveis, fez crescer a inquietação popular. Todos esses fatores minaram a confiança da população no governo do Presidente Nyusi.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Os grupos armados Al-Shabaab cometeram crimes de guerra decapitando civis, sequestrando mulheres e meninas e pilhando e incendiando vilarejos. Em um único dia, 21 de maio, eles atacaram os vilarejos de Chicomo, Nguida e Nova Zambézia, no distrito de Macomia, e queimaram casas, saquearam colheitas, decapitaram 10 pessoas e sequestraram mulheres e meninas. Em junho, insurgentes do Al-Shabaab atacaram o vilarejo de Mitopue, no distrito de Memba, província de Nampula, incendiando casas e saqueando propriedades. No mesmo distrito, em 6 de setembro, eles atearam fogo a mais casas e a um hospital, saquearam propriedades de

pessoas e mataram seis civis, incluindo uma freira católica. Na noite de 2 de setembro, insurgentes incendiaram casas, um posto de saúde e uma escola, deslocando 40.000 pessoas do distrito de Erati. Até o final do ano, todas as províncias do norte – Cabo Delgado, Nampula e Niassa – haviam sido atacadas.

As forças de segurança moçambicanas na província de Cabo Delgado fizeram desaparecer à força e sequestraram comerciantes para fins de extorsão. Em 13 de maio, os moradores de Macomia exigiram a retirada da Unidade de Intervenção Rápida da polícia depois de os agentes terem maltratado civis, inclusive com extorsão, sequestro de comerciantes em troca de resgate e ameaças aos moradores. Soldados lotados na base naval da cidade de Pemba submeteram civis que passavam pela área a agressões físicas, extorsões e roubos.

DIREITOS DAS PESSOAS DESLOCADAS DENTRO DO PAÍS

A expansão do conflito armado exacerbou a situação humanitária. O Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA) estimou que 1,5 milhões de pessoas deslocadas nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa precisavam de alguma forma de assistência e proteção humanitária devido ao conflito. Insegurança alimentar e hídrica, desnutrição, saúde precária e moradia inadequada caracterizavam as condições de vida dessas pessoas. Segundo o OCHA, na província de Cabo Delgado, os distritos mais afetados eram Chiure, Macomia, Metuge, Mocímboa da Praia, Montepuez, Mueda, Nangade, Palma, Pemba e Quissanga. A cidade de Pemba, por exemplo, acrescentou 152.000 pessoas deslocadas internamente a sua população original de 224.000, enquanto a população de Metuge cresceu de 101.000 para 228.000 habitantes. Cerca de 80% das pessoas deslocadas foram hospedadas por amigos e familiares, colocando uma carga excessiva sobre seus poucos recursos.

LIBERDADE DE REUNIÃO E DE ASSOCIAÇÃO

Os direitos à liberdade associação e de reunião pacífica foram reprimidos, ao mesmo tempo em que iniciativas legais para diminuir o espaço cívico eram introduzidas. Em 5 de fevereiro, policiais fortemente armados acompanhados por cães impediram um grupo de jovens de realizar um protesto pacífico contra o pagamento de pedágios no anel viário da capital, Maputo. O líder do grupo, Clemente Carlos, foi preso e detido na 18ª Delegacia de Polícia, onde foi submetido a abusos físicos e verbais. Ele foi libertado várias horas depois sem acusação.

Em 18 de agosto, a polícia reprimiu violentamente um protesto pacífico de comerciantes no distrito de Gondola, província de Sofala, que protestavam contra sua remoção pelas autoridades municipais, sem consulta ou aviso prévio adequado. A polícia fez disparos com munição real e feriu a tiros três manifestantes.

Em setembro, em meio à crescente repressão, o Conselho de Ministros elaborou uma nova Lei das Organizações Sem Fins Lucrativos, dando ao governo grandes poderes discricionários para diminuir ainda mais o espaço cívico. O projeto de lei ainda estava no parlamento aguardando consultas públicas sobre suas disposições, que começariam em fevereiro de 2023.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Jornalistas e defensores dos direitos humanos foram submetidos a ameaças, intimidações e prisões arbitrárias por criticarem o governo e seus funcionários. Em 22 de janeiro, indivíduos não identificados, suspeitos de serem agentes do Estado, invadiram o escritório do advogado de direitos humanos João Nhampossa e roubaram seu computador, pen drives, telefones celulares e vários documentos. Ele vinha trabalhando em casos sensíveis, inclusive no famigerado escândalo dos empréstimos secretos, e em casos relativos a postos de pedágio e à indústria extrativista. Na segunda semana de abril, o governador da província de Tete e o prefeito da cidade de

Tete ordenaram a prisão, detenção e interrogatório de um homem conhecido como Anastácio, após ele ter acusado dois funcionários do governo de conflitos de interesse por serem proprietários de terras em Chingodzi, em uma área reservada exclusivamente aos militares.

Em 16 de agosto, Adriano Nuvunga, diretor executivo da organização cívica Centro para a Democracia e o Desenvolvimento, recebeu ameaças de morte. Duas balas não utilizadas foram encontradas em seu pátio dianteiro embrulhadas em papel com a mensagem: "Cuidado, Nuvunga". Em 19 de setembro, dois homens não identificados apresentaram uma bala não usada a Armando Nenane, jornalista e diretor da revista Crônica Jurídica e Judiciária, no centro de Maputo. Os homens alegaram estar cumprindo ordens de seus superiores, depois que um tribunal absolveu Armando Nenane das acusações de falsificação de documentos e difamação feitas pelo ex-ministro da Defesa Nacional. Após ser inocentado, Armando Nenane apresentou queixa por "denúncia caluniosa" e difamação contra o ex-ministro e membros dos serviços de inteligência e contraespionagem.

NICARÁGUA

República da Nicarágua

Chefe de Estado e de governo: **Daniel Ortega Saavedra**

A crise de direitos humanos persistiu no país. Defensores dos direitos humanos, jornalistas e outros ativistas continuaram a ser hostilizados e criminalizados. As pessoas detidas no contexto da crise foram mantidas em condições severas e não tiveram seu direito a um julgamento justo assegurado. Os povos indígenas continuaram em risco.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU estabeleceu um mecanismo independente de responsabilização para as violações de direitos humanos e crimes

contra a humanidade perpetrados desde 2018 na Nicarágua.¹ O Conselho manifestou preocupação com o afastamento da Nicarágua dos mecanismos internacionais de direitos humanos.

Durante o ano, o governo reduziu suas relações diplomáticas com outros atores internacionais. Em março, expulsou o Núncio Apostólico. Em abril e maio, retirou seus diplomatas da OEA, exigiu que os funcionários da organização deixassem o país e ocupou seus escritórios na capital, Manágua. Em setembro, o governo expulsou o Embaixador da UE.

O governo impediu a maioria dos partidos políticos de participar das eleições municipais de novembro, retirando seu estatuto jurídico. Após as eleições de novembro, a polícia reprimiu manifestações de apoiadores do partido indígena YATAMA na região da Costa Norte caribenha, quando pelo menos 19 pessoas foram detidas arbitrariamente.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O governo continuou a endurecer as restrições ilegais dos direitos à liberdade de expressão, reunião pacífica e associação, prejudicando os movimentos sociais e políticos.

Ativistas políticos e outras pessoas consideradas opositores das políticas governamentais enfrentaram várias formas de assédio. Em agosto, a polícia impediu o bispo de Matagalpa, que havia se manifestado contra as políticas repressivas do governo, de ir à catedral para celebrar a missa. Em agosto, o governo abriu uma investigação criminal contra o bispo que, no fim do ano, estava em prisão domiciliar.

Jornalistas e veículos de comunicação continuaram a enfrentar obstáculos ao seu trabalho, enquanto as agressões e hostilidades contra eles permaneciam impunes. Pelo menos dois jornalistas foram sentenciados a penas de prisão em julgamentos injustos. Ao menos 15 emissoras de rádio e televisão foram fechadas durante o ano. Em agosto, a polícia fez uma busca na capela católica de Sébaco para apreender o

equipamento de uma estação de rádio que havia sido fechada.

O governo se recusou a permitir a entrada de supostos críticos no país, inclusive de alguns com cidadania nicaraguense. Entre as pessoas barradas estavam artistas, defensores dos direitos humanos, acadêmicos e padres.

Em outubro, especialistas da ONU e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) exortaram o governo a se abster de usar a lei arbitrariamente e de aplicar práticas abusivas para restringir a participação dos cidadãos, bem como as liberdades de expressão, reunião pacífica e associação.

REPRESSÃO ÀS DIVERGÊNCIAS

As autoridades revogaram o estatuto jurídico de mais de 1.000 organizações durante o ano, dando continuidade à tendência de fechamento de espaços cívicos que começou em 2018, continuou com a Lei de Regulação de Agentes Estrangeiros de 2020 e se intensificou em 2022 com a Lei Geral de Regulamentação e Controle das Organizações Sem Fins Lucrativos.

Defensores dos direitos humanos e ONGs continuaram a ser perseguidos e intimidados. As organizações cujo estatuto jurídico foi revogado em 2018 continuaram sem trabalhar por medo de represálias e seus bens não lhes foram devolvidos.

Defensores dos direitos humanos exilados na Costa Rica e em outros países da região não puderam retornar à Nicarágua em condições seguras e continuaram a realizar seu trabalho no exterior.

Até o fim do ano, pelo menos 12 universidades foram fechadas pelo governo, o que parecia ser uma retaliação ao posicionamento político de alguns de seus funcionários e alunos.

IMPUNIDADE

A impunidade persistiu para os crimes de direito internacional e as violações de direitos humanos cometidos no passado, como detenção arbitrária, desaparecimento forçado, tortura e outros maus-tratos.

DIREITOS DOS DETENTOS

No fim do ano, 225 pessoas (26 mulheres e 199 homens) permaneciam detidas em conexão com a crise de direitos humanos que começou em 2018.

Os detentos eram mantidos em condições que violavam as leis e normas internacionais de direitos humanos. ONGs e parentes de reclusos expressaram preocupação com a prática de detenção prolongada em regime de incomunicabilidade, com a negação de assistência médica, com a proibição de visitas familiares e outras violações dos direitos das pessoas privadas de liberdade. As mulheres enfrentaram violações específicas de gênero, como agressões verbais de cunho sexual, regime de isolamento prolongado e restrições adicionais às visitas de seus filhos pequenos. Alguns detidos foram mantidos em instalações policiais em vez de centros de detenção formais.

Em fevereiro, Hugo Torres Jiménez, um conhecido político de oposição detido em 2021, morreu em custódia do Estado. A Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos manifestou preocupação com esse caso e com a saúde de outras pessoas que estavam ou haviam estado detidas no complexo policial Evaristo Vásquez, na cidade de Manágua.

JULGAMENTOS INJUSTOS

As garantias de um julgamento justo foram constantemente violadas pelas autoridades de investigação e acusação.

Em fevereiro, a Procuradoria Geral da República anunciou o início dos julgamentos de opositores e críticos do governo detidos. As autoridades não garantiram os direitos dos acusados de se reunir com seus advogados com tempo e privacidade suficientes para preparar sua defesa. Os advogados não puderam examinar os arquivos judiciais antes das audiências.

Pelo menos 50 pessoas detidas no contexto dos distúrbios políticos que começaram em 2018 foram julgadas durante o ano. Muitas foram condenadas e sentenciadas a até 13 anos de prisão por delitos políticos e relativos

à corrupção. Alguns casos foram julgados em uma penitenciária em vez de um tribunal normal. Observadores continuaram impedidos de assistir os procedimentos, que foram realizados a portas fechadas.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas e os afrodescendentes continuaram a enfrentar discriminação e obstáculos ao exercício de seus direitos.

Em fevereiro, a CIDH concedeu a prorrogação das medidas cautelares para salvaguardar a vida e a integridade dos membros das comunidades Musawas, Wilú e Suniwas do povo indígena Mayangna. Eles estavam em situação de risco devido às constantes dificuldades enfrentadas no processo de regularização da posse de seus territórios.

Em abril, pelo menos 25 famílias Miskito foram deslocadas à força de seus assentamentos na aldeia de Sang Sang, na região da costa caribenha, devido a ameaças de indivíduos armados, num contexto de expropriação de terras.

Em agosto, o Comitê CERD manifestou preocupação com a violência contra os povos indígenas e as comunidades afrodescendentes e exortou as autoridades a protegerem seus direitos.

-
1. "Nicaragua: UN accountability mechanism is a crucial step towards justice", 31 de março

NIGÉRIA

República Federal da Nigéria

Chefe de Estado e de governo: **Muhammadu Buhari**

Milhares de civis foram mortos, feridos ou deslocados pelo conflito armado entre os grupos armados Boko Haram e Estado Islâmico na Província da África Ocidental (EI-AO) e os militares nigerianos no nordeste da Nigéria. Todas as partes no conflito cometeram violações do direito internacional, inclusive crimes de guerra, com impunidade. Em outros lugares, grupos criminosos perpetraram homicídios ilegais e

violências, ao que as autoridades responderam com desaparecimentos forçados, tortura, detenções arbitrárias e restrições severas às liberdades de expressão e de reunião pacífica. Veículos de comunicação e jornalistas tiveram sua liberdade de expressão cerceada pelas autoridades. Ativistas e manifestantes enfrentaram restrições aos seus direitos à liberdade de expressão e de reunião pacífica. Mais de 60.000 pessoas foram removidas à força de suas casas. A omissão em proteger as pessoas dos efeitos das mudanças climáticas resultou em mortes e deslocamentos.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

O Estado não cumpriu sua responsabilidade de proteger as pessoas contra vários abusos cometidos pelo Boko Haram e pelo EI-AO, bem como por pistoleiros desconhecidos. De acordo com a imprensa, eles mataram pelo menos 6.907 pessoas, sequestraram 6.157 e transferiram à força ou deslocaram internamente pelo menos 2.000.

No decorrer do ano, os ataques do Boko Haram, que aconteciam principalmente no nordeste, se alastraram por alguns estados do centro-norte e noroeste da Nigéria. Os ataques do grupo contra civis, que tiveram como alvos vilarejos, comunidades agrícolas e transportes ferroviários e rodoviários, constituíram crimes de guerra.

Organizações da sociedade civil relataram que, em 26 de maio, o Boko Haram matou pelo menos 60 pessoas na comunidade de Rann, no estado de Borno.

Em 5 de julho, pistoleiros atacaram a prisão de Kuje em Abuja e libertaram mais de 60 suspeitos de serem membros de Boko Haram.

Segundo os meios de comunicação, em 15 de novembro, o Boko Haram teria matado mais de 15 mulheres na comunidade de Gwoza, no estado de Borno, depois de acusá-las de serem bruxas.

Das centenas de estudantes sequestradas pelo Boko Haram nos anos anteriores, 11

meninas permaneciam em cativeiro no fim do ano.

FORÇAS DE SEGURANÇA

As forças de segurança violaram constantemente os direitos humanos no contexto das operações militares contra o Boko Haram no nordeste da Nigéria.

Em dezembro, a Reuters informou que os militares nigerianos conduziam um programa secreto de aborto forçado no nordeste do país desde 2013, que interrompeu pelo menos 10.000 gestações sem o consentimento ou o conhecimento prévio das mulheres e meninas envolvidas, o que pode configurar crime de guerra e crime contra a humanidade.

As autoridades nigerianas quase nunca responsabilizaram os membros do aparato de segurança por crimes cometidos contra civis.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

Em 13 de janeiro, o governo suspendeu uma interdição de sete meses da plataforma de mídia social Twitter. Em 14 de julho, o tribunal da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) declarou que a proibição do Twitter era ilegal e ordenou que o Estado nigeriano respeitasse, protegesse, promovesse e cumprisse os direitos à liberdade de expressão, de informação e de imprensa.

Em 2 de fevereiro, a Comissão de Radiodifusão da Nigéria (NBC) suspendeu um programa da rádio Vision FM por causa de um debate sobre a suposta incompetência do chefe da Agência Nacional de Inteligência, Rufai Abubakar. Em 3 de agosto, a NBC puniu quatro veículos de comunicação por exibirem um documentário que consideraram "promover" o terrorismo.

Em 16 de outubro, o governo estadual de Zamfara fechou cinco veículos de comunicação por transmitirem um comício de campanha do partido de oposição.

Em 7 de novembro, um tribunal em Kano condenou duas personalidades das mídias sociais, Mubarak Muhammad, conhecido como Uniquepikin, e Nazifi Muhammad, a uma semana de detenção, açoitamento e

multa por terem supostamente difamado o governador do estado de Kano em um quadro humorístico.

ATIVISTAS E MANIFESTANTES

O governo continuou a reprimir os protestos. Em 5 de abril, Mubarak Bala, presidente da Associação Humanista da Nigéria, foi condenado em Kano a 24 anos de prisão, num processo criminal por violação da paz. As acusações se referiam a postagens que ele fez no Facebook em abril de 2020 supostamente insultando o Profeta Maomé.

Em 14 de maio, o governador do estado de Kaduna, Nasir el-Rufai, proibiu os protestos religiosos no estado.

Em 27 de julho, o Chefe de Justiça do Estado de Akwa Ibom condenou o ativista Inibehe Effiong a um mês de prisão, sem julgamento, por "desrespeito".

Os prisioneiros de consciência Omoyele Sowore e Olawale Bakare continuaram a enfrentar acusações forjadas e julgamentos prolongados por organizarem protestos pacíficos demandando respeito aos direitos humanos e ao Estado de direito.

Em 20 de outubro, a polícia usou gás lacrimogêneo contra manifestantes durante a comemoração de dois anos do protesto #EndSARS no posto de pedágio de Lekki. Pelo menos quatro pessoas foram detidas.

JORNALISTAS

Em 21 de março, um Tribunal Superior Federal em Calabar rejeitou as acusações falsas de traição contra o jornalista Agba Jalingo. Ele já havia passado mais de 179 dias detido.

Em 13 de maio, o blogueiro Bashiru Hameed foi detido por publicar a suposta ficha criminal do governador do Estado de Ogun. Ele foi libertado depois de ser obrigado a remover a publicação.

Em 13 de outubro, os jornalistas Abdurashheed Akogun, da Fresh Insight TV, e Dare Akogun, da rádio Sobi FM, foram detidos pela polícia do estado de Ilorin Kwara por causa de uma mensagem no WhatsApp que alegava apropriação indevida de fundos públicos pelo governador do estado de Kwara.

Em 22 de julho, cinco funcionários do jornal digital Peoples Gazette foram presos em Abuja após uma reportagem supostamente difamatória publicada pelo jornal sobre o ex-chefe do Estado-Maior do Exército.

Umaru Maradun, correspondente do jornal Leadership no estado de Zamfara, foi detido por motivos não revelados em 23 de julho e libertado no dia seguinte sem acusação.

Em 4 de agosto, Casmir Uzomah, funcionário de uma rádio do estado de Imo, passou mais de dois meses detido pelo Serviço de Segurança do Estado por veicular uma música considerada "ofensiva" ao governador do estado.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Pelo menos 40 manifestantes permaneceram detidos sem julgamento na Penitenciária de Agodi, em Ibadan, e na Penitenciária de Kirikiri, em Lagos, dois anos depois de participarem dos protestos #EndSARS contra as forças de segurança nigerianas. Em 4 de fevereiro, 21 manifestantes que participaram do #EndSARS e ficaram detidos por 15 meses em regime de incomunicabilidade na Penitenciária de Afaraukwu, em Umuahia, foram libertados sem acusação.

Em 23 de junho, o Tribunal Superior de Abuja concedeu indenização à Glory Okolie por ela ter passado 150 dias detida por alegações de espionagem para o grupo separatista Povo Indígena de Biafra (IPOB).

Em 13 de outubro, o Tribunal de Recursos absolveu o líder do IPOB, Nnamdi Kanu, das acusações criminais contra ele e declarou que seu sequestro no Quênia para ser levado à Nigéria fora ilegal e violara seu direito a um julgamento justo.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos permaneceram generalizados dentro do sistema de justiça criminal. Pelo menos 21 manifestantes do #EndSARS foram torturados enquanto detidos. No Departamento de Investigação Criminal de Umuahia e em outras instalações da polícia, os policiais torturaram os manifestantes presos amarrando suas mãos a barras de

ferro e açoitando seus tornozelos com varas. As vítimas relataram à Anistia Internacional que pelo menos dois manifestantes foram torturados até a morte.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Vários homens foram submetidos a desaparecimentos forçados pelas autoridades em resposta às atividades do IPOB.

Sunday Nwafor, Uzonwanne Ejiofor e Wilfred Dike, que haviam sido detidos de modo secreto pelos militares, sem acusação ou julgamento, desde 27 de fevereiro de 2020, foram libertados em 14 de setembro.

Abubakar Idris, crítico do governo, continuou desaparecido desde seu sequestro em 2019 por pessoas suspeitas de serem agentes do Estado.

USO EXCESSIVO E DESNECESSÁRIO DA FORÇA

As forças de segurança usaram força excessiva para dispersar protestos e reuniões pacíficas. Em 19 de outubro, a polícia atirou gás lacrimogêneo em paraatletas que protestavam no distrito de Surulere, em Lagos, por terem sido excluídos do Festival Nacional de Esportes.

Em 17 de outubro, um tribunal forense descobriu que a polícia havia matado Jumoke Oyeleke a tiros durante uma manifestação da Nação Iorubá em Ojota, no estado de Lagos. Em 4 de outubro, a polícia matou uma pessoa e feriu outras duas que protestavam contra o assédio de funcionários da Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros na cidade de Ughelli, no estado de Delta.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

As forças de segurança nigerianas mataram pelo menos 122 pessoas em resposta ao aumento da violência e às mortes de seus agentes no sudeste da Nigéria.

Em 17 de julho, pelo menos sete pessoas foram executadas extrajudicialmente por agentes paramilitares patrocinados pelo estado de Ebubeagu na cidade de Awo-Omamma, estado de Imo.

REMOÇÕES FORÇADAS

Em 17 de agosto, funcionários da Administração do Território da Capital Federal (FCTA) e agências de segurança demoliram cerca de 100 estruturas na comunidade indígena de Dubaidna Durumi 3, em Abuja. Os agentes de segurança usaram força desnecessária e excessiva, lançando gás lacrimogêneo e agredindo fisicamente os moradores. Alguns deles sofreram ferimentos e várias crianças foram expostas ao gás lacrimogêneo, com duas delas sofrendo desmaio. A pressão sobre a comunidade indígena para desocupar suas terras ancestrais persistiu.

Outras comunidades no Território da Capital Federal – como as localizadas na área da Estrada do Aeroporto, em Gishiri e em Banana Village – foram demolidas, enquanto várias outras continuavam ameaçadas de remoção forçada pela FCTA.

Em 29 de janeiro, as autoridades do estado de Rivers removeram à força milhares de moradores de comunidades ribeirinhas de suas casas em Diobu, Port Harcourt. A remoção forçada foi realizada sem aviso prévio ou consulta adequada.

DIREITO À VIDA E À SEGURANÇA PESSOAL

As autoridades ignoraram as previsões antecipadas de chuvas fortes e inundações, que a ONU afirmou terem sido exacerbadas pelas mudanças climáticas, e não tomaram providências suficientes para mitigar seu impacto. Segundo a ONU, mais de 1,9 milhões de pessoas foram atingidas pelas inundações em 25 estados. Pelo menos 500 pessoas morreram e mais de 1,4 milhões foram deslocadas internamente em toda a Nigéria. As inundações provocaram surtos de doenças transmitidas pela água, especialmente nos estados do nordeste. Mais de 320 mortes por cólera foram relatadas nos estados de Yobe, Borno e Adamawa.

As ações de bandoleiros se intensificaram no Noroeste, com ataques e sequestros. Devido à falta de medidas por parte das autoridades para proteger as comunidades, grupos armados concorrentes conseguiram

efetivamente tomar o controle de algumas áreas da Nigéria, impondo a cobrança de impostos e toques de recolher, e limitando a circulação de pessoas e seus meios de subsistência. No sudeste do país, pistoleiros não identificados efetuaram ataques-relâmpago, assassinatos e roubos de propriedades que dificultaram a vida das comunidades locais.

Operações militares contra os bandidos foram realizadas no Noroeste e contra a Rede de Segurança Oriental do IPOB no Sudeste. As forças de segurança reiteradamente violaram os direitos humanos no contexto dessas operações. De acordo com informações da imprensa, em 17 de abril, militares abriram fogo contra residentes civis em Orlu, no estado de Imo, matando cerca de quatro pessoas.

Os ataques de justiceiros tornaram-se comuns. Entre janeiro e dezembro, registraram-se mais de 75 mortes em ataques de justiceiros em toda a Nigéria. Especialistas em segurança atribuíram a incidência crescente desses ataques à falta de confiança das pessoas no sistema de justiça.

Em 28 de março, pelo menos 65 pessoas foram sequestradas e oito mortas por pistoleiros que atacaram um trem entre a capital, Abuja, e a cidade de Kaduna.¹

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

A poluição e os danos ambientais relacionados ao petróleo continuaram a minar os direitos humanos das pessoas no Delta do Níger. Em 16 de junho, a Suprema Corte da Nigéria manteve a decisão de um tribunal inferior impedindo a Shell de vender seus ativos nigerianos até a resolução da disputa sobre uma compensação para a comunidade do Delta do Níger atingida por um derramamento de petróleo em 2019. A limpeza realizada pela Shell continuou sendo inadequada.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

Mais de 1.776 escolares haviam sido sequestrados por grupos armados desde 2014. As autoridades nigerianas continuaram

sem investigar esses ataques e sem proteger as crianças.

Segundo a UNESCO, aproximadamente 20 milhões de crianças e jovens não frequentavam a escola na Nigéria devido às barreiras econômicas e às práticas socioculturais que desestimulavam a educação formal. Essa situação foi exacerbada pelos altos níveis de insegurança e de sequestro de crianças em idade escolar.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Em março, a Assembleia Nacional votou contra cinco projetos de lei que buscavam promover a igualdade de gênero. Após vários protestos de grupos de mulheres e organizações da sociedade civil, a Assembleia Nacional se comprometeu a reconsiderar três dos projetos.

O Judiciário da Capital Federal designou quatro juizes para processar todos os casos de violência sexual e de gênero dentro do Território da Capital Federal – a área central da Nigéria que inclui Abuja – para agilizar as audiências desses casos e garantir o acesso à justiça para as vítimas.

Durante o ano, os estados de Borno, Taraba, Gombe e Zamfara aprovaram a Lei de Proibição da Violência contra Pessoas, que, com essas aprovações, passa a vigorar em 35 dos 36 estados do país. Ainda assim, a violência contra mulheres e meninas continuou endêmica e os relatos de casos de violência doméstica e sexual aumentaram.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Em junho, três homens gays – Abdullahi Beti, Kamilu Ya'u e Mallam Haruna – foram presos com base na Lei de Casamento (Proibição) entre Pessoas do Mesmo Sexo de 2013 e posteriormente condenados à morte por um tribunal da Sharia em Ningi, no estado de Bauchi.

Em 1º de maio, cerca de 50 ativistas LGBTI protestaram em Abuja contra um projeto de lei que criminaliza o transformismo (*crossdressing*).

DIREITOS DAS PESSOAS DESLOCADAS DENTRO DO PAÍS

Mais de 2,4 milhões de pessoas permaneceram deslocadas internamente no nordeste da Nigéria. Em uma tentativa de reassentar todos os deslocados internos que vivem em Maiduguri, o governo do estado de Borno fechou quatro campos em julho e reassentou 11.000 famílias. A maioria das pessoas reassentadas não tinha comida suficiente nem acesso a comodidades básicas.

PENA DE MORTE

Os tribunais de toda a Nigéria continuaram a impor sentenças de morte. Não foram realizadas execuções. Em 28 de junho, o estado de Zamfara emendou suas leis para permitir a pena de morte por sequestro.

Em agosto, o Tribunal de Recursos ordenou a reabertura do processo contra o músico Aminu Yahaya-Sharif, condenado à morte por blasfêmia em 2020.

1. "Nigeria: 50 days into their abduction, at least 62 Kaduna-Abuja train passengers remain in captivity", 17 de maio

PAQUISTÃO

República Islâmica do Paquistão

Chefe de Estado: **Arif Alvi**

Chefe de governo: **Shehbaz Sharif (substituiu Imran Khan em abril)**

Graves violações dos direitos humanos, como desaparecimentos forçados, tortura, repressão a protestos pacíficos, ataques contra jornalistas e violência contra minorias religiosas e outros grupos marginalizados, continuaram acontecendo. Uma reação contrária aos direitos legais das pessoas transgênero fez aumentar a violência contra essas pessoas. O Senado aprovou uma lei que, pela primeira vez, criminalizaria a tortura cometida por agentes do Estado. Turbulências políticas causaram grandes incertezas. Uma crise econômica prejudicou gravemente os direitos econômicos da população. A

mudança climática exacerbou as ondas de calor seguidas por enchentes devastadoras, que mataram muitas pessoas e prejudicaram uma série de direitos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 9 de abril, Imran Khan foi deposto do cargo de primeiro-ministro após um controverso voto de desconfiança no parlamento. Em 11 de abril, o parlamento elegeu Shehbaz Sharif, líder da Liga Muçulmana do Paquistão-Nawaz (PML-N), como o novo primeiro-ministro. Imran Khan e seu partido, o Movimento Paquistanês pela Justiça (PTI), acusaram os Estados Unidos e o Movimento Democrático Paquistanês (uma coalizão instável de partidos da oposição) de conspirar para removê-lo do cargo, provocando semanas de agitação política durante as quais os apoiadores de Imran Khan protestaram por todo o país.

Sua destituição foi vista pela maioria como consequência de Imran Khan ter perdido o respaldo dos poderosos militares do país, que teriam apoiado o movimento para retirá-lo do poder. Os protestos prosseguiram por vários meses, motivados pela exigência do PTI de que novas eleições fossem realizadas. Em 3 de novembro, durante uma longa marcha de protesto da cidade de Lahore até a capital federal, Islamabad, Imran Khan sobreviveu a uma aparente tentativa de assassinato. O atentado a tiros marcou um momento crucial em um ambiente político já tensionado, com manifestações sendo realizadas diante das instalações militares.

Entre março e maio, a mudança climática provocou algumas das temperaturas mais altas registradas em 60 anos no Paquistão¹. Algumas das áreas mais afetadas foram o alto Sindh e o baixo Punjab. A consequente seca foi exacerbada por um surto fatal de cólera que coincidiu com a escassez de água em maio. Em seguida vieram as inundações, que atingiram principalmente as províncias de Sindh e Baluquistão. Mais de 1.100 pessoas morreram e 33 milhões foram afetadas. Quase 750.000 pessoas ficaram sem acesso a moradias seguras e adequadas, educação ou infraestrutura de

saúde. Grandes extensões de terras agrícolas foram inundadas, trazendo temores de uma iminente crise de escassez de alimentos e provocando aumento de preços. Na reunião da COP27 sobre mudança climática em novembro, o primeiro-ministro Shehbaz Sharif disse que cerca de US\$ 30 bilhões em financiamento internacional seriam necessários para compensar o Paquistão por perdas e danos.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

As autoridades do Estado continuaram recorrendo a desaparecimentos forçados para atingir defensores dos direitos humanos, jornalistas e pessoas que faziam críticas às autoridades. De acordo com a Comissão de Inquérito sobre Desaparecimentos Forçados, até 31 de outubro, pelo menos 2.210 casos – provavelmente muitos mais – ainda não haviam sido resolvidos. A intimidação de famílias e vítimas que buscavam justiça costumava seguir por vários anos após o desaparecimento forçado de seu ente querido.

Em junho, os jornalistas Nafees Naeem e Arsalan Khan foram sequestrados separadamente pelas autoridades; ambos foram libertados após 24 horas². Em 28 de abril, o estudante balúqui Bebagr Imdad desapareceu à força quando visitava um amigo na Universidade de Punjab, em Lahore. Ele foi libertado 13 dias depois.

Em 21 de outubro, pela segunda vez em pouco mais de um ano, a Assembleia Nacional aprovou um projeto de lei que criminaliza a prática de desaparecimentos forçados. Segundo os meios de comunicação, vários parlamentares pediram a retirada de trechos que previam multa e pena de prisão para denúncias “falsas” de desaparecimento forçado. Até o fim do ano a lei não havia sido promulgada, pois não fora aprovada pelo Senado, nem disponibilizada ao público.

A Anistia Internacional documentou o uso frequente de desaparecimentos forçados na província do Baluquistão. Essas ocorrências aumentaram após um atentado suicida na Universidade de Karachi em 25 de abril,

reivindicado pelo Exército de Libertação do Baluquistão, que deixou quatro pessoas mortas. Ativistas balúquis afirmaram à imprensa que o estado estava usando o atentado como desculpa para perseguir mulheres, ativistas e manifestantes balúquis. Noticiou-se na imprensa que duas ativistas balúquis foram sequestradas num período de uma semana. Em 7 de junho, os estudantes Doda Ellahi e Gamshad Baloch desapareceram à força de suas casas em Karachi. Após quatro dias de protestos pacíficos, eles foram libertados em 14 de junho³.

LIBERDADE DE REUNIÃO

As autoridades restringiram severamente o direito à liberdade de reunião pacífica, assediando, prendendo e detendo críticos e opositores políticos, bem como dispersando à força protestos e agredindo jornalistas e outras pessoas.

Os apoiadores do primeiro-ministro deposto Imran Khan realizaram protestos em todo o país. Alguns se tornaram violentos; em Islamabad, os manifestantes atiraram pedras contra a polícia, atearam fogo em árvores e danificaram veículos. Alguns protestos foram recebidos com força excessiva. Em 25 de maio, em Lahore, a polícia disparou bombas de gás lacrimogêneo em protestos pacíficos.

Ativistas e famílias de pessoas desaparecidas à força realizaram protestos pacíficos que quase sempre foram confrontados com o uso ilegal da força, além de intimidações ou detenções arbitrárias. Em 13 de junho, a polícia usou força ilegal para dispersar os manifestantes que estavam em frente à Assembleia de Sindh, em Karachi. Um vídeo do incidente mostrava policiais uniformizados, alguns segurando bastões, se aproximando dos manifestantes sentados. A polícia passou a agarrar violentamente homens e mulheres e arrastá-los pelo chão, antes de atirar ou forçar os manifestantes para dentro das viaturas policiais.

Em 27 de junho, em Karachi, as pessoas começaram a protestar contra a falta de água e de eletricidade no verão mais quente já registrado. Segundo a imprensa, a polícia

usou bastões e gás lacrimogêneo para dispersar violentamente os manifestantes que bloqueavam uma estrada que leva até o porto⁴.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades reforçaram ainda mais o controle dos meios de comunicação. Profissionais da imprensa relataram o aumento da coerção, da censura e das prisões de jornalistas.

Em 13 de abril, a Agência Federal de Investigação (FIA) prendeu oito pessoas na província do Punjab por supostamente organizarem uma campanha de difamação das instituições do Estado nas mídias sociais.

Em 5 de julho, a polícia prendeu o jornalista Imran Riaz Khan por acusações de sedição relacionadas a críticas aos militares. Ele foi preso com base em disposições do Código Penal, como difamação, e várias seções da draconiana Lei de Prevenção dos Crimes Eletrônicos. No dia 7 de julho, um tribunal ordenou sua libertação, mas a polícia imediatamente o prendeu de novo. Em 9 de julho, ele foi libertado provisoriamente sob fiança. Até o fim do ano, ele não havia sido levado a julgamento.

Em 21 de maio, Shireen Mazari, alta dirigente do partido Movimento Paquistanês pela Justiça (PTI), foi detida pela polícia perto de sua casa em Islamabad. Ela foi presa em conexão com uma disputa de terra de 1972, mas sua família sugeriu que a prisão teve motivos políticos, em razão de suas críticas ao governo e aos militares. Shireen Mazari foi libertada no mesmo dia por ordem do Tribunal Superior de Islamabad. Foi aberto um processo contra sua filha, Imaan Hazir-Mazari, por ela ter feito declarações "desabonadoras" sobre o exército após a prisão de sua mãe. Em 20 de junho, as acusações contra Imaan Hazir-Mazari foram retiradas depois que ela publicou uma declaração dizendo-se arrependida.

Em 1 de julho, homens não identificados atacaram Ayaz Amir, analista sênior da Dunya News. Alguns dias antes, ele teria

criticado Imran Khan e os militares durante um seminário.

Em outubro, Arshad Sharif, jornalista e conhecido apoiador de Imran Khan, foi morto no Quênia, onde teria se refugiado depois de sofrer ameaças no Paquistão. Um comitê governamental de dois membros foi encarregado de investigar a morte e, em dezembro, concluiu que se tratava de um "assassinato planejado".

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE CRENÇA

Alegações de blasfêmia continuaram a provocar violência contra minorias religiosas e contra muçulmanos. Em janeiro, uma mulher foi condenada à morte por mensagens supostamente "blasfêmicas" que enviou pelo WhatsApp. Em fevereiro, no distrito de Khanawal, um homem foi linchado até a morte por um grupo de pessoas após ser acusado de queimar páginas do Sagrado Alcorão. Em outubro, em Ghotki, um homem com deficiências físicas foi afogado à força por um visitante no santuário onde vivia depois de ter sido acusado de blasfêmia.

Em setembro, a Suprema Corte emitiu uma ordem histórica pedindo "o maior cuidado" a "todos os envolvidos para que não ocorra nenhuma injustiça na administração da justiça", em reconhecimento das inúmeras violações do devido processo legal na investigação e no julgamento de casos de blasfêmia.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

O Projeto de Lei (para Prevenção e Proteção) da Violência Doméstica (2021) não foi promulgado pela Assembleia Nacional, apesar de ter sido aprovado no Senado em 2021. Vários casos de grande repercussão chamaram a atenção para o persistente problema da violência contra as mulheres.

Em 24 de fevereiro, Zahir Jaffer foi condenado à morte pela tortura, estupro e assassinato de Noor Mukadam em 2021. Apesar disso, as condenações em casos de violência de gênero são muito poucas, o que deu grande significado à sentença condenatória de Zahir Jaffer. Entretanto, uma

reforma processual e institucional de longo alcance – que não recorra à pena de morte – ainda se faz necessária para enfrentar o problema endêmico da violência contra as mulheres.

DIREITOS DAS PESSOAS TRANSGÊNERO

A despeito da Lei dos Direitos Transgêneros de 2018, as pessoas trans continuaram a enfrentar violência e discriminação. Em setembro, o senador Mushtaq Ahmad Khan, do partido islâmico Jamat-e-Islami, impugnou a Lei no Tribunal Federal Shariat, alegando que não estava em conformidade com as injunções do Islã sob a Constituição e que a lei "promove a homossexualidade". O Conselho de Ideologia Islâmica exortou o governo a formar um comitê para rever a legislação.

Ativistas transgênero relataram ser alvo de campanhas nas redes sociais que alimentam a retórica anti-transgênero e incitam a violência e o discurso de ódio contra essas pessoas. Relataram ainda que recebem ameaças e precisam se esconder e alterar suas rotinas diárias para evitar serem atacados. O Projeto de Monitoramento de Assassinatos Trans informou que, entre outubro de 2021 e setembro de 2022, 18 pessoas transgênero foram mortas no Paquistão, o maior número na Ásia.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em outubro, o Senado aprovou a Lei sobre Tortura e Morte em Custódia. A Lei criminalizará, pela primeira vez, a tortura praticada por "funcionário público ou pessoa que trabalhe em caráter oficial".

O uso da tortura e de outros maus-tratos continuou rotineiro. Em 9 de agosto, Shahbaz Gill, um importante político do PTI, foi preso em Islamabad após criticar publicamente os militares. Ele foi libertado sob fiança em 16 de setembro. Shahbaz Gill e dirigentes do PTI afirmaram que ele foi torturado enquanto detido, embora relatórios médicos e autoridades do governo tenham refutado a alegação.

O senador Azam Khan Swati foi preso pela Agência Federal de Investigação (FIA) e

acusado de sedição após tuitar críticas ao chefe das forças armadas. Ele contou aos repórteres que foi despedido e torturado, principalmente próximo aos genitais. Ele foi libertado sob fiança antes de ser preso novamente em novembro pelos mesmos tuites.

DISCRIMINAÇÃO

As conversões religiosas forçadas de mulheres e meninas hindus, cristãs e sikhs continuaram. As vítimas, sobretudo as de condição socioeconômica mais baixa, não tiveram acesso à justiça.

Os hindus de castas reconhecidas (também conhecidos como dalits) eram desproporcionalmente desfavorecidos no acesso a serviços, recursos e oportunidades. Muitas mulheres estavam presas a trabalhos em condição de servidão e eram submetidas a estupro e violência. Os ahmadis relataram ter enfrentado discriminação constante. Em julho, cinco ahmadis foram presos por realizar um sacrifício ritual de animais em Eid-ul-Adha, um ato permitido somente aos muçulmanos. No mesmo mês, o ministro-chefe do Punjab anunciou que o governo provincial do Punjab acrescentaria uma condição obrigatória de que noivos devam jurar que o Profeta Maomé é o profeta final a fim de obterem uma certidão de casamento. A obrigação foi especialmente discriminatória com relação aos ahmadis.

-
1. "Pakistan: Deadly floods reminder to wealthy countries to remedy unfettered climate change", 31 de agosto
 2. Pakistan: Submission to the 42nd Session of the UPR Working Group, 30 January 2023, 13 de julho
 3. Braving the Storm: Enforced disappearances and the right to protest in Pakistan, 11 de agosto
 4. "Pakistan: Authorities must respect and facilitate people's right to protest", 28 de junho

PALESTINA (ESTADO DA)

Estado da Palestina

Chefe de Estado: **Mahmoud Abbas**

Chefe de governo: **Mohammed Shtayeh**

Em Gaza, grupos armados palestinos cometeram aparentes crimes de guerra durante três dias de combate com Israel em agosto, usando foguetes não guiados em áreas civis povoadas e matando pelo menos sete civis palestinos. As autoridades palestinas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza continuaram a restringir duramente a liberdade de expressão, de associação e de reunião. Também mantiveram dezenas de pessoas detidas de forma arbitrária e submeteram muitas delas a tortura e outros maus-tratos. A justiça permaneceu incerta para graves violações dos direitos humanos. As autoridades de fato do Hamas em Gaza realizaram as primeiras execuções em cinco anos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, os palestinos continuaram a enfrentar a opressão, a dominação, a fragmentação e a segregação impostas por Israel com sua brutal ocupação e seu apartheid (veja a seção sobre Israel e os Territórios Palestinos Ocupados).

As autoridades palestinas não realizaram eleições parlamentares e presidenciais, que em 2021 foram adiadas mais uma vez pelo Presidente Abbas. As últimas eleições para o Conselho Legislativo Palestino foram em 2006. O Presidente Abbas continuou a governar por decreto em meio ao descontentamento popular.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Em agosto, Israel lançou uma ofensiva militar de três dias na Faixa de Gaza ocupada, visando a Jihad Islâmica Palestina (JIP) e seu braço armado. Khaled Mansour e Taysir al-

Jaabari, dois altos comandantes da JIP, foram mortos em ataques israelenses, além de outros 10 combatentes da JIP. No total, 31 civis palestinos foram mortos na ofensiva, dos quais 17 em ataques israelenses, alguns aparentemente crimes de guerra.

Na Faixa de Gaza, grupos armados palestinos cometeram possíveis crimes de guerra durante três dias de confrontos militares com Israel em agosto, usando foguetes não guiados em áreas civis povoadas. Em 6 de agosto, um foguete aparentemente disparado pela JIP contra Israel errou o alvo e atingiu uma rua no campo de refugiados de Jabalia, matando sete civis, incluindo quatro crianças, e ferindo pelo menos outras 15 pessoas. Outros sete civis palestinos, entre os quais cinco crianças, foram mortos em outros quatro ataques nos campos de refugiados de Izbat Beit Hanoun, Al Bureij e Jabalia, e em Beit Hanoun, após os quais restos de armamentos foram imediatamente removidos. A remoção de todos os fragmentos das armas utilizadas nos ataques é um padrão recorrente após o disparo incorreto de foguetes palestinos. As autoridades do Hamas declararam que investigariam todos os ataques fatais, mas não publicaram nenhum relatório.

Entre março e abril, ataques de indivíduos palestinos armados mataram 18 pessoas em cidades e vilarejos de Israel. Embora esses indivíduos parecessem não ter afiliação direta com grupos armados palestinos, seus ataques foram elogiados pelas autoridades de fato em Gaza, o que pode configurar incitação à violência. O apelo do líder do Hamas em Gaza, Yahya Sinwar, a que os palestinos usassem de todos os meios disponíveis para atacar os israelenses, teria contribuído para os ataques realizados posteriormente.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

As autoridades da Cisjordânia e da Faixa de Gaza continuaram a restringir indevidamente as liberdades de expressão, associação e reunião, às vezes usando força excessiva

para dispersar reuniões pacíficas. Na Faixa de Gaza, um clima generalizado de repressão, depois que os protestos pacíficos contra o aumento do custo de vida foram reprimidos de forma brutal em 2019, efetivamente dissuadiu as manifestações de divergência, muitas vezes levando à autocensura.

Na Cisjordânia, as autoridades palestinas controladas pelo Fatah continuaram a reprimir eventos públicos que homenageavam personalidades ou agitavam bandeiras da oposição. Em junho, em Hebron, as forças de segurança dispersaram um protesto pacífico contra o aumento do custo de vida e detiveram os organizadores. Em 4 de agosto, as forças de segurança dispararam gás lacrimogêneo para dispersar em evento pacífico em Tubas, no norte da Cisjordânia, em comemoração à libertação de um membro de uma facção dissidente do Fatah que passara 20 anos detido por Israel.

Em 23 de outubro, o Presidente Abbas emitiu um decreto dissolvendo o Sindicato dos Médicos Palestinos, dominado por representantes afiliados a facções opostas, e nomeando um "conselho constitutivo" não eleito. Sua decisão foi revertida depois que médicos de toda a Cisjordânia entraram em greve.

Em 4 de novembro, as forças de segurança proibiram o Congresso do Povo Palestino, um grupo que abarca ativistas e políticos que pedem reformas na Organização para a Libertação da Palestina, de se reunir em Ramallah, na Cisjordânia. Em 8 de novembro, policiais sem mandado judicial invadiram e dispersaram à força uma coletiva de imprensa realizada pelo mesmo grupo em sua sede em Ramallah, ameaçando os participantes e jornalistas com cassetetes.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

De acordo com a Comissão Independente de Direitos Humanos (CIDH), mais de 200 palestinos foram detidos arbitrariamente na Cisjordânia e cerca de 105 na Faixa de Gaza.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos continuaram comuns nos centros de detenção e interrogatório da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, com maior quantidade de denúncias no centro de detenção de Jericó, na Cisjordânia, administrado pelo Ministério do Interior. As pessoas detidas relataram ter sido espancadas com cassetetes e bastões, chicoteadas na sola dos pés e submetidas a posições de estresse durante horas. A CIDH recebeu pelo menos 130 denúncias de tortura e outros maus-tratos contra as autoridades de detenção na Cisjordânia, e pelo menos 160 contra a polícia e os serviços de segurança interna na Faixa de Gaza.

Segundo a CIDH e a ONG de direitos humanos palestina Advogados pela Justiça, as autoridades não tomaram providências efetivas para investigar as denúncias de tortura. Em junho, as forças de segurança da Cisjordânia prenderam sem mandado seis homens em conexão com uma explosão em uma oficina de carpintaria em Ramallah, tendo-os submetido a tortura e maus-tratos, conforme as denúncias apresentadas à CIDH.¹ Cinco deles foram colocados em regime de isolamento, privados de visitas de familiares e submetidos a mais abusos por entrarem em greve de fome em setembro.

Em 16 de outubro, Nasser Abu Obeid, major aposentado das Forças de Segurança Nacional, morreu no hospital após ter sido transferido de um centro de detenção policial militar administrado pelo Hamas em Gaza, onde havia sido detido para interrogatório. A CIDH pediu que as autoridades de Gaza investigassem as denúncias de tortura e negligência médica durante sua detenção. Ao que parece, as autoridades não atenderam ao pedido.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Vinte anos após seu desaparecimento forçado pelas autoridades palestinas de um centro de detenção na cidade de Salfit, na Cisjordânia, o destino de seis homens permanecia desconhecido. Enquanto isso, a fim de pressionar Israel a assinar um acordo de troca de prisioneiros, as autoridades de

fato em Gaza publicaram novas imagens de Hisham al-Sayed, um cidadão palestino de Israel com deficiência mental, que desapareceu em 2015 após cruzar para Gaza. O destino e o paradeiro de Avera Mengistu, cidadão israelense com deficiência mental que entrou em Gaza sem autorização em 2014, continuava desconhecido.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

De acordo com o Centro de Assistência Jurídica e Aconselhamento para Mulheres, 29 mulheres foram mortas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza por membros de suas famílias em casos que aparentavam ser de violência doméstica. Em setembro, as autoridades de Gaza impediram que as irmãs Wissam e Fatimah al-Assi, de 24 e 20 anos, respectivamente, apresentassem queixa de violência doméstica aos tribunais, impedindo-as de ter acesso a um promotor para que testemunhassem.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

As autoridades não impediram nem investigaram ameaças e agressões homofóbicas e transfóbicas.

No dia 9 de julho, as forças de segurança assistiram imóveis enquanto uma multidão espancava jovens e crianças que participavam de um desfile organizado pelo Teatro Ashtar, em Ramallah, em que havia bandeiras do arco-íris. O ataque aconteceu em meio a uma onda de discursos de ódio e incitação à violência contra pessoas LGBTI e feministas, que as autoridades se omitiram em investigar.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

Na Cisjordânia, o julgamento de 14 oficiais de segurança de baixa patente acusados da morte de Nizar Banat, um destacado dissidente morto em junho de 2021 logo após sua prisão violenta, transcorria num tribunal militar, em meio a atrasos e difamação de testemunhas. Nenhum oficial superior foi interrogado ou investigado como parte do processo judicial.²

As autoridades da Cisjordânia e da Faixa de Gaza não investigaram homicídios ilegais e ataques, inclusive contra civis israelenses, entre outras violações graves. Isso ocorreu apesar de as autoridades reiterarem publicamente seu compromisso de cooperar com investigações independentes, como as do TPI, sobre possíveis crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos desde 2014, e com o inquérito do Tribunal Internacional de Justiça sobre a ilegalidade da ocupação de Israel na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Em 28 de outubro, o Presidente Abbas publicou um decreto criando o Conselho Supremo de Órgãos e Autoridades Judiciais e nomeou a si mesmo como seu chefe. O conselho, com plenos poderes sobre o sistema judicial, reforçou ainda mais o controle do presidente sobre o judiciário, prejudicou sua independência e aumentou sua subordinação ao poder executivo.

PENA DE MORTE

Segundo o Centro Palestino de Direitos Humanos, os tribunais de Gaza proferiram 27 novas sentenças de morte em 2022, 11 a mais do que em 2021. Em uma nova tendência, os tribunais de recursos da Faixa de Gaza aumentaram cinco sentenças emitidas por tribunais inferiores, passando-as de prisão perpétua para pena de morte. Os incrementos ocorreram depois que o Ministério da Justiça de Gaza criou um Comitê Penal Supremo, o qual encorajou sentenças mais severas pretensamente para dissuadir crimes violentos.

Em 4 de setembro, as autoridades do Hamas realizaram as primeiras execuções em Gaza em cinco anos. Um dos presos, condenado por homicídio, havia enfrentado um julgamento extremamente injusto.

-
1. "Palestinian authorities must investigate torture allegations of hunger-striking prisoners and ensure their fair trial", 2 de novembro
 2. "Palestine: Authorities have failed to ensure accountability for the killing of Nizar Banat", 24 de junho

PARAGUAI

República do Paraguai

Chefe de Estado e de governo: **Mario Abdo Benítez**

As autoridades continuaram a criminalizar os protestos sociais. Investigações sobre casos de tortura e outros maus-tratos não progrediram. As remoções forçadas continuaram sendo um problema grave, prejudicando os direitos de milhares de pequenos agricultores e famílias indígenas. As autoridades não tomaram medidas para proteger as pessoas LGBTI e os defensores dos direitos humanos. O abuso sexual de crianças e a gravidez forçada de meninas continuaram sendo motivo de grande preocupação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Houve denúncias de má gestão na Procuradoria Geral do Estado e na Ouvidoria, resultando na renúncia do ouvidor.

LIBERDADE DE REUNIÃO E DE EXPRESSÃO

As restrições à liberdade de expressão persistiram. Em dezembro, a Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu uma sentença no caso de Santiago Leguizamón, um jornalista morto em 1991. A Corte considerou o Paraguai responsável por violar o direito à liberdade de expressão, entre outros direitos, e ordenou que o Estado concedesse reparação.

Vários estudantes, incluindo a ativista Vivian Genes, continuaram a enfrentar ações judiciais por prática incendiária em conexão com um incêndio na sede do partido governante em 2021. O incêndio ocorreu no contexto de protestos sociais pela má gestão de recursos destinados a lidar com a pandemia de Covid-19. As autoridades judiciais decidiram proceder a um julgamento oral e público do caso.

Em abril, após anos de processos penais, Aurora Lezcano, uma estudante criminalizada por participar de um protesto

social em sua universidade em 2017, foi absolvida.

O jornalista Juan Carlos Lezcano foi absolvido das acusações de difamação no segundo dos cinco processos movidos contra ele por suas denúncias de irregularidades na administração pública. Em novembro, Juan Carlos e a diretora do jornal no qual ele trabalhava foram condenados por difamação no terceiro desses processos e receberam multa.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A prática de tortura e outros maus-tratos continuou impune.

Em abril, o Mecanismo Nacional para a Prevenção da Tortura confirmou que os cadetes superiores da academia militar "Francisco Solano López" haviam infligido tortura e outros maus-tratos aos aspirantes. Afirmou também que violações dos direitos humanos continuavam acontecendo nas instalações penitenciárias.

O Ministério Público não avançou nas denúncias relativas a 35 sobreviventes de tortura e maus-tratos na base naval de Ciudad del Este em 2020.

IMPUNIDADE

Dez anos após o massacre de Curuguaty – uma operação na qual a polícia expulsou à força 70 membros de uma comunidade de pequenos agricultores, incluindo mulheres e crianças, e que resultou na morte de 11 agricultores e seis policiais – as autoridades ainda não haviam estabelecido a responsabilidade pelas violações ocorridas, tampouco assegurado a justiça, a verdade e a reparação para as vítimas e suas famílias.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

As autoridades não avançaram o suficiente na realização dos direitos econômicos, sociais e culturais, prejudicando sobretudo as comunidades mais marginalizadas.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizou uma audiência sobre as políticas agrárias que levaram a um número crescente de remoções forçadas. Essas

remoções resultaram em detenções arbitrária e mortes, além de deixar milhares de pequenos agricultores e famílias indígenas sem seus meios de subsistência.

Parlamentares aprovaram uma nova lei que cria uma comissão para estudar a recuperação de terras obtidas indevidamente durante a ditadura militar.

Apesar das deficiências do sistema de saúde expostas pela pandemia de Covid-19, o Estado ainda não havia tomado medidas concretas para estabelecer, por meio de processos participativos, um sistema de saúde pública universal que garantisse um mínimo de necessidades básicas e serviços de saúde primários para a população.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

O Paraguai continuou sendo um dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas na América do Sul. As autoridades, porém, continuaram a permitir a expansão de monoculturas, possivelmente prejudicando os ecossistemas nativos. As comunidades marginalizadas foram as mais afetadas por este e por outros aspectos da degradação ambiental, como o desmatamento e o uso de agrotóxicos e fertilizantes.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

As autoridades continuaram a desrespeitar os direitos dos povos indígenas.

A comunidade Tekoha Sauce do povo Avá Guarani ainda aguardava a devolução das terras confiscadas décadas atrás pela Itaipú Binacional. Durante o ano, a empresa prosseguiu com uma ação judicial na tentativa de expulsar os membros da comunidade de outra parte de sua terra ancestral onde estavam vivendo.

Em junho, a Corte Interamericana de Direitos Humanos observou que o Paraguai continuava a violar os direitos da comunidade indígena Yakye Axa do povo Enxet, e anunciou medidas de monitoramento mais rigorosas para garantir o acesso da comunidade ao seu próprio

território, bem como a intenção da Corte de visitar o país nos próximos meses.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

As autoridades continuaram negligenciando os direitos das pessoas LGBTI.

Nenhum avanço foi relatado nos processos penais sobre os ataques contra pessoas LGBTI durante uma marcha do Orgulho em 2019 na cidade de Hernandarias. O município de Hernandarias havia proibido a marcha, entre outras coisas, por ser contrária à "moral pública". Uma ação judicial contra a decisão do município apresentada pela Anistia Internacional em outubro de 2019 permaneceu parada.

O Paraguai foi denunciado perante o Comitê de Direitos Humanos da ONU por violar os direitos de Yren Rotela e Mariana Sepúlveda, duas mulheres trans que, desde 2016, reivindicam o direito de mudar legalmente seus nomes de acordo com sua identidade de gênero. Em dezembro, o Tribunal Superior de Justiça removeu os obstáculos legais a que o caso de Mariana Sepúlveda fosse processado e examinado pelos tribunais competentes.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Apesar das numerosas recomendações de órgãos de tratados e de procedimentos especiais da ONU, as autoridades não criaram um mecanismo de proteção específico para os defensores dos direitos humanos.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

O Ministério da Infância e Adolescência anunciou o conteúdo do Programa Nacional de Prevenção e Atenção Integral ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes que estava sendo elaborado e, a partir de agosto, forneceu atualizações sobre seu progresso.

O Ministério documentou 1.452 casos de maus-tratos e 3.804 casos de abuso sexual de crianças durante 2022.

Até novembro, o Ministério da Saúde Pública e Assistência Social havia registrado 10.332 nascimentos de mães adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, 570 das quais

eram indígenas, e 420 casos de meninas entre 10 e 14 anos que deram à luz, 84 das quais eram indígenas.

DIREITOS DAS MULHERES

O Ministério da Mulher registrou 36 casos de feminicídio durante o ano.

Um tribunal de recursos declarou que o caso de um padre condenado em 2021 por assediar sexualmente Alexa Torres havia prescrito e negou provimento ao caso. Alexa recorreu da decisão ao Supremo Tribunal que, no fim do ano, ainda não havia se pronunciado a respeito.

Em novembro, a imprensa publicou uma circular interna vazada do Ministério de Relações Exteriores pedindo a todos os diplomatas paraguaios para evitar o uso de linguagem que fizesse referência a "questões de gênero" e termos como "diversidade", "interseccionalidade" e "direitos sexuais e reprodutivos". O Ministério da Educação requereu publicamente que todos os professores e diretores de escolas continuassem a respeitar uma resolução de 2017 que proíbe materiais educativos sobre questões de gênero, solicitando que todos os professores apresentem queixas oficiais se encontrarem tais materiais.

PERU

República do Peru

Chefe de Estado e de governo: **Dina Boluarte Zegarra** (substituiu **José Pedro Castillo Terrones** em dezembro)

As autoridades minaram a liberdade de expressão e de reunião. Até o fim do ano, pelo menos 22 pessoas haviam morrido; outras dezenas, incluindo alguns policiais, ficaram feridas, muitas delas por armas de fogo, no contexto da repressão ilegal das manifestações. As autoridades não atenderam às necessidades das comunidades afetadas pela poluição ambiental. Seis defensores dos direitos humanos foram mortos em regiões impactadas pela extração ilegal de madeira e pelo tráfico de drogas. O direito à

educação sexual integral foi colocado em risco. Mulheres e meninas, inclusive refugiadas venezuelanas, continuaram a experimentar múltiplas formas de violência. A discriminação e os ataques contra pessoas LGBTI persistiram.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Declarações oficiais prejudicaram a liberdade de imprensa. A Associação Nacional de Imprensa relatou 303 ataques à imprensa durante o ano, 63 dos quais no contexto da crise política de dezembro.

LIBERDADE DE REUNIÃO E DE EXPRESSÃO

Pelo menos três pessoas morreram durante protestos após as intervenções da Polícia Nacional no primeiro semestre do ano.

Em dezembro, em meio à crise política que se seguiu à destituição do ex-presidente Pedro Castillo, protestos irromperam em diferentes regiões e a violência se alastrou pelo país. Em várias circunstâncias, a resposta das autoridades aos protestos resultou em violações dos direitos humanos, inclusive com uso ilegal da força. Pelo menos 22 pessoas morreram durante as manifestações nas regiões de Apurímac, Ayacucho, Arequipa, La Libertad e Junín, e outras dezenas ficaram feridas. As investigações sobre as mortes prosseguiram no fim do ano.

A Lei de Proteção Policial permaneceu em vigor, efetivamente limitando a responsabilização por violações de direitos humanos cometidas pelas forças de segurança. O ex-presidente Manuel Merino e outras autoridades de alto escalão continuaram a gozar de imunidade processual com relação às mortes e ferimentos ocorridos durante os protestos de novembro de 2020, e o Judiciário suspendeu as investigações sobre os policiais implicados.

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

O Congresso mais uma vez engavetou um projeto de lei para ratificar o Acordo de Escazú.

As autoridades não atenderam às necessidades das comunidades afetadas pela poluição causada por metais e outras substâncias tóxicas, apesar de um plano multisetorial especial envolvendo uma série de ministérios, com financiamento disponível para que seis governos regionais prestem assistência médica especializada a essas comunidades.

Em fevereiro, uma missão de verificação da ONU constatou que o derramamento de 11.000 barris de petróleo em janeiro pela refinaria La Pampilla, operada pela multinacional espanhola Repsol, havia comprometido a subsistência de cinco comunidades locais em Lima e Callao. Em julho, a Ouvidoria observou que algumas comunidades atingidas ainda não haviam sido identificadas e recebido reparações, e que nem as autoridades nem a empresa haviam assegurado a limpeza adequada da área afetada.

Em setembro, 2.500 barris de petróleo foram derramados na região de Loreto pela empresa PetroPerú. Segundo a Ouvidoria, o derramamento prejudicou gravemente a comunidade de Cuninico e outras comunidades indígenas, deixando-as sem comida e água por vários dias e violando seu direito a viver em um ambiente saudável.

O Peru não apresentou uma atualização da sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) de 2020. Segundo o consórcio Climate Action Tracker, sua NDC atual foi classificada como "insuficiente".

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

De acordo com relatos oficiais, pelo menos seis defensores dos direitos humanos foram mortos durante o ano nas regiões de Madre de Dios, Loreto, Junín e Huánuco. As autoridades não proporcionaram segurança suficiente nas regiões em que os defensores

enfrentavam maiores riscos devido à extração ilegal de madeira e ao tráfico de drogas.

DIREITO À SAÚDE

A elevada desigualdade e o baixo investimento em saúde pública, em parte resultante da baixa arrecadação fiscal, contribuíram substancialmente para que o Peru tivesse a maior taxa de mortalidade por Covid-19 por milhão de habitantes de qualquer país da região. Apesar disso, não foram feitas reformas relevantes no sistema de saúde ou nos investimentos em saúde, que permaneceram em 3,2% do PIB, muito abaixo dos 6% recomendados pela OMS.¹

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em março, uma decisão do Tribunal Constitucional considerou inadmissível uma ação judicial movida por comunidades indígenas sobre licenças de mineração em seus territórios, alegando que a consulta prévia não tem caráter constitucional. O Tribunal não levou em consideração o caráter constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Peru.

Em junho, o Congresso reconheceu os Comitês de Autodefesa e Desenvolvimento Rural que costumam operar nas áreas rurais como parte do sistema de segurança nacional, com o direito de usar armas letais. Havia preocupação de que isso pudesse prejudicar os direitos das comunidades tradicionais, que têm o direito de ter suas próprias guardas tradicionais para proteger seus territórios.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Entre janeiro e novembro, o Ministério da Mulher e das Populações Vulneráveis registrou 25.403 casos de violência sexual (95% das vítimas eram mulheres) e 7.549 estupros de menores.

A Ouvidoria relatou 124 feminicídios; em 21 casos, as mulheres haviam sido inicialmente dadas como desaparecidas. O Ministério também classificou os desaparecimentos de mulheres como uma forma de violência baseada no gênero. De acordo com o

Registro Nacional de Informações sobre Pessoas Desaparecidas do Ministério do Interior, 11.524 meninas e mulheres foram dadas como desaparecidas durante o ano, constituindo 61% do número total de casos.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em maio, o Congresso aprovou uma lei permitindo que algumas organizações de pais vetem aspectos dos currículos escolares, comprometendo o direito à educação sexual integral.

Em junho, foi apresentado ao Congresso um projeto de lei que, se aprovado, prejudicaria o acesso ao aborto.

Em março, tiveram início os julgamentos do ex-presidente Alberto Fujimori e de três de seus ministros relacionados às esterilizações forçadas. Em novembro, o Poder Judiciário ordenou que fossem concedidas reparações administrativas à sobreviventes de esterilizações forçadas que ainda não haviam recebido reparações.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

O Peru continuou sendo um dos poucos países da América do Sul a não reconhecer a identidade transgênero ou o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Em junho, a organização Féminas relatou que uma mulher transgênero foi ferida a tiro. As autoridades não mantêm registro oficial das constantes ameaças e ataques contra pessoas transgênero.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

Milhares de pessoas não tiveram acesso aos programas de regularização migratória, que continuaram onerosos e inadequados. O sistema de processamento de pedidos de asilo permaneceu suspenso.²

As mulheres refugiadas venezuelanas que estavam vivendo no Peru enfrentavam múltiplas formas de violência.³ A discriminação e os estereótipos negativos associados a sua nacionalidade e identidade de gênero dificultaram seu acesso à justiça e aos serviços de saúde.

Em abril, as autoridades expulsaram sumariamente 29 mulheres estrangeiras sem o devido processo. As autoridades não levaram em consideração suas necessidades de proteção, se eram vítimas de tráfico, ou os riscos que enfrentariam ao retornar a seu país de origem. Em novembro, organizações de direitos humanos abriram um processo contra as autoridades por causa das expulsões.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

Trinta anos após o massacre de Cantuta, o Ministério Público recomeçou uma investigação forense para recuperar os restos mortais de cinco das vítimas ainda não encontradas.

Em março, o Tribunal Constitucional ordenou a libertação do ex-presidente Alberto Fujimori da prisão, restabelecendo o chamado indulto humanitário concedido em 2017. A Corte Interamericana de Direitos Humanos instou as autoridades a não cumprir a ordem, que violava uma decisão anterior invalidando o indulto. Ele permanecia detido no fim do ano.

-
1. *Américas: Unequal and Lethal*, 27 de abril
 2. *Peru: Submission to the 34th Session of the Committee on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families*, 23 de fevereiro (Somente espanhol)
 3. *Unprotected: Gender-based Violence against Venezuelan Refugee Women in Colombia and Peru*, 12 de julho

RÚSSIA

Federação Russa

Chefe de Estado: **Vladimir Putin**

Chefe de governo: **Mikhail Mishustin**

A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia foi acompanhada pela escalada da repressão contra as vozes divergentes dentro da Rússia. Protestos pacíficos contra a guerra foram dispersados, muitas vezes à força, e quem se manifestasse contra a guerra tornava-se alvo de processos. Foi introduzida uma nova legislação que

restringia os protestos e as atividades de ONGs e de ativistas da sociedade civil. Os procedimentos judiciais contra as Testemunhas de Jeová continuaram. A tortura e outros maus-tratos permaneceram endêmicos nos locais de detenção. Sequestros e desaparecimentos forçados continuaram sendo relatados na Chechênia. As normas para julgamentos justos foram violadas repetidamente. Serviços civis alternativos ao serviço militar foram negados aos objetores de consciência. Uma nova legislação estigmatizou e discriminou ainda mais as pessoas LGBTI.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 24 de fevereiro, a Rússia lançou uma invasão militar de grande escala na Ucrânia. Ocupou grandes áreas do país e anunciou a anexação de quatro regiões ucranianas em setembro. Milhares de civis foram mortos na Ucrânia, e as forças russas cometeram crimes de guerra e outros crimes previstos no direito internacional (ver seção sobre a Ucrânia). As forças ucranianas aparentemente atacaram bases militares, instalações de comunicação e depósitos de combustível em território russo. Os meios de comunicação russos relataram pelo menos 21 civis mortos e 39 feridos.

Centenas de milhares de russos deixaram o país, principalmente depois de uma "mobilização parcial" iniciada em setembro, que resultou no envio de um grande contingente de homens para a linha de frente sem treinamento ou provisões adequados. Milhares de presidiários teriam sido recrutados por uma empresa militar privada e enviados à Ucrânia. Essa prática foi legalizada retroativamente por uma lei aprovada em novembro.

A Rússia enfrentou crescente isolamento internacional, e sanções econômicas foram adotadas pela UE, pelos EUA e por outros países em resposta à invasão da Ucrânia. Depois disso, houve um êxodo em massa de empresas internacionais. A proporção de pessoas que viviam em situação de pobreza aumentou.

A Rússia se retirou do Conselho da Europa em 15 de março e, em junho, adotou uma lei que permite às autoridades russas ignorar as decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) retroativas a 15 de março, como as que preveem o pagamento de indenizações.

Em abril, a Assembleia Geral da ONU votou pela suspensão da Rússia do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em outubro, o Conselho criou uma nova Relatoria Especial sobre a situação dos direitos humanos na Federação Russa.

Em novembro, um tribunal holandês decidiu que a Rússia tinha total domínio da região controlada pelos separatistas no leste da Ucrânia, de onde uma aeronave civil foi abatida em julho de 2014, matando as 298 pessoas a bordo. O tribunal condenou à revelia três homens – dois russos e um ucraniano – em conexão com o ataque e os sentenciou à prisão perpétua.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

As autoridades introduziram mais restrições severas às liberdades de expressão e de reunião pacífica, em um processo contínuo de repressão das vozes divergentes. A polícia dispersou protestos pacíficos contra a guerra e o alistamento militar, muitas vezes com uso excessivo da força. Mais de 19.400 pessoas, inclusive jornalistas que cobriam os protestos, foram presas. A maioria recebeu pesadas multas ou enfrentou detenções administrativas.¹

Em março, foi adotada uma nova legislação que penalizava o "descrédito" e a "disseminação de informações deliberadamente falsas" sobre as forças armadas russas. Até dezembro, havia mais de 100 e 180 processos criminais, respectivamente, por essas acusações e pelo menos 5.518 processos administrativos por "descrédito". Mais de outros 200 processos penais foram abertos por atividades antiguerra com base em outras acusações criminais. [depreciação]

Em abril, a artista Aleksandra Skochilenko foi presa e detida sob acusação de

"disseminar deliberadamente informações falsas" sobre as forças armadas. Ela poderia pagar até 10 anos de prisão por substituir etiquetas de preço por mensagens antiguerra em um supermercado de São Petersburgo. Enquanto esteve detida, ela foi privada de assistência médica. Seu julgamento começou em dezembro.

Em julho, o vereador Aleksei Gorinov foi condenado a sete anos de prisão por ter criticado a invasão russa da Ucrânia em uma sessão da Câmara municipal.² Em dezembro, o político de oposição Ilya Yashin foi condenado a oito anos e meio de prisão por ter se manifestado no YouTube sobre o massacre de civis pelas forças russas na cidade ucraniana de Bucha.

Dezenas de veículos de comunicação independentes foram fechados e milhares de sites foram bloqueados. Em março, a estação de rádio Echo Moskvý fechou e teve seu site bloqueado. Também em março, as plataformas de mídias sociais Twitter, Facebook e Instagram foram bloqueadas pelo órgão regulador da mídia. A Meta, proprietária do Facebook e do Instagram, foi posteriormente declarada uma "organização extremista".

Em setembro, um tribunal de Moscou suspendeu a licença do jornal independente Novaya Gazeta. A partir de novembro, o jornal independente Chernovik, com sede no Daguestão, passou a ser somente digital depois que as gráficas pararam de imprimi-lo por pressão das autoridades.

Essa pressão também levou ao cancelamento de shows, exposições e outros eventos por figuras culturais que manifestavam opiniões divergentes. Algumas delas, como o cantor de rock Yuri Shevchuk e o rapper Oxxxymiron, foram multadas por "desacreditar" as forças armadas. Outras, como o cantor de rock Andrey Makarevich e o escritor Dmitry Bykov, foram declaradas "agentes estrangeiros". Em abril, Mikhail Afanasyev, editor-chefe do site Novyi Focus, com sede em Khakassia, foi detido enquanto aguardava julgamento por "disseminar informações deliberadamente falsas" sobre as forças armadas. Na cidade de

Yekaterinburg, o site de notícias Vechernie Vedomosti, sua editora e seu editor, foram multados em um total de RUB 450.000 (USD 7.828) em junho e julho por "desacreditar" as forças armadas.

Em julho, foram introduzidas no Código Penal emendas vagamente definidas proibindo qualquer "cooperação confidencial" com organizações internacionais ou estrangeiras e Estados estrangeiros, puníveis com até oito anos de prisão. Até dezembro, haviam sido relatadas as duas primeiras prisões baseadas nessa emenda, mas os motivos específicos das acusações não foram revelados.

Em dezembro, emendas à lei que regulamenta as reuniões públicas ampliaram a lista de locais onde protestos foram proibidos, incluindo edifícios administrativos, escolas, universidades, hospitais, aeroportos e estações de trem e ônibus. As autoridades regionais também foram autorizadas a introduzir outras restrições.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

A repressão aos grupos da sociedade civil e aos movimentos de oposição se intensificou.

O Ministério da Justiça listou mais 166 "agentes estrangeiros" e 23 "organizações indesejáveis". Em junho, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos considerou que a lei de "agentes estrangeiros" da Rússia violava o direito à liberdade de associação. Uma nova lei de "agentes estrangeiros" entrou em vigor em dezembro. Ela ampliou a lista de quem poderia ser designado "agente estrangeiro" e introduziu motivos mais amplos para designar uma pessoa ou organização, assim como penas mais severas e outras medidas discriminatórias limitando a participação da pessoa na vida pública.

Em dezembro, a política de oposição e ativista Yulia Galyamina foi informada de que seu contrato com uma universidade de Moscou seria rescindido com base em sua condição de "agente estrangeira".

Em maio, as autoridades bloquearam o site do movimento juvenil não registrado Vesna e abriram processos contra alguns de seus membros em aparente retaliação pelo

ativismo antiguerra do grupo. Em setembro, um tribunal suspendeu totalmente as atividades do Vesna e, em outubro, o Vesna e dois de seus membros foram declarados "agentes estrangeiros". Em dezembro, o movimento foi designado "extremista".

As autoridades prosseguiram com as represálias contra os ativistas do movimento Rússia Aberta, que havia sido dissolvido, e os apoiadores do político opositorista Aleksei Navalny, que fora preso e era considerado prisioneiro de consciência. Em fevereiro, um tribunal da cidade de Novosibirsk determinou que o blogueiro Timur Khanov e o parlamentar local Anton Kartavin pagassem, os dois juntos, a quantia de RUB 3.024.877 (USD 47.000) pelos custos do policiamento de um protesto pacífico contrário ao processamento judicial de Aleksei Navalny em janeiro de 2021. A sentença do tribunal foi confirmada em novembro. Decisões similares foram proferidas em outras partes da Rússia.

Em julho, o ex-líder do Rússia Aberta e prisioneiro de consciência Andrey Pivovarov foi condenado a quatro anos de prisão por supostas violações da lei de "organizações indesejáveis". A sentença foi mantida em recurso em novembro.³

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Paralelamente à legislação de "agentes estrangeiros" e de "organizações indesejáveis", as autoridades utilizaram diversos mecanismos para exercer pressão sobre os defensores dos direitos humanos.

Em fevereiro, Bakhrom Khamroev, antigo membro da ONG Memorial, foi detido com base em acusações infundadas de "justificação pública do terrorismo". Em outubro, a acusação de "organizar as atividades de uma organização terrorista" foi acrescentada ao processo.

Em outubro, um tribunal da região de Moscou decidiu que Arshak Makichyan, ativista climático exilado e organizador das ações Fridays for Future na Rússia, perderia sua cidadania russa. O ativista, que, em consequência, tornou-se apátrida,

considerou que a decisão foi uma retaliação por seu ativismo pacífico.

Em novembro, o Presidente Putin removeu do Conselho Presidencial dos Direitos Humanos vários defensores dos direitos humanos eminentes e os substituiu por candidatos largamente reputados como apoiadores do governo.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE CRENÇA

Em junho, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que a Rússia havia violado vários artigos da Convenção Europeia de Direitos Humanos com relação à proibição e ao processamento judicial das Testemunhas de Jeová por praticarem sua fé. O Tribunal decidiu que a Rússia deveria suspender todos os processos criminais pendentes e libertar as Testemunhas de Jeová que já estavam presas. Apesar desta e de duas outras sentenças do TEDH proferidas em fevereiro, as hostilidades e processos contra as Testemunhas de Jeová prosseguiram, com penas que iam de pesadas multas a sete anos de prisão.

Em maio, o cidadão dinamarquês e prisioneiro de consciência Dennis Christensen, a primeira Testemunha de Jeová a ser presa desde que a organização foi proibida em 2017, foi libertado de uma colônia penal após cumprir sua sentença de seis anos.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos em locais de detenção continuaram endêmicos e os perpetradores raramente foram processados. A prestação de assistência médica aos detentos permaneceu inadequada. A proibição de contato com o mundo exterior e a colocação arbitrária dos presos em celas de castigo foram amplamente utilizadas para exercer pressão sobre eles, especialmente sobre os que estavam presos em razão de divergências políticas.

O político opositorista Aleksei Navalny foi colocado em uma cela de castigo (SHIZO) 10 vezes durante o ano, passando mais de 90 dias em condições desumanas e degradantes por "violação" de regras

prisoinais, tais como "usar a roupa errada". Em novembro, as autoridades o puseram em uma cela de confinamento (PKT) e lhe negaram qualquer contato com sua família, inclusive correspondência.

O cidadão ucraniano Aleksandr Marchenko continuou cumprindo uma pena de 10 anos por espionagem, baseada em uma confissão que afirma ter sido extraída mediante tortura. Ele foi regularmente privado de atendimento médico urgente, colocado de modo intermitente em celas de castigo ou confinamento por motivos infundados e desautorizado a manter contato com sua família.

A polícia continuou a usar a tortura para pressionar pessoas que manifestavam divergências. Em março, manifestantes detidos em comícios antiguerra apresentaram queixas de tortura e outros maus-tratos em delegacias de polícia. Em setembro, o poeta Artyom Kamardin foi espancado e supostamente submetido a violência sexual pela polícia durante uma batida em sua casa em conexão com o recital de um poema em apoio à Ucrânia. Ele e outras duas pessoas foram detidos sob a acusação de "incitamento ao ódio" e colocados em prisão preventiva. Até o fim do ano, suas denúncias de tortura não haviam sido investigadas.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Desaparecimentos forçados prosseguiram na Chechênia.

O desaparecimento forçado, em 2020, de Salman Tepsurkaev, um moderador do canal 1ADAT no Telegram, não foi investigado. Em agosto, seus associados do 1ADAT extrajudicialmente em setembro de 2020.

O 1ADAT relatou casos de sequestros, incluindo desaparecimentos forçados, de pelo menos 964 indivíduos, alguns dos quais as autoridades haviam pressionado a lutar na Ucrânia sob ameaça de processo criminal.

Após a invasão da Rússia, muitos civis ucranianos foram submetidos a desaparecimento forçado pelas forças russas ou por seus prepostos durante a chamada

"filtragem". Eles teriam sido transferidos ilegalmente de áreas ocupadas da Ucrânia para a Rússia e mantidos incommunicáveis. Entre as várias centenas de indivíduos, a maioria prisioneiros de guerra, que retornaram à Ucrânia durante o ano como parte de uma "troca de prisioneiros", alguns eram civis que confirmaram essas denúncias e relataram ter sido detidos sem acusação e submetidos a tortura e outros maus-tratos em instituições penitenciárias russas.⁴

JULGAMENTOS INJUSTOS

As autoridades continuaram a violar as normas para julgamentos justos.

Em fevereiro, o tribunal de Achkhoy-Martan, na Chechênia, condenou Salekh Magamadov e seu irmão, Ismail Isaev, a oito e seis anos de prisão, respectivamente, por acusações forjadas de "auxílio e cumplicidade para participação de um grupo armado ilegal". Críticos abertos das autoridades chechenas, eles foram sequestrados em 2021 por agentes de segurança, de um local onde estavam abrigados em Nizhniy Novgorod, na Rússia central, e levados para a Chechênia.⁵

O julgamento de Zarema Musaeva por acusações forjadas de fraude e violência contra um policial começou em agosto no tribunal distrital de Leninsky, em Grozny. Zarema Musaeva, mãe dos ativistas chechenos Abubakar e Ibraghim Yangulbaev, havia sido presa arbitrariamente pela polícia chechena em seu apartamento em Nizhniy Novgorod e levada à Chechênia, supostamente como testemunha em outro caso. Havia sérias preocupações sobre sua saúde e bem-estar.

Em setembro, o Tribunal da Cidade de Moscou condenou o ex-jornalista Ivan Safronov a 22 anos de prisão por acusações forjadas de "alta traição", em um julgamento politicamente motivado. Em dezembro, a sentença foi mantida em recurso.

IMPUNIDADE

Vítimas de violações dos direitos humanos foram privadas de acesso ao TEDH depois que a Rússia se retirou do Conselho da Europa em março.

Em dezembro, na primeira das três leituras requeridas, a Duma (câmara baixa do parlamento) aprovou um novo projeto de lei segundo o qual "uma ação não será considerada criminosa nem penalizada" se cometida antes de 30 de setembro de 2022 "em defesa dos interesses da Rússia" nos territórios ucranianos anexados ilegalmente.

DIREITOS DOS OBJETORES DE CONSCIÊNCIA

Apesar das garantias constitucionais relativas ao serviço militar alternativo, os pedidos para prestação desse serviço por indivíduos convocados a servir na Ucrânia foram rotineiramente recusados por comissariados e tribunais militares. As autoridades alegaram que, na ausência de disposições legislativas específicas para o serviço alternativo em momentos de "mobilização parcial", essas garantias não se aplicavam. Uma legislação adotada em novembro estipulou que indivíduos destacados para o serviço civil alternativo durante a mobilização poderiam ser enviados para servir como civis nas forças armadas.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Em junho, a artista feminista e ativista LGBTI Yulia Tsvetkova foi declarada pelo Ministério da Justiça como "agente estrangeira da mídia". Em julho, ela foi absolvida das acusações de "divulgar material pornográfico". Em novembro, a absolvição foi confirmada em recurso.⁶

Em dezembro, foi adotada uma legislação que estendia a proibição de "propaganda de relações sexuais não tradicionais, pedofilia e redesignação sexual", antes destinada a menores, para todas as faixas etárias. Suas disposições incluíam o bloqueio de sites, a proibição da venda de materiais contendo informações proibidas por lei e multas de até RUB 5.000.000 (USD 80.000) pela infração administrativa vagamente definida de fazer "propaganda", "demonstrar relações ou preferências sexuais não tradicionais" ou fornecer informações que possam "criar um desejo de mudar de sexo".

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

Segundo o ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados, mais de 2,8 milhões de pessoas deslocadas da Ucrânia cruzaram para a Rússia. Embora muitas tenham fugido para a Rússia de forma voluntária, várias outras que estavam nos territórios ocupados pela Rússia e que foram impedidas de passar para as partes do país controladas pelo governo ucraniano foram submetidas a transferência ilegal involuntária e deportação da Ucrânia pelas autoridades russas. Voluntários afirmaram terem ajudado pelo menos 9.000 ucranianos a mudar da Rússia para outros países. Autoridades russas transportaram ucranianos para centros de alojamento temporário em pelo menos 54 regiões, inclusive na Sibéria e no Extremo Oriente, o que tornou mais complicada e cara sua transferência para outros países ou seu retorno à Ucrânia. As autoridades russas encorajaram, e às vezes pressionaram, os refugiados ucranianos a obter a cidadania russa; crianças sem cuidados parentais e pessoas com deficiência tinham maior risco de absorção involuntária na sociedade russa.

1. [Russia: "You Will Be Arrested Anyway": Reprisals Against Monitors and Media Workers Reporting from Protests](#), 24 de novembro
2. ["Russia: Municipal councillor sentenced to seven years in jail for opposing the Ukraine war"](#), 8 de julho
3. ["Russia: Opposition activist sentenced to four years in prison under repressive 'undesirable organization' law"](#), 15 de julho
4. [Ukraine: "Like a Prison Convoy": Russia's Unlawful Transfer and Abuse of Civilians in Ukraine During 'Filtration'"](#), 10 de novembro
5. ["Russia: Court upholds lengthy prison sentences for Chechen LGBTI siblings"](#), 25 de outubro
6. ["Russia: Feminist activist acquitted of absurd 'pornography' charges"](#), 15 de julho

SÍRIA

República Árabe da Síria

Chefe de Estado: **Bashar al-Assad**

Chefe de governo: **Hussein Arnous**

O conflito na Síria prosseguiu e as condições econômicas e sociais se

deterioraram apesar de as hostilidades terem diminuído. As partes em conflito continuaram a cometer impunemente graves abusos dos direitos humanos, graves violações do direito humanitário internacional e crimes previstos no direito internacional, inclusive crimes de guerra. As forças do governo e os grupos armados de oposição e seus aliados realizaram ataques ilegais contra civis e infraestruturas civis, como estações de abastecimento de água e campos de pessoas deslocadas, com bombardeios aéreos e de artilharia no norte da Síria. Autoridades governamentais, o Exército Nacional Sírio (ENS) e a Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria (Administração Autônoma) submeteram civis a detenção arbitrária, sequestro e desaparecimento forçado. O Presidente al-Assad promulgou a primeira lei antitortura da Síria, que não abordou a impunidade nem proporcionou reparação às vítimas e famílias, e ratificou uma nova lei de crimes cibernéticos que criminaliza as críticas às autoridades ou à constituição na internet. O grupo armado de oposição Hay'at Tahrir al-Sham e a Administração Autônoma continuaram a restringir a liberdade de expressão e de reunião. O governo continuou a impedir que residentes e deslocados internos no noroeste da Síria desfrutassem de seus direitos econômicos e sociais, inclusive obstruindo a ajuda às pessoas deslocadas em al-Rukban, próximo à fronteira com a Jordânia.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em fevereiro, centenas de pessoas em Sweida, uma cidade de maioria drusa no sudoeste da Síria, protestaram contra a piora contínua das condições de vida. Durante todo o ano, no noroeste da Síria, área controlada pelo Hay'at Tahrir al-Sham, os professores protestaram contra os baixos salários e exigiram remuneração para aqueles que há muito tempo trabalham de forma voluntária.

Em fevereiro, a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) informou haver "motivos razoáveis" para

acreditar que o governo sírio havia realizado um ataque com cloro em Kafer Zita, uma cidade no governadorado de Hama, em 2016. Em 30 de março, a Rússia vetou uma resolução patrocinada pelos EUA no Conselho de Segurança da ONU que permitiria aos inspetores da OPAQ determinar a responsabilidade pelos ataques com armas químicas na Síria.

Em abril, o Programa Alimentar Mundial estimou que 55% da população síria estava em situação de insegurança alimentar. As condições econômicas e sociais se deterioraram em todo o país, com 14,1 milhões de pessoas identificadas como necessitando de assistência humanitária para alimentação, água, saneamento, saúde, educação e moradia.

Em 10 de maio, a UE e outros doadores internacionais prometeram apenas USD 6,7 bilhões dos USD 10,5 bilhões necessários para apoiar todos os 14,1 milhões de pessoas que precisam de ajuda.

Em 27 de julho, a Administração Autônoma afirmou ter encontrado uma vala comum contendo pelo menos 29 corpos de pessoas que podem ter sido mortas pelo Estado Islâmico quando o grupo armado controlava a área.

Em 10 de setembro, o Ministério da Saúde declarou haver um surto de cólera em seis províncias, incluindo Aleppo e Deir ez-Zor.

Em outubro, uma investigação da Associated Press revelou denúncias de má gestão e corrupção contra o representante da OMS na Síria. Segundo as evidências obtidas, o representante "se envolveu em comportamento abusivo, pressionou a equipe da OMS a assinar contratos com políticos de alto escalão do governo sírio e gastou de forma sistemática fundos da OMS e de doadores". A OMS informou que uma investigação interna estava em andamento.

Israel continuou com os ataques aéreos contra as forças do governo sírio, do iraniano e do Hizbollah na Síria. A ocupação israelense das Colinas de Golan completou 55 anos em junho.

ATAQUES ILEGAIS

As partes beligerantes e seus aliados continuaram a realizar ataques aéreos e terrestres ilegais contra civis e infraestruturas civis no norte da Síria, matando e ferindo dezenas de civis.

O GOVERNO SÍRIO E SUA ALIADA RÚSSIA

Apoiado pelas forças do governo russo, o governo sírio lançou ataques indiscriminados e ataques diretos a estações de abastecimento de água, campos de deslocados, granjas avícolas e áreas residenciais no noroeste da Síria. Em 6 de novembro, eles lançaram uma série de ataques de artilharia e ataques aéreos sobre uma floresta próxima aos campos de deslocados de Kafr Jallis, no noroeste da Síria, matando quatro pessoas deslocadas, entre as quais três crianças e uma mulher, e ferindo mais de 70 civis.

De acordo com a Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a República Árabe Síria (Comissão de Inquérito da ONU), o governo sírio e a Rússia lançaram vários ataques aéreos e terrestres contra civis e objetos civis no nordeste. Em 2 de janeiro, um ataque aéreo à estação de abastecimento de água Arashani, que serve a cidade de Idlib, feriu um civil e cortou temporariamente o abastecimento de água de pelo menos 300.000 pessoas. Em 3 de janeiro e 12 de maio, ataques aéreos a duas granjas avícolas no governadorado de Idlib feriram uma mulher e seu filho de oito anos, e um homem, respectivamente. O relatório da Comissão acrescentou que havia "motivos razoáveis" para acreditar que as forças pró-governo tivessem "alvejado intencionalmente objetos indispensáveis à sobrevivência da população".

GRUPOS ARMADOS DE OPOSIÇÃO SÍRIOS E SUA ALIADA TURQUIA

Os grupos armados de oposição sírios e sua aliada Turquia realizaram ataques indiscriminados, com drones e por terra, que atingiram áreas residenciais, uma escola e um campo para pessoas deslocadas no norte da Síria.

Em 24 de fevereiro, um drone do governo turco que visava um objetivo militar caiu

perto de um ônibus civil na estrada Amuda-Qamishli no nordeste da Síria. Pelo menos quatro civis – três mulheres e um homem – foram feridos no ataque.

Segundo a Comissão de Inquérito da ONU, metralhadoras pesadas provavelmente foram usadas nas áreas ocupadas pela Turquia e controladas pelo ENS no ataque contra uma escola em um vilarejo próximo a Afrin, no norte da Síria, que feriu 11 crianças de 6 a 12 anos.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS E DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

GOVERNO SÍRIO

O governo continuou a submeter dezenas de milhares de pessoas, entre as quais jornalistas, defensores dos direitos humanos, advogados e ativistas políticos a desaparecimento forçado, muitos por mais de 10 anos.

Em fevereiro e abril, ao atualizar documentos de registro civil e emitir certidões de óbito, as autoridades revelaram em parte o destino de aproximadamente 1.056 pessoas desaparecidas à força desde o início do conflito. Esses documentos forneciam a data da morte, mas não revelavam as circunstâncias em que as pessoas haviam morrido. As autoridades não devolveram os corpos das pessoas falecidas às suas famílias.

Em 30 de abril, o Presidente al-Assad emitiu o Decreto Legislativo N 7 concedendo anistia geral para crimes de "terrorismo", exceto para aqueles que provocaram morte. As autoridades não anunciaram o número de pessoas detidas que foram libertadas em função do decreto, mas organizações locais estimaram que fossem pelo menos 150.

ADMINISTRAÇÃO AUTÔNOMA

A Administração Autônoma continuou a deter ilegalmente cerca de 17.000 mulheres e 37.000 crianças sírias, iraquianas e de outras nacionalidades, nos campos de Al-Hol e al-Roj, no nordeste do país, em condições precárias e sem acesso ao devido processo legal. Em 7 de fevereiro, a Asayish, força policial da Administração Autônoma, abriu fogo no campo de al-Hol, matando pelo

menos uma criança e ferindo três mulheres e três crianças.¹

Em 20 de janeiro, centenas de crianças detidas na prisão de Ghwairan, um centro de detenção para adultos em Hassake, ficaram encurraladas por 10 dias, com acesso restrito a alimentos e assistência médica, durante uma troca de tiros entre a força militar da Administração Autônoma, as Forças Democráticas Sírias e o Estado Islâmico. Crianças continuaram sendo mantidas em centros de detenção em péssimas condições, o que viola a Convenção sobre os Direitos da Criança.

EXÉRCITO NACIONAL SÍRIO APOIADO PELA TURQUIA

Em julho, a Hevesti-Synergy, uma associação para vítimas no norte da Síria, relatou a prisão de 79 pessoas pelo ENS e grupos armados afiliados em Afrin, Ras al-Ayn e Tall Abyad – áreas ocupadas pela Turquia – por sua suposta vinculação com a Administração Autônoma, por tentarem atravessar para a Turquia de forma irregular, para extorsão ou por serem curdas. Treze foram libertadas, enquanto o destino e o paradeiro das demais continuavam desconhecidos.

Em agosto, a Sírios pela Verdade e Justiça, uma organização síria, registrou a prisão de 311 pessoas em Afrin, uma cidade predominantemente curda no norte da Síria, durante os primeiros seis meses do ano. Elas foram presas por causa de sua etnia ou para obtenção de resgate. Destas, 282 foram libertadas.

Segundo a Comissão de Inquérito da ONU, o ENS manteve as pessoas detidas incomunicáveis por entre três meses e três anos, proibiu o contato com advogado e ameaçou ou prendeu familiares por perguntarem sobre seu destino ou paradeiro, ou só permitiu que tivessem contato se pagassem suborno.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em 30 de março, o Presidente al-Assad promulgou a primeira lei da Síria que criminaliza a tortura (Lei No. 16/2022). A lei não tratou da impunidade concedida a militares e agentes de segurança, nem previu

reparação às vítimas anteriores de tortura, tampouco incluiu quaisquer medidas de proteção a testemunhas e sobreviventes de tortura ou indicou se os sobreviventes ou, no caso de morte, seus familiares, receberiam indenização.²

Segundo a Comissão de Inquérito da ONU, as autoridades governamentais sírias continuaram a torturar e maltratar as pessoas detidas, inclusive com "choques elétricos, queima de partes do corpo, colocação de seus corpos dobrados dentro de pneus de automóveis (*dulab*) e suspensão por um ou dois membros por períodos prolongados (*shabeh*), práticas muitas vezes acompanhadas de espancamento severo com vários instrumentos, como paus ou cabos".

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE REUNIÃO E DE ASSOCIAÇÃO

GOVERNO SÍRIO

Em abril, com o crescimento das críticas às políticas socioeconômicas do governo, foi aprovada uma nova lei de crimes cibernéticos que impunha penas severas e multas contra quem quer que criticasse as autoridades ou a constituição na internet. Os artigos 24 e 25 criminalizam a "calúnia eletrônica", definida como o compartilhamento entre duas pessoas, inclusive em comunicações privadas, de informações difamatórias ou humilhantes sobre outra pessoa, com multas ainda mais severas e pena de prisão caso se trate de funcionário público. Os artigos 27, 28 e 29 impõem penas de três a 15 anos de prisão pela publicação de conteúdos on-line que "objetivem ou peçam alterações ilegais da constituição", "comprometam o prestígio do Estado", e "comprometam a posição financeira do Estado".

Em junho, o ministro do Interior afirmou que 11 indivíduos haviam sido presos com base na lei de crimes cibernéticos por divulgar "informações falsas" no Facebook.

HAY'AT TAHRIR AL-SHAM

O Hay'at Tahrir al-Sham continuou a reprimir a liberdade de expressão ao submeter jornalistas, ativistas ou qualquer pessoa que

criticasse sua administração a detenção arbitrária, sem acesso a advogado ou familiares.

Organizações locais relataram à Anistia Internacional que o Hay'at Tahrir al-Sham restringiu algumas das atividades de organizações humanitárias ou as obrigou a se coordenarem com este grupo armado, fazendo com que doadores retirassem ou interrompessem temporariamente seu financiamento.

ADMINISTRAÇÃO AUTÔNOMA

Em janeiro, as Forças Democráticas Sírias atiraram com munições reais contra pessoas que protestavam pela piora das condições econômicas e pela falta de acesso a serviços essenciais no governadorado de Raqqa. Pelo menos 50 pessoas ficaram feridas.

Em 5 de fevereiro, a Administração Autônoma suspendeu a licença da Rudaw Media Network, um grupo de mídia com sede na região do Curdistão iraquiano, no nordeste da Síria, acusando a rede de disseminar desinformação e incitar ao ódio.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

Por meio de seus tribunais nacionais, sob o princípio da jurisdição universal, países europeus investigaram e processaram indivíduos suspeitos de cometerem crimes de direito internacional na Síria.

Em 13 de janeiro, o Tribunal Regional Superior de Koblenz, na Alemanha, condenou um ex-agente de inteligência sírio a prisão perpétua por crimes contra a humanidade.

Em 19 de janeiro, o julgamento de um médico acusado de crimes contra a humanidade, incluindo 18 acusações de tortura e morte de pessoas detidas em hospitais militares da capital, Damasco, e em Homs, entre 2011 e 2012, teve início em Frankfurt, na Alemanha, sob o princípio da jurisdição universal. A polícia alemã o havia prendido em junho de 2020.

Em 4 de abril, o Tribunal de Recursos de Paris, na França, decidiu por processar Islam Alloush, ex-líder de um grupo armado de oposição na zona rural de Damasco, por

crimes de guerra, inclusive tortura. Ele havia sido detido em Paris em 2020.

DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

O número de pessoas deslocadas dentro da Síria subiu para 6,9 milhões. Dos cerca de 4 milhões de pessoas que vivem no noroeste da Síria, uma região sob o controle de grupos armados de oposição, 2,8 milhões foram deslocados internamente. O governo continuou a negar e obstruir seu acesso a serviços essenciais.³ Em consequência, as pessoas da região dependiam totalmente da assistência humanitária coordenada pela ONU através do mecanismo de ajuda transfronteiriça, que o Conselho de Segurança da ONU renovou em julho por seis meses depois que a Rússia vetou uma prorrogação de 12 meses.

Do total da população deslocada no noroeste da Síria, cerca de 1,7 milhão vivia em campos, dos quais 58% eram crianças e 22% eram mulheres. A maioria esmagadora vivia em tendas que ofereciam privacidade e proteção mínimas contra calor, frio ou chuva extremos, com acesso limitado ou inexistente a água, saneamento e serviços de saúde. Apenas 40% dos moradores dos campos tinham acesso a latrinas em condições de uso.

As necessidades domésticas de água para beber, cozinhar e manter a higiene pessoal não eram atendidas, e os moradores dos campos tinham que depender totalmente de organizações humanitárias para encher os tanques de água.

Mais de 8.000 deslocados sírios que estavam no campo de al-Rukban, localizado em uma área isolada e desértica na fronteira com a Jordânia conhecida como "a berma", tinham que se sujeitar a viver em condições deploráveis, pois, por mais um ano, o governo sírio impediu a entrada de ajuda essencial, como alimentos, água e suprimentos médicos.

COLINAS DE GOLAN OCUPADAS

As Colinas de Golan permaneceram sob ocupação e anexação ilegal de Israel. O número de colonos judeus israelenses

vivendo em 35 assentamentos ilegais nas Colinas de Golan ultrapassou o número total de seus habitantes sírios, chegando a 29.000 em comparação com 28.000, segundo a Al-Marsad, uma ONG síria de direitos humanos sediada nas Colinas de Golan. Em julho, o Conselho Nacional de Planejamento e Construção de Israel aprovou dois novos assentamentos, cada um com 2.000 unidades habitacionais, como parte de um plano governamental de US\$ 293 milhões anunciado em dezembro de 2021 para dobrar o número de colonos judeus nas Colinas de Golan. Enquanto isso, os residentes sírios eram discriminados com relação à moradia e na distribuição de recursos naturais como a água.

DIREITOS DOS REFUGIADOS

Desde o início do conflito, em 2011, até o fim de 2022, 5,6 milhões de sírios haviam buscado refúgio fora do país.

No vizinho Líbano, a piora das condições econômicas e as políticas restritivas impostas pelas autoridades continuaram a levar os refugiados de volta para a Síria, onde alguns enfrentaram detenção, tortura e outros maus-tratos, além de desaparecimentos forçados (veja a seção sobre o Líbano). Entre fevereiro e julho, as autoridades turcas detiveram e prenderam de forma arbitrária e devolveram ilegalmente centenas de homens e meninos sírios refugiados (veja a seção sobre a Turquia).

NEGLIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

O governo não conseguiu estabelecer uma Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Não havia informações publicamente disponíveis sobre qualquer progresso feito desde que o governo assumiu o compromisso, em 2018, de aumentar a proporção de energia renovável para 10% da produção total de energia até 2030 se doadores internacionais fornecessem apoio.

2. “Syria: New anti-torture law ‘whitewashes’ decades of human rights violations”, 31 de março
3. Syria: ‘Unbearable Living Conditions’: Inadequate Access to Economic and Social Rights in Displacement Camps in North-West Syria, 5 de julho

UCRÂNIA

Ucrânia

Chefe de Estado: **Volodymyr Zelensky**

Chefe de governo: **Denys Shmyhal**

A invasão total da Ucrânia pela Rússia em fevereiro foi uma violação da Carta das Nações Unidas e um ato de agressão, um crime sob o direito internacional. As forças russas realizaram ataques indiscriminados que resultaram em milhares de vítimas civis, em meio a evidências crescentes de outros crimes, como tortura, violência sexual e homicídios ilegais. Ataques a infraestruturas civis também acarretaram violações dos direitos à moradia, à saúde e à educação. Uma nova lei de mídia concedeu poderes excessivos ao órgão estatal ucraniano regulador da mídia. A prometida nova legislação sobre parcerias civis parecia incluir os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. A guerra exacerbou as desigualdades existentes para as mulheres, com registro de aumento da violência de gênero. Na Crimeia ocupada pela Rússia, a repressão aos defensores dos direitos humanos e às pessoas com visões divergentes continuou.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 24 de fevereiro, a Rússia iniciou uma invasão militar em larga escala da Ucrânia, inclusive da vizinha Bielorrússia. As forças russas chegaram aos arredores da capital, Kiev, e obtiveram ganhos no leste e no sul do país antes de serem forçadas a recuar em meio a violentos combates. No final do ano, as forças russas haviam se retirado de grande parte dos territórios recém-capturados, mas mantiveram o controle de áreas importantes ao leste, sudeste e sul da Ucrânia, incluindo a Crimeia.

1. “Syria: Fatal shooting of a child in al-Hol camp must be a call to international action”, 8 de fevereiro

A guerra teve um impacto imenso sobre a população civil da Ucrânia. A ONU registrou cerca de 18.000 vítimas civis em 2022, incluindo pelo menos 6.884 mortes, causadas principalmente pelo uso de armas explosivas com amplo raio de ação. Os números reais provavelmente sejam bem maiores.

Quase 8 milhões de ucranianos, a maioria mulheres, crianças e idosos, deixaram o país, formando a maior população de refugiados na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Estima-se que quase 7 milhões de pessoas estejam deslocadas dentro do país.

Em setembro, a Rússia anunciou a anexação ilegal de quatro regiões parcialmente ocupadas da Ucrânia.

A vida pública, política e civil da Ucrânia foi dominada pela guerra. Em 24 de fevereiro foi declarada lei marcial, que permanecia em vigor no fim do ano. As autoridades ucranianas tomaram várias medidas para reduzir a influência midiática, cultural e política da Rússia no país, inclusive bloqueando vários recursos russos na internet. Pelo menos 11 partidos políticos foram proscritos por supostas atividades sediciosas e ligações com autoridades russas.

Uma das duas principais igrejas ortodoxas, a Igreja Ortodoxa Ucraniana (UOC), que, ao contrário da Igreja Ortodoxa da Ucrânia, havia mantido subordinação formal ao Patriarcado de Moscou, alterou seus documentos estatutários em maio para remover todas as respectivas cláusulas de subordinação, embora sua relação com Moscou permanecesse ambígua. No entanto, em dezembro, as autoridades se comprometeram a proibir as atividades da igreja na Ucrânia e abriram uma investigação sobre suas atividades supostamente subversivas, realizando batidas em igrejas e mosteiros por todo o país.

O Banco Mundial previu que a economia ucraniana se contrairia em cerca de 45% e informou que o índice de pobreza do país aumentaria dez vezes, pois quase meio milhão de crianças se encontravam em situação de pobreza. Em dezembro, um

funcionário do Banco Mundial afirmou que as estimativas mais recentes do custo de reconstrução seriam em torno de 500 a 600 bilhões de euros. A taxa de desemprego ultrapassou os 30% no final do ano.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

A invasão da Ucrânia pela Rússia desencadeou uma extensa crise humanitária, de direitos humanos e de deslocamentos. As forças russas realizaram ataques indiscriminados usando armas com amplo raio de alcance que resultaram em milhares de vítimas civis. Em 30 de setembro, um ataque de míssil russo a um comboio humanitário em Zaporíjia matou pelo menos 25 civis. As forças russas também ocuparam grandes extensões de território e negaram aos civis o acesso à ajuda humanitária. À medida que a Ucrânia retomava o controle de alguns territórios, surgiam cada vez mais evidências de privação ilegal de liberdade, tortura, violência sexual, homicídios ilegais e outros crimes cometidos pelas forças russas.

Nos territórios ocupados pela Rússia, as autoridades russas desativaram ou interromperam canais de comunicação ucranianos, até mesmo substituindo as redes de telefonia móvel por suas próprias, e perseguiram moradores locais que denunciaram ataques nos territórios ocupados, inclusive com sequestro, prisão ilegal e tortura. Houve relatos de execuções extrajudiciais de civis. Em Bucha, por exemplo, a Anistia Internacional investigou cinco aparentes execuções extrajudiciais realizadas durante a ocupação russa em março.¹

Devido às restrições de comunicação e à falta de acesso da mídia e de monitores independente aos territórios sob ocupação russa, foi difícil verificar os relatos de ataques militares atribuídos às forças ucranianas, inclusive os que resultaram em vítimas civis e danos a infraestruturas.² As autoridades russas e a mídia sob controle estatal fizeram denúncias regulares de ataques ucranianos ilegais, algumas das quais se mostraram falsas. As autoridades russas culpavam as

forças ucranianas pela destruição do teatro de Mariupol em 16 de março, apesar das fortes evidências de que o prédio, que abrigava centenas de civis, foi alvejado deliberadamente pela força aérea russa.³

PRISONEIROS DE GUERRA

Prisioneiros de guerra foram submetidos a maus-tratos e possível execução extrajudicial. As forças russas e seus representantes geralmente negavam acesso humanitário aos prisioneiros que mantinham em seu poder. Em agosto, a ONU anunciou uma missão de averiguação do ataque de julho em Olenivka, que matou dezenas de prisioneiros de guerra ucranianos detidos pelas forças delegadas russas, mas a missão não conseguiu chegar até o local. A Ucrânia negou ter executado o ataque e alegou tratar-se da eliminação deliberada de prisioneiros por seus captores.

Fotos e vídeos que circularam nas mídias sociais mostravam torturas e outros maus-tratos a prisioneiros, e possíveis execuções extrajudiciais, o que constituiria crime de guerra. Em julho, surgiram vídeos que mostravam um soldado russo castrando um prisioneiro ucraniano antes de matá-lo. Segundo informações, os serviços de segurança russos teriam questionado o suspeito e descartado o vídeo como falso, embora sua autenticidade tenha sido verificada por investigadores independentes usando fontes abertas.

Houve apelos para que a Ucrânia investigasse os abusos e as mortes de prisioneiros. Em novembro, vídeos e fotos foram publicados nas mídias sociais indicando uma possível execução extrajudicial. Pelo menos 10 soldados russos rendidos aparecem em um dos vídeos como estando vivos e mantidos de bruços no chão, enquanto um vídeo aéreo posterior mostra-os mortos. A Ucrânia abriu uma investigação, mas até o fim do ano não havia divulgado as conclusões.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Em junho, em violação ao direito internacional humanitário, um "tribunal" separatista de Donetsk, cidade ocupada pela Rússia, "condenou" três membros das forças regulares ucranianas (um marroquino e dois

britânicos), por serem mercenários estrangeiros e terem participado de hostilidades, e os "sentenciou" à morte. Em julho, as autoridades russas afirmaram que já haviam acusado 92 prisioneiros de guerra ucranianos de "crimes contra a paz e a humanidade" e que planejavam julgá-los em um "tribunal internacional" na cidade de Mariupol, também ocupada, privando assim os prisioneiros de guerra de seus direitos a um julgamento justo.⁴

DESLOCAMENTOS FORÇADOS

As autoridades russas transferiram e deportaram à força civis de áreas ocupadas na Ucrânia, como Mariupol e outros lugares, atos que equivalem a crimes de guerra e prováveis crimes contra a humanidade.⁵ Essas ações foram acompanhadas de um processo de triagem conhecido como "filragem", durante o qual alguns civis foram submetidos a tortura e outros maus-tratos, como espancamentos, choques elétricos e ameaças de execução. Outros foram privados de alimentos e água, sendo mantidos em condições perigosas e de superlotação. Em alguns casos, crianças foram separadas dos pais. Após serem transferidas ou deportadas à força, as pessoas mais velhas ou com deficiência e as crianças desacompanhadas, separadas ou órfãs muitas vezes não tinham os meios financeiros, nem o apoio necessário ou o direito legal para saírem da Rússia ou das áreas ocupadas pela Rússia.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

Em 2 de março, o Procurador do TPI anunciou uma investigação sobre a situação na Ucrânia, que ainda não havia ratificado o Estatuto de Roma, após receber encaminhamentos de 39 Estados-Partes do TPI. A investigação estava em andamento no fim do ano. Em 4 de março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU votou pela criação de uma comissão de inquérito internacional independente.

Em 17 de novembro, um tribunal holandês condenou à revelia dois cidadãos russos e um ucraniano afiliados à chamada "República Popular de Donetsk" pela morte de todos os 298 passageiros e a tripulação do voo MH17 da Malaysian Airlines, que foi

abatido no leste da Ucrânia em julho de 2014.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

A guerra de agressão da Rússia impôs dificuldades enormes e deliberadas ao povo ucraniano, resultando em uma dramática deterioração de seus padrões de vida, moradia, saúde e educação.

No segundo semestre do ano, a Rússia intensificou os ataques a infraestruturas civis essenciais, como instalações de energia e água, aumentando de forma significativa e intencional as dificuldades econômicas. Com a chegada dos meses mais frios, ataques de mísseis e drones danificaram seriamente pelo menos 40% da infraestrutura energética da Ucrânia, regularmente causando grandes apagões. De modo rotineiro e simultâneo, esses apagões deixaram vários milhões de ucranianos sem eletricidade, interromperam serviços essenciais, como saúde e educação, e afetaram o fornecimento de água e o aquecimento quando as temperaturas estavam congelantes. Houve vezes em que 80% dos residentes de Kiev ficaram sem água corrente.

De acordo com a Escola de Economia de Kiev, mais de 126.700 casas e 16.800 prédios de apartamentos em todo o país haviam sido destruídos ou gravemente danificados até o fim de outubro. Segundo o Ministério da Saúde da Ucrânia, em dezembro, 1.100 unidades de saúde haviam sido danificadas e 144 destruídas.

DIREITOS DOS TRABALHADORES

Em julho, foram adotadas duas leis que prejudicaram os direitos trabalhistas, as quais estimava-se que afetassem cerca de 70% da força de trabalho ucraniana. Elas foram apresentadas pelas autoridades ucranianas como medidas necessárias em tempo de guerra. Várias disposições similares haviam sido propostas em 2020-21, mas foram retiradas diante da oposição sindical e das críticas da OIT. A primeira lei legalizou contratos de zero horas para até 10% dos funcionários de uma empresa, contanto que

fosse garantido um mínimo de 32 horas pagas por mês. A segunda isentava as empresas com até 250 trabalhadores de várias proteções previstas no Código do Trabalho, como acordos coletivos previamente negociados pelos sindicatos. Muitas disposições permaneceriam em vigor enquanto o país estivesse sob lei marcial.

DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS

As pessoas idosas foram desproporcionalmente afetadas por mortes e ferimentos relacionados à guerra, com pessoas acima de 60 anos respondendo por 34% das mortes de civis cuja idade era conhecida. Os idosos, sobretudo os que tinham alguma deficiência ou problema de saúde, geralmente não tinham acesso a abrigos privados ou comunitários, nem eram evacuados das áreas afetadas por conflitos. Nas áreas ocupadas, onde as forças russas impediam o transporte de ajuda humanitária, as pessoas idosas ficavam sem acesso a medicamentos ou outros serviços de saúde. Os idosos também tinham dificuldade de acessar acomodações em situações de deslocamento, onde os abrigos temporários eram praticamente inacessíveis fisicamente, e as pensões ao nível de pobreza os excluíaam do mercado imobiliário privado. Depois de fevereiro, pelo menos 4.000 pessoas idosas foram colocadas em instituições estatais sobrecarregadas, como casas de repouso, em condições precárias, enquanto outras continuaram a morar em casas danificadas, sem eletricidade, aquecimento ou água.⁶

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Os canais de TV nacionais com notícias substanciais e conteúdo analítico foram fundidos em março por decreto presidencial em uma plataforma United News que transmitia o mesmo conteúdo noticioso 24 horas por dia. Obrigatório no início, este arranjo foi flexibilizado no final do ano.

Em 13 de dezembro, foi adotada uma lei de mídia que ampliou os poderes excessivos do órgão oficial regulador da mídia, o Conselho Nacional de Rádio e Televisão, para advertir, multar, deslicenciar e suspender qualquer

veículo de comunicação, e bloquear temporariamente, de forma extrajudicial, o acesso a recursos on-line que não fossem de mídia.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

As pressões da guerra suscitaram maior solidariedade com alguns grupos antes marginalizados. Em forte contraste com 2014, quando os combates no leste da Ucrânia começaram e a presença de pessoas LGBTI nas forças ucranianas era desencorajada, voluntários e recrutas abertamente gays, lésbicas e transgênero relataram ser bem-vindos e respeitados dentro das fileiras.

Em julho, uma petição pedindo a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo recebeu mais de 25.000 assinaturas, o que obrigou a uma resposta presidencial. Em agosto, o Presidente Zelensky indicou que apoiava a ação, mas observou que isso exigiria uma mudança constitucional, o que não era possível durante a vigência da lei marcial. Em vez disso, ele prometeu uma nova legislação sobre o registro de uniões civis, dando a entender que se estenderia a casais do mesmo sexo.

Pessoas transgênero portadoras de documentos de identidade com marcadores de gênero incorretos relataram ter sido detidas e às vezes hostilizadas ao tentar deixar o país, devido à lei marcial que proíbe a saída de homens entre 18 e 60 anos.

DIREITOS DAS MULHERES

Enquanto as mulheres assumiam cada vez mais funções antes dominadas pelos homens, principalmente nas forças armadas, elas continuavam pouco representadas nas estruturas políticas e decisórias.

Algumas desigualdades existentes foram exacerbadas. Segundo a ONU Mulheres, mais de um terço dos lares chefiados por mulheres nas áreas afetadas pelo conflito enfrentavam dificuldades para garantir alimentos suficientes.

O conflito também teve um impacto significativo sobre a saúde materna. Os

ataques russos a unidades de saúde e a redes de energia, somados à escassez de pessoal capacitado, reduziram muito os serviços disponíveis, e a incidência de bebês nascidos prematuros aumentou de forma acentuada.

Muitas pessoas que trabalham com vítimas de violência doméstica relataram um aumento da violência de gênero e a diminuição dos serviços disponíveis.

Houve relatos dos crimes de guerra de estupro e agressão sexual em áreas ocupadas pela Rússia. A documentação desses crimes, porém, era um desafio para as autoridades e para as ONGs, por diversas razões, entre as quais a desconfiança das sobreviventes e o estigma social associado a esses atos.

Em julho, a Ucrânia ratificou a Convenção do Conselho da Europa sobre Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher e à Violência Doméstica (Convenção de Istambul) e tornou-se membro pleno em 1 de novembro.

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A guerra teve um impacto devastador sobre o meio ambiente, pela utilização de enormes quantidades de combustíveis fósseis, pela destruição de habitats e pelos incêndios florestais, além da poluição do ar, da água e do solo da Ucrânia com substâncias tóxicas.

A condução das hostilidades pela Rússia aumentou o risco de um incidente nuclear. Depois de assumir o controle da usina nuclear de Zaporíjia em 4 de março, tropas e equipamentos militares russos mantiveram-se posicionados no local. Explosões de morteiros ou de outro tipo foram relatadas com frequência nas imediações, com ambos os lados se culpando mutuamente e algumas infraestruturas avariadas. Em setembro, todos os seis reatores foram desligados. Negociações para o estabelecimento de uma zona desmilitarizada em torno da usina, lideradas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), estavam em andamento no fim do ano.

Em novembro, os ataques russos à rede de energia mais ampla da Ucrânia provocaram o

desligamento emergencial de todos os reatores nucleares da Ucrânia. Os perigos inerentes aos repetidos desligamentos e reinícios dos reatores nucleares levaram a AIEA a descrever a situação como "precária, desafiadora e potencialmente perigosa".

CRIMEIA

Ao contrário de outros territórios ocupados pela Rússia, a Crimeia, que havia sido anexada ilegalmente em 2014, sofreu menos os efeitos imediatos da guerra, embora tenha suportado ataques ocasionais da Ucrânia contra alvos que iam de embarcações marítimas a aeroportos, e uma explosão que danificou parcialmente a ponte que liga a península à Rússia.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

A repressão das autoridades de fato aos direitos à liberdade de expressão, reunião pacífica e associação continuou. Membros eminentes e ativistas da comunidade tártara da Crimeia, pessoas com opiniões pró-ucranianas e membros de grupos minoritários baseados na fé enfrentaram constantes represálias. Exibições de cultura e música ucraniana foram efetivamente criminalizadas, e várias pessoas foram submetidas a detenção administrativa ou receberam pesadas multas por tocarem canções ucranianas em eventos privados.

Advogados locais que representavam vítimas de processos políticos foram alvo de buscas ilegais, prisões arbitrárias, multas elevadas e detenções administrativas. Em 15 de julho, os advogados Lilya Gemedzhi, Rustem Kyamilev e Nazim Sheikhmambetov foram desligados da Ordem em aparente retaliação por defenderem ativistas tártaros da Crimeia.⁷

O prisioneiro de consciência Nariman Dzhelyal, o mais conhecido ex-membro remanescente do Mejlis (órgão representante) do Povo Tártaro da Crimeia, foi condenado em setembro por acusações falsas de sabotagem e sentenciado a 17 anos de prisão. Seus co-réus também receberam longas sentenças de prisão.

1. Ukraine: "He's not coming back". War Crimes in Northwest Areas of Kyiv Oblast, 6 de maio
2. de setembro
3. Ukraine: "Children": The Attack on the Donetsk Regional Academic Drama Theatre in Mariupol, 30 de junho
4. "Russia: Charging 92 members of Ukraine's military with 'crimes against humanity' brazenly undermines fair trial rights", 25 de julho
5. Ukraine: "Like a Prison Convoy": Russia's Unlawful Transfer of Civilians in Ukraine and Abuses During 'Filtration', 10 de novembro
6. Ukraine: "I used to have a home": Older People's Experience of War, Displacement, and Access to Housing in Ukraine, 6 de dezembro
7. "Russia: Crimean human rights lawyers disbarred: Lilya Gemedzhi, Rustem Kyamilev and Nazim Sheikhmambetov", 22 de agosto

URUGUAI

República Oriental do Uruguai

Chefe de Estado e de governo: **Luis Alberto Lacalle Pou**

As consequências sociais e econômicas da pandemia de Covid-19 continuaram a prejudicar os grupos em situação vulnerável. Ocorreram vários ataques a jornalistas e meios de comunicação, ameaçando a liberdade de expressão. Índices recordes de encarceramento resultaram em condições prisionais desumanas. As mortes nas prisões permaneceram preocupantes. A violência contra mulheres e meninas continuou a aumentar, com crescimento do número de casos de feminicídios e homicídios de crianças. Embora alguns militares tenham sido processados por delitos comuns que constituem crimes contra a humanidade cometidos durante o regime civil-militar (1973-1985), não houve avanços significativos para esclarecer o destino das pessoas desaparecidas à força sob esse regime.

INFORMAÇÕES GERAIS

As desigualdades socioeconômicas se aprofundaram em consequência da pandemia de Covid-19. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 7,3% da população estava em situação de insegurança alimentar grave. Em outubro, a

Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República apresentou um relatório indicando que, embora o número de bancos de alimentos tenha diminuído em comparação a 2021, as porções de alimentos servidas mensalmente permaneceram as mesmas, com pouca variação.

Depois de o chefe de segurança do presidente ter sido acusado formalmente de falsificação de passaporte, começaram a vir à tona possíveis atos de espionagem contra dois senadores da oposição, vigilância ilegal de civis e supostos atos de corrupção policial, indicando sinais preocupantes de uma crise institucional.

A eleição de um novo conselho da Instituição Nacional de Direitos Humanos (INDH) em agosto não seguiu os procedimentos legais exigidos e foi comprometida pela interferência de partidos políticos. Segundo organizações locais e o ACNUDH, o escritório de direitos humanos da ONU, esses fatos debilitaram o INDH. Alguns promotores criticaram publicamente a interferência e as investigações do Poder Executivo no Ministério Público.

A revisão do Uruguai pelos Comitês sobre Tortura, Direitos Humanos e Desaparecimentos Forçados da ONU constatou um enfraquecimento do Mecanismo Nacional para a Elaboração de Informes e Seguimento de Recomendações e uma falta de diálogo com a sociedade civil.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O Uruguai caiu 26 posições no ranking de liberdade de expressão da Repórteres Sem Fronteiras, indo do 18 para o 44 lugar em sua lista de países.

Um relatório publicado em 2022 afirmou que 51 casos de ameaças a jornalistas foram relatados em 2021, e pelo menos dois jornalistas e veículos de comunicação enfrentaram ações judiciais pelo conteúdo de suas pesquisas. Autoridades públicas, ministros e senadores continuaram a usar uma linguagem estigmatizante para se referir a jornalistas e à mídia.

Em julho, o Comitê de Direitos Humanos da ONU manifestou preocupação com o

aumento nos processos criminais, ameaças e restrições à liberdade de expressão.

Em setembro, o Sindicato da Polícia solicitou que o Ministério do Interior realizasse uma investigação urgente, pois recebeu informações de que muitos policiais tiveram seus celulares grampeados. Em dezembro, jornalistas do jornal *El Observador* tiveram que divulgar informações de grande interesse público por meio de canais externos à instituição em que trabalhavam, prejudicando seu direito à liberdade de imprensa. As informações reveladas tratavam do possível uso irresponsável e perigoso do sistema de segurança do Estado para vigilância e espionagem ilegais.

A Administração Nacional de Educação Pública proibiu os estudantes de se manifestarem dentro das escolas secundárias de Montevideú para demandarem melhorias no funcionamento escolar. As autoridades ameaçaram usar a polícia para expulsar os estudantes que protestavam.

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA

Segundo diversas ONGs, vários pedidos de informações públicas não foram respondidos ou receberam respostas insatisfatórias. Um projeto legislativo para alterar a Lei n. 18.381 sobre acesso à informação pública tramitava no parlamento no fim do ano. Caso fosse aprovado, criaria mais obstáculos à transparência.

Em setembro, o chefe de segurança do presidente foi acusado de falsificar documentos. Durante a audiência de custódia, o juiz não permitiu a entrada da imprensa e declarou a audiência fechada, violando as disposições do Código de Processo Penal sobre audiências públicas.

CONDIÇÕES DE DETENÇÃO DESUMANAS

As já difíceis condições carcerárias se deterioraram durante o ano. O sistema penitenciário estava criticamente superlotado, com o número de internos atingindo 120% da capacidade prevista. Segundo a Inspeção Parlamentar do Sistema Penitenciário, a população carcerária aumentou continuamente

chegando a 14.497 presos até o final do ano. Durante o ano, 42 detentos morreram em custódia.

Em 2022 o Uruguai teve o maior índice de encarceramento per capita da América do Sul (411 por 100.000 habitantes), segundo a Inspeção Parlamentar. Em um contexto de intensa superlotação e condições insalubres, 13 pessoas morreram na prisão de causas não violentas durante o ano. O número de mulheres privadas de liberdade continuou a aumentar, chegando a 1.034.

IMPUNIDADE

Catorze integrantes das forças armadas e da polícia, em atividade ou aposentados, foram condenados por torturas, sequestros e assassinatos durante o regime civil-militar nas décadas de 1970 e 1980. As autoridades não fizeram progressos substanciais na busca por vítimas de desaparecimentos forçados nesse período, pois nenhuma nova evidência foi encontrada nos locais de escavação e os suspeitos de responsabilidade penal não forneceram qualquer informação nova.

Legisladores apresentaram um projeto de lei propondo que detentos com mais de 65 anos sejam colocados em prisão domiciliar. Se aprovada, a lei poderia beneficiar até 200 pessoas, inclusive mais de 20 que cumprem penas de prisão por crimes contra a humanidade. Temia-se que a lei pudesse servir como indulto às pessoas condenadas por crimes de direito internacional cometidos durante o regime militar.

DIREITO À SAÚDE

Segundo o Ministério da Saúde, no primeiro semestre de 2022 houve um aumento de 25% na taxa de suicídio em comparação com o mesmo período de 2021. Cinco anos após a aprovação da lei de saúde mental (N 19.529), a lei ainda não havia sido devidamente implementada, prejudicando o acesso aos serviços de saúde mental.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

De acordo com o Observatório sobre Violência de Gênero e Acesso à Justiça, o

número de feminicídios aumentou em 2022; foram registrados 24 feminicídios e pelo menos oito crianças foram mortas em incidentes relacionados à violência de gênero, a maioria feminicídios. Também houve dificuldades na implementação da lei sobre violência de gênero (Lei N 19.580), por problemas com a alocação dos recursos necessários para criar tribunais polivalentes capazes de lidar com todas as questões relacionadas à violência de gênero.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

As políticas públicas relativas à gravidez entre menores de 15 anos não fizeram avanços significativos. Segundo a Administração dos Serviços da Saúde do Estado, 108 meninas e adolescentes com menos de 15 anos ficaram grávidas em 2021, das quais 50 deram à luz e 58 abortaram. A violência e o abuso sexual foram fatores determinantes na maioria dessas gestações.

Programas de educação sexual integral não foram implementados de modo obrigatório, e não havia nenhum plano para mudar os currículos nas escolas primárias ou secundárias públicas, privadas, religiosas ou laicas.

VENEZUELA

República Bolivariana da Venezuela

Chefe de Estado e de governo: **Nicolás Maduro Moros**

A falta de acesso a direitos econômicos e sociais continuou sendo uma séria preocupação, com a maioria da população em situação de insegurança alimentar grave e sem acesso a cuidados de saúde adequados. As forças de segurança responderam com força excessiva e outras medidas repressivas aos protestos que envolveram vários setores da população para exigir direitos econômicos e sociais, inclusive o direito à água. A impunidade para as contínuas execuções extrajudiciais por parte das forças de segurança persistiu. Os serviços de inteligência e outras forças

de segurança, com a aquiescência do sistema judiciário, continuaram a deter de forma arbitrária, torturar e maltratar pessoas consideradas opositoras do governo de Nicolás Maduro. Um relatório da Missão de Averiguação da ONU (FFM) sobre a Venezuela expôs padrões de crimes contra a humanidade e pediu investigações a respeito de vários funcionários governamentais identificados nominalmente. As condições prisionais continuaram sendo motivo de grande preocupação, principalmente com relação à superlotação e ao uso de centros de detenção ilegais, assim como ao acesso a direitos básicos, como água e comida. Apesar da adoção de reformas legais relativas à administração da justiça, o acesso ao direito à verdade e a reparações para as vítimas de violações de direitos humanos ainda era um desafio a superar. Entre 240 e 310 pessoas permaneceram detidas arbitrariamente por motivos políticos. Medidas repressivas do Estado visaram jornalistas, meios de comunicação independentes e defensores dos direitos humanos. A mineração ilegal e a violência ameaçaram os direitos dos povos indígenas no Arco Mineiro do Orinoco. O aborto ainda era criminalizado em quase todas as circunstâncias. A violência contra as mulheres persistiu, apesar do marco legal em vigor. Não houve avanço na garantia dos direitos das pessoas LGBTI. No fim do ano, mais de 7,1 milhões de venezuelanos haviam fugido do país.

INFORMAÇÕES GERAIS

A reforma judicial implementada em 2021 e 2022 não resultou em melhorias na administração da justiça.

A hiperinflação e a alarmante falta de poder aquisitivo para comprar bens essenciais fez com que a maioria da população, principalmente quem vive fora da capital, Caracas, passasse por uma profunda crise humanitária.

As autoridades continuaram a impor inspeções arbitrárias e sanções

administrativas às empresas e ao comércio, numa tentativa de controlar o setor privado.

As negociações entre o governo e a oposição em relação às futuras eleições prosseguiram, mas sem conseguir chegar a um acordo durante o ano.

A Venezuela reatou relações diplomáticas com a Colômbia e os dois países anunciaram uma abertura progressiva da fronteira entre a Venezuela e a Colômbia.

O mandato da Missão de Averiguação da ONU (FFM) foi renovado por um período de dois anos, e o Gabinete do Procurador do TPI solicitou autorização do Tribunal para retomar a investigação de crimes contra a humanidade na Venezuela.

REPRESSÃO ÀS DIVERGÊNCIAS

A política de repressão continuou. Opositores políticos, reais e percebidos, estavam sob constante ataque e com risco de detenção arbitrária, tortura e outras violações de direitos humanos. Vários milhares de pessoas continuaram submetidos a restrições de sua liberdade devido a procedimentos judiciais, atuais ou passados, motivados politicamente.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

O número de grandes manifestações exigindo direitos civis e políticos caiu em relação a anos anteriores. Em resposta, as autoridades adotaram táticas mais direcionadas, mas ainda assim sistemáticas e repressivas. Entre estas, o uso do sistema judicial para silenciar os opositores e criminalizar os defensores dos direitos humanos.

Segundo o Observatório Venezuelano de Conflitos Sociais, ocorreram 7.032 protestos, dos quais 77% exigiam direitos econômicos e sociais. As autoridades muitas vezes responderam a essas manifestações com força excessiva e detenções arbitrárias. Por exemplo, em junho, seis ativistas foram detidos arbitrariamente em Caracas numa vigília em memória de Neomar Lander, um adolescente morto durante um protesto em 2017.

Até agosto, a organização local Espaço Público havia registrado 228 ataques à liberdade de expressão sob a forma de censura, ataques verbais e intimidação contra jornalistas. Até dezembro, a Comissão Nacional de Telecomunicações havia fechado 78 emissoras de rádio; policiais e militares estavam envolvidos na efetuação dos fechamentos.

A empresa de telecomunicações Telefónica admitiu ter recebido e atendido pedidos do governo para bloquear o acesso a vários sites e grampear linhas telefônicas sem mandados judiciais.

Segundo o Espaço Público, o diretor da rádio comunitária Frontera 92,5 FM, José Urbina, foi morto, supostamente por grupos armados, no estado de Apure, que faz fronteira com a Colômbia. Ele relatou ter recebido ameaças de morte após ter chamado a atenção para supostas violações dos direitos humanos por parte da Guarda Nacional Bolivariana na região.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Em setembro, a Missão de Averiguação da ONU publicou um relatório expressando preocupação com a continuidade das execuções extrajudiciais, consistentes com padrões previamente documentados, no contexto de operações de segurança em bairros urbanos de baixa renda.

Segundo a organização de direitos humanos COFAVIC, até setembro, as forças de segurança haviam realizado 488 supostas execuções extrajudiciais em várias partes do país. Os responsáveis permaneceram impunes.

O ACNUDH, o escritório de direitos humanos da ONU, informou em junho que as autoridades haviam dissolvido as Forças de Ações Especiais da Polícia Nacional Bolivariana (FAES), as quais haviam sido implicadas em várias centenas de supostas execuções extrajudiciais. Entretanto, o governo não fez nenhuma declaração pública sobre isso, e as organizações da sociedade civil continuaram a informar que agentes das FAES seguiam em atividade.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS, DETENÇÕES ARBITRÁRIAS E TORTURA

As detenções arbitrárias ainda eram generalizadas e as pessoas detidas muitas vezes foram submetidas a tortura ou outros maus-tratos. As autoridades também recorriam a desaparecimentos forçados de curto prazo como parte desse padrão de violações.

Várias ONGs locais relataram que, em novembro, havia entre 240 e 310 pessoas detidas arbitrariamente por razões políticas.

No início de julho, em um período de 72 horas, Néstor Astudillo, Reynaldo Cortés, Alcides Bracho, Alonso Meléndez e Emilio Negrín, todos ativistas do Bandera Roja, um partido de oposição ligado ao movimento sindical, e Gabriel Blanco, um ativista popular, foram arbitrariamente detidos e submetidos a graves violações de seu direito ao devido processo legal. Suas prisões aconteceram sem a emissão de mandados judiciais, um padrão consistente com as violações documentadas pela Missão da ONU.

Também em julho, agentes do Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (SEBIN) detiveram arbitrariamente Ángel Castillo, membro do Partido Comunista Venezuelano, que não está alinhado com as políticas do governo, quando ele participava de um protesto em apoio aos direitos trabalhistas. Ele foi liberado mais tarde no mesmo dia.

Segundo a ONG de direitos humanos Foro Penal, até julho, as autoridades haviam feito 23 detenções arbitrárias.

Em agosto, Emirlendris Benítez, detida de forma arbitrária por razões políticas desde 2018 e padecendo de vários problemas de saúde, foi condenada a 30 anos de prisão. A sentença não foi tornada pública, impedindo que seu advogado interpusse recurso. O Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias da ONU pediu sua libertação imediata.

Em setembro, a Missão de Averiguação da ONU informou que as estruturas da Direção Geral de Contrainteligência Militar (DGCIM) e do SEBIN permaneciam em vigor, e que os padrões de violações anteriormente

documentados, como tortura e outros maus-tratos, por parte desses órgãos persistiram. A Missão também identificou um grupo de indivíduos nessas agências de inteligência que realizaram detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos e uma cadeia de comando ligando-os diretamente a Nicolás Maduro, e pediu que eles fossem investigados por crimes contra a humanidade.

CONDIÇÕES DE DETENÇÃO DESUMANAS

As condições nos centros de detenção continuaram a piorar. Estes locais estavam superlotados e não forneciam alimentos ou água adequados, fazendo com que as pessoas detidas tivessem que depender de parentes para obter itens essenciais a sua sobrevivência.

A detenção prolongada em delegacias de polícia e outros centros de detenção ilegais continuou causando preocupação.

As condições de detenção das mulheres eram especialmente preocupantes devido à falta de instalações e de condições com perspectivas de gênero.

IMPUNIDADE

Violações dos direitos humanos ficaram impunes. Relatórios da Missão de Averiguação da ONU destacaram a manipulação do sistema judicial para proteger da justiça os policiais e os militares responsáveis por violações.

A Venezuela solicitou que o Gabinete do Procurador TPI adiasse sua investigação, argumentando que as autoridades venezuelanas já estavam investigando violações dos direitos humanos e crimes de direito internacional. Entretanto, o Gabinete apresentou um pedido para retomar sua investigação por entender que a Venezuela não havia fornecido informações adicionais sobre como os procedimentos internos do país satisfaziam as normas do Estatuto de Roma do TPI e questionando a autenticidade dos procedimentos informados pela Venezuela. Uma decisão da Câmara de Instrução do TPI sobre se a investigação deveria ou não prosseguir estava pendente

no fim do ano, embora a corte tenha convocado as vítimas a apresentar sua opinião sobre as medidas de investigação citadas pela Venezuela até março.

JULGAMENTOS INJUSTOS

A Missão de Averiguação da ONU reiterou sua preocupação com o uso do sistema de justiça para facilitar violações dos direitos humanos, tais como detenções arbitrárias, e crimes de direito internacional, tais como perseguições.

O Ministério Público acusou informalmente diversas pessoas por meio de mídias sociais, comprometendo seus direitos humanos, como o direito a um julgamento justo e a presunção de inocência. Entre os acusados estavam crianças e adolescentes.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

No fim do ano, os relatores especiais e os órgãos de tratados da ONU ainda aguardavam os convites oficiais para visitar o país.

O mandato da Missão de Averiguação da ONU foi renovado, embora até o fim do ano as autoridades venezuelanas não tivessem concedido o acesso da missão ao país.

Apesar da reforma judicial anunciada em 2021, os principais problemas relativos ao acesso à justiça permaneceram. Entre estes estavam a falta de independência judicial, o uso político de procedimentos judiciais contra pessoas consideradas opositoras do governo e obstáculos que dificultavam o acesso das vítimas à justiça, como negação de acesso aos arquivos dos processos, negação arbitrária do direito de designar seus próprios representantes legais e atrasos injustificados.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A mineração ilegal na área do Arco Mineiro do Orinoco prejudicou seriamente os direitos humanos no estado de Bolívar, afetando particularmente os direitos dos povos indígenas à autodeterminação e a um ambiente saudável. Em seu relatório, publicado em setembro, a Missão de

Averiguação da ONU documentou graves violações e abusos dos direitos humanos no Arco Mineiro, indicando a convivência de algumas autoridades públicas com grupos criminosos que operam nas áreas de mineração, às vezes controlando essas áreas, bem como a falta de investigação ou punição dos responsáveis.

Em março, na localidade de Parima B, na fronteira sul do estado de Amazonas, um incidente envolvendo membros das forças armadas e indígenas Yanomami resultou na morte de quatro indígenas e ferimentos em dois membros das forças armadas. Também ficaram feridos pelo menos dois indígenas que se acreditava serem testemunhas das mortes, os quais foram levados a um local não identificado. Embora mais tarde as testemunhas tenham aparecido e recebido tratamento médico, causava preocupação a maneira como as autoridades as transferiram para Caracas sem acompanhamento legal e a falta de medidas para evitar sua revitimização e garantir a adequação cultural.¹

Em junho, Virgílio Trujillo, líder indígena e defensor do território, da terra e do meio ambiente, foi morto a tiros na cidade de Puerto Ayacucho, capital do estado de Amazonas. Não se sabia de nenhum progresso na investigação de sua morte durante o ano.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

A repressão à sociedade civil aumentou e se intensificou. Segundo o Centro para os Defensores e a Justiça, houve 396 ataques a defensores dos direitos humanos, incluindo intimidação, estigmatização e ameaças.

Javier Tarazona, prisioneiro de consciência e defensor dos direitos humanos da organização Fundaredes, permaneceu detido arbitrariamente e enfrentou acusações relacionadas a terrorismo.

Os defensores dos direitos humanos Marino Alvarado e Alfredo Infante foram notificados sobre um processo por difamação movido contra eles pelo governador do estado de Carabobo, Rafael Lacava. A ação foi em resposta a um relatório publicado em março

pelas ONGs PROVEA e Centro Gumilla, das quais os dois são membros, respectivamente, expondo possíveis execuções extrajudiciais no estado de Carabobo e exigindo prestação de contas integral.²

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

No fim do ano, mais de 7,1 milhões de pessoas haviam deixado o país. As mulheres refugiadas venezuelanas enfrentaram maiores obstáculos para ter acesso a proteção internacional em países anfitriões, como na Colômbia, no Equador, no Peru e em Trinidad e Tobago.³ Essa falta de proteção deixou-as expostas ao perigo de sofrerem várias formas de violência baseada em gênero, como violência sexual e tráfico de pessoas para exploração sexual e laboral.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

A falta de acesso a alimentos, água e assistência médica continuou sendo motivo de grave preocupação.

DIREITO À SAÚDE

O acesso a tratamento médico e a serviços de saúde para pessoas com doenças crônicas ainda era um grande desafio. A Ação Solidária, uma organização local de ajuda humanitária, relatou que 33% das pessoas com mais de 60 anos de idade com alguma doença crônica não estavam recebendo qualquer tratamento.

Durante o ano, várias organizações de defesa dos direitos das crianças chamaram a atenção para a morte de crianças no Hospital J.M. de Los Ríos devido à suspensão do programa de transplante de órgãos, apesar das medidas cautelares concedidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em relação aos pacientes desse centro de saúde.

DIREITO À ALIMENTAÇÃO

Segundo o Centro de Documentação e Análise dos Trabalhadores, até novembro, o custo da cesta básica mensal equivalia a cerca de US\$ 386, enquanto o salário mínimo mensal, fixado em março, era de apenas US\$ 13, deixando a maioria da

população em situação de insegurança alimentar. Em dezembro, a situação se agravou ainda mais pela desvalorização drástica da moeda nacional.

Segundo o Banco Mundial, em agosto, a Venezuela tinha a terceira maior taxa de inflação do mundo para o preço dos alimentos.

DIREITO À ÁGUA

A negligência e a falta de manutenção continuaram a reduzir o acesso da população à água, apesar dos anúncios oficiais que prometiam 95% de cobertura em todo o país até o final do ano. Essa situação levou a protestos comunitários repetidos e generalizados por acesso a água e saneamento.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O impacto da atual emergência humanitária sobre os serviços de saúde sexual e reprodutiva contribuiu para dificultar o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos também relatou que a falta de acesso a serviços sexuais e reprodutivos, tais como o planejamento reprodutivo, estava incidindo sobre as taxas de mortalidade materna.

Em setembro, uma iniciativa da sociedade civil denominada Ruta Verde marchou até a Assembleia Nacional para apresentar um documento exigindo a descriminalização do aborto, que só é permitido quando há risco de vida, e para o qual ainda não foram estabelecidos protocolos médicos. Até o fim do ano, não houve qualquer progresso significativo sobre o assunto.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Pessoas LGBTI continuaram a enfrentar discriminação. Várias organizações pediram que as autoridades incluíssem no arcabouço jurídico o direito à não discriminação das pessoas LGBTI. No fim do ano, elas ainda aguardavam algum avanço com relação aos direitos LGBTI.

Um recurso de 2021 para anular o artigo 565 da Lei Orgânica da Justiça Militar, que criminaliza as relações íntimas entre militares

adultos do mesmo sexo, ainda estava pendente no fim de 2022.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

No início do ano, a Assembleia Nacional aprovou uma emenda à Lei Orgânica sobre o Direito das Mulheres a Viver sem Violência. Organizações da sociedade civil e o movimento feminista criticaram a emenda por não cumprir a obrigação do Estado de prevenir e punir a violência contra as mulheres, pois as políticas públicas não incluem uma perspectiva de gênero e os funcionários do Estado não são treinados para prestar assistência de primeira linha às mulheres sobreviventes de violência sexual e violência de gênero.

De acordo com a organização local de direitos humanos CEPAZ, 199 possíveis feminicídios foram relatados entre janeiro e setembro. As autoridades não coletaram ou publicaram dados oficiais sobre feminicídios, dificultando a implementação de iniciativas informadas para prevenir esses crimes.

-
1. [“Venezuela: Whereabouts and wellbeing of Indigenous Yanomani people must be clarified urgently and ensured”, 6 de abril \(Somente espanhol\)](#)
 2. [“Venezuela: Further Information: Lawsuit against defenders reaches settlement”, 24 de junho](#)
 3. [Americas: Unprotected: Gender-based Violence against Venezuelan Refugee Women in Colombia and Peru, 12 de julho](#)

ANISTIA INTERNACIONAL

INFORME 2022/23

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

Conflitos novos, renovados e prolongados causaram grandes tragédias em 2022. Alguns configuram crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Quando as pessoas tentaram fugir desses conflitos e de outras crises, não foram tratadas com humanidade por alguns Estados. Em todo o mundo, as autoridades continuaram a reprimir duramente as liberdades universais. Ao longo do ano, as reações internacionais a esses graves abusos foram variadas. Alguns deles foram condenados, alguns apoiados e muitos outros ignorados.

Crises econômicas provocaram aumentos vertiginosos nos preços dos alimentos e dos combustíveis e intensificaram a pressão sobre os serviços de saúde e outros serviços sociais. As pessoas mais marginalizadas foram as mais atingidas e a desigualdade aumentou. Mulheres, meninas e pessoas LGBTI enfrentaram discriminação e violência de gênero. Mesmo com a situação dessas pessoas piorando a cada dia, os governos não foram capazes de apoiá-las.

O Informe 2022/23 da Anistia Internacional conecta essas questões ao nível global e regional. Analisa o estado dos direitos humanos em 156 países e conclama à ação. Mostra quais são as medidas que os governos e outros atores podem tomar para enfrentar esses desafios e melhorar a vida das pessoas em todo o mundo. Este relatório é leitura essencial para líderes de governos, formuladores de políticas, defensores, ativistas e qualquer pessoa interessada em direitos humanos.

ANISTIA
INTERNACIONAL

